
A GUERRA CIVIL DE 1923

POLÍTICA, MEMÓRIAS E AGENTES EM PERSPECTIVA

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
JEFFERSON TELES MARTINS

ORGANIZADORES



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ACERVO DE PASSO FUNDO
100
ANOS
1923-2023

AC
ACERVUS

IHPF
INSTITUTO HISTÓRICO
DE PASSO FUNDO

Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 19 de setembro de 1964

© Dos Autores, 2023

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da Capa

Entrada das forças revolucionárias em Coxilah, comandadas por João de Souza Ramos (Jango Padre), em 1923. Foto Otto. IHPF. Arquivo Pessoal Eduardo Pitthan.

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G934 A Guerra Civil de 1923 [recurso eletrônico] : política, memórias e agentes em perspectiva / organizadores, Alex Antônio Vanin, Djoivan Vinícius Carvalho, Jefferson Teles Martins. – Passo Fundo : Acervus, 2023.
20 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-81266-82-0.

1. Rio Grande do Sul - História - Revolução, 1923.
2. Historiografia. 3. Política e memória. I. Vanin, Alex. Antônio, org. II. Carvalho, Djoivan Vinícius, org.
- III. Martins, Jefferson Teles, org.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO
JEFFERSON TELES MARTINS
ORGANIZADORES

A GUERRA CIVIL DE 1923

POLÍTICA, MEMÓRIAS E AGENTES EM PERSPECTIVA



PASSO FUNDO
2023

SUMÁRIO

Apresentação	7
A repercussão da Revolução de 1923 na Câmara dos Deputados e as negociações para a paz no Rio Grande do Sul	11
<i>Paula Vanessa Paz Ribeiro</i>	
“Nesses dias de triste memória”: uma análise narrativa e fotográfica sobre o cerco à cidade de Passo Fundo na Revolução de 1923	41
<i>Alex Antônio Vanin Fabiana Beltrami da Silva</i>	
Os agentes rebeldes, as relações sociais e a construção de um território de poder na fronteira Brasil-Uruguai no contexto da Revolução de 1923	89
<i>Pablo Rodrigues Dobke</i>	
Memórias compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul	115
<i>Diéle de Souza Schneider</i>	
“Não há bem que sempre dure, nem mal que se não acabe”: a Revolução de 1923 nas cartas íntimas de André Pitthan	141
<i>Bruno Mateus Heckler Djiovan Vinicius Carvalho</i>	

As ligas de autodefesa coloniais no contexto da Revolução de 1923 175

Paulo Rogério Friedrichs Adam

Sobre os autores e autoras 249



APRESENTAÇÃO

A Acervus Editora, o Instituto Histórico de Passo Fundo e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem a honra de apresentar a obra *A Guerra Civil de 1923: política, memórias e agentes em perspectiva*, cuja iniciativa se deu em virtude da passagem do cem anos daquela que ficou conhecida como “Revolução de 23”.

A proposição de uma coletânea que reunisse textos diversos sobre a Revolução de 1923, partiu da necessidade de ampliarmos a circulação da produção historiográfica sobre a temática. Tal necessidade parte da observação de que, apesar de existirem obras de reconhecido valor neste campo, ainda há muito a ser dito sobre a referida revolta e o contexto político, econômico, eleitoral, das ideias e da propaganda que levaram ao conflito armado, bem como sobre suas consequências e reverberações. E também pois, em 2023, ano-marco do centenário da dita “revolução”, muitas foram as apropriações e menções ao conflito, nem sempre com o devido respeito ao contexto histórico em que aquela se desenvolveu.

Esse conflito civil armado acelerou e aprofundou as transformações políticas que estavam em curso no estado, desde o final da Primeira Guerra. O Pacto de Pedras Altas, que deu fim ao conflito, foi o prenúncio do congaçamento das elites políticas rio-grandenses.

ses e da formação da Frente Única Gaúcha que uniu republicanos e libertadores, em 1929. Portanto, é um evento histórico que merece reflexão e novas investigações, como as que são trazidas neste livro. A obra que ora apresentamos, portanto, reúne trabalhos de diferentes pesquisadores que nos últimos anos lançaram novos olhares sobre a temática, processos e agentes envolvidos, a partir de monografias, dissertações e teses.

O texto de abertura da coletânea é de autoria da pesquisadora Paula Vanessa Paz Ribeiro, intitulado *A repercussão da Revolução de 1923 na Câmara dos Deputados e as negociações para a paz no Rio Grande do Sul*, o ensaio analisa o posicionamento da bancada gaúcha durante os debates na Câmara dos Deputados sobre o conflito armado no Rio Grande do Sul, em 1923, e também apresenta como ocorreram as negociações para a pacificação no estado. Para atingir os objetivos propostos, a historiadora debruçou-se sobre os pronunciamentos nos diários e anais da Câmara dos Deputados e nas atas das reuniões da bancada gaúcha. A partir do conteúdo desses documentos ela analisou os discursos dos parlamentares do Rio Grande do Sul e o posicionamento da bancada gaúcha no ano de 1923.

Dando sequência, o capítulo intitulado *“Nesses dias de triste memória”: o cerco à cidade de Passo Fundo durante a Revolução de 1923*, de autoria de Alex Antônio Vanin e Fabiana Beltrami da Silva, busca analisar e descrever como se deu o processo de conflagração do conflito no norte do Rio Grande do Sul, notadamente no município de Passo Fundo. O texto narra a tentativa de tomada, por parte dos revoltosos, da sede do município, mas também, explora um dos aspectos que torna a Revolução de 1923 diferenciada, em relação às revoltas anteriores, que é a ampla produção fotográfica realizada. Para tal, os autores analisam a produção fotográfica do fotógrafo Benjamin D’Agnoluzzo e o papel de sua produção na representação

da narrativa oficial da Intendência de Passo Fundo, acerca dos eventos da Revolução de 1923 na cidade e no município.

O terceiro ensaio da obra é de autoria de Pablo Rodrigues Dobke, cujo capítulo é intitulado *Os agentes rebeldes, as relações sociais e a construção de um território de poder na fronteira Brasil – Uruguai no contexto da Revolução de 1923*, em que a partir da análise de matérias da imprensa (nacional e estrangeira) e correspondências, o autor observa como se deram algumas das relações sociais de alguns líderes em meio ao ambiente revolucionário, bem como estes configuraram suas redes, na região fronteira, durante a Revolução de 1923. O autor considera que as redes relacionais, desenvolvidas via diversas conexões, foram aproveitadas e geraram o capital necessário para a atuação de algumas lideranças em 1923.

Já o capítulo *Memórias compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul*, de Diéle de Souza Schneider apresenta algumas das memórias de imigrantes judeus referente ao conflito armado de 1923, bem como suas percepções nas colônias agrícolas do interior do Rio Grande do Sul. As memórias foram coletadas do acervo de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, sediado em Porto Alegre. A instituição foi pioneira em coletar entrevistas dos imigrantes e seus descendentes, entre os anos de 1985 a 1994, e compõem uma importante parte do acervo.

O quinto texto da obra é o capítulo *“Não há bem que sempre dure, nem mal que se não acabe: a Revolução de 1923 nas cartas íntimas de André Pitthan*, de autoria de Djiovan Vinícius Carvalho e Bruno Mateus Heckler, onde são examinadas parte das correspondências trocadas entre o revolucionário André Carlos Dumoncel Pitthan (1894-1958) e sua noiva, Elvira Silveira Salles (1900-1966), com o objetivo de acompanhar parte da ação dos revolucionários

durante o movimento conhecido como Revolução de 1923. A partir do cotejo entre historiografia, registros da imprensa e as cartas de André Pitthan, o texto faz uma cronologia da movimentação do personagem e do grupo político ao qual ele estava associado, durante a Revolução.

Por fim, o capítulo *As ligas de autodefesa coloniais no contexto da Revolução de 1923*, de Paulo Rogério Friedrichs Adam, descreve e analisa longamente o fenômeno das *Selbstschützvereine*, na região das colônias novas do planalto do Rio Grande do Sul, no ano de 1923, quando parte da população colonial foi levada a organizar-se em iniciativas de autodefesa.

Certamente a publicação desta obra não encerra as possíveis discussões acerca de um movimento como o de 1923. Nem este foi nosso intento. Espera-se que a obra seja um propulsor de novas reflexões e possibilite novos debates sobre o aquele episódio, que impactou econômica, social e politicamente o Rio Grande do Sul.

Boa Leitura!

Dezembro de 2023.

Os Organizadores



A REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DE 1923 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS NEGOCIAÇÕES PARA A PAZ NO RIO GRANDE DO SUL¹

Paula Vanessa Paz Ribeiro

A década de 1920 demarcou a última fase da primeira experiência republicana federativa no Brasil, período em que houve um progressivo enfraquecimento das oligarquias dominantes e o crescimento da oposição, que ameaçou a hegemonia dos partidos situacionistas estaduais no Legislativo Federal e no governo dos estados. Além disso, a crise econômica do pós-guerra produziu retração do mercado exportador brasileiro, inflação, desemprego e, conseqüentemente, o descontentamento dos setores urbanos e produtivos do país (agrícola, agropecuário e industrial), que passaram a simpatizar com os movimentos políticos que se apresentavam como oposição às grandes oligarquias regionais.

A tensão política se intensificou com as negociações para a formação da aliança em torno do candidato oficial à presidência da

¹ Este capítulo faz parte de um estudo mais amplo, desenvolvido em minha tese de doutorado intitulada “A terceira estrela da Federação”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. Em que foi defendida em 2019, pelo PPGH da UFRGS.

República para o quadriênio 1922-1926. As sucessões presidenciais refletiram diretamente o funcionamento do Legislativo Federal, tanto nos momentos em que a escolha dos presidenciáveis coincidia com as eleições para deputados e senadores, mas também durante o funcionamento das legislaturas. O apoio aos candidatos se dava por meio de compensações: patrocínio de alguns representantes estaduais ao ingresso na Câmara; retaliação dos adversários; e indicação às vagas na Mesa Diretora e nas comissões permanentes.

O arranjo político dirigido por Minas Gerais e São Paulo, que apresentou a candidatura do mineiro Arthur Bernardes, não contou com o apoio dos partidos situacionistas do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O Partido Republicano Rio-Grandense apoiou o candidato fluminense Nilo Peçanha e aderiu à aliança intitulada Reação Republicana.

No contexto político dos anos de 1921 e 1922, os deputados do PRR assumiram a condição de oposição ao bloco da maioria na Câmara e ao Governo Federal, ao defenderem a Reação Republicana e ao contestarem as medidas adotadas pelo presidente da República, Epitácio Pessoa. Dessa forma, a passagem dos deputados do PRR da posição de dissidentes para a de oposicionistas, produziu o desprestígio do partido situacionista do Rio Grande do Sul no âmbito político federal. Fez com que a bancada e o governo do estado ficassem isolados dos principais acordos políticos, e que a candidatura de Borges de Medeiros a reeleição do estado fosse criticada e contestada nos principais jornais da capital federal.

Este acontecimento repercutiu consideravelmente nos rumos políticos do estado do Rio Grande do Sul. A aliança do partido situacionista gaúcho com o bloco dissidente na eleição federal estimulou as agremiações oposicionistas a se aliar para concorrer à eleição para o governo do estado. A experiência republicana havia provado

que o candidato que contava com o apoio do presidente em exercício tinha mais chance de vencer as eleições, sobretudo se envolvesse no mesmo bloco os dois estados (Minas Gerais e São Paulo) mais influentes na política nacional.

Diante dessa circunstância política, e também da crise econômica que impactou o setor da pecuária sulina, formou-se no Rio Grande do Sul a Aliança Libertadora – coligação oposicionista que reunia grande parte dos correligionários do Partido Federalista (PF), do Partido Republicano Democrata (PRD) e alguns dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) – em torno da candidatura de Assis Brasil.

Apesar dos esforços eleitorais da oposição política, em 25 de janeiro de 1923, Borges de Medeiros tomou posse ao quinto mandato como governador do estado do Rio Grande do Sul. Em resposta a conservação do PRR no poder do estado, os apoiadores da candidatura de Assis Brasil pegaram em armas contra os republicanos, com intuito de pressionar o Presidente da República Arthur Bernardes a intervir e depor Borges de Medeiros.

O conflito armado iniciou em Passo Fundo e se estendeu por outros municípios do interior do estado, até ser assinado um acordo de paz em 14 de dezembro de 1923, que reconheceu Borges de Medeiros como presidente do estado e alterou alguns artigos da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891.

Este capítulo tem como objetivo analisar o posicionamento da bancada gaúcha durante os debates na Câmara dos Deputados sobre o conflito armado no Rio Grande do Sul em 1923 e também apresentar como ocorreram as negociações para a pacificação no estado. Para atingir os objetivos propostos foi realizada a busca dos pronunciamentos nos diários e anais da Câmara dos Deputados e nas atas das reuniões da bancada gaúcha. A partir do conteúdo desses documen-

tos foram analisados os discursos dos parlamentares do Rio Grande do Sul e o posicionamento da bancada gaúcha no ano de 1923.

*O posicionamento da bancada gaúcha na Câmara:
a repercussão do conflito armado no Rio Grande do Sul*

A bancada gaúcha durante a 32ª Legislatura da Câmara (1921-1923) era composta majoritariamente pelos representantes do PRR, pelos deputados: Alcides Maya, Evaristo Teixeira do Amaral, João Simplício Alves de Carvalho, Alvaro Baptista, Antônio Carlos Penafiel, Octavio Francisco da Rocha, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, José Thomaz Nabuco de Gouvêa, Sergio Ulrich de Oliveira, Domingos Pinto Figueiredo Mascarenhas, Gomercindo Taborda Ribas, Joaquim Luiz Osório, José Barbosa Gonçalves, Getúlio Vargas e Lindolfo Collor². Políticos experientes que possuíam uma longa carreira no Legislativo Federal. Quando o conflito armado iniciou no Rio Grande do Sul, a oposição partidária possuía apenas um representante no Legislativo Federal, o federalista Antunes Maciel Júnior, que não havia apoiado a candidatura de Assis Brasil para governador do estado, devido às divergências internas de seu partido.

Com o encerramento da campanha da Reação Republicana, os deputados do PRR passaram a ocupar uma posição secundária na política federal, foram excluídos da Mesa diretora da Câmara, não participaram das comissões permanentes e nem mesmo figuraram entre as lideranças da minoria. O PRR se isolou dos arranjos da política federal com o intuito de conservar a independência no âmbito estadual e evitar novos confrontos com os estados dominantes (Mi-

² Getúlio Dornelles Vargas ingressou durante o segundo semestre do ano de 1922, na vaga aberta com a morte do deputado Raphael Cabeda. Já Lindolfo Leopoldo Beckel Collor ingressou no início do ano de 1923, na vaga aberta com a morte de Marçal Pereira Escobar.

nas Gerais e São Paulo) e com o presidente da República. O momento era de insegurança para os estados dissidentes, diversos políticos e militares estavam sendo investigados e processados pela suspeita de terem envolvimento nos levantes de julho de 1922, que buscaram impedir a posse de Arthur Bernardes³.

O ano de 1923 se iniciou sob estado de sítio na Capital Federal. Apesar de encerrados os processos eleitorais para presidente da República e governadores dos estados, os efeitos da competição deram origem a movimentos de contestação e intervenção federal. Nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde os partidos dominantes foram atuantes na Reação Republicana, as oposições não aceitaram os resultados das eleições para o executivo estadual expedidos pelas máquinas eleitorais situacionistas. A derrota da Reação Republicana estimulou os partidos oposicionistas fluminense e gaúcho a contestarem o veredito oficial das eleições e a resistirem em seus estados.

No Rio Grande do Sul, a eleição para presidente do estado colocou em disputa o candidato situacionista Borges de Medeiros (PRR) e o oposicionista Assis Brasil (Aliança Libertadora). O pleito ocorreu em 25 de novembro de 1922, e foi marcado por denúncias de irregularidades, fraudes e violências praticadas nas mesas eleitorais. Durante os trabalhos da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia dos Representantes, os fiscais do candidato Assis Brasil foram impedidos de acompanhar a apuração e o exame das atas eleitorais. Em 17 de janeiro de 1923, Borges de Medeiros foi proclamado eleito ao quinto mandato presidencial por obter 106.000 votos contra 32.000 do seu opositor.

³ Os levantes militares eclodiram na capital federal (Forte de Copacabana e Vila Militar), em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, e em Campo Grande, no estado de Mato Grosso, pretendiam derrubar o governo de Epitácio Pessoa e constituir uma junta governativa composta pelo Marechal Hermes, Nilo Peçanha e J. J. Seabra (FERREIRA, 1990, p. 67).

Os libertadores contestaram a reeleição de Borges de Medeiros, alegando que a vitória dos republicanos havia sido conquistada por meio da fraude em todas as etapas do processo eleitoral, sobretudo durante a análise na Verificação de Poderes. Em 25 de janeiro de 1923, enquanto Borges de Medeiros era empossado ao quinto mandato presidencial, os libertadores promoveram um movimento armado na região serrana em hostilidade ao governo. Por meio dessa estratégia, os libertadores pretendiam pressionar o presidente da República a decretar a intervenção federal no Rio Grande do Sul, destituir Borges de Medeiros e abolir a Constituição Estadual (LOVE, 1975, p. 218-219; ANTONACCI, 1981, p. 97-99).

Diante desses acontecimentos, na abertura dos trabalhos legislativos do ano de 1923, o presidente Arthur Bernardes, em mensagem ao Congresso Nacional, solicitou que fosse elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara um projeto que aprovasse a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Em relação ao movimento armado no Rio Grande do Sul, o presidente da República esclareceu que não possuía amparo legal para decretar a intervenção federal nesse estado, pelo fato de não haver dualidade de poderes, mas somente garantir que as forças federais se mantivessem neutras, zelassem pelo funcionamento das repartições públicas da União e dessem asilo nos quartéis aos cidadãos de qualquer parcialidade que lhe solicitassem.

No entanto, não foram apenas esses fatores técnicos que fizeram com que o presidente da República não interferisse na política do estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Joseph Love (1975, p. 220), havia também o temor de que o Exército não cumprisse a ordem do Governo Federal pelo fato de a maioria dos oficiais serem contrários a Arthur Bernardes e por manterem vínculos de solidariedade com o governador gaúcho.

Diante do impedimento de intervenção federal no conflito armado no Rio Grande do Sul e das denúncias de que o estado havia sido invadido por mercenários estrangeiros, o deputado José Maria Metello Jr., do Distrito Federal, solicitou à Mesa Diretora da Câmara que entrasse na pauta da sessão a aprovação do seu requerimento que exigia do presidente da República esclarecimentos e providências quanto às situações política e social do estado sulino. A presença do uruguaio Nepomuceno Saraiva em território sul-rio-grandense foi bastante debatida na Câmara dos Deputados nas sessões de 13, 14 e 15 de maio de 1923⁴.

O deputado Gumerindo Taborda Ribas, do PRR, assegurou aos parlamentares que Nepomuceno Saraiva não havia invadido o território brasileiro. Argumentou que o mesmo residia há muito tempo no Rio Grande do Sul, possuindo propriedade e família no município de Bagé. Com essa justificativa, o deputado do PRR defendeu que Saraiva tinha o direito de organizar e comandar uruguaios e brasileiros que habitavam na fronteira para lutar ao lado das forças governistas. Entretanto, a principal intenção da sua declaração era invalidar as acusações de invasão estrangeira, condição essa que permitia ao presidente da República e ao Congresso Nacional autorizar o estado de sítio e a intervenção federal no Rio Grande do Sul. Essa era uma prerrogativa prevista no Art. 6 da Constituição Federal de 1891⁵.

Em resposta aos argumentos do deputado da bancada, o deputado Metello Jr. (DF) demonstrou que a participação de estrangeiros na revolta armada no Rio Grande do Sul não colocava em risco

⁴ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso de Metello Júnior. Rio de Janeiro, DF, 12 mai. 1923. Câmara dos Deputados. p. 237-256.

⁵ BRASIL. 3ª Sessão em 11 de maio de 1923 – Discurso de Gumerindo Ribas. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, DF, 12 mai. 1923. Congresso Nacional, ano XXXIX, n. 8, p. 138- 140.

apenas a paz do estado, mas também a segurança nacional, pelo fato dos membros da família Saraiva serem considerados contraventores e “assassinos profissionais” na República Oriental do Uruguai. Acrescentou que essa família mantinha uma relação amistosa com o governador do Rio Grande do Sul; os acusados e perseguidos pelas forças legalistas de seu país atravessavam a fronteira e se exilavam no Rio Grande do Sul sob a proteção do próprio Borges de Medeiros⁶.

A denúncia de que Borges de Medeiros havia incorporado nos batalhões governistas o mercenário Nepomuceno Saraiva, foi mencionada na reunião da bancada do PRR do dia 15 de junho, através da leitura do telegrama enviado pelo líder da bancada, João Simplício, a Borges de Medeiros. Nesse telegrama, foi relatado a situação hostil pela qual passava o governo de Borges de Medeiros na opinião pública nacional. João Simplício comentou que chegava diariamente na secretária da Câmara muitas manifestações das câmaras municipais e, inclusive, de outros estados contra a incorporação de Nepomuceno nos batalhões governistas, e que o próprio ministro uruguaio esteve no Palácio Presidencial reclamando que o governo do Rio Grande do Sul havia refugiado um criminoso perseguido em seu país. O líder da bancada pediu ao chefe partidário que desse atenção a esse caso, para que não enfrentassem grandes dificuldades de um momento para outro⁷.

Além de Metello Junior, seu colega de bancada Vicente Piragibe também partilhava da opinião, que a invasão estrangeira no estado fronteiriço trazia riscos à segurança nacional. Ambos exigiram

⁶ BRASIL. 4ª Sessão em 12 de maio de 1923 – Discurso de Mettelo Júnior. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, DF, 13 mai. 1923. Congresso Nacional, ano XXXIX, n. 9, p. 145-149.

⁷ ATA da 8ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 15-06-1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (8 folhas).

do presidente da República uma posição em relação à participação estrangeira no conflito armado no Rio Grande do Sul, solicitando que enviasse tropas ao estado. A intenção do deputado Metello Jr. era pressionar o Executivo e o Legislativo a decretarem a intervenção federal no estado sulino, por considerar que as condições evidenciadas autorizavam essa medida. No entanto, a postura solidária de Octávio da Rocha ao manifestar-se contrário à intervenção federal no Rio de Janeiro motivou Metello Júnior a retirar seu requerimento em julho de 1923. Esta atitude pode ser interpretada como um ato de reconhecimento ao apoio prestado por alguns parlamentares do PRR a questão política do Rio de Janeiro.

Entretanto, não foram todos os deputados do PRR contrários ao projeto de intervenção no Rio de Janeiro, João Simplício, Barbosa Gonçalves e Getúlio Vargas foram favoráveis. Para estes deputados, era importante que o partido situacionista do Rio Grande do Sul se aproximasse do governo federal, principalmente diante das investidas da oposição em depor Borges de Medeiros da presidência do estado.

A tentativa de aproximação de alguns deputados do PRR ao bloco da maioria na Câmara buscou apaziguar as divergências com as bancadas de Minas Gerais e São Paulo e, principalmente, com o governo federal. Em vista dessa necessidade, João Simplício foi eleito líder da bancada gaúcha, em maio de 1923, pelo fato de não ter se comprometido com as acusações e críticas à candidatura de Arthur Bernardes e por possuir uma postura conciliadora, tão necessária naquele momento em que o PRR corria o risco de sofrer a destituição do poder no seu estado e era excluído das vagas das comissões permanentes da Câmara.

João Simplício também foi encarregado por Borges de Medeiros de ser o intermediário do partido nas negociações com o presidente Arthur Bernardes a respeito da pacificação no Rio Grande

do Sul. Nessa tarefa também colaboraram os senadores Vespúcio de Abreu e Homero Baptista, e o deputado Nabuco de Gouveia.

A postura mediadora do líder da bancada em relação ao Governo Federal, foi criticada pelos próprios correligionários por comprometer as decisões de todos em relação à aprovação dos atos do presidente da República. Na primeira reunião da bancada gaúcha do ano de 1923, João Simplício comentou que havia sido convidado pelo líder da representação mineira e pelo presidente da Mesa Diretora da Câmara para participar da reunião dos líderes das bancadas, que o PRR não participava desde que manifestou seu apoio à candidatura de Nilo Peçanha à sucessão presidencial. O deputado João Simplício relatou que mencionou que: “o partido republicano rio-grandense e a sua bancada no Congresso Nacional apoiariam o sr. Presidente da República em todas as questões de ordem constitucionais e públicas, e lhe facilitariam os meios necessário para o bom desempenho de seu governo e de sua administração”⁸.

Essa declaração foi criticada pelo deputado Gumerindo Ribas, que manifestou que o compromisso em “apoiar o presidente da República em todas as questões de ordem constitucional e pública” poderia suscitar dúvidas, o que não seria positivo para o partido e a bancada naquele momento de intensa hostilidade por parte dos estados que aderiram à Reação Republicana⁹. Meses depois da manifestação de Gumerindo Ribas, o deputado federalista Antunes Maciel Júnior declarou na tribuna que João Simplício se dedicava a agradar o presidente da República ao assinar moções de congratulações e ao

⁸ ATA da 1ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 05 de maio de 1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (3 folhas).

⁹ ATA da 2ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 07 de maio de 1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (3 folhas).

prestar homenagens a ele. Alegou também que Simplício pleiteava colocações em pastas ministeriais para si e seus correligionários¹⁰.

Nesse mesmo pronunciamento, realizado em 7 de julho de 1923, o federalista Antunes Maciel Júnior relatou que a representação do PRR na Câmara estava dividida entre os parlamentares que pleiteavam uma aproximação com o governo e os que se posicionavam contra o ato de intervenção do Rio de Janeiro. Esta última corrente era dirigida pelo deputado Octávio da Rocha e considerava a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro como “um ajuste de contas” de Arthur Bernardes com seus opositores, um meio de o governo eliminar a influência e o prestígio do senador Nilo Peçanha em seu estado. Por isso o ex-líder da dissidência condenava essa ação, pois temia que o Rio Grande do Sul também sofresse represálias.

De fato, a representação do PRR na Câmara estava dividida e havia duas formas de ação: uma que tendia pela conciliação e a outra pela oposição indireta. A orientação de Borges de Medeiros, era que os representantes do PRR no Legislativo Federal se empenhassem em eliminar a depreciação do partido na tribuna e na imprensa. Para isso, precisavam se reconciliar tanto com o bloco governista, que constituía a maioria da Câmara, quanto com seus antigos aliados da Reação Republicana, sobretudo com os fluminenses que, desde o levante armado de julho de 1922, eram punidos (por meio do estado de sítio e depois com a intervenção federal) por ter como liderança Nilo Peçanha.

Além disso, cabe ressaltar que não houve apenas mudança no posicionamento dos representantes do PRR na esfera federal. Também houve uma rotatividade dos parlamentares do PRR nas posições de destaque na bancada e nos pronunciamentos na tribuna. Substi-

¹⁰ BRASIL. 11ª Sessão em 07 de julho de 1923 – Antunes Maciel Jr. - 1923. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, DF, 08 jul. 1923. Congresso Nacional, ano XXXIX, n. 56, p.1210.

tuiu-se aqueles que se comprometeram na campanha presidencial da Reação Republicana por aqueles que tiveram uma postura neutra e que não promoveram críticas à candidatura do Presidente eleito.

Em 1922, o líder da bancada gaúcha era Octávio da Rocha, que também concentrava a função de líder da dissidência. Nesse ano, os deputados que mais participaram dos debates na Câmara foram Carlos Penafiel, Joaquim Osório, Álvaro Baptista, Octávio da Rocha e Simões Lopes. Estes se empenharam na defesa da candidatura de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, e na oposição ao bloco pró-Bernardes. Já no ano de 1923, a liderança da bancada foi ocupada por João Simplício. Os deputados do PRR que mais se pronunciaram na tribuna foram Gumerindo Ribas, Octávio da Rocha, Getúlio Vargas, Nabuco de Gouveia e o próprio líder da bancada. Estes se manifestaram sobre os acontecimentos políticos de seu estado e do Rio de Janeiro, e também a respeito de outras matérias.

No mês de setembro de 1923, o PRR se deparou com a traição de um dos seus representantes na Câmara Alta. O senador Soares dos Santos apresentou um projeto ao Poder Legislativo solicitando a intervenção federal no estado do Rio Grande do Sul, alegando que os municípios se encontravam em “completa desorganização administrativa”, incapaz de impedir a passagem dos revoltosos em função do reduzido policiamento. Além disso, denunciou que se operava no Rio Grande do Sul a arrecadação irregular de impostos para custear os levantes armados, e que a Viação Férrea tinha seu tráfego cancelado por dias, fato este que trazia grandes prejuízos econômicos para o estado. O senador fundamentou seu projeto no artigo 6º da Constituição Federal, referente às segunda e terceira determinações, que justificam a intervenção para manter o caráter federativo da República e por solicitação do estado¹¹.

¹¹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, DF, 21 set. 1923, p. 319.

Sobre essas denúncias, o deputado Octávio da Rocha declarou na tribuna que eram improcedentes, que não representavam a realidade do estado. Afirmou também que apenas no início do movimento armado os pequenos municípios estavam desprovidos de policiamento, mas que em poucos dias as forças governistas expulsaram os revoltosos e restituíram o controle. Em relação à arrecadação de impostos realizada pelos sediciosos, Octávio da Rocha explicou que esse procedimento era irregular e não se constituía em arrecadação e “[...] simplesmente uma extorsão, que o Código pune quando quem assim assalta a bolsa alheia não é autoridade legal”¹².

Sobre o funcionamento da ferrovia e a situação econômica do estado, Octávio da Rocha mencionou que “a Viação Férrea tem o seu tráfego, senão normal, não alterado profundamente. Interrompido por horas e no máximo por um dia, em pequenos trechos, é logo restabelecido e normalizado, com o serviço de seu próprio pessoal”¹³. Acrescentou que a economia do estado estava equilibrada, caso contrário, se os boatos fossem reais, o presidente Borges de Medeiros já teria solicitado ao Governo Federal auxílio e a própria intervenção para impor sua autoridade¹⁴.

O projeto de intervenção federal apresentado pelo senador Soares dos Santos teve grande repercussão na imprensa e na tribuna¹⁵. Na sessão da Câmara do dia 27 de setembro, os deputados Souza Filho (PE) e Joaquim de Sales (MG) se manifestaram em apoio ao senador Soares dos Santos, favoráveis à intervenção federal no estado do Rio Grande do Sul. O primeiro alegou que:

¹² BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso de Octávio Rocha. Rio de Janeiro, DF, 21 set. 1923. Câmara dos Deputados. p. 319.

¹³ Ibid., p. 321.

¹⁴ Ibid., p. 321.

¹⁵ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso de Souza Filho. Rio de Janeiro, DF, 27 set. 1923. Câmara dos Deputados. p. 693.

Está dessarte justificado a legitimidade da intervenção federal porque não é possível que fique esse estado de desordem no Rio Grande do Sul, a mercê de circunstâncias que não podem ser pesadas pelo Governo da República que, afinal de contas, tem de manter acima de tudo a ordem constitucional e material¹⁶.

Nessa mesma sessão, o deputado Getúlio Vargas alegou que o senador Soares dos Santos e as lideranças da Aliança Libertadora estavam unidos na tentativa de destituir Borges de Medeiros do governo do estado. Para ele, o senador foi o intermediário das intenções dos libertadores, pelo fato de os sediciosos “precisarem de um Judas” para legitimar a intervenção. Sobre essa suspeita, o deputado do PRR argumentou que os autores do movimento sedicioso seguiam duas fórmulas de ação: publicamente, afirmavam que eram contrários à intervenção porque a solicitação desta era o mesmo que reconhecer sua incapacidade de derrotar o governo de Borges de Medeiros pelo movimento armado; por outro lado, particularmente, os chefes revolucionários declaravam que o “movimento seria apenas de uma passeata militar, porque a intervenção não se demoraria”¹⁷.

Por meio dessa explicação, o deputado Getúlio Vargas respondeu às acusações feitas pelos deputados Souza Filho e Joaquim Sales, que difundiam na tribuna que o partido situacionista enfrentava uma grave crise interna. Getúlio Vargas buscou convencer os parlamentares favoráveis à intervenção que a indisciplina de Soares dos Santos a orientação do partido e do seu chefe era um caso isolado, que o PRR não passava por uma desagregação interna e que o movimento sedicioso estava em declínio.¹⁸

¹⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Discurso de Souza Filho. Rio de Janeiro, DF, 27 set. 1923. Câmara dos Deputados. p. 693.

¹⁷ Idem, p. 692.

¹⁸ Ibid., p. 693.

Todavia, a atitude do senador Soares dos Santos fragilizou a imagem do PRR no cenário político federal e demonstrou que Borges de Medeiros não estava tendo êxito em manter a unidade de seus correligionários diante da crise política que atravessava o estado. Além disso, chamou a atenção dos representantes do poder Legislativo para o conflito armado no Rio Grande do Sul, que há meses assolava os municípios do interior do estado e fazia milhares de mortes.

Diante desse contexto de instabilidade política, realizou-se o primeiro congresso do Partido Republicano Rio-Grandense desde a instalação da República. Este ocorreu entre os dias 5 e 15 de outubro, no Teatro São Pedro, e teve o propósito de articular todos os correligionários do estado para defender a autoridade legalmente constituída de Borges de Medeiros, impedir a intervenção federal e a reforma da Carta Constitucional de 14 de julho de 1891¹⁹.

Além dessa justificativa, o outro fator motivador da realização do congresso foi a necessidade de demonstrar à federação brasileira o quão coesa e disciplinada era a instituição política do PRR, ao contrário do que propagava a oposição política e os elementos dissidentes do PRR. Por meio desse congresso, buscaram fortalecer o apoio das lideranças locais e a imagem do partido perante a federação (PINTO, 1986, p. 89-92).

Apesar da adesão de alguns parlamentares à intervenção no estado do Rio Grande do Sul, o projeto de Soares dos Santos foi rejeitado no Senado e nem sequer chegou a ser votado na Câmara. A reprovação deveu-se à recusa do presidente da República em decretar a intervenção federal no Rio Grande do Sul, posto que o Legislativo não ousou contestar sua deliberação e acabou respeitando sua

¹⁹ A FEDERAÇÃO. *O próximo Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense: Declarações do deputado Lindolfo Collor*. 10 set. 1923, ed. 211, p. 01. A FEDERAÇÃO. *O grande Congresso Republicano*. 13 nov. 1923, ed. 238, p.01. Localização: BNDigital.

decisão, do mesmo modo como procedeu na votação do projeto que autorizou a intervenção no estado fluminense.

A partir da análise do posicionamento dos deputados do PRR desde a campanha presidencial de Nilo Peçanha até o ano de 1923, é possível perceber que a direção do partido buscava preservar a imagem de alguns deputados em determinadas circunstâncias políticas. O intento era que pudesse recorrer a eles para defenderem os interesses do partido e do estado em contextos distintos. Para isso, selecionava seus representantes de acordo com sua postura, isto é, aqueles que possuíam um perfil mais agressivo eram selecionados para os momentos que exigiam uma ação mais ofensiva; já aqueles que tinham a habilidade de mediar e pacificar, que conseguiam circular em diferentes espaços e possuíam um relacionamento amistoso entre as bancadas mais influentes, eram poupados para os momentos que requisitavam essa conduta.

Os bastidores das negociações do acordo de paz no Rio Grande do Sul

O primeiro responsável pela mediação da negociação entre Borges de Medeiros – presidente do estado do Rio Grande do Sul – e o líder da Aliança Libertadora – Assis Brasil – foi Augusto Tavares de Lyra. Político experiente que exerceu por muitas legislaturas mandato como deputado federal e como senador pelo estado do Rio Grande do Norte e, naquele momento, exercia o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Tavares de Lyra dialogou tanto com os chefes partidários Borges de Medeiros e Assis Brasil, quanto com suas lideranças na Câmara dos Deputados, os deputados João Simplício (PRR) e Antunes Maciel Júnior (PF).

A fórmula conciliatória, apresentada por Tavares de Lyra em nome do presidente Bernardes, consistia no compromisso de Borges

de Medeiros em alterar o dispositivo constitucional do estado que permitia a reeleição, e que as eleições estaduais e municipais fossem reguladas pelo código eleitoral federal, isto é, que o alistamento e o processo eleitoral funcionassem do mesmo modo que as eleições para o Legislativo e o Executivo Federal. Em troca desse compromisso, Borges de Medeiros seria conservado no governo do estado até o término do seu quinto mandato.

No início das negociações, Borges de Medeiros foi resistente em concordar com a reforma do artigo 9º da Constituição estadual, que determinava a supressão da reeleição no estado. Para ele, aceitar essa condição equivalia a condenar seu próprio mandato e assinalar o desmonte da máquina política do PRR. Isso se dava pelo fato de a reeleição do presidente do estado ser “um dos pivôs do sistema constitucional e a melhor garantia da ordem política e continuidade administrativa”²⁰.

No telegrama registrado na ata da 8ª reunião da bancada sul-rio-grandense, Borges de Medeiros declarou que preferia que a proibição da reeleição fosse imposta por meio de determinação Federal do que por exigência dos seus adversários políticos. Acatar essa medida significava reconhecer a derrota do PRR, por retirar o seu direito de conservação administrativa e o controle do aparelho político do estado²¹.

Entretanto, não foi apenas Borges de Medeiros que ficou insatisfeito com as condições do pacto proposto pelo presidente da República. Os libertadores esperavam mais desse acordo: queriam a destituição imediata de Borges de Medeiros do governo do estado,

²⁰ ATA da 8ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 15-06-1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (8 folhas).

²¹ Ibidem, 15-06-1923. Qtd. de documentos: 1 (8 folhas).

em vez de apenas a proibição da reeleição e da mudança das regras eleitorais. Acreditavam que poderiam contar com o apoio da maioria da Câmara e do Senado caso a questão política do Rio Grande do Sul fosse encaminhada à votação no Legislativo Federal, tal como ocorreu com o estado do Rio de Janeiro.

De fato, o PRR estava fragilizado no cenário político federal, tanto que Borges de Medeiros encarregou Lindolfo Collor de promover uma campanha em sua defesa na imprensa da capital federal. O intuito era eliminar as denúncias e as críticas proferidas por seus opositores nos jornais e na tribuna²².

A respeito da posição do Rio Grande do Sul em relação à política federal, o líder da bancada, João Simplício aconselhou o presidente do estado a apresentar ele mesmo a proposta de proibição da reeleição no estado, de modo a eliminar os boatos negativos da sua rejeição à essa medida. Na opinião do líder da bancada, havia um consenso entre os parlamentares e governadores quanto a necessidade de proibir a reeleição, sendo essa umas das resoluções que constaria no projeto de reforma constitucional. João Simplício insistiu para que Borges de Medeiros refletisse sobre esse ato, que “seria uma grande demonstração republicana neste momento”, e que evitaria do partido enfrentar mais dificuldades no futuro²³.

O presidente Arthur Bernardes encarregou o deputado republicano Nabuco de Gouveia de propor em seu nome a abolição da reeleição ao chefe partidário do PRR para por fim ao conflito arma-

²² ATA da 7ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 02-06-1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (3 folhas).

²³ ATA da 8ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 15-06-1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (8 folhas).

do no Rio Grande do Sul²⁴. Na 16ª reunião da bancada, o deputado Nabuco de Gouveia expôs aos seus colegas os resultados de sua missão política junto a Borges de Medeiros. Declarou que o chefe partidário se manifestou de acordo com as condições expostas pelo presidente Arthur Bernardes, e ele mesmo encaminharia a reforma do artigo 9º da Carta constitucional de 14 de julho referente à suspensão da reeleição do presidente do estado. Mas, isso, desde que os revoltosos entregassem as armas e reconhecessem a legitimidade do seu governo.

Comprometer-se em apoiar o movimento revisionista, que foi combatido por longos anos, não foi tarefa fácil para os republicanos sul-rio-grandenses. A submissão à essa exigência teve um custo alto para Borges de Medeiros e para seus representantes, pois significou abdicar de um dos preceitos basilares da Constituição estadual, a reeleição que permitia ao presidente do estado permanecer no poder por inúmeras gestões. Além disso, os colocou em contradição com os discursos proferidos no passado e prejudicou a própria dinâmica de funcionamento da administração política do partido no estado. Isso se deu na medida em que retirou a garantia da continuidade política e, conseqüentemente, o controle da máquina administrativa do estado, que possibilitava a predominância do PRR nas vagas do executivo e legislativo municipais, na Assembleia dos Representantes e na representação na Câmara dos Deputados.

A mudança de posicionamento dos membros do PRR se deu por necessidade, ou seja, como forma de evitar a intervenção federal no estado. Borges de Medeiros não estava em condição de se opor à reforma constitucional defendida pelo presidente da República, e

²⁴ ATA da 9ª reunião da bancada rio-grandense na Câmara. Rio de Janeiro. 18-06-1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor. Classificação: LCc 1923.05.05.1923. Qtd. de documentos: 1 (3 folhas).

precisava se submeter às suas exigências para não ser destituído do governo. Os partidos situacionistas estaduais (Rio Grande do Sul e Bahia) que participaram da Reação Republicana temiam represálias do presidente Arthur Bernardes, tendo em vista o tratamento dado por ele a política do estado do Rio de Janeiro. Ademais, o fato de Bernardes buscar um acordo tanto com as forças governistas quanto com a oposição para pacificar o Rio Grande do Sul, conferiu incerteza às suas reais intenções. O PRR estava em desvantagem por ter promovido uma campanha combativa à candidatura Bernardes, por isso, o risco de perda de mais prerrogativas da Carta Constitucional do estado era iminente.

No entanto, apesar de a oposição ter se empenhado em convencer o presidente da República a destituir Borges de Medeiros do governo do estado e promover a revisão integral da Carta constitucional de 14 de julho, Bernardes não atendeu às suas reivindicações. Isso pelo fato de não ser vantajoso naquele momento dispensar o apoio de um partido coeso e influente no âmbito político federal como o PRR para sustentar os libertadores *assististas* no governo do estado. Naquele contexto, a oposição partidária possuía apenas um deputado na bancada gaúcha, Antunes Maciel Júnior, que, aliás, não fazia parte da coligação partidária que se apresentava como alternativa para a política do estado do Rio Grande do Sul.

Era arriscado para o presidente da República patrocinar a Aliança Libertadora, que não possuía nenhum representante no Legislativo Federal. Além disso, essa coligação oposicionista era prematura, reunia grupos divergentes que defendiam correntes políticas distintas, o que transparecia instabilidade. De acordo com Maria Antonacci (1981, p. 75-77), a Aliança Libertadora tinha como principal liderança Assis Brasil e era composta por grupos distintos: pelos membros do Partido Federalista –com exceção da facção *cabe-*

dista a qual Antunes Maciel Júnior fazia parte –pelo Partido Republicano Democrático e pelos dissidentes republicanos.

Mesmo que a oposição partidária, Aliança Libertadora ou Partido Federalista, conseguisse eleger um número significativo de candidatos no pleito de 1924, ainda assim o PRR seria majoritário na nova legislatura da Câmara. O partido controlava a máquina político-eleitoral nos municípios, o que possibilitava que seus candidatos obtivessem mais sucesso nas eleições mediante irregularidades e a fraude eleitoral.

Ademais, é possível que o fato de a oposição partidária ter concorrido com apenas três candidatos na última eleição à Câmara dos Deputados (1921) fez com que o presidente Arthur Bernardes não apostasse nos libertadores, nem autorizasse a intervenção federal no Rio Grande do Sul. A oposição no Rio Grande do Sul, diferentemente do caso fluminense²⁵, nunca chegou a apresentar a mesma quantidade de candidatos que de vagas. Bernardes precisava construir uma base de apoio ao seu governo na Câmara e no Senado para aprovar o projeto de reforma da Constituição Federal²⁶. Por isso, não atendeu às principais exigências dos libertadores – a destituição de Borges de Medeiros do governo do estado e a reforma integral da Constituição estadual –, e subordinou a não intervenção no Rio Grande do Sul à unanimidade do apoio dos representantes do PRR na votação da reforma da Constituição Federal.

Devido ao insucesso da “Missão Lyra” em promover a pacificação no Rio Grande do Sul, no final do mês de outubro de 1923 o

²⁵ Na eleição de 1921, a oposição partidária do Rio de Janeiro apresentou lista completa de candidatos ao Legislativo Federal.

²⁶ O projeto de reforma da Constituição de 1891, nesse contexto, ainda não tramitava no Legislativo. Estava sendo discutido em reuniões com os governadores dos estados e com as lideranças das bancadas estaduais. O projeto entrou na ordem dos trabalhos da Câmara e do Senado no mês de maio de 1924 e foi finalizado em 1926.

general Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, foi nomeado pelo Governo Federal para assumir as negociações entre *assisistas* e *borgistas*. No decorrer das negociações, muitas propostas foram apresentadas para dar fim ao conflito armado. Durante essa missão, o presidente da República apresentou como fórmula conciliatória a abolição da reeleição do presidente do estado e a regularização das eleições municipais e estaduais conforme as normativas da lei federal. Entretanto, os libertadores queriam mais: reivindicaram a destituição de Borges de Medeiros do governo do estado e a reforma integral da Carta Constitucional de 14 de julho de 1891.

Quando Setembrino de Carvalho assumiu as negociações, Assis Brasil apresentou, em 18 de novembro de 1923, três propostas para a pacificação do estado: a primeira consistia na retirada temporária de Borges de Medeiros do governo do estado, na renúncia do vice-presidente Protásio Alves e na nomeação de um vice-presidente imparcial que administraria o estado até as próximas eleições para o Congresso Federal, que seriam fiscalizadas pelo governo federal e que definiriam pelo voto qual dos partidos assumiria legalmente o governo do estado; a segunda proposta era ainda mais radical para os governistas: sugeria a renúncia imediata de Borges de Medeiros do governo do estado e a escolha de um candidato de conciliação aceito pelas partes em conflito, isto é, pelos assisistas e borgistas. A última proposta consistia na “intervenção virtual” por intermédio do Ministro da Guerra, que zelaria pela plena liberdade civil e política até que fosse realizada a reforma da Carta Constitucional do estado.

Ambas as propostas foram rejeitadas por Borges de Medeiros, que considerou improcedentes todas as fórmulas conciliatórias apresentadas pelos libertadores. Sobre a primeira proposta, Borges de Medeiros alegou ser inaceitável sua aplicação, por já estar ocupado o cargo de vice-presidente do estado. Além do mais, afirmou

que cabia ao presidente nomear o ocupante desse cargo a fim de constituir um governo amistoso e pautado nos mesmos princípios de direção política. Sobre a renúncia temporária do presidente e da sugestão do resultado do pleito federal influir sobre a direção do estado, declarou que era ilegal por desconsiderar a validade da eleição de 25 de novembro de 1922 que foi, inclusive, reconhecida pelo presidente da República.

Em relação à segunda proposta, Borges de Medeiros alegou que o conflito armado não foi obra sua e do seu partido – as condições evidenciadas não seriam de sua responsabilidade –, mas sim dos sediciosos que solicitavam sua renúncia para pacificar o estado. Declarou que “não pode existir paz verdadeira onde não houver o respeito à legalidade e a autoridade constituída, que devem pairar acima de qualquer pacto ou transação entre os partidos”²⁷.

O chefe do PRR acrescentou que já havia realizado diversas concessões aos adversários, tais como: a garantia da representação das minorias nas eleições federais e estaduais; a adaptação das eleições municipais e estaduais nos moldes da legislação federal; e, inclusive, havia proposto a reforma do artigo 9º da Constituição, que proibia a reeleição do presidente do estado. Sobre essa concessão, Borges de Medeiros declarou que era de sua autoria a proposta da abolição da reeleição, sendo que, na verdade, esta foi uma das imposições do presidente da República para mantê-lo no governo do estado.

Como última tentativa de atender parte dos interesses dos libertadores, no dia 7 de dezembro Assis Brasil telegrafou ao general Setembrino de Carvalho solicitando o adiamento da eleição para de-

²⁷ As referidas declarações fazem parte do documento produzido por Borges de Medeiros após a pacificação do estado. Este foi lido pelo deputado Lindolfo Collor na sessão da Câmara dos Deputados do dia 30 de dezembro de 1923. BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Discurso proferido pelo deputado Lindolfo Collor. Rio de Janeiro, DF, 30 a 31 dez. 1923. Câmara dos Deputados, 30 dez. 1923, p. 25-26.

putado federal e o terço do Senado no Rio Grande do Sul – do dia 17 de fevereiro para 3 de maio de 1924 –, e a fiscalização federal de todas as fases do processo eleitoral. O intuito seria promover as condições para que o povo sul-rio-grandense pudesse se alistar e votar livremente. O general Setembrino de Carvalho apresentou a Borges de Medeiros a referida proposta pacificadora, que foi aprovada por este.

O deputado federalista Antunes Maciel Júnior encaminhou ao Legislativo Federal o projeto número 368 – 1923, que solicitava o adiamento das eleições para a representação do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado. Além disso, o referido projeto previa que o poder Executivo nomeasse agentes federais para “oferecer as especiais garantias de liberdade e fiscalização do pleito”, o direito de alistamento até trinta dias antes do sufrágio, a realização da apuração em quinze dias depois da votação e dez dias para o envio das atas eleitorais pela Junta Apuradora à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara.

A aprovação do projeto de adiamento das eleições federais no Rio Grande do Sul produziu grandes prejuízos ao PRR. Isso se explica por ter afetado a organização da sua máquina eleitoral – que passou pela fiscalização do Governo Federal – e ter excluído os eleitos da bancada gaúcha da composição das comissões permanentes por não estarem diplomados a tempo da eleição interna da Câmara. Esses fatores explicam, em parte, porque o líder da bancada tratou de forma hostil o projeto de Antunes Maciel Júnior na reunião dos parlamentares do PRR. Por outro lado, o fato desta emenda ser de autoria de um opositorista e não de um governista tirou o mérito pacificador do PRR, uma vez que o fim do conflito armado no Rio Grande do Sul dependia da aprovação desse projeto.

Após onze meses de conflito armado, a paz foi estabelecida no Rio Grande do Sul, no dia 14 de dezembro de 1923, no distrito de

Pedras Altas do município de Pinheiro Machado. O Pacto de Pedras Altas foi acertado em dez cláusulas que buscaram atender as exigências do Presidente da República, de Assis Brasil e de Borges de Medeiros.

Entre as determinações mais significativas que alterou os artigos da Constituição do Estado de 14 de julho de 1891, podemos citar: a primeira cláusula, que proibiu a reeleição do presidente do estado e dos intendentess; a segunda determinou que as eleições estaduais e municipais fossem adaptadas à legislação federal; a sexta determinou que o vice-presidente fosse eleito no mesmo pleito que o presidente do estado; a sétima garantiu a representação de no mínimo um representante da minoria por distrito nas eleições para a Assembleia dos Representantes e o Legislativo Federal; a nona cláusula assegurou a anistia para todos os envolvidos no conflito armado, por meio do amparo do Governo Federal; e a décima e última cláusula determinou que os governos federal e estadual assegurariam as condições necessárias para a realização da eleição para a representação na Câmara dos Deputados e o terço do Senado, no dia 3 de maio de 1924²⁸.

A pacificação no Rio Grande do Sul foi noticiada em todos os jornais da capital federal, que realizaram homenagens ao presidente da República Arthur Bernardes; ao Ministro General Setembrino de Carvalho, a Assis Brasil, e a Borges de Medeiros. O Congresso Federal recebeu a notícia com entusiasmo e prestou homenagens aos responsáveis pelo acordo de paz. A imagem abaixo, publicada no jornal fluminense *O Malho*, apresenta a bancada gaúcha reunida no almoço de comemoração da restauração da paz no Rio Grande do Sul.

²⁸ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Ata da pacificação do Rio Grande do Sul lida pelo deputado Antunes Maciel Júnior. Rio de Janeiro, DF, 28 dez. 1923. Câmara dos Deputados. p. 564-565.



A bancada gaúcha por ocasião do almoço de comemoração da paz no Rio Grande.
Fonte: O MALHO. Fatos da Semana. ed. 1112, 05 jan. 1924, p. 25.

A partir do Pacto de Pedras Altas, Borges de Medeiros teve que aceitar as condições estabelecidas pelo Governo Federal, intermediadas por Tavares Lyra, pelo general Setembrino de Carvalho e por João Luiz Alves. O governo do estado teve que promover a reforma da Constituição de 14 de julho de 1891, passando a proibir a reeleição do presidente do estado e dos intendentess e a realizar a eleição do vice-presidente do estado. Apesar dos interesses iniciais dos libertadores não terem sido atendidos, esse acordo apresentou garantias significativas à oposição: estabeleceu a representação das minorias de no mínimo um candidato por distrito eleitoral, e o acompanhamento do governo federal de todas as etapas do processo eleitoral para a composição da bancada e um terço do Senado.

A reforma da Constituição Estadual afetou fundamentalmente



o princípio de continuidade política do PRR, por proibir a reeleição do governador, que garantia o controle do partido sobre a máquina administrativa e eleitoral do estado. Era esse instrumento (a reeleição) que assegurava a predominância dos representantes do governo nas vagas na Câmara dos Deputados, no Senado, na Assembleia dos Representantes, nas intendências e conselhos municipais. Logo, as proposições do acordo de paz serviram como uma punição a Borges de Medeiros e ao PRR, pelo fato de terem sido oposição à candidatura do Presidente Arthur Bernardes em 1922.

Considerações finais

No ano de 1923, o Partido Republicano Rio-Grandense enfrentou uma das maiores crises políticas da sua existência. A derrota eleitoral

da Reação Republicana teve consequências negativas para a representação do partido no âmbito federal. Isso se explica pelo fato de ter promovido uma intensa campanha contra a candidatura de Arthur Bernardes e seu bloco de apoio na Câmara. No âmbito estadual em 1922, Borges de Medeiros concorreu a reeleição do estado em uma eleição bastante disputada; no ano seguinte, enfrentou a ameaça da intervenção federal como efeito do conflito armado que assolou o estado entre os meses de janeiro e dezembro de 1923. Como condição para a pacificação, a oposição partidária exigiu do Governo Federal a destituição de Borges de Medeiros da presidência do estado, a reforma da constituição estadual e a realização de novas eleições sob fiscalização federal.

Em razão desse tenso contexto político, os representantes do PRR mudaram seu modo de agir na Câmara, delegaram responsabilidades aos membros do partido que não tinham combatido a candidatura do presidente Arthur Bernardes. O intuito era que mediassem a aproximação com o Governo Federal e o bloco da maioria na Câmara e assegurassem a conservação de Borges de Medeiros na presidência do estado.

Dessa forma, a instituição partidária afastou dos debates na tribuna e das posições de destaque na bancada os deputados da sigla que haviam se comprometido na campanha presidencial. Octávio da Rocha foi substituído por João Simplício na direção da bancada, e os deputados Carlos Penafiel, Joaquim Osório e Álvaro Baptista tiveram uma reduzida participação nos debates da Câmara no ano de 1923, ao contrário de Nabuco Gouveia, Lindolfo Collor e Getúlio Vargas, que mais vezes ocuparam a tribuna para se manifestarem em nome do partido.

Desse modo, o veto de Borges de Medeiros à candidatura presidencial de Arthur Bernardes teve um custo muito alto para o PRR.

Foi responsável pela perda de vagas nas comissões permanentes e do apoio do bloco da maioria na Câmara, e a redução do controle político do PRR no estado do Rio Grande do Sul em função da alteração de alguns artigos da constituição estadual. Esses efeitos foram sentidos no processo eleitoral da 33ª legislatura da Câmara dos Deputados (1924-1926), em que o PRR perdeu eleitores e vagas para a oposição partidária.

Apesar de Borges de Medeiros ter sido conservado no governo do estado até completar seu quinto mandato, a situação política do Rio Grande do Sul foi punida pelo Governo Federal por ter se oposto à candidatura de Arthur Bernardes. Isso se deu por meio da perda de vagas nos principais cargos legislativos e do estabelecimento do Acordo de Pedras Altas, que pôs fim ao conflito armado entre libertadores e governistas. Esse acordo determinou que fossem alterados alguns artigos da Constituição estadual de 1891, que eram fundamentais para a sustentação do PRR no governo do estado e o controle da máquina administrativa nos municípios, sobretudo no âmbito eleitoral. Além disso, a exigência para que os representantes do PRR se comprometessem em aprovar o projeto de reforma da Constituição Federal quando este tramitasse na Câmara e no Senado, humilhou o PRR pelo fato de seus correligionários sempre se intitularem como antirrevisionistas.

Referências

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 1922 e 1923. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: dez. 2015 a mai. 2017.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ATA da 1ª a 23ª reunião da bancada rio grandense na Câmara. Rio de Janeiro, 1923. CPDOC. Arquivo: Lindolfo Collor.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, DF, 1922 a 1923. Localização: https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, DF, 1922 a 1923. Localização: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>.

FERREIRA, Marieta de M. *Conflito regional e crise política: a reação Republicana no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

CORREIO da manhã. Rio de Janeiro, 1923. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

O MALHO. Rio de Janeiro, 1924. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

O PAÍZ. Rio de Janeiro, 1923. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (Rio de Janeiro/RJ). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político Alternativo (RS: 1889-1930)*. São Paulo: J&PM, 1986.



“NESSES DIAS DE TRISTE MEMÓRIA”:
UMA ANÁLISE NARRATIVA E FOTOGRÁFICA
SOBRE O CERCO À CIDADE DE PASSO FUNDO
NA REVOLUÇÃO DE 1923

Alex Antônio Vanin
Fabiana Beltrami da Silva

No centenário da passagem da denominada “Revolução de 1923”, fica claro o quanto a temática ainda está longe de ser esgotada e que ainda há muito a se explorar em termos historiográficos, a começar pelos eventos que a levaram a eclodir no 4º distrito de Passo Fundo, Carazinho, na última semana de janeiro de 1923. Intentando fugir de um possível texto que fosse chamado de *A Revolução de 1923 em Passo Fundo* e que tratasse, principalmente, sobre o desenvolvimento bélico da guerra civil no município de Passo Fundo, optamos por um caminho diferente. Nossa escolha foi por não encarar esse desafio, assaz complexo, que muito bem poderá ser abordado em um trabalho mais extenso e aprofundado sobre a repercussão desse evento, local e regionalmente.

A temática, em nível local, é ainda algo a ser explorado nas suas múltiplas possibilidades, sobretudo, na compreensão das articulações políticas locais e regionais existentes às vésperas do movimento

armado e, posteriormente, das ações dos rebeldes, de sua organização, suas vitórias e suas derrotas ao longo da guerra civil. Entretanto, o que se pretende aqui é algo diferente. Nossa proposição, para além de pensar sobre o movimento armado em Passo Fundo, é a de refletir acerca de um dos aspectos que torna a Revolução de 1923 visível e próxima do interessado nesse capítulo da história do Rio Grande do Sul: a fotografia.

Como dimensionar o papel simbólico e político de uma imagem fotográfica que retrata uma guerra civil ocorrida em 1923? Questionar a fotografia enquanto documento é correlacionar o tema, o produtor e o receptor, reconhecendo-os no passado, percebendo-os no presente e vislumbrando-os no futuro. Enquadrar uma cena – fixá-la, guardá-la ou divulgá-la em veículos de comunicação – pode provocar a construção de uma memória coletiva, delimitada a partir de uma perspectiva e, também, a partir dos seus usos. Quando um fotógrafo aponta sua câmera para um determinado espaço, ele está selecionando uma cena, uma pessoa, um local, a partir de um ponto de vista. Além do seu olhar, existe não somente seu objetivo ou a demanda da produção da imagem em questão, mas também, consequentemente, a maneira como a imagem fotográfica é distribuída e usada.

A primeira vez que uma guerra é mostrada pela fotografia, para os leitores de um jornal, acontece na Inglaterra durante a Guerra da Criméia (1853-1856), com imagens do fotógrafo Roger Fenton. Anos depois, ocorre o mesmo com a Guerra Civil Americana (1861-1865), com imagens do fotógrafo Mathew Brady. O uso da fotografia como recurso visual em reportagens militares foi disseminado também como propaganda, sendo responsável pelo aumento das vendas dos periódicos e propulsor na importância dos veículos, pois eles estavam presentes *in loco* nos acontecimentos, atestando a

“veracidade” da imagem. No entanto, é preciso aprofundar o sentido da exposição das imagens e de quem se deixa ser registrado pelo fotógrafo, afinal, nesse período, ainda era necessário fazer ou construir a pose. Todas essas questões envolvem a possível, e desejável, visibilidade de quem dissemina a informação fotográfica, num período em que as imagens impressas se destacavam ainda mais nas publicações oficiais pelo fato de não serem intensamente usadas nos periódicos e revistas, fato esse que instiga esta breve análise.

No Brasil, diferentemente da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) e da Revolução Federalista (1893-1895) – para citar aqui dois conflitos em que tomaram parte os sul-rio-grandenses no século XIX –, a quantidade existente de fotografias da guerra civil ocorrida em 1923 é consideravelmente maior, tendo em vista que, no período, houve a publicação de obras exclusivamente fotográficas, a exemplo do *Álbum dos Bandoleiros*, publicado em 1924¹. Em tempos de internet e difusão online da informação por meios digitais, a Revolução de 1923 e seus participantes acabam sendo visivelmente tangíveis no campo da imaginação histórica. O que justifica nosso enfoque atribuído à interpretação da fotografia como registro e como narrativa no período.

Pensando em como a fotografia é importante nessa construção imagética sobre os eventos do passado, desafiemo-nos a interpretar um conjunto de fotografias produzidas em Passo Fundo no contexto da Revolução de 1923. Vale ressaltar que a inspiração para a composição deste texto vem da produção acadêmica de Rodrigo Dal Forno, que, sobretudo em sua dissertação intitulada *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920*, tem, na fotografia e na pro-

¹ ÁLBUM DOS BANDOLEIROS: Revolução Sul Rio-Grandense – 1923. Organizado pela Revista Kodak. Porto Alegre: Editores Barreto & Araujo, ed. 1, 1923.

dução política e imagética do referido álbum, o cerne de sua análise (DAL FORNO, 2015). Vários dos revolucionários passo-fundenses aparecem nas páginas do álbum, contudo, fotografias de uma Passo Fundo em que os revolucionários marcham sobre a cidade – como as que foram tiradas em Pelotas e Bagé, por exemplo – inexistem. E a razão disso é muito simples: a cidade de Passo Fundo jamais esteve sob o controle dos revolucionários, embora estivesse muito próxima no núcleo onde eclodiu a sedição assisista, Carazinho, então sede do 4º Distrito. Por essa razão, as fotografias mais conhecidas que envolvem os revolucionários em Passo Fundo são, comumente, registros realizados nos distritos, como em Carazinho e em Coxilha.

Entretanto, para o mesmo período, existe uma série de fotos que registram não a facção assisista, mas os partidários do governo de Borges de Medeiros, que compuseram as forças de resistência ao movimento sedicioso. E é sobre esses registros que pretendemos nos concentrar. Assim, propomo-nos a analisar um *outro* viés da produção fotográfica da guerra civil de 1923: o governista. O conjunto selecionado reúne fotografias incluídas em uma fonte principal: a *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Nicolau Araujo Vergueiro*, escrita em 1923 e publicada no ano seguinte. O documento reproduz uma sequência de fotografias que se concentram sobre o registro da organização e resistência borgista, durante e após o sítio dos revolucionários à cidade de Passo Fundo, em fins de janeiro de 1923, no começo da guerra civil.

*Da eleição à revolta armada:
Passo Fundo às vésperas da guerra civil*

É praticamente consensual, na historiografia da “Revolução de 1923”, que esse movimento armado eclodiu em Passo Fundo, mais

especificamente no 4º distrito, Carazinho, no final do mês de janeiro de 1923², após um conturbado cenário de disputa eleitoral em todo o Rio Grande do Sul, no final do ano anterior. Vale dizer que escrever uma história mais abrangente em termos de município de Passo Fundo, e não apenas do distrito onde eclodiu a revolta, é um desafio, bem como o é, ainda, encontrar fontes para a construção de uma história dessa guerra civil em um contexto local e regional.

Afora a produção oficial da Intendência Municipal, que será um de nossos objetos de análise adiante, muito pouco, em âmbito local, restou para se tratar da guerra civil. Da imprensa atuante no período, que estava reduzida ao jornal *A Época*, fundado em 1921, inexistem exemplares alusivos ao ano de 1923³, quando, a princípio, o jornal parou de circular (DAMIAN; DAMIAN, 2008). Entretanto, encontramos edições do periódico datadas do final do ano de 1922, o que nos permitiu “cobrir” parte do período da campanha e das eleições para o governo estadual realizadas em novembro daquele ano.

Em relação ao ano de 1923, a solução foi explorar periódicos de outras localidades, buscando encontrar informações sobre os acontecimentos em Passo Fundo ao longo dos primeiros dois meses do ano. Para tanto, fez-se uso da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira (HDBNB), que abriga centenas de milhares de edições de periódicos do período publicados em todo o territó-

² Em contraposição a esse consenso, Mozart Pereira Soares, em entrevista concedida à historiadora Lurdes Grolli Ardenghi, afirmou que o início da Revolução de 1923 teria ocorrido em princípios de janeiro de 1923, em um conflito no município de Palmeira, no Passo Grande, entre as forças subordinadas ao federalista Leonel Maria da Rocha e as forças do governo estadual, comandadas pelo capitão Vicentino Pereira Soares. Ver mais em: ARDENGHI, L.G. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. 209f. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História. 2003, p. 147.

³ Foram consultados, em Passo Fundo, os acervos do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), do Museu Histórico Regional (MHR) e do Arquivo Histórico Regional (AHR).

rio nacional. Desses, em específico, o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e órgão de imprensa do governo estadual, foi nossa principal fonte de consulta, devido à disponibilidade de exemplares para o recorte temporal estabelecido e por tratar, diariamente, das ações do governo Borges de Medeiros em face à “perturbação da ordem”, às “desordens” e “masorchas” dos rebeldes, para usar termos que estampavam as manchetes que faziam alusão ao movimento de sedição no periódico. Nosso recorte, considerando o contexto de produção fotográfica, abrange o período entre novembro de 1922 – o mês da eleição – e fevereiro de 1923, quando a cidade de Passo Fundo é ocupada e liberada definitivamente pelas forças governistas após dias em estado de sítio.

A eclosão do conflito armado foi um ponto de inflexão de uma situação politicamente complexa que se arrastava desde a instalação do regime republicano e o período de consolidação da República. Desde os primórdios do novo sistema de governo, quando o Rio Grande do Sul vivenciou a Revolução Federalista (1893-1895), haviam se antagonizado os partidários de Julio de Castilhos, organizados sob o PRR, e a oposição vinculada a Gaspar da Silveira Martins, liderança política do Império e organizador, no novo regime político, do Partido Federalista (PF). Após a derrota federalista em 1895 e a morte de Silveira Martins em 1901, o Partido Federalista passou por reorganização e reestruturação, sendo progressivamente afastado das instâncias de poder, mas seguiu, embora enfraquecido, sendo a principal voz de oposição ao castilhismo-borgismo.

Nos longos anos de domínio do PRR na política estadual até 1923, com sucessivos governos de Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1923), a oposição foi se tornando mais variada e ganhando mais força (AMARAL, 2005). Dissidentes da causa republicana vinculados ao PRR passaram a opor-se ao governo instituído. Em

1907, quando Borges de Medeiros não podia candidatar-se à reeleição, indicou e apoiou o candidato Carlos Barbosa Gonçalves, em detrimento da chapa composta por Fernando Abbott e Assis Brasil, articulados no Partido Republicano Democrático (PRD). Venceu o candidato do PRR, que governou entre 1908 e 1912, quando Borges de Medeiros foi reconduzido à presidência do estado pela via eleitoral. O retorno do chefe do partido à governança estadual acirrou progressivamente as oposições, assim como a sua reeleição no pleito seguinte, em 1916, e, por fim, a candidatura e vitória no pleito de 1922, que levou à coesão temporária das oposições e à contestação armada.

Em um contexto nacional, como explicita Ribeiro (2019), o apoio dos partidários do PRR à candidatura de Nilo Peçanha, candidato derrotado por Arthur Bernardes no pleito à Presidência da República em março de 1922, foi um dos catalisadores da ação política da oposição no Rio Grande do Sul, estado que já vinha perdendo representação e capacidade de articulação na cena política nacional desde 1915, após o assassinato do senador Pinheiro Machado. Após a vitória de Bernardes em 1922, a oposição estadual a Borges de Medeiros, vendo o desprestígio angariado pelos representantes do PRR na Câmara dos Deputados e as críticas à candidatura do chefe do partido ao terceiro mandato emanadas pela imprensa, resolveu unir esforços em prol de uma candidatura ao governo estadual. Desta feita, a oposição, que se dividia entre membros do antigo Partido Federalista (PF), do efêmero Partido Republicano Democrata (PRD) e dissidentes do PRR, aglutinou-se em torno da candidatura de Assis Brasil.

O pleito para a Presidência do Estado ocorreu em 25 de novembro de 1922, após uma acirrada campanha eleitoral. Foi grande o engajamento da oposição em torno do candidato Assis Brasil, in-

clusivo com a criação dos chamados Comitês Pró-Assis Brasil, que reforçaram a candidatura por meio da propaganda nos municípios em que eram criados e aglutinaram os recursos financeiros e bélicos para as ações armadas contra o governo estadual após a derrota da candidatura (SILVA, 2015). Em Passo Fundo, o Comitê Pró-Assis Brasil⁴ foi criado 22 de outubro de 1922, como confirma o telegrama enviado pelo presidente da entidade, Fernando Goelzer, federalista histórico, que já afirmava que, sem a vitória no pleito, a luta armada seria a única possibilidade de solapar o que considerava uma ditadura de Borges de Medeiros no governo estadual⁵.

No mês da eleição, a campanha tornou-se mais acirrada. No dia 15 de novembro de 1922, o candidato Assis Brasil esteve em campanha em Passo Fundo, onde discursou da sacada do sobrado de Argemiro Camargo, ao mesmo tempo em que os partidários do intendente Nicolau Vergueiro lhe rendiam homenagens em alusão à passagem do seu primeiro ano de governo à frente do Executivo municipal⁶. Mais próximo às vésperas do pleito, em 21 de novembro de 1922, um grande *meeting* foi organizado em Passo Fundo, à Praça Marechal Floriano, e, da sacada da Pharmacia Serrana, foram proferidos discursos, pelo Dr. Carlos Silveira Martins Leão, em prol da reeleição de Borges de Medeiros. O comício contou com o apoio do Conselho Municipal, na figura do conselheiro Ivo José Ferreira, que ofereceu jantar dançante aos partidários da causa após os discursos. Na ocasião, não participou o intendente Nicolau Araujo Ver-

⁴ A diretoria do Comitê Pró-Assis Brasil de Passo Fundo foi composta pelo presidente Fernando Goelzer; vice-presidente Jonathas Magalhães; orador Edgar Schneider; 1º secretário Walter Gastão Buttel; 2º secretário Augusto Loureiro Lima; 1º tesoureiro Julio Edolo Carvalho; e pelo 2º tesoureiro Innocencio Schleder (DAMIAN; DAMIAN, 2003, p. 53).

⁵ GOELZER, Fernando. Telegrama enviado a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Passo Fundo, 22 out. 1922. Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS).

⁶ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 265, 17 nov. 1922, p. 4. HDBNB.

gueiro, por estar “em propaganda no interior do município”⁷, mais especificamente em Não-me-Toque, 7º distrito, exercendo seu papel de principal articulador da campanha nos distritos rurais do município, onde se concentrava a maior parte do eleitorado.

Vale a pena, para entender o contexto da eclosão da revolta, compreender um pouco sobre a situação geral da política no município de Passo Fundo no período. Nicolau Araujo Vergueiro havia se consolidado no poder há pouco, tornando-se figura política de destaque após a morte, em 1917, do coronel Gervasio Lucas Annes, liderança histórica do PRR em Passo Fundo desde a Proclamação da República (MIGLIORANZA, 2008). De acordo com Knack (2013), Gervasio Annes, com sua saúde debilitada, nomeou, em 1916, uma comissão para a direção do PRR local, escolhendo Gabriel Bastos, Nicolau Vergueiro e Pedro Lopes de Oliveira, o “coronel Lolico”, então intendente municipal (1916-1920). Contudo, a campanha para as eleições municipais, que ocorreriam em 1920, tornou impossível o funcionamento da comissão já que, no pleito, as duas lideranças, Pedro Lopes e Nicolau Vergueiro, disputariam o cargo de intendente municipal. Vergueiro, aproveitando o vácuo de representação e liderança política deixado pelo coronel Gervasio, tornou-se oposição à gestão do intendente Pedro Lopes de Oliveira.

Como aponta Knack (2013), a falta de um líder mediador, que até então havia se concentrado sobre a figura de Gervasio Annes, levou a uma disputa acirrada, que foi ainda mais exacerbada em razão de que Borges de Medeiros, chefe do PRR no estado, absteve-se, inicialmente, de indicar apoio prévio a um dos candidatos. Segundo Prates (2001), o apoio de Borges de Medeiros a Vergueiro deu-se após um plebiscito ter sido realizado em Passo Fundo e ter indica-

⁷ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 270, 23 nov. 1922, p. 4. HDBNB.

do Vergueiro como favorito ao pleito. Sua candidatura foi apoiada ainda por Gabriel Bastos, outro republicano histórico das fileiras do PRR em Passo Fundo e que também gozava de amplo capital político e econômico na região. Essa situação levou a um racha dentro do PRR local e do Clube Pinheiro Machado⁸, dividindo *lolicistas* e *vergueiristas* em ferrenha campanha por meio dos jornais *O Gaúcho* e *A Voz da Serra*, alinhados, respectivamente, com as facções citadas. Ao fim, Nicolau Araujo Vergueiro foi o eleito para ocupar a cadeira do chefe do Executivo municipal passo-fundense a partir de 1921.

Em razão da acirrada disputa, o coronel Lolico tornou-se um dissidente do PRR, rompendo com Borges de Medeiros. Em 1922, alinou-se à candidatura de Assis Brasil e aliou-se com os republicanos federalistas, que lhe haviam feito oposição nas duas décadas em que esteve à frente do governo municipal. Assim, no contexto da campanha de 1922 para o governo do estado, localmente, as dissensões políticas da campanha de 1920 ainda estavam quentes e, seguramente, havia a tentativa do coronel derrotado de reaver parte do capital político que havia perdido após a derrota no pleito. Portanto, a insurreição contra o resultado eleitoral era ao mesmo tempo contra a permanência de Borges de Medeiros e contra o seu representante local, Nicolau Vergueiro. Em razão dessa disputa precedente, segundo Prates (2001), foi justamente o coronel Lolico o organizador do Comitê Pró-Assis Brasil e, por isso, seu presidente de honra.

No contexto de acirrada campanha, o dia anterior ao da eleição, 24 novembro de 1922, foi conturbado em quase todo o município de Passo Fundo, evidenciando a organização da oposição em torno dos redutos eleitorais distribuídos na zona rural. Em discurso proferido no Congresso Nacional em dezembro, mês seguinte à elei-

⁸ O Clube Pinheiro Machado foi fundado em 16 de março de 1904, agregando os republicanos vinculados ao PRR de Passo Fundo (GEHM, 1982).

ção, o deputado Octavio Rocha apresentou qual era a situação política do Rio Grande do Sul após as eleições para a Presidência do Estado, fazendo uma retrospectiva dos acontecimentos ocorridos em novembro. De acordo com o relato, publicado n' *A Federação*, Passo Fundo aparece como o lugar onde as maiores desordens haviam sido registradas em torno do pleito eleitoral:

Dia 24 [de novembro de 1922], á noite, cerca de 21 horas, o dr. Ney de Lima Costa, advogado encarregado da eleição do 1º distrito, no impedimento do dr. Vergueiro, que se achava no 7º (Não-me-toque), recebeu um recado telephonico do tenente reformado do Exercito João Baptista Curio de Carvalho, encarregado do trabalho eleitoral no 4º (Carasinho), que acabavam de entrar no povoado duzentos e muitos homens armados de Winchester, sob o comando do ex-coronel da Brigada Militar [João Rodrigues] Menna Barreto e do conhecido turbulento Salustiano de Padua, cujo nome é bem conhecido na historia do crime em Passo Fundo, desde os tempos da revolução de 93; que esses homens vinham com o proposito de impedir a eleição, caso não fossem acceitos os títulos federaes e não conseguissem, pelo menos, dous mesários; que pretendiam, em caso de não serem acceitas as suas pretensões, praticar toda a sorte de depredações e prender o dr. Araujo Vergueiro, que se achava em Não-me-toque, distante duas leguas de Carasinho⁹.

Ainda naquela noite, e durante a madrugada do dia 25, dia da eleição, as autoridades responsáveis pela fiscalização do pleito e outros administradores do governo municipal deliberaram, na comunicação ao presidente do estado, acerca dos planos da oposição para o

⁹ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 5, 5 jan. 1923, capa. HDBNB.

pleito em Passo Fundo. Na sequência, descobriu-se que, no distrito-sede, havia um plano de tomada da Intendência Municipal, da Cadeia e do Tiro de Guerra nº 225, a fim de interferir nas eleições no dia seguinte. A oposição queria apoderar-se das armas e munições da Cadeia e, principalmente, do Tiro, armando-se, como já havia sido feito em Carazinho. O intento, assim que descoberto, foi frustrado pela força pública municipal, que guardou os mencionados alvos dos assistidos. Durante o dia, aberta a votação, houve a tentativa de fazer valer títulos federais, havendo confusão. Um fato a se destacar: o pecuarista e sócio-proprietário da *Xarqueada São Miguel*, Julio Magalhães, armado e acompanhado dos seus, havia supostamente planejado assassinar o presidente da mesa eleitoral, Ney de Lima Costa. Por fim, foi dissuadido pelo federalista histórico Josino Marques¹⁰.

No distrito de Carazinho, a situação foi outra. Já armados e preparados, ao que tudo indica, por um arsenal conservado desde a Revolução Federalista por Salustiano de Padua em sua fazenda, a oposição foi mais contundente e, de fato, tomou conta da mesa eleitoral, como pretendido. Sob a liderança de Salustiano de Padua, federalista de 1893, e João Rodrigues Menna Barreto, republicano dissidente e ex-comandante da Brigada Militar, foi composta nova mesa eleitoral, favorável ao candidato Assis Brasil¹¹.

No mesmo sentido de ação, seguiu a situação no 6º distrito, Sarandi. Lá, o processo eleitoral foi acompanhado pelo deputado federalista Arthur Caetano da Silva, um dos líderes da oposição ao governo estadual na Assembleia dos Representantes (ROUSTON JR., 2012). Na Fazenda Sarandy, grande latifúndio existente desde a primeira metade do século XIX e, naquele momento, propriedade de uruguaios vinculados à família de Nicolau Vergueiro, havia

¹⁰ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 5, 5 jan. 1923, capa. HDBNB.

¹¹ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 5, 5 jan. 1923, p. 2. HDBNB.

[...] mais de 400 famílias de caboclos emigrados do Contestado, intrusos que teem feito de proprietarios da fazenda criarem cabellos brancos. Esses intrusos são, em sua totalidade, analphabetos, ignorantes e obedecem cegamente a um tal de Simião Machado, federalista conhecido da revolução de 93. Esse Simião é o mais valoroso capanga de Arthur Silva. Há tempos, por uma questão de commissario de secção reuniu em poucas horas mais de quinhentos homens, com a intenção de depor o sub-intendente. Teme-se aqui e affirma-se que o Sarandy será um futuro contestado de Santa Catharina, si não si tomarem providencias a esse respeito¹².

Em Sarandi, dois dias antes da eleição, mais de trezentos homens armados, liderados pelos federalistas Arthur Caetano da Silva, Simeão Machado e João Bento, acamparam junto à sede distrital e enviaram um *ultimatum* ao subdelegado distrital, exigindo o controle sobre a mesa eleitoral, sob ameaça de morte. Ao fim, a votação se deu em mesa nomeada por Arthur Caetano e, de acordo com o relatório apresentado pelo deputado Octavio Rocha, “votaram com titulos federaes, com titulos falsos [...] e votou até uma mulher vestida de homem com titulo federal”¹³. Entretanto, como verificaria depois a Comissão de Constituição e Poderes – que era incumbida de analisar e reconhecer os diplomas dos candidatos eleitos –, embora o número de votos obtidos pela chapa de Assis Brasil fosse expressivo, o número de votantes acabou superando o número de residentes do 6º distrito, o que, dentre as outras contravenções, também serviu à anulação do resultado eleitoral naquele distrito.

Nos outros distritos também foram registradas desordens,

¹² Idem.

¹³ Ibidem.

como as tentativas de votos com títulos falsos e derrama de cédulas nas urnas, mas foram contornadas pelos responsáveis pelas eleições. No 5º distrito, Marau, acompanhou a eleição o coronel Pedro Lopes de Oliveira, que disseminou uma informação falsa sobre uma suposta prisão do Dr. Nicolau Vergueiro e de uma preposta intervenção federal do presidente Arthur Bernardes caso Borges de Medeiros fosse reeleito¹⁴. O intendente Nicolau Vergueiro escolheu acompanhar a eleição no 7º distrito, Não-me-Toque, por se tratar de seu principal reduto eleitoral. No local houve guardas noturnas e a construção de trincheiras no dia anterior, quando circulara a informação de que a oposição de Carazinho desejava aprisioná-lo, o que acabou não ocorrendo. No dia 25, o fiscal da oposição, Otto Bumbel, tentou assassinar o intendente no recinto de votação, o que foi impedido pelo subintendente Appolinario Torres¹⁵.

A eleição elevou os ânimos da oposição e, naquele momento, já se registraram as primeiras nuances do conflito que em pouco tempo instalar-se-ia no estado. Dias depois, no fim de novembro, já se sabia o resultado prévio da eleição em Passo Fundo, como publicado pelo jornal *A Federação*¹⁶. Na primeira apuração, o PRR havia vencido novamente no município: com 3.488 votos, Borges de Medeiros havia derrotado Assis Brasil que, baldados os esforços da oposição, havia angariado apenas 1.103 votos. O número de títulos falsos apreendidos foi de 197, todos assististas, o que fez cair o número de votos de Assis Brasil para 906¹⁷.

Posteriormente, em dezembro de 1922, o pleito e o resultado eleitoral passaram à análise da Comissão de Constituição e Poderes,

¹⁴ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 5, 5 jan. 1923, p. 2. HDBNB.

¹⁵ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 5, 5 jan. 1923, p. 2. HDBNB.

¹⁶ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 276, 1 dez. 1922, p. 5. HDBNB.

¹⁷ Idem.

composta pelos deputados da Assembleia dos Representantes Getúlio Dornelles Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcellos Pinto. O relatório e o resultado definitivo da eleição vieram a público em 16 de janeiro de 1923, sendo publicados na íntegra no dia seguinte n' *A Federação*, quando Borges de Medeiros foi aclamado vitorioso em sua quinta disputa à presidência do estado com um total de 106.360 votos contra 32.216 de seu adversário¹⁸.

A eleição em Passo Fundo, de acordo com o parecer da Comissão, havia dado a vitória a Borges de Medeiros, com 3.072 votos, superando os 738 votos validados para Assis Brasil. No resultado, não foram considerados os votos do 4º distrito, Carazinho, pela tomada da mesa eleitoral à força pelos assisistas, nem os do 6º distrito, Sarandi, dadas as irregularidades cometidas na nomeação da mesa eleitoral, realizada sob ameaça¹⁹. Nos demais distritos, as ocorrências registradas sobre derrama de cédulas e o uso de títulos falsos foram lugar comum, sobretudo da parte dos partidários da candidatura de Assis Brasil, o que não evitou a denúncia do fiscal assisista do 2º distrito, Campo do Meio, sobre o voto com títulos falsos também por parte dos partidários de Borges de Medeiros, inclusive com a derrama de cerca de cem cédulas em prol do candidato, supostamente realizada pelo coronel Edmundo Dalmacio de Oliveira, o coronel “Mundica”, que havia acompanhado a eleição. A denúncia foi contraprotestada e invalidada pelos membros da Comissão no parecer final²⁰.

O resultado do pleito foi considerado fraudulento pelos apoiadores de Assis Brasil, fazendo com que a ideia da ilegitimidade de Borges de Medeiros no poder tomasse força, e isso ainda antes do parecer da Comissão em meados de janeiro de 1923, que também

¹⁸ A FEDRAÇÃO. Porto Alegre, n. 15, 17 jan. 1923, p. 13. HDBNB.

¹⁹ Idem, p. 8.

²⁰ Ibidem.

foi considerada parcial na análise de Verificação de Poderes. Desde o dia da eleição, a instabilidade política havia se instalado no município de Passo Fundo. Não por coincidência, portanto, os governos municipal e estadual, desde o mês anterior à eclosão do movimento armado, investiram no incremento da segurança pública em Passo Fundo, favorecendo os meios para o aparelhamento das forças de coerção vinculadas à gestão pública e, ao mesmo tempo, dos partidários do borgismo e dos vinculados à figura do intendente Vergueiro.

Ao tempo desses acontecimentos, um empréstimo tomado pela Intendência Municipal fez surgir hipóteses sobre qual seria a sua destinação, sendo aventada a possibilidade de que serviria ao embelezamento e calçamento da cidade, segundo o jornal *A Época*²¹. Entretanto, sob a forma de denúncia, o periódico *A Rua*, da capital federal, publicou, em meados de dezembro de 1922, uma notícia sobre o contexto pós-eleições do Rio Grande do Sul em Passo Fundo, levando a público a acusação de que:

O situacionismo local recebeu, ha dias, grande quantidade de armamentos e munições. A Guarda Municipal, cujo effectivo comporta determinada verba do orçamento, não excede a vinte praças. Entretanto, essa milícia foi clandestinamente e consideravelmente augmentada, constituindo verdadeira força armada. A Intendencia, independente de remessa por parte do governo do Estado, adquiriu de uma firma importadora da Capital dezenas de carabinas, comprando aqui cavallos e arreios de montarias, afim de manter a sua força efficientemente equipada. Taes preparativos bellicos estão criminoso e indevidamente os recursos do depauperado erario publico municipal. Consta que o Estado garantirá o emprestimo de mil contos, já vetado pelo conselho, a titulo de

²¹ A ÉPOCA. *Empréstimo Municipal*. Passo Fundo, n. 97, 21 dez. 1922. AHR.

aplicação a melhoramentos materiais, Agora, porém, fica-se sabendo que sejam esses melhoramentos. Essas providencias bellicosas do borgismo tem sido objectos de variados commentarios e constitue uma ameaça aos elementos da opposição. A opposição mantem, comtudo, attitude desassombrada em face a todo esse espalhafatoso apparato de força.

Para D'Ávila (2003, p. 61), o governo estadual teria dado “pouca atenção aos acontecimentos ‘serranos’, julgando-se tratar de apenas mais uma das costumeiras disputas entre chefes locais”. Entretanto, o excerto anterior traz uma ideia oposta. Como se vê, o governo municipal buscou auxílio do governo estadual e ambas as instâncias da esfera pública se organizaram para conter uma possível revolta, o que expressa o grau da instabilidade política em Passo Fundo e na região, já que a sublevação possível já era sentida em frações do território de Palmeira e Erechim, como de fato ocorreria após o início do movimento.

Entre a população civil, a situação também era tensa em Passo Fundo, o que foi se asseverando progressivamente com aproximação do dia da posse do presidente do estado. Dias mais tarde, em 23 de janeiro, com a movimentação de rebeldes nas zonas rurais do município, já se antevia um conflito armado, razão pela qual Cruz Alta começou a receber um grande número de passo-fundenses dos distritos limítrofes àquele município, que ocuparam a totalidade dos hotéis da cidade em busca de refúgio²².

Não por acaso, o governo estadual vinha tomando providências em relação a Passo Fundo e, em uma leitura mais ampla, sobre o norte do estado. Prova disso é que, para além do investimento e empréstimo fornecido ao governo municipal pelo governo estadual,

²² A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 21, 24 jan. 1923, p. 3. HDBNB.

ainda criou-se, em 16 de janeiro de 1923, o 1º Corpo Provisório da Brigada Militar em Passo Fundo²³, sob o comando do tenente-coronel comandante João Cândido Machado, que chegaria apenas no dia 23 de janeiro. O 1º Corpo Provisório²⁴ contava inicialmente com 19 oficiais e 251 praças, totalizando 270 militares. Foram os membros do Corpo Provisório os principais “enquadrados” pelas lentes dos fotógrafos que registraram o cerco à cidade de Passo Fundo, como veremos mais adiante.

Com a aproximação da data da posse de Borges de Medeiros, dia 25 de janeiro, tanto a oposição, que já estava previamente organizada, quanto as forças governistas estavam progressivamente mais armadas e organizadas. De acordo com D’Ávila (2003, p. 62), os rebeldes haviam se organizado em todo o interior do município de Passo Fundo:

[...] no distrito de Campo do Meio, foi organizada uma força de 1.080 homens, comandados pelo capitão Quim Cesar, com o apoio de Ramon Fagundes; em Coxilha, os assististas organizaram-se sob o comando de Jango do Padre e Fernando Goelzer; em Pontão, de Simeão Machado; e no Pinheiro Torno, do coronel Lolico. Em Carazinho, o comando era dos coronéis Menna Barreto e Salustiano. O armamento era precário: espingardas de caça, algumas Winchesters, revólveres, pistolas, espadas, lanças, equipamento de campanha, como barracas e outros tipos de abrigos, era inexistente, em compensação, estavam todos bem montados.

²³ DECRETO 3.086, de 16 de janeiro de 1923. Crêa um corpo provisório da Brigada Militar, com sede no município de Passo Fundo, *apud* A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 14, 17 jan. 1923, capa. HDBNB.

²⁴ Com a progressão da guerra civil e a reorganização das forças legalistas na região, o 1º Corpo Provisório passa a ser o 6º, ficando sob o comando do tenente-coronel Edmundo de Oliveira.

As forças governistas, para além do 1º Corpo Provisório, foram incrementadas com o deslocamento, no dia 22, da tropa de 40 praças do Capitão Cândido Alves Mesquita, que estava instalada em Boa Vista do Erechim. Houve ainda o acréscimo de 50 praças da Guarda Municipal, comandada pelo coronel Mundica, e mais soldados sob o comando de Leovegildo Lopes da Rosa, além de um reforço de civis leais ao intendente Nicolau Vergueiro, que pegaram em armas sob a orientação de Ney de Lima Costa. Ao todo, as forças governistas somavam cerca de 500 indivíduos (GEHM, 1982; D'ÁVILA, 2003).

No dia 24 de janeiro, a revolta começava a entrar em curso. À testa de um grande grupo de rebeldes reunidos em Carazinho, estava o deputado Arthur Caetano, um dos principais articuladores políticos do movimento, que fez uso do telégrafo da estação ferroviária da sede distrital para expedir uma mensagem ao Presidente da República, Arthur Bernardes:

Senhor Presidente. Rio. A situação de desespero criada pelo borgismo compressor e sanguinário, transformou hoje nossa altiva região serrana em acampamento militar. Quatro mil cidadãos levantaram-se no dorso das coxilhas, protestando de armas na mão contra a usurpação do tirano. Sobre Passo Fundo cáem, diariamente, as coleras da ditadura, porque Passo Fundo foi o baluarte do bernardismo no Rio Grande do Sul.

Não correrá mais sangue, se o ditador renunciar, incontinenti, o falso mandato ou se v. exa., desdobrar sobre nossas plagas infortunadas as garantias constitucionaes que nos fallecem, integrando o Rio Grande do Sul no concerto da Federação Brasileira. Respeitosas saudações. - Deputado Arthur Caetano (apud VARGAS, 1980, p. 83).

O envio da mensagem ao presidente da República constituía-se em estratégia para pressionar o governo federal em prol de uma intervenção no Rio Grande do Sul, a fim de destituir de Borges de Medeiros enquanto presidente do estado e abolir, ao mesmo tempo, a Constituição Estadual (LOVE, 1975). O pedido de intervenção federal seria a única saída para destituir o novo governo de Borges de Medeiros, justificada pela impossibilidade de representação política e de alternância de poder no estado. O discurso da fraude eleitoral – utilizado também pelos rebeldes – produzida pela máquina política do PRR recaía sobre o discurso da necessidade de se pegar em armas para destituir o governo considerado ilegítimo.

Ao clamar pelo apoio de Arthur Bernardes, Arthur Caetano fez recordar que essa mesma oposição a Borges de Medeiros, do qual ele era representante, havia estado ao lado de Bernardes na campanha presidencial de 1922 no estado, ao passo que os republicanos do PRR haviam apoiado a candidatura de Nilo Peçanha, que recebeu mais votos que Bernardes no Rio Grande do Sul. Ao afirmar que Passo Fundo havia sido um “baluarte do bernardismo”, Arthur Caetano provavelmente visava demonstrar que, no estado, aqueles que haviam apoiado a candidatura do presidente agora eleito sofriam perseguição política por parte do governo borgista.

Coube ao ex-comandante e republicano dissidente João Rodrigues Menna Barreto tornar-se o principal chefe militar naquele momento, sendo aclamado General do então Exército Libertador e secundado por outros líderes de igual importância, como Salustiano de Pádua e João de Souza Ramos (Jango do Padre), federalistas veteranos da Guerra Civil Federalista (1893-1895). Na sequência, foi também proclamada a emancipação do distrito, que passou à nomenclatura de *Assisópolis*, em homenagem à Assis Brasil.

A emancipação do distrito pode apontar para a reafirmação do

âmbito de disputas enraizadas em disputas políticas precedentes. A emancipação de Carazinho havia sido tema de disputa entre os republicanos do PRR de Passo Fundo recentemente. A discussão em torno da questão, inclusive, fora uma das pautas de oposição de Nicolau Vergueiro em relação ao intendente Pedro Lopes de Oliveira (1917-1920), já que aquele defendia a necessidade de se emancipar a Colônia Erechim enquanto este tendia a pleitear a emancipação de Carazinho. De acordo com Prates (2001), em função da ação de Vergueiro como presidente do Conselho Municipal²⁵, em 1918, a Colônia Erechim foi emancipada, a contragosto do coronel Lolico. É possível que a “emancipação perdida” tenha sido mais um dos argumentos utilizados localmente pelos rebeldes contra Vergueiro e contra Borges de Medeiros, o que é lícito pensar, uma vez que o posicionamento do coronel Lolico era favorável aos rebeldes, sem os quais seria impensável qualquer tentativa de deposição do governo instituído.

No dia 24 de novembro, os rebeldes ainda tomaram a estação ferroviária de Carazinho e depois a de Pinheiro Marcado, na direção oposta à Passo Fundo, dominando a retaguarda da linha que conduzia à sede do distrito. A última estação a que os governistas poderiam chegar era a de Santa Bárbara, nos limites do município de Cruz Alta. Ao anoitecer, o contingente rebelde de *Assisópolis* marchou em direção à sede do município de Passo Fundo, acampando a duas léguas da cidade (D'ÁVILA, 2003). A ação foi seguida pelos rebeldes do distrito de Coxilha, de Marau, de Campo do Meio e de Sede Teixeira, que completaram a ocupação de todas as vias de acesso do núcleo urbano passo-fundense. No amanhecer do dia seguinte, a cidade de Passo Fundo estava sitiada.

²⁵ A VOZ DA SERRA. *Honroso officio*. Passo Fundo, 22 maio 1918, capa. Acervo do IHPE.

O sítio à cidade de Passo Fundo: os governistas enquadrados

O cerco à cidade de Passo Fundo foi a primeira movimentação organizada pelas forças rebeldes no contexto da revolta armada e é considerado o estopim do conflito em todo o Rio Grande do Sul. A cidade de Passo Fundo, no contexto, tinha vital importância estratégica. Para além das vias de ligação terrestre, que interligavam a cidade aos demais municípios do norte, como Erechim, além de Lagoa Vermelha, Cruz Alta, Soledade e Guaporé, a presença da estrada de ferro agregava importância singular ao município. Rapidamente, no início da revolta armada, os rebeldes conseguiram tomar o controle sobre todo o trecho ferroviário entre a cidade de Passo Fundo e a última estação localizada em território sul-rio-grandense, Marcelino Ramos, em Erechim. Dessa forma, havia-se bloqueado o principal e mais rápido meio de deslocamento de indivíduos, mercadorias e de aparato militar entre o estado do Rio Grande do Sul e o restante do país. Com um trem de passageiros e dois trens de lastro, os revoltosos utilizaram a linha para reunião e manejo de suas tropas. Ademais, podemos supor que assegurar a linha férrea também significasse garantir a entrada do Exército Federal no Rio Grande do Sul, caso a intervenção federal, objetivo a ser alcançado com a revolta, fosse declarada pelo presidente Arthur Bernardes.

A maior estação nesse trecho entre Carazinho e o restante da malha que a ligava ao resto do país era justamente a da cidade de Passo Fundo, que contava também com uma estação de telégrafo. No curso das ações, os rebeldes cortaram as linhas de telégrafo e, posteriormente, os cabos que distribuíam a energia elétrica da Usina Municipal para a cidade, que ficou às escuras²⁶.

²⁶ A NOITE. *Ainda perturbada a ordem no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, n. 4015, 3 fev. 1923, capa. HDBNB.



LEGENDA:

⊗ Tropas sitiantes
 ⊗ Escaramuças/tiroteios
 ● Defesa governista

- | | |
|--|---|
| <p>1 Tiro de Guerra nº 225</p> <p>2 Acampamento da Brigada</p> <p>3 Gare</p> <p>4 Delegacia de Polícia</p> | <p>5 Clube Pinheiro Machado</p> <p>6 Intendência Municipal</p> <p>7 Quartel do Exército Federal</p> |
|--|---|

Mapa do cerco à cidade de Passo Fundo, durante o início da guerra civil de 1923, elaborado por Alex Antônio Vanin. Fonte: VARGAS, Álvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho*: notas sobre trezentos anos de história (1631-1931). Carazinho: Empresa Gráfica Carazinhense, 1980, p. 118. Base cartográfica: XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. Planta da Cidade de Passo Fundo. 1929. Acervo IHPPF.

Sem o telégrafo, a administração do intendente Nicolau Vergueiro ficou impossibilitada de comunicar-se com o governo estadual, tendo de enviar mensageiros a Soledade para comunicar de lá a situação em que se encontrava a cidade sitiada²⁷.

Para combater o movimento sedicioso, Borges de Medeiros designou o General Firmino de Paula, republicano veterano das forças da Divisão do Norte e um dos principais expoentes militares do lado governista na Revolução Federalista. A brigada começou a ser constituída ainda antes da eclosão da revolta, dado o clima de tensão que a antecederia e que se espalhara por toda a região do município de Passo Fundo, Erechim, Palmeira e Cruz Alta. A ordem era a de auxiliar a ação do governo na manutenção da ordem na região serrana e defender a cidade de Passo Fundo²⁸. Sob o comando do General Firmino, a então denominada Brigada Provisória do Norte partiu da estação ferroviária de Santa Bárbara, em Cruz Alta, sendo transportada em quatro trens armados que partiram em direção a Passo Fundo em horários distintos no início da noite do dia 28 de janeiro. Os trens transportaram, além dos regimentos da Brigada Militar, material para o reparo da linha permanente da estrada de ferro, animais, combustíveis, cavallhada e material de campanha. Ao todo, as forças dispostas para a operação alcançaram um contingente de 1.500 homens, entre a cavalaria e uma infantaria municida com metralhadoras²⁹.

Ao meio-dia do dia 29, a Brigada do Gal. Firmino chegou a Carazinho, berço do movimento armado, sem encontrar resistência, tendo em vista o abandono da localidade pelos rebeldes devido à

²⁷ A NOITE. *A agitação política no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, n. 4012, 31 jan. 1923, p. 4. HDBNB.

²⁸ A Federação. Porto Alegre, n. 25, 29 jan. 1923, p. 5.

²⁹ Idem.

aproximação dos carros-armados³⁰. Aos governistas, os rebeldes haviam deixado obstáculos, danificando a linha e inutilizando as caixas d'água de abastecimento das locomotivas³¹. Para atrasar o avanço das tropas legalistas, os assististas confiscaram gados, automóveis, armamentos, munições e víveres, retirando-se de Carazinho e engrossando as fileiras do Exército Libertador na região³². Enquanto isso, na cidade, o cerco continuava forte: na noite do dia 29 e madrugada do dia 30 de janeiro, houve intensos tiroteios, mas que não chegaram a se tornar combates abertos³³.

Ao fim da tarde do dia 30, os trens blindados avançaram sobre a cidade de Passo Fundo. Não houve rompimento do cerco, pois ele foi debelado durante o avanço da Brigada do General Firmino de Carazinho a Passo Fundo. Não foi travado combate na entrada da cidade, pois os rebeldes remanescentes optaram por bater em retirada, unindo-se aos seus comandantes e tomando rumo em direção ao norte, para Palmeira e Erechim. Ainda nesse mesmo dia, de acordo com telegrama do General Firmino enviado a Borges de Medeiros e publicado n'*A Federação*, o coronel Lolico dissolveu a força que havia arregimentado para combater os governistas³⁴. No dia 31, não havia mais cerco à cidade. Os sitiantes abandonaram o cerco sem dar combate às tropas da Brigada Provisória.

Nos dias seguintes, foram reestabelecidos a energia elétrica, o serviço de telegrafia e o tráfego da estrada de ferro até a sede do município Passo Fundo, embora ainda estivesse interrompido até Marcelino Ramos. Informado por Borges de Medeiros sobre a situação,

³⁰ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 27, 31 jan. 1923, p. 4. HDBNB.

³¹ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 26, 30 jan. 1923, p. 5. HDBNB.

³² A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 28, 1º fev. 1923, p. 4. HDBNB.

³³ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 32, 6 fev. 1923, p. 3. HDBNB.

³⁴ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 27, 31 jan. 1923, p. 4.

o presidente Arthur Bernardes ordenou ao Ministro da Guerra o envio de tropas de patrulha do 7º Regimento de Infantaria do Exército Federal para guarnecerem as estações ao longo do trecho Cruz Alta-Passo Fundo, a fim de garantir o não-interrompimento do tráfego, tarefa à qual se limitou aquele contingente, sem efetivamente se engajar no combate aos revolucionários ao lado das tropas estaduais³⁵. O mesmo posicionamento foi mantido em relação aos rebeldes: ao fim, Bernardes não realizou a intervenção federal no Rio Grande do Sul, contrariando o desejo daquela facção política.

Depois do cerco, a cidade de Passo Fundo tornou-se quartel geral das forças borgistas, não mais sendo ameaçada pelos rebeldes. Os combates fora da cidade, nos distritos de Passo Fundo, todavia, continuaram por todo o ano, até o armistício e a paz firmada em dezembro de 1923. Dali em adiante, o conflito que havia sido descrito nas páginas do jornal *A Federação* como circunscrito aos distritos rurais de Passo Fundo e Palmeira, alastrou-se por outras regiões do estado, ao passo que outros membros da oposição ao governo Borges de Medeiros pegaram em armas.

A Mensagem do intendente: a narrativa e a fotografia

O relato talvez mais extenso sobre a guerra civil da parte dos governistas em Passo Fundo, é justamente aquele realizado por Nicolau Araujo Vergueiro ainda no ano de 1923. Na *Mensagem apresentado ao Conselho Municipal*³⁶, de 15 de novembro de 1923, o intendente pretendeu elaborar uma síntese da sua gestão durante o segundo ano

³⁵ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 29, 2 fev. 1923, p. 5.

³⁶ Tais Mensagens eram documentos o qual o intendente prestava contas da sua gestão ao Conselho Municipal e, conseqüentemente, à comunidade.

de seu mandato, compreendido entre novembro de 1922 e novembro de 1923. Dada a excepcionalidade do período da guerra civil, esta permeou todo o relato de Vergueiro, não apenas no tocante à movimentação armada e os conflitos, mas também em como o movimento armado havia impactado em todos os âmbitos da administração municipal. Logo, o relato também se concentra em descrever as condições gerais do município acerca da ordem pública, saúde, educação e outros, mas sempre aludindo aos prejuízos causados pelo movimento revolucionário.

Vale dizer que quando esse relato foi composto a guerra civil ainda não havia chegado ao seu fim. Em fins de outubro de 1923, o presidente Arthur Bernardes nomeou o então Ministro da Guerra, Fernando Setembrino de Carvalho, para a mediação da pacificação no Rio Grande do Sul, após diversas tentativas infrutíferas realizadas ao longo do ano. Por meio da intervenção do ministro, que conferenciou com Borges de Medeiros no início de novembro, ficou acertado um armistício que passou a vigorar a partir do dia 7 de novembro, e assim a situação se manteria ao longo das tratativas restantes, que conduziriam ao Acordo de Paz de Pedras Altas³⁷, em 14 de dezembro de 1923, que selou o fim do conflito.

A *Mensagem....* foi elaborada justamente no período inicial do armistício, o qual é saudado pelo intendente Vergueiro como uma trégua “auspiciosa” e passível de reconduzir o estado a uma “paz reparadora”, logo no início da narrativa³⁸. A ode à trégua, entretanto, abre alas aos problemas e prejuízos causados pela guerra, pela qual

37 O Acordo de Paz de Pedras Altas, também denominado “Pacto de Pedras Altas”, ocorreu em 14 de dezembro de 1923, em Bagé, no castelo que era residência de Assis Brasil. Ver mais em: PAZ, Paula Vanessa Ribeiro. *A repercussão da Revolução de 1923 na Câmara dos Deputados e as negociações para a paz no Rio Grande do Sul*, nesta coletânea.

38 MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924, p. 3.

eram responsabilizados nominalmente pelo intendente os rebeldes do município e região, sendo mencionados João Rodrigues Menna Barreto, Salustiano de Padua, Simeão Machado, Antonio Quim Cesar, João de Souza Ramos, Fernando Goelzer e do ex-intendente Pedro Lopes de Oliveira. Para Vergueiro, desde antes do cerco à Passo Fundo, ainda em princípios de janeiro, o movimento sedicioso já estava em curso, dada a organização dos grupos armados nos distritos do município³⁹.

Ao tratar do cerco à cidade especificamente, ocorrido entre 24 e 31 de janeiro de 1923, Vergueiro salientou a ação das forças legalistas no empenho em resistir, assinalando a inferioridade numérica dos sitiados e o êxito das ações de diversos agentes, além do uso estratégico do trecho da malha ferroviária que cortava o traçado urbano de Passo Fundo na resistência ao cerco. Nessa ocasião, organizada por Julio Ávila, inspetor de tráfego da VFRGS, criou-se uma linha de deslocamento ferroviário interno, conectando duas saídas da cidade, a de Nonoai e a de Marau, onde foram construídas trincheiras⁴⁰. De acordo com Vergueiro,

Apesar de tamanha disparidade numerica, foi a causa legal sustentada tão vigorosamente pelos heroicos defensores da praça, que em 8 dias de lucha jamais os sitiantes conseguiram pôr pé em qualquer ponto della, e por vezes foram rechassados em suas posições, graças à alta vigilancia, feliz distribuição e céleres movimentos da defesa, organizada e dirigida pelo tenente-coronel João Candido Machado, que nas vésperas do sitio chegára, de Porto Alegre, com a missão de organizar aqui o corpo provisório que

39 MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Nicolau Araujo Vergueiro. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924, p. 4.

40 A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 32, 6 fev. 1923, p. 3. HDBNB.

hoje tem a numeração de 6º e é commandado pelo tenente-coronel Edmundo Oliveira.

Devo consignar que poderosamente concorreu para a defesa da praça o serviço ferro-viario organizado pelo Dr. Julio Avila, digno inspector do trafego da Viação Ferrea, visto que com os trens assim preparados, podiamos manter inexpugnável uma extensa linha cobrindo a maior parte da cidade e arredores.

A Mensagem..., entretanto, segue dissertando sobre os demais sucessos de combate aos revolucionários ocorridos no município e na região, exaltando o papel das forças legais em vários combates, como no Combate de Quatro Irmãos e no Combate do Desvio Giarretta, ambos ocorridos em Erechim, e as derrotas infringidas pela Brigada do Norte aos piquetes revolucionários de Leonel Rocha, em Carazinho, mas que tiveram na cidade de Passo Fundo e no 1º Corpo Provisório ali sediado, o ponto de ancoragem para o desenvolvimento dessas ações³⁹. Ao fim do relato, o intendente mais uma vez fez deferência aos protagonistas da resistência ao sítio levado sobre a cidade, enaltecendo as ações do tenente-coronel João Candido Machado, do general Firmino de Paula e de seu substituto, o Tenente-coronel Theodoro de Moraes Silveira, que ao tempo do relato chefiava o quartel general da Brigada do Norte, então estabelecido em Passo Fundo⁴⁰.

Notável, contudo, é o fato de o relato ser ilustrado por uma série de 14 fotografias, algo que não era comum para a época este número de imagens em um documento do gênero. Como explica Mauad (2008, p. 23),

Em relação à narratividade da imagem visual, opera-se principalmente com a noção de série, na qual o conjunto de imagens estabelece a lógica de repre-

sentação do objeto fotografado [...]. É o caso das fotoreportagens, dos álbuns de família, das coleções autorais, ou ainda, das seleções temáticas. Nestes exemplos, a narrativa visual é garantida pela relação entre as imagens e das imagens em outros textos, inclusive de caráter não verbal.

As fotos sobre as quais nos debruçamos retratam, em sua maioria, cenas de durante e após o cerco à cidade, sempre destacando pessoas e as nomeando na legenda, como os comandantes militares que estiveram envolvidos na defesa de Passo Fundo ou que estavam no comando de postos militares importantes no momento da redação do documento. Nas primeiras páginas, a união entre o relato dos acontecimentos, permeado pelos retratos dos comandantes, potencializa o conjunto de texto e imagem, ou seja, possibilita leituras a partir da narrativa do conjunto e de sua intertextualidade, podendo levar a uma interpretação do que imagem e texto, na série, e no todo, tem a dizer sobre o documento e sua intencionalidade lado a lado com os momentos históricos já abordados anteriormente.

Nosso olhar para com esta série de fotografias e o documento, dá-se a partir dos apontamentos metodológicos apresentados pela pesquisadora e autora Ana Maria Mauad, em seu livro *Poses e Flagrantes: ensaio sobre História e Fotografia*. A interpretação das 14 fotografias, ao olhar o documento, deu-se a partir de alguns questionamentos e inquietações iniciais: por que um documento deste gênero incluiu fotografias e nesta quantidade, já que não era algo habitual para o período e em uma cidade no interior do estado?; quais os assuntos e elementos aparentes nestas imagens?; o número de vezes em que o General Firmino de Paula e o Intendente Municipal Nicolau Araújo Vergueiro aparecem; os tipos de enquadramento realizados pelo(s) fotógrafo(s); e o formato de aplicação da fotografia no documento.



Figura 1. Retrato do General Firmino de Paula.

Figura 2. Registro do embarque do General Firmino no trem que o levaria de volta a Cruz Alta, depois do fim do cerco à cidade de Passo Fundo.





Figura 3. Nesta foto posada em estúdio, vê-se, sentado, o Tenente-coronel Theodoro de Moraes Silveira, comandante interino da Brigada do Norte, e, apoiado na balaustrada, o Capitão Ulysses Rodrigues, secretário da mesma Brigada.

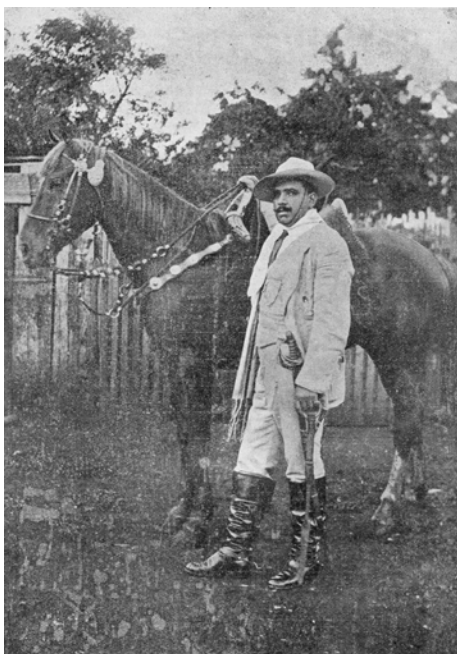


Figura 4. O Capitão Luiz Magalhães posa para a foto em estúdio, apoiado em sua espada.

Figura 5. O Tenente-coronel Victor Dumonvel Filho, posando montado em seu cavalo.



Figura 6. O Tenente-coronel Edmundo Dalmacio de Oliveira, o “Coronel Mundica”, em vestes civis, posando em frente ao seu cavalo.



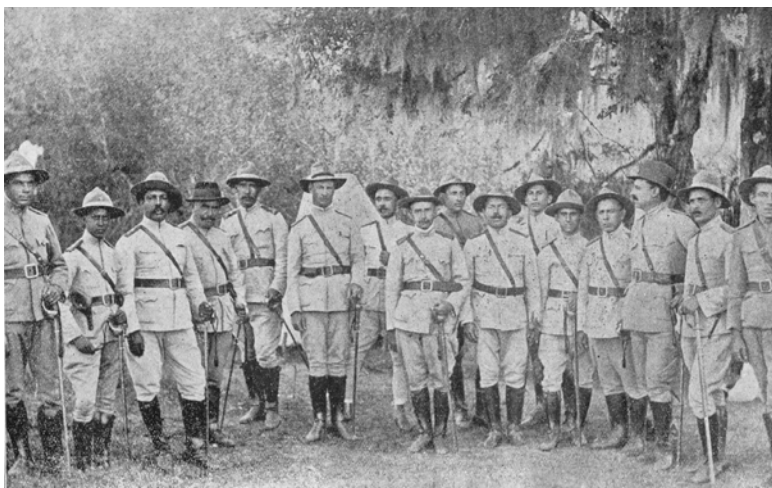


Figura 7. Oficialidade do 1º Regimento da Cavalaria da Brigada Militar, no acampamento da Brigada, próximo às margens do rio Passo Fundo. Na 6ª posição, da esquerda para a direita, vê-se o Tenente-coronel Claudino Nunes Pereira, comandante do regimento.

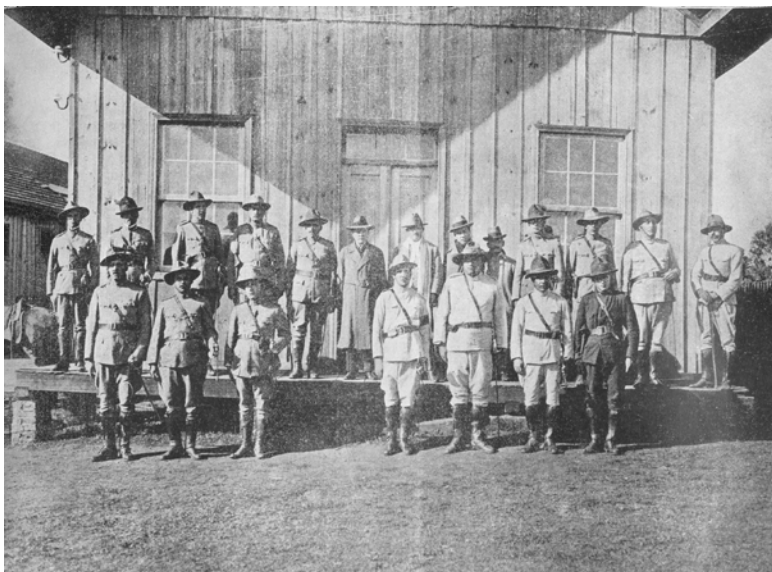


Figura 8. Comandantes e oficiais do Corpo Provisório da Brigada Militar. Na segunda fileira, da esquerda para a direita, da 4ª a 8ª posição, vê-se o Tenente-coronel “Mundica”, o General Firmino de Paula, o intendente Nicolau Vergueiro e o jornalista d’*A Patria*, Alfredo Guimarães.

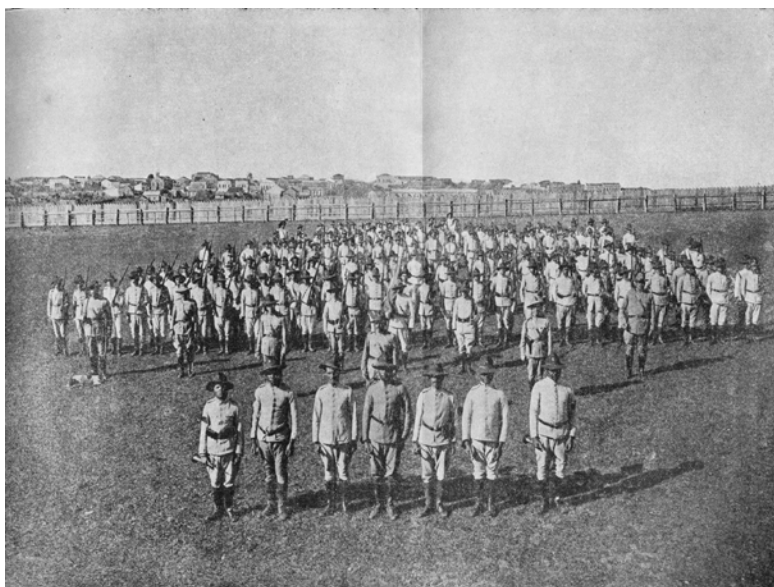


Figura 9. Integrantes do Corpo Provisório da Brigada Militar nos arrabaldes da cidade (atual Vila Vergueiro). Ao fundo, vê-se um panorãma do núcleo urbano.

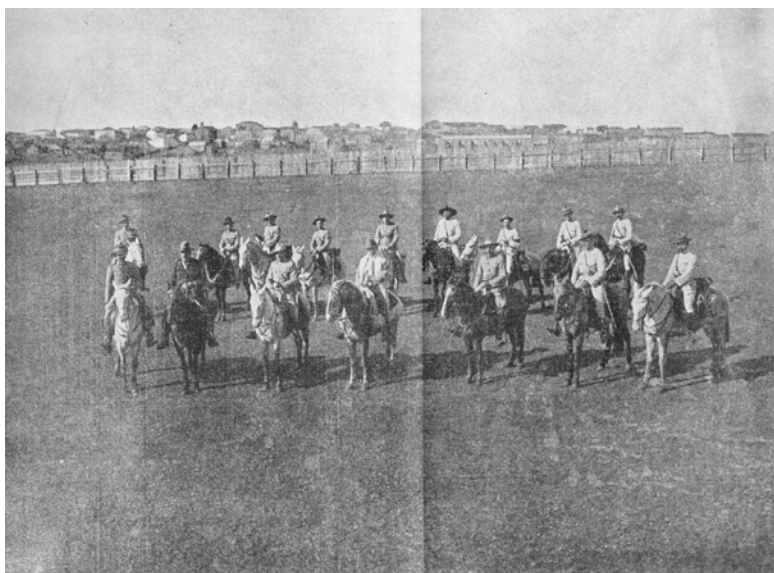


Figura 10. A oficialidade do Corpo Provisório da Brigada Militar junto ao intendente Nicolau Araujo Vergueiro, posicionado ao centro, em vestes civis.

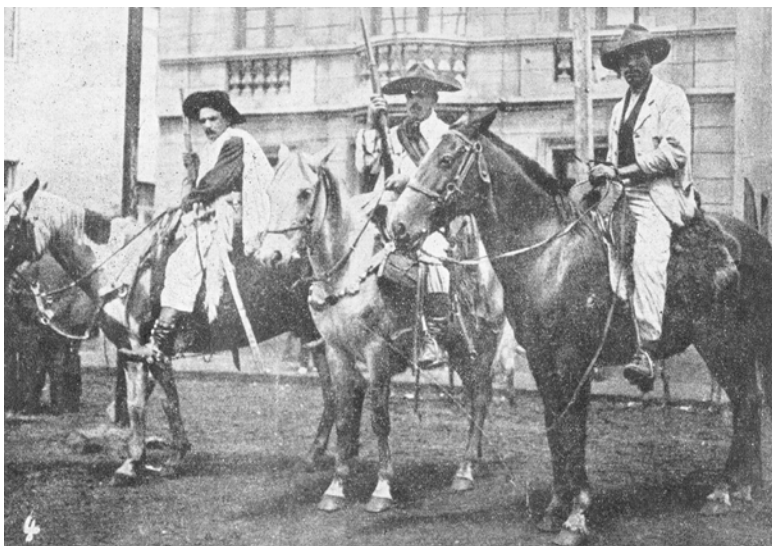


Figura 11. Três governistas civis armados e montados a cavalo de frente ao Fórum da Comarca de Passo Fundo (atual Teatro Múcio de Castro), à Avenida Brasil, durante o cerco à cidade; o primeiro, da direita para a esquerda, é o estancieiro Lauro Xavier de Castro.

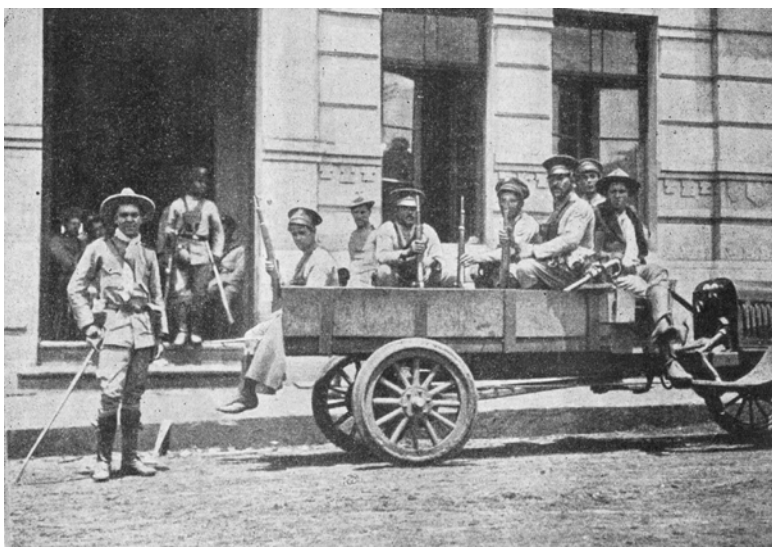
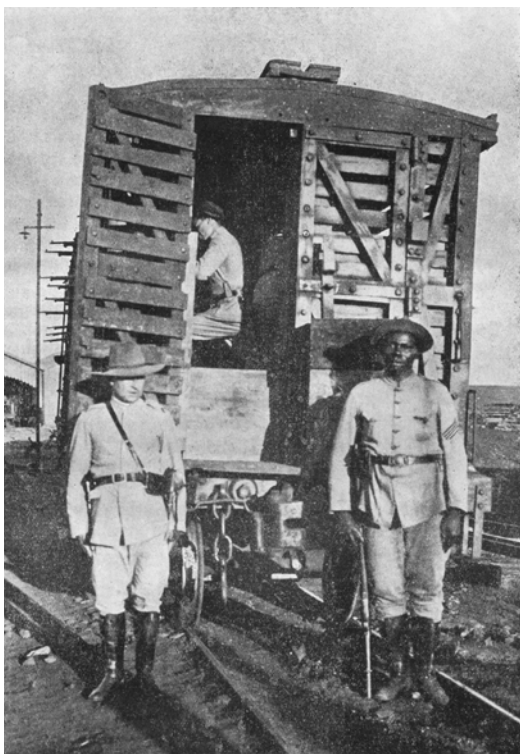
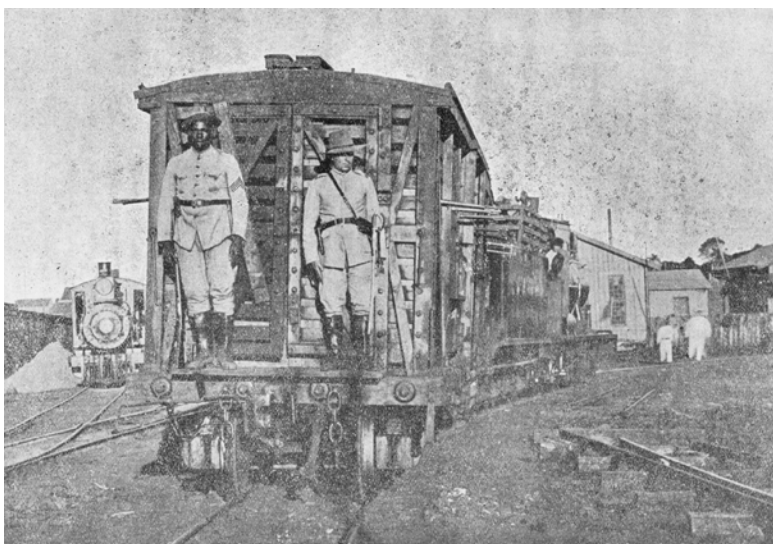


Figura 12. Parte do contingente do Corpo Provisório em veículo motorizado de frente à Intendência Municipal (atual Museu Histórico Regional), pronto para deslocar-se às linhas de defesa da cidade, durante o cerco.



Figuras 13 e 14. Duas vistas do trem-blindado que serviu à defesa dos governistas do ataque dos sitiados durante o cerco. Pode-se ver, na primeira foto, os atiradores posicionados dentro das trincheiras internas do trem, montadas com sacos de areia. Na segunda foto, vê-se que o carro-armado está estacionado no pátio da Gare de Passo Fundo.

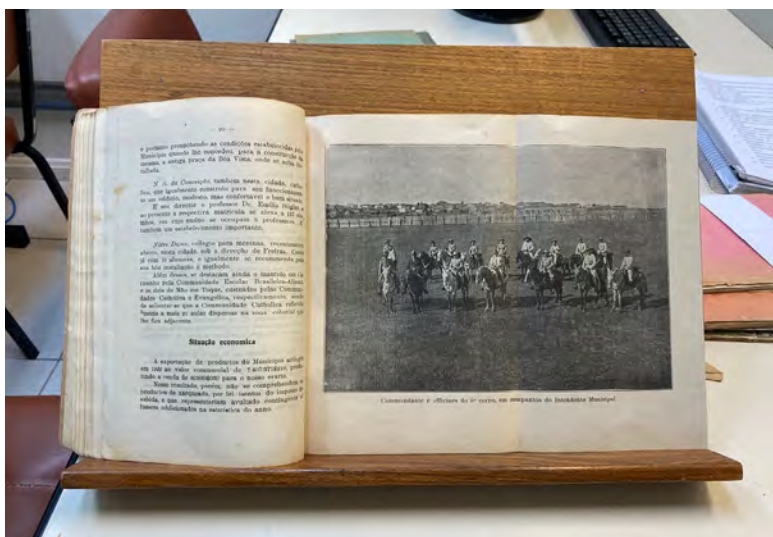


Ao folhear a *Mensagem...* temos a capa, a folha de rosto e antes de qualquer texto já temos um retrato. A primeira fotografia (Figura 1) do documento, é um retrato do General Firmino de Paula. Tal imagem é um recorte de outro enquadramento⁴¹, no qual há uma aparente manipulação que altera o fundo da imagem onde, na foto original, ele está junto com outros indivíduos. A imagem recortada passou por um processo de retoque na feição do retratado, chega a parecer uma pintura, o que também se percebe na sua mão esquerda que está com a mão no bolso, fora isso é perceptível se tratar da mesma pose do general em ambas as imagens. A imagem reenquadrada torna-se um retrato individual dele, se destacando no documento pelo ato do recorte, por colocá-lo em destaque, retirando os demais indivíduos da imagem, e sendo o indivíduo que vem à frente do próprio texto do documento, o que, também, sinaliza a importância da imagem fotográfica, aqui, antes mesmo do conteúdo textual.

O general aparece em outros retratos. Na segunda fotografia, (Figura 2), sequência da primeira, em um enquadramento espontâneo, ou seja, ele não estava a olhar para o equipamento fotográfico, ele se encontra de costas para o produtor da imagem e adentrando em um trem, o que é registrado pela legenda, no seu retorno à Cruz Alta após o fim do cerco à cidade de Passo Fundo. Na seguinte (Figura 8), a terceira imagem na qual ele aparece e é identificado na legenda, a fotografia é um retrato em que ele e mais 19 pessoas, totalizando 20, estão posando para o fotógrafo. A pose é perceptível pelo alinhamento do enquadramento, do posicionamento e postura de

⁴¹ A imagem no enquadramento original está na edição 1.081 da revista *O Malho*, de 1923. Na fotografia, o General Firmino aparece ao centro da fotografia, sentado na mesma posição do recorte, a não ser pela mão esquerda, que se encontra sob a perna esquerda; o general está sentado de frente a uma barraca, possivelmente no acampamento da Brigada Militar em Passo Fundo, ladeado por oficiais daquela instituição. Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, ed. 1.081, 2 jun. 1923, p. 26. Acervo da HDBNB.

todos os indivíduos na imagem e porque todos estão a olharem para a câmara. Nela são identificados alguns dos retratados de acordo com a legenda: “General Firmino Paula, Dr. Nicolau Araujo Vergueiro, Alfredo Guimarães, representante do jornal ‘A Patria’, do Rio de Janeiro, e commandante e officiaes do 6º corpo”, localizados no centro da fileira dos soldados do 6º Corpo e no centro da fotografia⁴². Esta é a primeira de três fotografias que são ampliadas fisicamente no documento, ficando em um tamanho maior que as demais, e, também, maior que o próprio formato fechado do impresso, o que as destaca no processo de folhear o documento e na identificação dos rostos de cada um na ampliação.



Detalhe da amplitude que a imagem toma ao ser expandida dentro da *Mensagem*....
Fotografia de Fabiana Beltrami da Silva.

⁴² Essa fotografia é posterior ao cerco de Passo Fundo, o que nos foi possível de identificar através do jornalista do período *A Patria*, Alfredo Guimarães que foi enviado ao Rio Grande do Sul para cobrir os eventos da guerra civil. De acordo com o *Correio do Povo*, Guimarães chegou ao estado em junho de 1923 e, na sequência, passou a percorrer o interior do Rio Grande do Sul. Fonte: CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 9 jun. 1923. Acervo do Correio do Povo.

Ao folhear as páginas encontram-se mais duas imagens (Figuras 9 e 10) que seguem a ordem do documento, e que apresentam um conjunto maior de oficiais, posando formalmente como soldados. Nelas é utilizado o mesmo recurso físico no documento, o da ampliação da imagem no dobro do tamanho da folha, proporcionando que ela fique maior que as demais. Também, além de perceber a pose organizada dos fotografados, é visível a posição destacada do produtor da imagem, o fotógrafo, em ambas as fotos, em que ele realizou o enquadramento em um ângulo de visão mais alto, distante do chão, o que proporcionou uma profundidade de campo a partir de uma composição que mostra um número expressivo de pessoas e contextualizando o local da fotografia com a cidade ao fundo. O enquadramento permanece na outra fotografia (Figura 10), destacando-os a partir do mesmo ângulo, com um número menor de indivíduos na imagem, na qual vê-se, à paisana e ao centro, o Intendente Nicolau Araujo Vergueiro, ladeado, à esquerda, pelo Tenente-Coronel Mundaica e o restante do oficialato do 6º Corpo Provisório.

Os retratos mais formais, produzidos em estúdio, eram o tipo de fotografia mais comum em documentos oficiais e jornais impressos, apresentando indivíduos que tinham sua importância atestada e reconhecida na sociedade. É o caso das Figuras 3 e 4. São dois retratos, feitos no mesmo estúdio, em que aparecem o Tenente-coronel Theodoro de Moraes Silveira, comandante interino da Brigada do Norte e o Capitão Ulysses Rodrigues, secretário da mesma brigada. Sugere-se, pela aparência e características dos objetos na imagem – como as balaustradas⁴³ –, que são exatamente as mesmas nas duas imagens apenas em posição diferente, que se tratava de um estúdio fotográfico. Era comum os militares fazerem retratos como estes, em

⁴³ Colunas cenográficas usadas pelos ateliês de retratos e que foram incorporados aos estúdios de fotografia.

estúdio, e pedir a ampliação de mais cópias para entregar aos familiares, amigos, conhecidos e até mesmo, dependendo do cargo e do protagonismo na sociedade em que viviam, produzir um clichê⁴⁴, para uso em gráficas e reprodução da imagem em documentos⁴⁵.

Há também os retratos que não foram feitos dentro de um estúdio, mas no ambiente de atuação do indivíduo em questão, como é o caso das figuras 5 e 6, sendo respectivamente os retratados do Tenente-coronel Victor Dumoncel Filho, comandante do 1º Corpo da Brigada do Norte e o Tenente-coronel Edmundo Oliveira, comandante do 6º Corpo da Brigada. É visível o cenário de ambas as fotografias apresentando um ambiente mais próximo ao campo do que a cidade, destacando a espada e o cavalo, equipamentos fundamentais para o uso bélico do período, indicando que deviam estar em atividade. O destaque a estas figuras sugere-se em função dos cargos ocupados e, também, pelo cenário e a indumentária que aludem ações em combate. O Tenente-coronel Edmundo Oliveira havia se destacado na defesa da cidade de Passo Fundo durante os dias do cerco, mas não só: posteriormente foi agente ativo nos combates aos revolucionários na região de Passo Fundo à testa do 6º Corpo Provisório, como já vimos anteriormente; já o Tenente-coronel Victor Dumoncel Filho alcançou notoriedade à frente do 1º Corpo da Brigada do Norte, ao comandar os ataques aos rebeldes na região de Passo Fundo e Erechim, principalmente, ao longo dos meses subsequentes ao cerco da cidade.

A Figura 7 também é um retrato fora do estúdio, mas com uma pose em que estão espremidos pelo enquadramento, de forma que se

⁴⁴ O clichê era um tipo de carimbo feito de zinco que era usado na reprodução de uma imagem em papel.

⁴⁵ O uso do clichê no período analógico era utilizado por muito tempo, o que muitas vezes fazia com que um mesmo indivíduo não envelhecesse nas páginas de jornais, documentos e revistas, já que poderia ser usado o mesmo clichê por décadas.

percebe que eles não estão alinhados, sendo que alguns estão mais de perfil, outros estão posicionados bem frontalmente e outros de lado. Este desalinhamento, sugere uma certa informalidade do momento, talvez uma pausa ao cotidiano dos combates para fazer a pose e a fotografia. Na cena, fica aparente o cenário, onde os militares estão no campo, indicando a sua mobilização, junto ao Tenente-coronel Claudino Nunes Pereira, comandante e oficialidade do 1º Regimento da Cavalaria da Brigada Militar, veterano governista que havia combatido os federalistas na Revolução de 1893. Na foto, Claudino Nunes Pereira é o sexto homem posicionado da esquerda para a direita; os demais fazem parte da oficialidade daquele regimento. A mesma foto encontra-se publicada n’*O Malho*, junto a uma outra, registrada na mesma ocasião, com os mesmos indivíduos posicionados em pé ao redor de uma mesa improvisada, encimada por uma arma pesada e de grosso calibre⁴⁶. Por meio desta segunda fotografia, descobrimos que o cenário é o acampamento da Brigada Militar em Passo Fundo, e a ocasião da fotografia é um treinamento realizado com fuzis-metralhadora, possivelmente logo após o cerco da cidade ter sido debelado⁴⁷.

As Figuras 2, 11, 12, 13 e 14 referendam uma espécie do cotidiano das ações bélicas durante a revolução. Nestas fotografias as legendas indicam a “ação” da cena, como se explicassem o que estava acontecendo no instantâneo da fotografia e na revolução. Alguns dos elementos que tomam conta do enquadramento nas imagens dão um tom de deslocamento, de movimento das tropas, já que em todas aparecem um meio de transporte – o cavalo, o caminhão e o

⁴⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, ed. 1.081, 2 jun. 1923, p. 26. Acervo da HDBNB.

⁴⁷ Na fotografia aparece o Capitão Jayme José Machado, morto em combate em 3 de março de 1923, na Serrinha, então município de Palmeira. Este dado nos permite afirmar que essa fotografia foi tirada ainda no período inicial da atuação da Brigada Militar em Passo Fundo durante a guerra civil.

trem. No documento, como tratado anteriormente, a ferrovia foi personagem ativa da revolução e está aparente em três das imagens do impresso. E, diferente da Figura 2, já citada anteriormente, que identifica a ação do general de estar em trânsito no momento da captura da foto com o vagão do trem incluso na imagem, as figuras 11, 12, 13 e 14 mostram, de acordo com a legenda, civis e soldados posando para a imagem, olhando para o equipamento fotográfico, o que traz indícios de que o profissional da fotografia estava a acompanhar e a registrar uma determinada narrativa dos acontecimentos, pelo menos em parte das imagens desta série.

Na Figura 11, do que se depreende a partir da legenda e da composição dos indivíduos no enquadramento, trata-se de um conjunto de homens montados a cavalo que estava defronte ao então Fórum da Comarca de Passo Fundo (atual Teatro Múcio de Castro), no centro da organização militar, posando para o fotógrafo. Os homens a cavalo que posam para a foto são civis, tendo-se em primeiro plano, à direita, o Capitão Lauro Xavier de Castro, latifundiário local e de tradicional família vinculada à facção governista local. A intenção do fotógrafo talvez tenha sido a de demonstrar que não apenas os militares designados tomaram parte nos confrontos, mas também a população civil que se armou e se engajou na luta em defesa do governo instituído. Essa fotografia, à diferença das demais, tem na parte inferior esquerda a numeração “4”, o que pode sugerir que o fotógrafo tenha realizado uma série de fotografias e que esta pertencesse a um conjunto maior.

Vale apontar que as fotografias da *Mensagem...*, não têm nenhum carimbo ou marca d'água de nenhum fotógrafo. Entretanto, sabemos que parte destas fotografias, foram registradas pelo fotógrafo Benjamin D'Agnoluzzo. Isto afirmamos com base em reproduções de algumas dessas mesmas fotografias na revista *O Malho*,

do Rio de Janeiro, em três edições do periódico publicadas ao longo de 1923, que foram enviadas àquela revista pela Agência Gaúcha, de Porto Alegre⁴⁸. As Figuras 8, 9 e 10, aparecem reproduzidas naquela revista com o carimbo do estúdio *Photo Moderna*, que, entre 1920 e 1930 realizou centenas de registros fotográficos de cenas urbanas e imagens do cotidiano em Passo Fundo, de autoria identificável graças aos carimbos ou chancelas do estúdio identificados nas ampliações.

Nascido em 1897, filho de Giovanni Battista D'Agnoluzzo e Maddalena Luisa Vissat, imigrantes italianos da região do Friuli-Venezia-Giulia que se estabeleceram na Colônia Conde D'Eu (atual Bento Gonçalves/RS) na década de 1880, Benjamin chegou em Passo Fundo em 1920 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018). Na cidade, funda a *Photo Moderna*, em sociedade com Apolinario Rodrigues Adames. A *Photo Moderna de D'Agnoluzzo e Adames* funcionava à Avenida Brasil, n. 38, em frente ao templo da Igreja Metodista e se manteve sob esta nomenclatura até 1925, quando a sociedade foi desfeita e D'Agnoluzzo passou a atuar de maneira independente, conservando o nome *Photo Moderna*. Quanto a Apolinario Adames, supomos que não fosse um profissional da fotografia, mas um investidor e patrocinador do estúdio dentro daquela sociedade.

Como era comum aos profissionais do período, os fotógrafos eram itinerantes. Parte das vezes, mediante oportunidade de estar em determinada localidade, como único profissional da área, era contratado para eventos como casamentos, festividades religiosas, aniversários, velórios, entre outros, como também quando o fotógrafo anunciava nos jornais e folhetins que estaria visitando determinada região/cidade, o que facilitava uma contratação prévia.

⁴⁸ As fotografias encontram-se reproduzidas nas seguintes edições: O MALHO. Rio de Janeiro, ed.1106, 24 nov. 1923, p. 31. Acervo da Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional Brasileira; e O MALHO. Rio de Janeiro, ed. 1103, 3 nov. 1923, p. 25. Acervo da Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional Brasileira.

Esta mobilidade necessária à profissão no período, fazia com que o trânsito dos equipamentos e do profissional da fotografia fosse dispendioso, mas algo corriqueiro. Foi provavelmente isso que ocorreu com o fotógrafo D'Agnoluzzo e outros possíveis autores anônimos das demais fotografias reproduzidas no documento oficial redigido pelo intendente municipal.

De acordo com a própria *Mensagem...* houve um crescimento de mais três estabelecimentos fotográficos em Passo Fundo no período – a saber, para além de Benjamin D'Agnoluzzo, atuaram, nesse mesmo período, Candido de Athayde D'Ávila, do estúdio *Photo Ávila*, e Otto Spalding, da *Photo Otto* –, o que permite a possibilidade de ter mais de um produtor das 14 imagens fotográficas que fazem parte do documento. Essa particularidade, também se sobressai quando observamos as mensagens dos anos anteriores e encontramos apenas quatro fotografias em documentos do gênero, sendo que uma é de 1922, também escrita por Nicolau Araujo Vergueiro.

Considerações finais

Há ainda muito a ser explorado sobre o contexto da guerra civil de 1923 e Passo Fundo, seja em relação à cidade ou ao município como um todo. No presente texto propusemo-nos a explorar os antecedentes da eclosão do movimento de contestação armada e as primeiras ações no território passo-fundense, *locus* do estopim da revolta e da primeira ação armada por parte dos rebeldes, isto é, o cerco à cidade de Passo Fundo. Na sequência, aprofundamos a análise sobre o período do sítio, tomando para análise a publicação oficial do governo municipal, redigida pelo intendente Nicolau Araujo Vergueiro.

As imagens inclusas no documento apresentado pelo intendente ao Conselho Municipal, denotam o papel desempenhado

pela tecnologia e pelo profissional da fotografia, no sentido da importância de se fazer presente neste contexto e momento histórico para apresentar um acontecimento, o que potencializou o circuito social da imagem por quem produziu e fez circular o documento, bem como sua possível repercussão. A partir da produção, e da mensagem contida nele - passíveis, por óbvio, de outras interpretações para além daquela aqui apresentada -, ampliou a divulgação local para o estadual e nacional, já que as imagens fotográficas repercutiram na imprensa e foram incluídas como um documento comprobatório pela liderança política, na representação do momento vivido em Passo Fundo em 1923. Assim, a imagem fotográfica não foi usada apenas como ilustração do documento, mas foi contundente na representação da importância de tal acontecimento para a gestão de Nicolau Vergueiro e para as forças atuantes naquele período histórico, período esse em que a fotografia era usada como recurso para atestar a veracidade dos fatos, construindo uma narrativa “visível”. Para encerrar, cabe dizer que essa série de imagens suscita muitas leituras e interpretações que não se encerram neste texto, mas que podem servir a futuros “enquadramentos” históricos no campo de pesquisa entre história e fotografia, na busca de novas fontes para o reconhecimento dos produtores das imagens e o tipo de vínculo que mantinham com os atores da guerra civil.

Referências

ARDENGHI, L.G. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. 209f. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História. 2003.

D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. 23, uma Revolução iniciada em Passo Fundo. In: *Anais do II Seminário de História Regional – A Revolução de 1923-80 Anos do Combate de Quatro Irmãos*. Getúlio Vargas: Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, 2003

DAL FORNO, Rodrigo. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul na década de 1920*. 203f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. *Páginas da Belle Époque Passo-Fundense*. Passo Fundo: Passografic, 2008.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Entre coronéis e doutores: a afirmação política de Nicolau de Araújo Vergueiro em Passo Fundo/RS (1916-1920). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 1, n. 6, jan./jun. 2013, pp. 105-125.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MIGLIORANZA, Cristiane Indira Vernes. *O Coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo (1890-1917)*. Dissertação (Mestrado em História Regional). 128f. Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em Passo Fundo. 2008.

MIRANDA, Fernando Severo Borgmann de; CARVALHO, Djiovan Vinícius; VANIN, Alex Antônio. Ad sumus: a cidade dos mortos dentro da cidade dos vivos. In: MIRANDA, Fernando Severo Borgmann de; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). *A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018.

PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. Dissertação (Mestrado em História Regional). 128f. Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *“A terceira estrela da Federação”*: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. 301 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo *“Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito”*: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924). 338 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

SERVA, Leão. *A fórmula na emoção da Fotografia de Guerra*. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

SILVA, Jean Pierre Teixeira da. *As doze horas que abalaram Pelotas*: um estudo de caso da Revolução de 1923. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2015.

VARGAS, Álvaro Rocha. *Do Caapi ao Carazinho*: notas sobre trezentos anos de história (1631-1931). Carazinho: Empresa Gráfica Carazinhense, 1980.



OS AGENTES REBELDES, AS RELAÇÕES SOCIAIS E A
CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE PODER NA
FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI NO CONTEXTO DA
REVOLUÇÃO DE 1923

Pablo Rodrigues Dobke

Com o fim do Império do Brasil em 15 de novembro de 1889, o então estado do Rio Grande do Sul adotou uma política republicana moldada pelas teorias positivistas de Auguste Comte, com a Constituição elaborada e escrita por Júlio de Castilhos, promulgada em 14 de julho de 1891, o Rio Grande do Sul aderiu não só uma forma de governar baseada em uma filosofia republicana, como também uma doutrina partidária que levaria 29 anos até dissolver-se.

Desta maneira, durante os anos finais do século XIX e ao longo da primeira década do século XX, o Partido Republicano Riograndense (PRR), provou ser uma máquina política imbatível fazendo com que se estabelecesse em grande parte da sociedade sul-rio-grandense. Porém, do ano de 1893 a 1895, o estado protagonizou a revolta armada mais sangrenta de sua história, a conhecida Revolução Federalista, onde ex-liberais e ex-conservadores da época do Império somaram-se a alguns republicanos dissidentes, unidos sob a égide

do antigo tribuno Gaspar Silveira Martins e do Partido Federalista (PF), com o intuito de contestar o poder exercido pelo PRR.

Finalizada a campanha militar, a energia imposta pelo PRR fez com que os federalistas fossem aniquilados politicamente, afirmando assim, a soberania do partido e de Júlio de Castilhos na nova configuração político-partidária do Rio Grande do Sul. Castilhos comandava o partido e o governo do estado com mão de ferro, até vir a falecer prematuramente em 1903, fazendo com que Antônio Augusto Borges de Medeiros, seu sucessor no comando do partido, viesse a também assumir a presidência do estado por cinco vezes (PESAVENTO, 1992).

Passado este primeiro momento de instabilidade política, a situação de prosperidade econômica no Rio Grande do Sul garantiu com que os membros do PRR tornassem viáveis outros modelos de governabilidade, implantados sobretudo, com base na doutrina positivista e nas alianças regionais, que de certa maneira, mantinham os republicanos no poder. Esta situação se manteve até o final dos anos de 1910 e início da década de 1920, onde a forte turbulência econômica no estado trouxe uma série de questionamentos, especialmente àquilo relativo à instabilidade no mercado e na produção derivada do período pós 1ª Guerra Mundial e das crises do café no plano nacional, que juntamente com as políticas adotadas pelo governo borgista, trouxeram uma forte especulação na moeda estrangeira, inflação regional, alta de juros e arrocho de créditos, levando a inúmeras hipotecas no setor estancieiro (AXT, 2007).

Esta conjuntura amplamente desfavorável levou as elites econômicas gaúchas a buscarem novas respostas para a crise junto ao PRR, enquanto que este por sua vez, se mostrava incapaz de fornecer soluções. Neste contexto, republicanos descontentes, federalistas rancorosos com a derrota de 1893-1895, liberais-democratas desejo-

tos por uma nova política estadual e até mesmo alguns setores ligados aos operariado, se uniram no apoio à candidatura de Assis Brasil para o pleito eleitoral de 1922 (ANTONACCI, 1981).

A eleição para presidente do estado em 1922, duramente disputada, trouxe como consequência uma explosão de violência superior ao normal, devido à realidade pouco comum, que era a presença de uma oposição fortemente organizada com que os republicanos tiveram de lidar no contexto eleitoral. Joaquim Francisco de Assis Brasil acompanhado de diversas figuras políticas, mobilizaram-se em todo estado, ganhando a adesão e o apoio de grande parte dos eleitores sul-rio-grandenses, gerando um enorme desconforto aos borgistas, onde o hegemônico Partido Republicano se via em iminência de perder o pleito eleitoral (CORTÉS, 2007).

A Constituição Estadual de 1891, colocava a necessidade de que para ser eleito, o candidato ao governo estadual deveria ter três quartos dos votos ($3/4$), porém, esses números não eram vistos como problema perante a máquina republicana criada por Castilhos, que poderia conseguir quantos votos o partido necessitasse graças ao apoio da ampla rede de relações junto aos coronéis locais nos diversos municípios do estado, que eram cooptados pelo PRR e possuíam enorme lealdade ao chefe Borges de Medeiros, àqueles a quem Loiva Otero Félix (1996) caracterizou como “coronel borgista”.

Assis Brasil com fortes indícios de vencer as eleições e temendo uma possível fraude, solicitou a Assembleia Estadual uma comissão para analisar e divulgar o resultado final do pleito. Sendo presidida por Getúlio Vargas (na época deputado pelo município de São Borja) e na companhia de mais dois republicanos, a comissão realizou o seu devido papel e seguindo a tradição do PRR, declarou Borges de Medeiros como vencedor o que por consequência, acabou por desencadear na campanha armada conhecida por Revolução de 1923.

A coligação que se aglutinou em torno da campanha de Assis Brasil para a presidência do estado em 1922, não configurava de forma alguma um grupo coeso. Como já fora dito, o grupo oponente foi formado por uma série de agentes que descontentes com a política borgista trataram de organizarem-se para pôr em prática uma oposição capaz de estremecer o domínio do PRR. Neste sentido, as maiores forças dentro desta coligação recaíam sobre os federalistas, os democratas e os dissidentes republicanos, que tinham como principais lideranças os seguintes indivíduos: Maciel Júnior, Wenceslau Escobar e Raul Pilla por parte dos federalistas; Assis Brasil e Fernando Abbott pelo lado dos democratas e representando os dissidentes republicanos as tradicionais famílias Pinheiro Machado e Menna Barreto (FÉLIX, 1996).

Sobre os grupos que compuseram o movimento oposicionista de 1922, os federalistas assumiram um papel preponderante nesta atuação. Situados, principalmente na região fronteira entre o estado do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai, estes se destacavam por serem grandes latifundiários pecuaristas, que acossados politicamente pelo PRR, viram na eleição de Assis Brasil um modo de reverter esta situação, além da esperança de uma reformulação na política econômica que os assolava (ROUSTON JUNIOR, 2012).

Desta maneira, a oposição federalista composta por seus representantes na Câmara e pelos líderes locais sediados em distintas regiões do estado, acabou por gerar uma base de operações atuante, não só no referido pleito eleitoral, como também na sequente Revolução de 1923.

Já entre os chamados republicanos dissidentes, podemos colocar a figura do líder político Assis Brasil, que apesar de se considerar durante o período como democrata, conformou o grupo fundador

do PRR junto com Júlio de Castilhos em 1882, sendo considerado um dos republicanos históricos. Neste contexto de dissidências, muitos republicanos abandonaram o partido às vésperas da eleição (ANTONACCI, 1981).

O grupo dos democratas organizava-se como um convergente de todas as oposições, especialmente àquelas que não possuíam representação política mais avultada. Teve início com Assis Brasil e Fernando Abbott, dois dissidentes republicanos que organizaram o Partido Republicano Democrático, que já em sua fundação em 1908 tratou de congregar os federalistas, no entanto, não conseguiu a adesão de todas as parcelas do Partido Federalista, especialmente àquela liderada por Antunes Maciel (ANTONACCI, 1981).

Outros agentes que aderiram ao discurso assisista foram os trabalhadores, especialmente os ligados ao movimento operário urbano, que desde o fim da década de 1910 já vinham entrando em indisposições como o governo, mesmo tendo Borges atuado em favor destes durante a Greve Geral de 1917, garantindo-lhes benefícios e contrariando interesses empresariais (AXT, 2007).

No entanto, a gota d'água deste embate ocorreu em outra greve, desta vez em 1919, onde o movimento operário foi reprimido com violência, pondo grande parte deste contra o governo borgista, aderindo assim, a campanha de Assis Brasil. Neste contexto, o movimento sindical viu na luta política entre borgistas e assisistas a chance de reforçarem suas reivindicações. Mesmo com a tendência de grande parte do operariado estar em consonância naquilo que se refere à oposição ao governo, durante a campanha eleitoral, os assisistas “trabalhavam intensamente no meio operário, o que torna visível, neste momento, a importância que assume a cooptação da classe trabalhadora” (PETERSEN, 1992).

Outro setor que teve um papel preponderante na oposição a

Borges de Medeiros está ligado à imprensa. Os jornais oposicionistas, neste contexto, atuaram de forma a construir politicamente a figura de Assis Brasil, assim como desconstruir a do PRR e do borgismo. Quase sempre, estes jornais estavam ligados aos grupos políticos de oposição, entre eles podemos citar: *A Opinião Pública* (fundado em 1896, como o porta-voz dos anti-castilhistas), *O Rebate* (fundado em 1914, alinhado ao assisismo e com forte postura contrária ao governo), e *O Jornal da Manhã* (fundado por dissidentes do PRR em 1922 especialmente para o contexto eleitoral), estando estes três arregimentados na cidade sulina de Pelotas. Da cidade de Bagé, na região da campanha, podemos citar o jornal *Correio do Sul*, fundado em 1914 pelos federalistas Fanfa Ribas, Félix Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio e Tomáz Cirne Colares, servindo este como órgão do Diretório Central do Partido Federalista do município (BRITTO, 2007; RIBEIRO, 2014).

Como se pôde observar, as questões políticas, econômicas e sociais estavam inteiramente conectadas durante a virada do século XIX para o XX no Rio grande do Sul. Questões estas que geraram em grande parte do estado uma oposição organizada em torno do político Joaquim Francisco de Assis Brasil, tendo neste contexto a região da fronteira com o Uruguai um grande palco de atuações, como veremos a seguir.

A movimentação insurgente pela fronteira

A região fronteira entre o Brasil e Uruguai desde longo tempo é caracterizada por uma profunda e dinâmica interação, aspecto este que a coloca em uma posição distinta, onde a construção das relações e das identidades se faz de uma maneira peculiar, conformando de certa forma, um espaço de autodeterminação entre os entes na-

cionais, uma fronteira viva e de intensa movimentação (RECKZIEGEL, 2010).

Desta forma, a região onde hoje se encontra a fronteira brasileiro-uruguaia é historicamente um lugar de disputas. Primeiramente, portugueses e espanhóis brigaram pelo rico solo fronteiriço, abundante em pastagens naturais para os criatórios animais, especialmente o bovino. Durante os períodos de convulsão política, a região serviu como uma válvula de escape, sobretudo, para os seus habitantes, que quase sempre envolvidos nas contendas se utilizavam desta como um subterfúgio em momentos de dificuldade. Desta maneira, muitos líderes político/militares dentro destes processos eram oriundos da região fronteiriça, pois, além de atuarem na política e na guerra, eram participantes da vida cotidiana do lugar¹.

Durante a Revolução de 1923 não foi diferente, pois, muitos dos líderes desta, tinham como área de atuação a mencionada região fronteiriça. Neste sentido, destaco aqui a movimentação do contingente revolucionário por esta região, tendo por base alguns telegramas e telégrafos enviados ao Ministério do Interior do Uruguai pelos comissários de polícia dos Departamentos uruguaios fronteiriços ao Brasil, bem como a partir de certos jornais que noticiaram esta agitação no dito ambiente. Objetivando assim, uma demonstração do fluxo que ocorria nesta região, sobretudo, por meio da territorialização de poder de determinados chefes, que a partir de suas relações sociais, moviam a si e seus exércitos deliberadamente para além do território nacional.

¹ Para mais: DA SILVA, Matheus Luís. Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835 – 1866). Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2015. ANDRADE, Gustavo Figueira. A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2017. DOBKE, Pablo. Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904). Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2015.

A região fronteiriça foi palco de inúmeras ações durante a Revolução de 1923, sendo estas, percebidas pela polícia uruguaia, que ao saber de qualquer movimentação suspeita, logo tratava de comunicar-se com o Ministério do Interior, tanto no intuito de informar a ação tomada, bem como, para receber instruções do que deveria ser feito. Obviamente, não se pode tomar como verdade absoluta o que era informado pelos respectivos chefes de polícia, no entanto, acima do acontecimento, o que se pode perceber de maneira avultada é a movimentação por esta região e como os revolucionários sul-rio-grandenses se utilizavam da mesma em seu benefício.

Como é bem sabido, esta fronteira não estava totalmente sujeita às conformações dos Estados-nacionais, mesmo que estes tentassem intervir de uma forma politicamente organizada a partir dos corpos policiais e das guardas de fronteira. Assim, os agentes revolucionários envolvidos se permitiam ao uso do espaço em um processo de territorialização desta região, ultrapassando a linha demarcatória entre os dois entes.

Neste sentido, cabe aqui um breve esclarecimento quanto à conceitualização de território/territorialização. Para a geografia humana o conceito deste termo é bem simples, o território é formado a partir de uma ação humana, seja ela em forma de instituição, comunidade ou indivíduo, onde “a consideração de que as relações estruturantes da territorialidade nem sempre são políticas, mas antes destas, sociais, cotidianas, diferindo a análise das tradicionais compreensões da territorialidade vinculadas ao Estado-nação” (HEIDRICH, 2010).

A partir destes pressupostos é que se enquadra a atuação dos agentes beligerantes, pois, como membros da sociedade fronteiriça, estes, em certa medida não reconheciam na fronteira institucional um entrave para suas ações, pelo contrário, viam nesta região o subsídio necessário para seus propósitos.

Como forma de exemplificar, abaixo demonstro o primeiro caso registrado de movimentação na região fronteiriça, onde o comissário de polícia da cidade de *Melo* (Departamento de *Cerro Largo*), o Senhor Rogélio Carballo, escreve para o Ministro Vicens Thievens com o intuito de comunicar a movimentação naquela fronteira. No referido telegrama, o comissário informa que existem dez feridos internados no Departamento, dentre eles o coronel Vasco Martins e mais duzentos homens a mando do coronel Estácio Azambuja, todos devidamente desarmados².

A partir desta, percebe-se a relação entre os agentes, visto que o comissário Carballo elenca nomes dos envolvidos, especialmente dos comandantes, demonstrando o já conhecimento destes. Nota-se então os aspectos que culminaram para um domínio territorial calcado nas relações sociais de poder onde estas operaram como chave integralizadora junto aos agentes envolvidos em sua malha de atuação como líderes dentro do movimento revolucionário.

Em outro exemplo, onde o chefe de polícia de *Artigas*, cidade fronteiriça à brasileira Quaraí, o Senhor Ambrósio González, questiona o Ministro Vicens Thievens sobre o uso de “cintas” partidárias nos chapéus de indivíduos procedentes do Brasil, prometendo tomar as devidas providências caso a resposta fosse negativa³. Ainda

² *Archivo General de la Nación*. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: maio; telegrama do comissário de polícia de *Melo* Rogélio Carballo ao Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens em 19 de maio de 1923. Assim se transcreve: “Desde frontera informa inspetor de policia que por Paso Carpinteria, Rio Negro, internaronse al Deptº 10 heridos entre los que está el coronel Vasco Martins, doscientos revolucionários desarmados estos y aquellos pertenecientes a fuerzas mandadas por coronel Estácio Azambuja todos procedentes del Paso Herreria de Santa Maria (Brasil) donde dicen haber librado combate com fuerzas gubernistas a ordenes del coronel Claudino Pereira”.

³ *Archivo General de la Nación*. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: junho; telegrama do chefe de polícia de *Artigas* Ambrósio González ao Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens em 02 de junho de 1923. Assim se transcreve: “Esta jefatura consulta a V. E. se personas procedentes Brasil, pueden entrar con cintas en el sombrero, rojas u outro color caso negativo hay intervención policial y el procedimiento”.

nesta missiva, encontra-se a resposta do Senhor Ministro, dizendo não haver proibição quanto ao uso das divisas partidárias⁴.

A partir desta troca de correspondências, pode-se perceber uma reestruturação no controle da movimentação brasileira em solo uruguaio, visto que nos primeiros meses de conflito, a situação da autoridade estatal na fronteira se fazia de forma mais fechada, conferindo uma abordagem mais sistemática por meio das ordens do Ministro do Interior⁵. Talvez aí esteja situada a influência territorial que os habitantes da fronteira impunham ao aparato estatal, neste caso, tendo sua movimentação referendada por um agente deste nível.

Outros exemplos interessantes para além das correspondências são os periódicos, onde estes denotam o devido destaque justamente ao movimento insurgente pela região fronteira, buscando elencar fatos interessantes e que obviamente, chamassem a atenção do leitor.

O primeiro jornal a ser observado é uruguaio e da cidade de *Melo*, capital do vizinho Departamento de *Cerro Largo*. O *El Censor* acompanhou de perto a revolução, elucidando, sobretudo a grande atividade dos rebeldes pela região, mostrando como estes indivíduos transitavam pelo território uruguaio, recebendo auxílios e até mesmo sendo motivo de destaque em algumas reportagens. Por ser vinculado ao Partido Nacional, ligado a chamada ala *Blanco Independiente*, o jornal fez várias alusões à participação de Nepomuceno Saraiva⁶ do lado legalista na dita revolução, porém, se eximindo do

⁴ *Archivo General de la Nación*. Caixa: Ministério do Interior (1923); pasta: junho; resposta do Ministro do Interior Lorenzo Vicens Thievens ao chefe de polícia de *Artigas* Ambrósio González em 02 de junho de 1923. Assim se transcreve: “*No hay prohibición para usar divisas*”.

⁵ Esta sistematização de controle pode ser melhor vislumbrada na obra *Evolución histórica de la policía uruguaya* (Tomo 2) de José A. Victoria Rodríguez (2005, p. 319).

⁶ Filho do falecido líder nacionalista Aparício Saraiva.

apoio, dizendo que Nepomuceno de forma alguma representava os interesses do partido⁷.

No que diz respeito aos auxílios prestados, *El Censor* traz duas notícias interessantes a esse respeito. A primeira se refere a um hospital de campanha montado na localidade uruguaia de *Aceguá*, nas terras de um tal Senhor Barboza. Vizinha a sua homônima brasileira, este local possibilitava uma mobilidade facilitada neste aspecto, o que permitiu uma série de outras ações. Neste hospital organizado pelo médico uruguaio Juan Dario Silva, o coronel Pedro Severo foi internado junto a alguns de seus homens, todos estes a mando do general Estácio Azambuja, que também fez do hospital ponto de encontro de suas tropas, assim como praça de guerra para a reunião dos mantimentos necessários para a guerra⁸. Neste local, segundo o mencionado periódico, foi que Azambuja reuniu grande cavallhada para se juntarem as tropas do general Zeca Netto⁹.

O segundo ponto destacado no *El Censor* é uma entrevista com o doutor Nestor Contreiras, importante figura política pró asisismo da cidade de Bagé. Nesta, o doutor Contreiras menciona os motivos da revolução, assim como as características de seus chefes, dando destaque a pessoa de Estácio Azambuja. Na entrevista, o doutor Contreiras ainda menciona o forte auxílio da comunidade fronteiriça para com as tropas revolucionárias, parabenizando os irmãos uruguaiois pelo apoio às causas democráticas em prol da liberdade¹⁰.

Pode-se perceber que nesta parte do território uruguaio, os

⁷ *Biblioteca Nacional. El Censor*, Ano 01, Número 01, localização: 5/2; Proclamação em 25 de junho de 1923, p. 01.

⁸ *Biblioteca Nacional. El Censor*, Ano 01, Número 02, localização: 5/2; *La revolución brasileira* em 26 de junho de 1923, p. 01.

⁹ *Biblioteca Nacional. El Censor*, Ano 01, Número 03, localização: 5/2; *La revolución brasileira* em 27 de junho de 1923, p. 04.

¹⁰ *Biblioteca Nacional. El Censor*, Ano 01, Número 09, localização: 5/2; *El movimiento revolucionario de Rio Grande* em 05 de julho de 1923, p. 01.

agentes possuíam enorme respaldo, podendo estabelecer uma base de operações sem maiores problemas e nem atritos com as autoridades da vizinha nação, além de serem vistos com prestígio, o que de certa maneira habilitava sua rede de operações.

Nos dois jornais brasileiros investigados as observações não são diferentes, pois ambos dão destaque à mobilidade que os agentes revolucionários obtinham na região fronteiriça. A começar pelo jornal *A Opinião Pública*, este, órgão oficial do Comitê pró-assisismo na cidade de Pelotas, desde os primeiros momentos da dita revolução tratou de informar acerca da mesma e dos reclames políticos que a contenda impunha. Antagonista do jornal *Diário Popular* (órgão vinculado ao Partido Republicano Riograndense), travou uma intensa batalha escrita com este, no intuito de desmoralizar as tropas governistas, o que também era feito pelo *Diário Popular* a respeito dos revolucionários.

Demonstrando a agitação pela fronteira, especialmente na cidade de Santana do Livramento, evidenciando a preocupação que ambas as forças tinham de manterem para si a região. Contudo, o jornal destaca que em uma linha que vai desde Livramento, passando por Quaraí até chegar a Uruguaiana, a situação é promissora ao corpo revolucionário do general Honório Lemes, visto que este possui enorme prestígio na região em detrimento as tropas do general legalista Flores da Cunha, que ao tentarem transpor a linha divisória entre Brasil e Uruguai, foram desarmados e remetidos de volta à cidade de Uruguaiana¹¹.

Outra situação destacada pelo periódico rebelde é a reunião dos chefes federalistas pró-assisismo ocorrido na cidade de Bagé. Esta reunião, organizada pelo político pelotense Maciel Júnior, teve

¹¹ Bibliotheca Pública Pelotense. *A Opinião Pública*, Número 77, localização: CDOV; Situação em Livramento em 04 de abril de 1923, p. 01.

como principal objetivo a mobilização dos agentes fronteiriços, notada era a importância desta região para a revolução. Foi então, que a partir desta reunião, atores importantes se incorporaram a contenda, entre estes estão Cristovan de Andrada, José Luis Brisolara e Anthero Pedroso de Oliveira, todos com enorme influência na sociedade fronteiriça, com capacidade de mobilizar tropas e subsídios na citada região¹².

Em outro periódico, igualmente da cidade de Pelotas, *O Rebate*, que também estava alinhado ao assisismo e vinculado ao Partido Federalista na cidade, sendo seu porta-voz. Dirigido pelo jornalista Frediano Trebbi, e a exemplo de *A Opinião Pública*, *O Rebate* fornecia informações acerca da revolução, publicando também manifestos dos chefes revolucionários relacionados tanto a parte político-ideológica, como também as chamadas “ordens do dia” que tinham cunho militar.

Quanto às notícias interessantes que podem ser destacadas, duas merecem ser salientadas. A primeira diz respeito às tropas do coronel Vasco Martins, que aguardavam para incorporarem-se as hostes do general Honório Lemes, acampadas às margens do Rio Negro, no Departamento de *Rivera*. A parte curiosa desta notícia fica por conta de que Honório é que vai ao encontro de Martins em território uruguaio, demonstrando desta forma que não havia entraves para dificultar a mobilidades destes agentes¹³.

Outra notícia destacada vem por conta da fundação de um “Hospital de Sangue”, chamado de Hospital Libertador, localizado no Departamento de *Cerro Largo*. Ainda na notícia, é mencionada

¹² Bibliotheca Pública Pelotense. *A Opinião Pública*, Número 40, localização: CDOV; Importante Reunião em 17 de fevereiro de 1923, p. 02.

¹³ Bibliotheca Pública Pelotense. *O Rebate*, Número 98, localização: CDOV; Pela Liberdade do Rio Grande em 30 de abril de 1923, p. 02.

a presença do general Estácio Azambuja que utilizava o lugar para mobilizar suas tropas¹⁴. Notem, como já fora visto anteriormente, esta notícia também foi destacada no jornal uruguaio *El Censor*, que menciona o dito hospital sitiado na localidade fronteiriça de Aceguá.

Os exemplos elencados até aqui elucidam a constituição de uma sociedade imbuída a uma atuação comum e notadamente estruturada em uma esfera de poder local, que dotada de estratégias, canalizava em si a influência necessária para agir conforme a situação. No entanto, esta canalização convergia a um ponto que para compreendê-lo não basta apenas o exercício do poder por ele mesmo, é necessário “entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente” (DA SILVA, 2008).

Para melhor explicar o condicionamento do poder exercido por estes agentes, utilizamos a obra de Claude Raffestin (1993), onde este aborda as formas de poder de acordo com o tipo populacional de uma sociedade. O autor coloca que o primeiro domínio do poder é justamente representar um tipo específico de população e neste sentido, Raffestin destaca a importância desta dizendo que a mesma, “é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações”. O autor ainda menciona que a população é um “estoque de energia” pronto para ser utilizado quando conveniente for, porém, para este “estoque” estar sempre à disposição do mantenedor do poder, este deve investir um “alto custo” em sua manutenção (RAFFESTIN, 1993).

Mesmo que os membros, em tese, não interagissem diretamente

¹⁴ Biblioteca Pública Pelotense. O Rebate, Número S/N, localização: CDOV; Pela Liberdade do Rio Grande em 30 de junho de 1923, p. 02.

entre si, estes faziam parte de uma estrutura multilateral no exercício do poder, assim, Raffestin (1993) admite que existam “uma infinidade de campos de poder em um sistema social em razão da multiplicidade das relações possíveis”. Neste sentido, a rede construída pelos agentes revolucionários perpassa por várias linhas de relacionamento, onde cada uma necessitava de um exercício diferente do poder.

Assim, a partir destas características que se fazem os aportes aglutinadores na formação de uma territorialização de poder por meio das hostes revolucionárias, em que estas não só atuavam por via da guerra, como também pertenciam ao meio, agindo em outras esferas, formalizando assim o subsídio necessário perante as questões em voga.

A fronteira, os indivíduos e seus desdobramentos

Não são escassas as notícias acerca do movimento sedicioso nos jornais da vizinha República Oriental do Uruguai, tanto que, alguns jornais do Rio Grande do Sul, replicavam manchetes dos mesmos, visto a abundância de informações acerca das andanças rebeldes em território estrangeiro. Uma destas publicações, logo no início da revolução já reflete a importância do país vizinho no jogo da territorialização, pois, lá se encontravam importantes figuras da agitação revolucionária e que por consequência, seriam de certa forma, sustentáculos da permissão para que os chefes revoltosos ampliassem sua malha territorial.

Em manchete do dia 03 de fevereiro de 1923, o jornal “*A Opinião Pública*”¹⁵, da cidade de Pelotas, destaca “O caso riograndense

¹⁵ Jornal do Comitê Pró-Assisismo na cidade de Pelotas/RS; tendo como dirigente-redator o Sr. Álvaro Eston.

na república vizinha”¹⁶, onde é noticiada uma entrevista feita com o Sr. Câmara Canto, destacado oposicionista que vivia em Montevideu e de lá tecia seus comentários acerca da agitação assisista no Rio Grande do Sul. Canto, em seu relato, diz que o povo rio-grandense apoia a causa de Assis Brasil e que , se preciso for, dará o suporte necessário a causa.

Obviamente, o jornal como órgão pró-assisismo que era, tratava de inflamar a população, tanto seus correligionários, bem como as pessoas que ainda não haviam tomado parte na contenda, direcionando ao povo o viés da rebeldia para incendiar a sociedade e assim produzir o alvoroço necessário para a estratégia rebelde. No entanto, e o que de fato interessa, é a presença de Canto em Montevideu, o que ocasionou posteriormente um Comitê de Guerra na dita cidade, que viria a organizar recursos para a revolução, tanto na capital uruguaia, como também, em Buenos Aires, na República Argentina.

Deve-se lembrar que esta era uma prática comum entre os revoltosos fronteiriços, a organização de comissões especiais para o angariamento de recursos nas nações vizinhas.

O vínculo com políticos de outras esferas também se fazia crucial para o fortalecimento e validação da contenda, bem como para a ampliação da influência de suas lideranças. Neste sentido, outro caso interessante da amistosidade revolucionária com políticos de maior alcance, diz respeito ao chefe político de *Artigas*, Juan Brum, que além de poderoso estancieiro, também era pai do então presidente uruguaio, Baltasar Brum¹⁷. Em notícia de 23 de fevereiro, intitulada “A situação em Quaraí”, é apresentada tanto a questão da cidade de

¹⁶ Bibliotheca Pública Pelotense. A Opinião Pública, Número 29, localização: CDOV; O caso riograndense na república vizinha, em 03 de fevereiro de 1923, p. 02.

¹⁷ Baltasar Brum permaneceu na presidência do Uruguai até março deste ano, sendo sucedido então, por José Serrato, sendo ambos do Partido Colorado.

Quaraí, como também na vizinha uruguaia *Artigas*, sendo mencionado que o “amigo” Juan Brum havia expulsado de suas terras um contingente ligado aos governistas, que na ocasião, queriam roubar-lhe gado e cavallhada¹⁸.

Pelo aporte de “amigo”, já é perceptível a relação de amistosidade entre Brum e o corpo revolucionário, entretanto, não fica evidente qual indivíduo atua de elo na relação, ficando a entender mais adiante na mesma notícia, que Brum é um simpatizante da causa por motivos de uma desavença com o chefe político da fronteira oeste e intendente de Uruguaiana, Flores da Cunha. Não foi possível apurar maiores detalhes acerca desta discórdia, nem seus motivos e como se desenvolveu, o importante é que foi substancial para o corpo revolucionário, como mais um ponto de apoio no vizinho Uruguai.

Outra questão interessante a ser vista quanto à territorialização do poder, são os “nichos” dos líderes fronteiriços. Como é de conhecimento para quem acompanha a temática, Estácio Azambuja tinha como território de poder a região da campanha sul-rio-grandense, tendo por base o município de Bagé, sobretudo, a então vila do Aceguá, ponto de confluência com a vila uruguaia de mesmo nome. Zeca Netto detinha o poder na região sul do estado, destacando os municípios de Camaquã (como seu nicho de poder), Canguçu, Pelotas e Jaguarão, sendo este último o que lhe fornecia a passagem ao Uruguai em momento de precisão. Já Honório Lemes possuía como ponto de segurança os municípios de Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Quaraí e Alegrete, dando maior ênfase para os dois primeiros, visto sua frequente locomoção como tropeiro entre ambos.

Ressalto essa informação, pela razão de que todos estes muni-

¹⁸ Bibliotheca Pública Pelotense. A Opinião Pública, Número 45, localização: CDOV; A situação em Quaraí, em 23 de fevereiro de 1923, p. 01.

cípios, de alguma forma, foram ocupados por estes generais, uns de forma rápida, outros se tornando o próprio quartel general de suas tropas. Uma interpretação que pode ser levada em conta é de que estes lugares já se configuravam como territórios de poder antes da dita contenda, sendo entendidos como pontos de interação durante a fase revolucionária. Pois, em meio ao território de poder, existem estes pontos de interação, lugares de extrema confiança, onde os indivíduos relacionam-se com maior frequência, fazendo com que o contato gere uma ampla área de influência, visto que muitos agentes, a partir dali podem compartilhar em outras instâncias a reputação de dito chefe, ou do que se pretende como corpo atuante. Este sentido pode ser visto como o estágio inicial da dita reterritorialização do espaço, especialmente naquilo que toca o caso aqui estudado.

A partir destes pontos de interação, os indivíduos pertencentes à rede puderam conformar nódulos não específicos, já que abrangiam um número maior de pessoas de acordo com sua movimentação em locais diversos, fazendo com que os chefes em questão se tornassem conhecidos, ampliando desta forma o aporte. Assim, dentro dos pontos de interação coloco as seguintes características: coligação de um número maior de indivíduos, maior circulação de ideias, conformação de uma área germinal para a territorialização do poder através das relações sociais.

Exemplo básico de um “nicho” pode ser visto no caso do general Honório Lemes em relação a Serra do Caverá¹⁹. A ponto de iniciar a revolução, Honório mantinha-se às escondidas na lendária serra, a Coluna Lemes aguardava o armamento prometido, para assim, poder entrar de fato na luta. Esta movimentação pelos arredores da cidade de Rosário já se fazia notar pelo intendente da cidade, o

¹⁹ Região escarpada de cerros entre os municípios de Rosário do Sul e Alegrete.

senhor João Pedro Prates de Araújo, que em telégrafo do dia 18 de março de 1923 remetido para a capital assinala a inquietação²⁰.

O Exército Libertador do Oeste comandado por Lemes era inflado dia após dia com um grandioso contingente que vinha das mais diversas áreas da região fronteiriça, apesar da falta de armamento moderno, a força assistida da fronteira oeste ganhava em credibilidade, não somente pela presença de Honório Lemes, mas como também a apresentação de outros veteranos de 1893 no regimento do Caverá.

A força simbólica desses indivíduos, bem como as características relacionais pautadas acima, fizeram com que Honório não reconhecesse o comando de Borges de Medeiros e muito menos de seus representantes, que tentavam persuadir o general a se render²¹, sem sucesso todavia, visto que o general rebelde já havia instaurado seu território de poder.

Outra questão interessante e que remete muito bem àquilo referente às relações sociais, são os laços de amizade antes construídos. Como bem sabido, Zeca Netto, fazia parte das fileiras republicanas, vindo a desvincular-se destas devido aos desmandos de Borges de Medeiros, contudo, as amizades dentro do Partido Republicano se mantiveram. Exemplo desta, recai sobre o chefe político de Canguçu, o coronel Avelino Borges, que deixa de atacar o general rebelde por este ser seu amigo e mais, por este motivo, abandona a causa republicana²², aderindo às tropas de Zeca Netto.

²⁰ Arquivo Histórico Honório Lemes. Telégrafo de João Pedro Prates de Araújo. Localização: Caixa relativa à Revolução de 1923; documentos diversos. Em 18 de março de 1923.

²¹ Esta situação pode ser vista em manchete no jornal "A opinião pública", em que diz: "Conferência do intendente de Rosário João Pedro Prates com Honório Lemes. Aquele pedia para que fosse dissolvida a tropa em nome de Borges de Medeiros, Honório, por não reconhecer a autoridade do presidente do estado, se negou". Bibliotheca Pública Pelotense. A Opinião Pública, Número 43, localização: CDOV; A libertação do Rio Grande, em 21 de fevereiro de 1923, p. 02.

²² Bibliotheca Pública Pelotense. A Opinião Pública, Número 77, localização: CDOV; O coronel Avelino Borges abandona o ditador, em 04 de abril de 1923, p. 01.

Este fator denota não só a consideração de amizade de Avelino para com Netto, mas sim o efeito aglutinador que o general detinha de acordo com suas características, imbuídas de exercício do poder seja nos quesitos políticos, econômicos, sociais e guerreiros; também se devem levar em consideração as relevâncias subjetivas do coronel “desertor”, que podem estar na conta do interesse e motivação pessoal, bem como na sua história de vida.

Como até agora observado, as relações sociais são de fundamental relevância no contexto da estrutura de uma territorialização do poder, pode-se até dizer, que uma não é possível sem a outra, ainda mais se tratando de relações anteriores ao momento da revolução. Outro exemplo que toca um relacionamento anterior à conjuntura vivida, diz respeito à relação do general Estácio Azambuja com pessoas influentes no departamento de *Cerro Largo*, no Uruguai. Além do tocante familiar, pois o líder rebelde era casado com uma cidadã uruguaia, Azambuja detinha a amizade do antigo chefe político do departamento, Gumersindo Collazo, bem como do anterior chefe de polícia, Pancho Canepa. No entanto, mesmo que estes não mais ocupassem os cargos, continuavam a exercer influência na região, costando dessa forma a atuação de Azambuja na mencionada zona²³.

Como se pode perceber, a interação entre Estácio e Collazo mantinha-se firme, mesmo que o agente uruguaio não mais detivesse o pleno poder acerca do departamento de *Cerro Largo*, no entanto, podia ainda articular-se na questão de fornecer auxílio ao seu velho amigo, lhe provendo o sustentáculo necessário para o desenvolvi-

²³ Biblioteca Pública Pelotense. A Opinião Pública, Número 98, localização: CDOV; Libertação do Rio Grande, em 30 de abril de 1923, p. 02. Para melhor elucidar, cito a notícia na íntegra: “Tropas do general Estácio Azambuja estacionadas em Melo esperando a incorporação de um contingente de Jaguarão que segue pela fronteira. Na costa do Rio Negro, encontra-se outro batalhão pronto a incorporar-se às forças do general Estácio. Também no departamento de Cerro Largo, nas terras do senhor Collazo, se inaugura o Hospital de Sangue do Exército Libertador”.

mento de sua influência na região, bem como o exercício do poder, visto a vantagem que possuía em transpor a fronteira entre as nações, configurando desta forma, seu território de poder.

Quanto a Honório Lemes, além dos velhos companheiros da Revolução Federalista, que da mesma forma o acompanharam em 1923, o general maragato também possuía um ponto de sustentação territorial vinculado a estes antigos laços. Esta se deu devido à amizade com o comerciante e pecuarista de São Gabriel, João Pedro Nunes, que durante a contenda, proporcionou a Honório dois locais como base de influência. O primeiro, no próprio município de São Gabriel, onde Honório passou por diversas vezes durante a revolução, sempre em busca de um ponto de apoio para si e suas tropas.

No entanto, o principal refúgio oferecido por Nunes ao seu amigo Honório, foi uma de suas propriedades em *Rivera*, pois lá, Lemes poderia reorganizar suas forças sem ser acossado pelas tropas governistas comandadas pelo general Flores da Cunha. De *Rivera*, Honório enviava correspondências ao amigo em São Gabriel, sempre lhe agradecendo o auxílio e, especialmente com o intuito da publicação de ordens do dia e declarações nos jornais locais.

Em carta datada de 27 de julho de 1923, se pode ver com clareza o mencionado acima, onde Honório agradece ao amigo pelo “sustento” de sua tropa, como também, pede para que Nunes mande publicar em algum jornal uma declaração escrita pelo general²⁴.

Neste sentido, se pode perceber a importância de Nunes na estrutura de poder desenvolvida por Honório, pois, além de prover local onde o general pudesse reorganizar seu contingente, também provia subsídios e atuava como divulgador da figura de Honório Lemes, publicando suas declarações político-revolucionárias e ordens

²⁴ Arquivo Histórico do Museu João Pedro Nunes. Carta de Honório Lemes a João Pedro Nunes, localização: Pasta referente à Revolução de 1923; em *Rivera*, 27 de julho de 1923.

do dia, para que a população simpatizante, assim, ficasse inteirada das atividades e pensamento do chefe maragato.

Assim, um dos principais aspectos da territorialização do poder, além da configuração de novas relações sociais, é o manutenção de antigos laços, pois, estas antigas conexões se mostram como a grande base da ampliação da influência dos generais revoltosos. Tanto Zeca, Azambuja e Honório, possuíam tais relações, algo que lhes proporcionava, de certa forma, uma vantagem sobre seus adversários governistas, principalmente no tocante do exercício de poder na forma dessa reterritorialização.

De modo óbvio, percebe-se que os agentes rebeldes só contaram com esta rede de apoio devido ao capital social já acumulado, especialmente, aquele absorvido por meio de outros laços e formas de sociabilidade, que neste caso podem ser familiares, políticas, econômicas e, sobretudo, simbólicas.

Últimas considerações

De forma breve, se pôde observar como se davam as relações sociais dos citados agentes em meio ao ambiente revolucionário, onde estes configuraram suas redes, para que estas lhe proovessem suas necessidades de acordo com o momento. Essas redes relacionais, foram desenvolvidas via diversas conexões, que sendo aproveitadas, geraram o capital necessário para as referidas atuações em 1923.

Quanto à maneira de atuação destes chefes revolucionários, esta pode ser vista de várias formas, tanto com a configuração das relações sociais de longa duração, aquelas que foram costuradas a partir de antigos vínculos entre os agentes, perpassando pelo conhecimento territorial, bem como o reconhecimento da sociedade na

qual estavam inseridos e, também nas novas alianças, que de certa forma, propuseram uma nova viabilidade de poder para os referidos líderes.

Compreende-se também, que a estrutura de poder exercida pelos líderes durante o período analisado, mesmo que esta seja a continuação de um modelo, demonstra outras características em relação às estruturas anteriores, fazendo parte de outra conjuntura política, onde estes líderes estavam buscando uma consolidação no âmbito da política nacional, finalizando desta forma, o modelo político majoritariamente pautado na localidade.

Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. *A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/ppgh/images/Dissertao_Gustavo_Figueira_Andrade_PPGH_UFSM.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder*. In: Günter Axt; Ana Luiza Setti Reckziegel. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*, volume 3. República Velha (1889-1930), tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 89-128.

BRITTO, Juliano Silveira de. *A Revolução de 1923 e uma breve incursão à imprensa pelotense: um estudo de caso*. In: ALVES, Francisco das Neves. (Org.). *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. 1. ed. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, pp. 71-104.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DOBKE, Pablo R. *Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904)*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgh/wp-content/uploads/sites/510/2019/01/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Pablo-Rodrigues-Dobke-2015.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

HEIDRICH, Álvaro. *Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial*. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 25-35.

JUNIOR, Eduardo Rouston. *“Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito”: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A trajetória do Parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PETERSEN, Sílvia. *A conjuntura da Revolução de 1923 e o movimento operário*. In: PETERSEN, Sílvia; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992, pp. 249-258.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. *Aparício Saravia: um caudilho de duas pátrias*. *Estudios Historicos*. Ano: II, n. 4, Rivera: CDHRP (Edição digital), 2010, pp. 1-20. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_4/ana-luiza-setti.pdf>. Acesso: 05 dez 2019.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul (1922)*. Dissertação de Mestrado, Santa Maria: UFSM, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9653/RIBEIRO%2c%20PAULA%20VANESSA%20PAZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05

de set. 2021.

SILVA, Márcia da. *Poder local: conceito e exemplos de estudo no Brasil*. Sociedade & Natureza, vol. 20, n. 2, dezembro, 2008, p. 69-78. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327193015>>. Acesso em: 18 set. de 2021.

SILVA, Matheus Luís da. *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835 – 1866)*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgh/imagens/MESTRADO/dissertacoes/turma2013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Matheus%20Lu%C3%ADs%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.



MEMÓRIAS COMPARTILHADAS:
AS VIVÊNCIAS DE IMIGRANTES JUDEUS DURANTE
A REVOLUÇÃO DE 1923 NO RIO GRANDE DO SUL¹

Diéle de Souza Schneider

A imigração judaica para o Rio Grande do Sul teve início no século XX e está ligada à política imigratória de atração e retenção dos estrangeiros estabelecidos no Brasil nesse período. Com a identificação de um panorama político e econômico do Império Russo, ao contexto de adversidades sofridas pelos judeus no Leste Europeu (residência daqueles que optam por emigrar), tornaram-se compreensíveis as razões que impulsionaram o movimento imigratório para o Brasil.

A *Jewish Colonization Association* está ligada ao contexto europeu e americano deste período, pois estabelece suas primeiras colônias na Argentina e, posteriormente, no Brasil. A Companhia foi

¹ A pesquisa foi apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), no ano de 2013. Com muita satisfação recebi o convite para colaborar com esse artigo para a coletânea e-book a respeito da Revolução de 1923, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, uma importante instituição que preserva a nossa história.

responsável por grande parte da imigração judaica subvencionada e os modos de inserção destes colonos na sociedade gaúcha. À medida que o ambiente rural ia recebendo judeus vindos da Europa, a imigração de patrícios para núcleos urbanos ocorreu gradativamente. Cidades de norte a sul do Estado agregaram comunidades judaicas e sediaram suas instituições, fator que atraiu os colonos estabelecidos em núcleos rurais.

Uma década após a chegada dos imigrantes judeus nas colônias agrícolas judaicas de Quatro Irmãos, o confronto político que estabeleceu entraves na região norte do Rio Grande do Sul. O território foi invadido por tropas revolucionárias e governistas que travaram batalhas naquela localidade. As dificuldades causadas e/ou agravadas durante a Revolução de 1923 foram constantemente relatadas pelos imigrantes que lá viveram.

As memórias foram coletadas do acervo de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, sediado em Porto Alegre. A instituição foi pioneira em coletar entrevistas dos imigrantes e seus descendentes, entre os anos de 1985 a 1994, e compõem uma importante parte do acervo. A partir da documentação da Instituição e do projeto *Histórias de Vida*, tornaram-se documentos fundamentais desta pesquisa.

O artigo pretende trazer algumas memórias desses imigrantes referente ao conflito armado de 2023 e as suas percepções nas colônias agrícolas do interior do Rio Grande do Sul.

Inicia-se com a memória do imigrante Jacó Agranionik², que se constitui em um rico material referente à imigração judaica. Ele veio ao Brasil com vinte e três anos de idade, e vivenciou momentos muito importantes que caracterizam os imigrantes judeus desse período.

² Agranionik, Jacó. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: abril de 1987. Entrevista n. 122

Com muita clareza em suas afirmações, o entrevistado possuía noventa e sete anos de idade, rememorando sua vida e de seu grupo étnico. Sua esposa e um de seus filhos auxiliaram o senhor Agranionik em algumas falas incompreensíveis para o entrevistador, e também o lembraram de momentos importantes os quais contava à família. A vida em Quatro Irmãos teve início do seguinte modo: “eu trabalhei na estrada de Erebangó até Quatro Irmãos, um ano e oito meses com a pá e a picareta. Eu era novo, tinha vinte e poucos anos”; desenvolvendo trabalhos também com a agricultura; no plantio de milho e feijão, além de criar gado e ser açougueiro. Com a profissão de colono, continuou por toda sua vida, residindo na cidade de Erechim, mantendo terras na colônia de Quatro Irmãos.

A respeito da Revolução de 1923, Agranionik expôs

Essa revolução só aconteceu no Rio Grande. Queriam derrubar o governador e no fim se deram as batalhas. Morreu muita gente! Mas eles não eram antissemitas, esses que brigaram. Eles diziam que nós não tínhamos nada com esta política, porque o governo federal não tinha nada com esta coisa; esta revolução. Só no Rio Grande! Passou o Rio Grande para fora, não tinha guerra.

Para o seu filho, o mesmo episódio:

Foi o causador do fracasso da colonização da ICA. Muitos colonos foram embora; muita gente foi embora. A Revolução foi um fracasso. Aliás, o fracasso da colonização; uma parte se deve à revolução. Com a revolução, muitos dos colonos foram embora, foram para as cidades.

Ambos apresentam reflexões diferenciadas a respeito do mesmo

tema. Aquele que vivenciou o período de pesadas imposições contra a comunidade judaica no Império Russo, logo justificou que a Revolução aqui no Rio Grande do Sul não era antissemita. Para ele, esse fato teria maior relevância, pois não foi ocasionada por motivos étnicos. O conflito foi encarado pelo depoente como diferente do vivenciado no Império Russo, onde o confronto visava à sua etnia. O senhor Agranionik parece rememorar, mas sem mais pesares a Revolução de 1923. Com a pretensão de encerrar o assunto, expôs que o conflito “durou mais do que um ano e, depois, quando já terminou, havia focos; tinha focos que faziam um inferno. Ah! Nem convém mais sofrer, não vale a pena”. O entrevistado remete às perdas que os colonos tiveram com os embates e com a alimentação das tropas, pois “vinha um piquete e matava uma vaca, comiam três, quatro, cinco quilos de carne e o resto ficou. O bicho comeu. Mas a vaca não tinha mais, a vaca morreu. E os colonos ficaram aborrecidos, eles não tinham muito gado”. E complementa: “O dano que fizeram estava feito, não tinha de quem cobrar. Largaram meia vaca, mas não tinha mais vaca. Tinha, mas morreram. É! Passamos um trecho muito difícil”.

O filho deste depoente considerou que a Revolução foi fator relevante para o “fracasso da colonização”; assim como ele, muitos imigrantes e/ou descendentes judeus responsabilizaram o episódio como devastador para Quatro Irmãos. Como se viu, não foram momentos fáceis para os colonos recém-chegados da Europa, desenvolvendo suas vidas em outro país e estando tão perto de batalhas e confrontos constantes, além de ter de dividir sua produção, alimentando as tropas. As violências sofridas durante toda a década de 1920 agravaram um sentimento em particular ao qual a maioria se refere – o medo. A despeito dessa sensação, muitos deixaram de viver em Quatro Irmãos, para buscar segurança em outras localidades.

Outro imigrante, Luiz Tavejnhanski³, nasceu na Ucrânia, em 16 de junho de 1909, nacionalidade russa, emigrou aos dois anos de idade. Seu pai, Leon Tavejnhanski juntamente com sua mãe, Rosa, foram primeiramente para a Argentina, onde ambos trabalhavam como colonos agrícolas. Por intermédio da JCA, a família imigrou para Quatro Irmãos, e lá estabeleceram a família. Ao ser inquirido a respeito do movimento revolucionário de 1923, logo lembrou que “todos foram para Erebangó [...]. Combate em cima da nossa terra”. Recorda a sensação que viveram:

Nós fomos mal lá [colônia Quatro Irmãos], porque houve uma revolução em 1923 e mataram um colono que ia na estrada, não se sabe quem foi que matou ele. Mas foi esse negócio de revolucionários. E toda a colônia foi para Erebangó, todos juntos. Não sei quanto tempo ficaram lá em Erebangó. Eu não me lembro bem de tudo. Até houve um combate em cima das nossas terras. E tem até hoje o nome do combate lá. O lugar chamava-se Combate. E depois, voltaram de Erebangó para as colônias e ficamos um tempo lá nas colônias [...]. Nós estávamos em Quatro Irmãos, mas estávamos morando junto com outros colonos. Abandonamos a colônia para morarmos juntos, porque tínhamos medo, na colônia uma não é perto da outra, um quilômetro de distância. Mas eu me lembro um pouco do combate, nós com mais uns rapazes ficamos numa coxilha para ver de longe. E nisso, vinham vindo uns correndo a cavalo e nós descemos e fomos para o mato [...]. Entre chimangos e maragatos, que se falava na época. Borgistas e Assistas. Se encontraram ali e ali foi o combate, morreu muita gente. Tem o cemitério do combate até hoje lá.

³ Tavejnhanski, Luiz. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: abril de 1987. Entrevista n.043

O depoente se refere à saída de muitos imigrantes em direção ao vilarejo de Erebang, como foi citado no capítulo anterior. Neste momento, os judeus de Quatro Irmãos, unidos, abandonaram suas casas em busca de proteção. Alguns desses entrevistados citam este episódio, enfatizando que ficaram juntos em um galpão, por um ano ou mais.

A morte do colono judeu naquela região, mesmo que muitos atribuam ao conflito, segundo Gritti, o agricultor sofreu uma emboscada de um ex-funcionário, que objetivava saldar um débito. O assassinato teria ocorrido entre o ano de 1923 e 1924, o que levou muitos imigrantes a referenciar o episódio com a Revolução⁴.

Suas memórias são pessoais, mesmo que ainda jovem, Tavejnhaski remete aos momentos em que permaneceu na Colônia, atribuindo que lá “nós fomos mal”, referindo-se à vida de sua família em Quatro Irmãos. Para Luiz Tavejnhaski, o insucesso da região foi responsabilidade da Revolução, pois, no momento da entrevista, nos anos de 1980, ele mantinha as terras na Colônia com plantação de soja. Nesta época, a plantação rendia-lhe recursos financeiros favoráveis, fator que provavelmente tivesse levado o depoente a atribuir o “fracasso da atividade agrícola judaica” ao transcurso do movimento revolucionário na região. A memória destes momentos vividos com dificuldade depende, consideravelmente, do presente deste depoente; aqueles judeus que abandonaram seus lotes de terra e foram viver na cidade podem considerar a agricultura um projeto que não daria certo. Porém, aqueles que permaneceram, batalhando na atividade agrícola, sentiram as perdas que tiveram, mas recomeçaram após o conflito armado e obtiveram êxito na atividade profissional.

Outro depoente que se referiu ao medo como sentimento pre-

⁴ GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

ponderante foi Carlos Hubermann⁵, imigrante que possuía apenas dois anos de idade, no momento da Revolução de 1923. Segundo ele, um revolucionário teria invadido o mercadinho de seu pai, exigindo-lhe a entrega de pertences pessoais; tal episódio não saiu da sua cabeça:

Em 1923, na revolução, inclusive, ele [o pai] foi assaltado dentro da própria loja dele. Aí roubaram relógio, roubaram dinheiro que ele tinha com ele, foi calçado por dois maragatos, naquele tempo era maragato e chimango. Inclusive, eu sei daquela revolução que deu, eu tinha dois anos e eu não esqueço até hoje. Eu estava parado na loja do meu pai na porta, sou nascido em 1921, a revolução era em 1923, eu não esqueço que passou um cara, eu não esqueço por o cara era meu “Xará” – o nome dele era Carlos, o meu nome também era Carlos, mas só me chamam de Carlitos – era Carlos Raizler [...]. Me lembro quando foi feito aquela revolução, os chimangos contra os maragatos, os maragatos tiraram uns vinte metros de trilho, para derrubar o trem que vinha conduzindo trezentos e doze chimangos, que era do exército da Brigada Militar, mataram quase todos os brigadianos nessa revolução.

Raramente nos lembramos de acontecimentos ocorridos ainda na nossa infância. Hubermann, neste episódio que relatou, teria dois anos de idade quando da Revolução de 1923, provavelmente ele ouviu os pais descreverem este fato durante toda sua vida, e isso permaneceu na sua memória. Para o entrevistado e sua família, este episódio marcou tanto, que Carlos Hubermann sente que viveu e que presenciou este evento, carregando-o como memória pessoal.

⁵ HUBERMANN, Carlos. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 7/10/1988. Entrevista n. 054

Michael Pollak⁶ se refere, neste caso, à *memória por tabela*, segundo ele “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”.

A respeito desse confronto armado, o entrevistador indagou “em Quatro Irmãos, como repercutiu essa revolução para os colonos?” – a resposta de Hubermann foi clara e objetiva: “Foi péssima! Quase que todo o mundo após a revolução começou a debandar de lá. Os que não tinham coragem começaram a debandar, uns iam por conta própria, outros iam lá na JCA pedir para ir embora, muito pouca gente ficou”. E em relação ao sentimento provocado pelos episódios, o entrevistado rebate: “Medo, porque depois da revolução ficaram muitos assaltantes lá, ficavam sanguinários”. Para Hubermann, os bandoleiros “assaltavam para roubar um cavalo, uma galinha, para roubar a roupa do varal, tudo que é jeito eles faziam para roubar, matavam também para matar, para ver morrer”.

Os momentos vividos pela família do entrevistado durante os confrontos de 1923 foram difíceis, principalmente considerando o pouco tempo de estabelecimento da família na Colônia. Segundo o entrevistado, a família emigrou da Rússia para a Argentina e, por intermédio da JCA, foram se estabelecer na colônia de Quatro Irmãos, em 1913. No período da Revolução, possuíam um mercadinho, o que complementava a renda provinda da agricultura, pois Carlos Huberman afirmou que o pai mantinha o plantio. Este imigrante, contrariando a regra, permaneceu na colônia de Quatro Irmãos até o ano de 1952, momento em que optou por se radicar em Porto Alegre.

⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 201.

Maurício Gudis⁷ também tem uma trajetória particular. Judeu que emigrou do Império Russo em 1913, devido às perseguições sofridas no território de origem. O pai era alfaiate e veio para o Brasil com cinco filhos, a esposa faleceu anos antes; o objetivo: “nós viemos para o Brasil para se ver livre daquela perseguição e queria trabalhar na terra Colono, queria conhecer colonos; plantar e comer”. Segundo o entrevistado, a família ficou estabelecida na colônia de Quatro Irmãos apenas por dois anos, quando resolveram ir embora para Porto Alegre. Lá, o pai arrumou emprego de alfaiate, e Maurício Gudis, já com quinze anos, começou a ajudá-lo. Após seu casamento, decidiu morar na cidade de Erechim, momentos antes da Revolução Assisista. Ele relatou como ocorreu este confronto nesta cidade, que fica próxima a Quatro Irmãos:

E, naquela época, tinha Revolução no Rio Grande, entre borgistas, gente de Borges e partidos contra como sempre tem. Coronéis, naquele tempo tinha os coronéis e coisas, né. E em redor da minha casa tinha, chegaram, eles cada um fazia colunas, tinha mais de cem homens, às vezes, assim, no sol, no capim, assim, porque eles iam invadir não sei onde, brigar. Brigar com o governo do estado, era Revolução. E fiquei assim, resolvi e fui embora. Levei a família. E não sei como é que a gente conseguia viajar naquele tempo, decerto custava muito. Eu peguei o trem com a mulher, ainda não tinha filhos e fui para Porto União, uma cidade em Santa Catarina, não sei como é que me veio a ideia, mas fui lá.

A opção do imigrante foi se mudar de Estado; ir a um lugar onde o conflito não o alcançasse. No entanto, mesmo não residin-

⁷ GUDIS, Maurício. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 1987. Entrevista n. 002.

do nas colônias agrícolas, as repercussões da Revolução também afetaram seu cotidiano. Um ano após o estabelecimento em Santa Catarina, o imigrante voltou a residir em Porto Alegre, junto a seus familiares. Sua trajetória foi modificada pelo confronto político, o depoente também se refere ao medo, pois era responsável pela proteção de sua família. Maurício Gudis não detalha com clareza a experiência vivida neste momento; pouco diz lembrar a respeito da sua fuga ao Estado vizinho.

Olga Chotguis⁸, filha de imigrantes judeus russos, nasceu na colônia de Quatro Irmãos no ano de 1915. Ela lembra com carinho a infância que manteve na Colônia, das tarefas de seus pais para desenvolver economicamente suas terras e das confraternizações realizadas entre os patrícios nas festas religiosas. Segundo ela, o trabalho de seus pais era difícil, mas conseguiram juntar um *dinheirinho*, e estavam planejando ir para a cidade; porém, estourou a Revolução de 1923, e lembra que

os maragatos e os chimangos. Então quando foi isso aqui, vinham e destroçavam tudo. As moças se escondiam no forro do telhado porque tinham medo que eles faziam o diabo. Então a mãe disse: Manoel, vamos embora. Vamos embora com as crianças porque eu não quero nada, eu quero salvar as crianças. Então fomos. Enchemos a carroça com feijão, arroz, mel, tudo que tinha e que dava para levar. Levaram e foram para Quatro Irmãos, para o povoado. Lá em Quatro Irmãos disseram: nós temos que ir embora para Erebangó. Então tinha o trenzinho, que o Israel trabalhava e todo o mundo sentou nos vagões abertos [...]. Pegaram um galpão aberto, perto de um engenho de madeira e botaram uma família em

⁸ CHOTGUIS, Olga. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 16/09/1988. Entrevista n. 189.

cada canto, mas nem dava. Então botaram no meio também umas famílias, assim, tudo amontoadado. Estavam dormindo nos acolchoados. As crianças ... era uma coisa horrível. Faziam fogo num canto, fumaça para todo o lado, era um sacrifício imenso [...], para fugir dos bandidos. Ficamos lá não sei quantos meses até que passou aquela fase e os maragatos fugiram, os chimangos, sei lá o que e nós fomos voltando para casa.

O medo se tornou um sentimento recorrente entre os imigrantes judeus na narração da Revolução, pois o episódio da saída maciça de colonos de Quatro Irmãos, abandonando seus lares para seguirem juntos até o povoado de Erebangó recorre a cada entrevista. Cada um expressa de sua maneira a vivência deste período, mas o sentimento é o mesmo: medo, insegurança. Olga narra o anseio do gênero feminino na ocasião da invasão das tropas, pois se escondiam temendo serem encontradas e, por vezes, violentadas. Segundo ela, durante o período de estabelecimento dos exércitos, os núcleos colônias ficaram à mercê, e o que encontraram foi o seguinte:

Chegando em casa ... a casa estava em ordem, mas os móveis todos quebrados, galinha não existia, nada, nada, nada, só seco. Aí, o que nós íamos fazer? Fomos para a colônia, para a ICA, e pedimos alguma coisa. Então deram um adiantamento para comprar umas galinhas, umas coisas e começar de novo. E o pai já pegou e comprou umas tábuas, fez uns armários, fez um fogão assim de tijolos, fez um forno. Ele era uma coisa que nem dá para explicar. Uma coisa nunca vista. E a mãe começou a fazer roupas para as crianças, conseguiu roupas não sei de onde, e foi desmanchar e começamos de novo a plantar verduras perto de casa. Verduras eram perto de casa, e fomos levantando.¹⁷⁰

A JCA forneceu dinheiro aos colonos que voltaram para suas terras em Quatro Irmãos, para ser usado na reposição de animais e de plantações que os colonos haviam perdido. Segundo Olga, a invasão da sua casa ocorreu durante a comemoração da páscoa judaica:

No *Pessach* estávamos todos sentados em redor da mesa fazendo *Seder*, o pai estava fazendo o *Seder*, a Julieta estava no colo dela sentada, ela tinha três anos, e quando estava fazendo o *Seder* e tudo, quando bateram na frente. O pai então levantou e foi atender, pegou o lampião e foi atender. Daí entraram uma bolada de bandidos assim com armas na mão e tudo, e aí o pai entregou o lampião para mãe e disse: ‘olha, podem revisar, aqui não tem ninguém’. Estavam procurando o cunhado dele [do marido, Jaime Chotguis], o Efraim Zeltzer, e mais uns da JCA. Eles estavam lá na casa dele [do marido] passando a ruazinha [...]. Se enganaram de casa. Daí ele dizia: ‘aqui não tem ninguém, pode revistar’. Eles queriam machucar o pai e ele disse: ‘podem levar tudo o que vocês querem, eu não preciso de nada’. Aí eles não fizeram nada para ele e não levaram nada. Eles não queriam nada. E fizeram a volta que tinham que fazer para chegar na casa dele [do marido] e foram pela estrada, a cavalo. Mas o pai não perdeu tempo, foi aqui pelo nosso vãozinho para avisar e ainda, na ingenuidade das pessoas que não acreditavam em mortes, nessas coisas, gritando: ‘bandidos, ladrões’.

Devido a estes episódios, a família permaneceu mais dois anos na Colônia e, com a morte de seu pai, que mantinha a agricultura, foram embora para a cidade de Passo Fundo, alugando a casa de um patrício. O ambiente hostil de Quatro Irmãos trouxe insegurança para a família e a ausência da figura paterna lhes despertou o desejo de morar em um núcleo urbano.

Jaime Chotguis⁹, esposo de Olga, à qual legou o sobrenome, nasceu na Bessarábia, Império Russo. Segundo Jaime Chotguis, a “colônia não foi próspera, por que os filhos mais velhos foram embora para trabalhar”, e complementa: “a colônia não produzia, não dava nada”. Na época da Revolução, a família ainda permanecia em Quatro Irmãos, e o pouco que produziam tiveram de dividir com as tropas alojadas naquela localidade:

Nós tínhamos que estar escondidos, as moças – a Menhe, a Tcharna – e quando eles nos surpreenderam num almoço de confraternização de sábado e vieram na nossa casa. Mas ai eles não fizeram nada, só mostraram que tinha gente. Depois eles começaram a matar. Nós tínhamos uma criação grande de galinha, de perus. Eles então matavam os perus assim a tiro. Eram bandidos. E o meu pai foi então para o “*shtetl*” e lá tinha acampados todos os quartéis dos maragatos. E a minha mãe fazia pães, fazia-se fornos fora da casa e ela fazia assim dez, doze pães. Pães russos, daquela farinha que vinha da Rússia mesmo, uma farinha especial. Crescia aqueles pães redondos, a coisa mais linda, gostosos, me lembro até hoje a gostosura que era. Aquilo dava para toda a semana, toda a família. Mas quando chegaram estes maragatos, eles limparam tudo. Nos deixaram sem pão, sem nada. Galinhas eles matavam a tiros e levavam embora.

Alguns episódios peculiares ocorreram com sua família, no momento do confronto político:

Então meu pai foi lá para o comandante, no *shtetl*, foi e deu parte, contou que deixaram minha família

⁹ CHOTGUIS, Jaime. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 15 de novembro de 1988. Entrevista n. 208.

sem nada, que levaram tudo e então o comandante se condeou e deu dez mil réis. Naquele tempo, era réis ainda, pagou. Mas quando ele vinha vindo era seis quilômetros, cinco ou sete quilômetros até chegar em casa, já era noitinha, e os bandidos pegaram ele e amarraram. Disseram assim: “Você foi dar parte para o nosso comandante então nós vamos te matar” [...]. Ele estava sozinho, de carroça. [...]. E amarraram ele perto de uma árvore ali e disseram: “Na madrugada tu vais ser morto, só porque tu foi nos dedar”. [...]. Mas quando foi de madrugada, chegaram os chimangos. Chimangos eram os federalistas, eram do governo. Quando eles chegaram, eles eram forças bem maiores, tinham mais armamentos, eram mais treinados. Os outros, os maragatos, eram assim de pé no chão; bandidos. Matavam o gado. Nós tínhamos assim uns trinta e tantos, trinta e duas reses de gado. Mataram todas. Só deixaram duas vacas que estavam prenhe, para ganhar terneiro. Só estas duas eles deixaram. Ainda foi a sorte que ainda tinha leite e essas coisas. Bem, mas quando foi a madrugada, chegaram como eu estava contando – os maragatos, os chimangos e expulsaram os maragatos todos. Fugiram todos e eles então chegaram e desamarraram o meu pai e soltaram ele.

A narração de Jaime referente ao episódio ocorrido com seu pai remete àquilo que Pollak¹⁰ refere como a *memória herdada*, quando os familiares viveram eventos que legam aos demais membros, e o indivíduo lembra daquilo que não viveu, mas ouviu dizer. Segundo o depoente, “eu me lembro da história porque o meu pai contava”, esse fato bastou para que reproduzisse a história.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 201.

Sua análise para o contexto partiu do pressuposto de que “na Europa perseguições e ali [colônia Quatro Irmãos], mais perseguições ainda”. Os episódios que fizeram com que os judeus emigrassem da Rússia Czarista para o Brasil (perseguições, mortes e saques realizados pelos *pogroms*) fizeram com que eles abandonassem a Colônia e fossem se estabelecer nos núcleos urbanos.

Pollak também se refere à *memória subterrânea*, quando algo que foi escondido por tempos, que devia ser como que apagado da lembrança, ressurge em momentos de crise. A guerra no país de origem, as perseguições, os saques a colheitas e os produtos cultivados voltam a ocorrer na vila onde os judeus se estabeleceram. Suas memórias associam os eventos àqueles que eles já conheciam: a Rússia e aos *pogroms*, como se não tivessem emigrado.

Então fomos embora todos para Erebangó. Aí fomos de trem, com bagagens e tudo. E ficamos lá mais ou menos oito meses, um ano [...]. E dali, a maior parte foi embora. Uns para Passo Fundo, outros para Santa Maria; Cruz Alta; Porto Alegre; uns foram para São Paulo. A colônia ficou reduzida em ... de quinhentos colonos, que o meu pai falava, ficou quarenta, quarenta colonos.

Aqui, o depoente atribui o fracasso da colônia à pouca qualidade da terra, ao desconhecimento do trabalho agrícola e ao episódio revolucionário. Segundo ele, estes fatores se agregam à má administração da JCA que não proporcionou condições para que os colonos continuassem nos seus lotes de terra, e não os ajudou, apenas forneceu um pequeno subsídio financeiro àqueles que plantavam.

Outra depoente que nasceu em Quatro Irmãos, logo após o estabelecimento dos imigrantes na Colônia, foi Adelina Sirotsky

Mester¹¹. Filha de judeus russos, da cidade de Soroki, na Bessarábia, os pais emigraram subsidiados pela JCA, e logo começaram a trabalhar. A família de Adelina Sirotsky viveu na Colônia durante alguns anos, segundo ela, no início da década de 1920, os irmãos já haviam se casado e saído do ambiente rural, neste período, sua mãe faleceu. A depoente destaca outro episódio marcante desta época:

A revolução era muito forte, inclusive degolaram um “*idish*” [judeu] lá, entraram de noite e degolaram ele como se degola uma galinha. E daí a ICA fez zona neutra num povoadinho, Erebangó, e mandou vir um exército e esse exército guarnecia toda essa cidadezinha, onde ela tirou todos os colonos Quatro Irmãos e colocou todos ali, provisoriamente claro, no tempo da revolução. Quando houve a revolução porque houve muita coisa, muito prejuízo, roubaram inclusive.

Mais uma vez, a morte do colono judeu aparece como consequência da Revolução, fato que foi colocado anteriormente. A saída para Erebangó também foi alternativa da família Sirotsky, que após, “quando nós fomos para Erebangó, época da revolução, nós não voltamos mais para a colônia”. Seu pai estabeleceu-se com um mercadinho no vilarejo, e lá permaneceram, pois no período da Revolução a família sofreu com muitos prejuízos financeiros:

Meu pai vinha vindo com a carroça carregada, tiraram os cavalos dele e deixaram ele a pé [...]. Ele foi buscar mercadoria na cidade e quando ele vinha vindo tiraram a carroça, os cavalos, tudo. A carroça estava carregada e nós nos aborrecemos muito. Depois

¹¹ MESTER, Adelina Sirotsky. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 20 de abril de 1988. Entrevista n. 003.

a ICA viu que estava dando muito prejuízo e muitas mortes, daí ela nos tirou e contratou um exército e o exército fez zona neutra em Erebangó.

A JCA procurou proteger os colonos, a alternativa de levá-los para Erebangó foi bem vista pelos imigrantes, pois a maioria se refere a este episódio. A guarda contratada possibilitou que o vilarejo estivesse mais seguro dos conflitos ocorridos com a Revolução. Este fato não amenizou as consequências nas Colônias, pois quando os imigrantes retornaram para suas casas, muitos haviam perdido bens materiais; no caso da família Sirotsky, apostaram na possibilidade de estabelecer comércio em Erebangó e, posteriormente, em Passo Fundo.

Outra *História de Vida* é de Adálio Lavinsky¹² e sua esposa, Raquel; juntos, concederam a entrevista. O pai de Adálio veio com o financiamento da JCA para a Argentina, logo após, estabeleceu-se em Quatro Irmãos, trazendo sua família da Lituânia. Seu pai possuía moinho de beneficiamento de cereais no território dos czares. Emigrou por causa dos *pogroms* e da falta de liberdade deste país. Na Argentina, ele trabalhou com granja e adquiriu experiência agrícola; depois veio para Quatro Irmãos. Naquela região, presenciaram o conflito armado de perto:

Sobre a Revolução de 1923, eu sei que 1923 deu combate aqui. Mas antes era 1922 [*sic*], que deu aquela ... começou a guerra, então era o revolucionário e era da parte do governo do Estado. Então, esse do lado do governo chamava-se chimango, e esse do lado dos outros, os revolucionários, era maragato. Então, eles brigavam. Então, o presidente era Bor-

¹² LAVINSKY, Adálio e Raquel. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 28 de agosto de 1988. Entrevista n. 184

ges de Medeiros. E outro, o que era dos maragatos, era o Assis Brasil. E ali, então, se... se... (?), então fizeram uma revolução. E ali morreu muita gente, lá? Então, se acamparam... Depois, então, em 1923 foi o último combate, foi ali onde tem o cemitério, não é? Ali, então, tinha, chamava-se o coronel Portinho, Simão Machado e, como é mais? Ah, não me lembro mais os nomes deles. E ali foi o maior combate que tinha. Eu sei que da parte dos chimangos, que é do lado do governo, morreu quase tudo. E os outros também morreram. Depois que terminou o combate, então meu pai veio para colônia – nós morávamos em Quatro Irmãos. Primeiro nós mudamos para Erebang, quando era a revolução. E antes do combate, aí nós fomos para Quatro Irmãos. Ali deu o combate em cima da nossa terra e ali onde é o cemitério do combate, ali deu a última mortandade. Ali, então, no outro dia, o pai veio para ver como é que estava aquilo lá e eu vim junto – eu tinha onze anos –, mas tinha tanta gente morta lá, tudo misturado com a cavalaria, tudo misturado. É uma ... foi ... foi muito ... foi um combate dos maiores que tinha. Depois, então, veio o exército e tomou conta daquilo lá, então, aí terminou a revolução.

O depoente tinha onze anos e recorda dos episódios ocorridos por causa da Revolução na colônia de Quatro Irmãos. A memória vivida se reflete na expressão “ali deu o combate em cima da nossa terra”, retratando os conflitos com um sentimento de invasão dos combatentes. A materialização, no caso o Cemitério do Combate, auxilia para que esta batalha não seja esquecida por aqueles que viveram o episódio.

Os prejuízos, segundo o depoente, alcançaram altos índices:

O que estragaram! Carneavam o gado, para comer; faziam churrasco. Animal, que nós tínhamos, leva-

ram tudo embora. Os arreios essas coisas, que eles ocupavam. Mas era do lado dos maragatos, dos revolucionários [...]. Eles ... eles tiravam. Chegavam ali e levavam. E não se podia dizer nada. Chegavam no campo, pegavam quatro, cinco vacas ou mais, carneavam, comiam, o resto deixavam. Era assim.¹⁸³

Segundo Adálio Lavinsky, a Revolução de 1923 não foi motivo para abandonar a Colônia, tampouco saiu da região na década de 1920. O casal foi residir na cidade de Erechim na década de 1960, e ainda possuíam lote de terra em Quatro Irmãos e viviam dessa renda financeira. Para eles, o motivo maior de sair da Colônia foi proporcionar uma educação de qualidade aos filhos, pois lá havia somente o primário.

O traço comum da comunidade judaica de Erechim é a ligação com Quatro Irmãos: os judeus atualmente cuidam da manutenção do cemitério, e a maioria mantém as terras da família na região, e trabalham nelas com agricultura.

Samuel Chwartzmann concedeu um depoimento ao ICJMC e também um relato, este material resultou na publicação da obra *Memórias de Quatro Irmãos*, em 2005, já citada. Neste material, Chwartzmann descreve a trajetória judaica no Rio Grande do Sul, citando nomes dos moradores, médicos e professores da Colônia, além de outras informações. A respeito da Revolução de 1923 em Quatro Irmãos, relatou:

Ainda permaneceu mais de uma centena de colonos em Quatro Irmãos até 1923. Em 1923, houve uma Revolução Estadual, que fez com que os colonos abandonassem suas casas e bens indo para os povoados mais próximos, com medo que se repetissem os assaltos e mortes que aconteciam nos seus países de origem. Depois de 1923, poucos colonos voltaram para suas co-

lônias e mesmo cuidando de suas plantações e animais preferiram morar na Vila de Quatro Irmãos.

Quatro Irmãos era dividida em núcleos, como já citado, nos lotes de terra viviam os colonos, distante aproximadamente dois quilômetros uns dos outros; a vila seria o local em que o comércio tinha mais evidência, e as pessoas residiam mais próximas. Muitos imigrantes citam a saída da colônia para a fixação na vila, onde se sentiam mais seguros, pela proximidade das pessoas em um núcleo mais povoado. O medo também foi sentimento usado por Samuel Chwartzman¹³, quando relatou os episódios da Revolução em Quatro Irmãos. Referente a este episódio, também avaliou:

Em 1923, estourou uma revolução no Estado do Rio Grande do Sul, liderada, pelo lado do governo, pelo então presidente (atualmente equivale ao governador do Estado) Antônio Augusto Borges de Medeiros, cujas forças eram denominadas chimangos. Joaquim de Assis Brasil era o líder das forças oposicionistas, denominadas Maragatos. Chimango é o nome que o gaúcho dava a um pássaro que costuma pousar no lombo do gado, para picar-lhe os carrapatos. Maragato não sei o que é, mas não deve ser um elogio. Os choques de maior envergadura dessa revolução se deram na fazenda Quatro Irmãos. Lá existe o memorável cemitério denominado “Cemitério do Combate”, onde dizem que centenas de combatentes, de ambos os lados, foram enterrados juntos em vala comum. O colono David Faiguenboim foi assassinado. Os colonos, que passaram por “pogroms “ em suas terras de origem, ficaram com medo de assaltos e assassinatos e abandonaram os seus lares e tudo o que possuíam. Levaram apenas os pertences mais necessários, como

¹³ CHWARTZMANN, Samuel. Relato e depoimento concedidos ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 12 de abril de 1988. Entrevista n. 099.

roupas de cama e vestir, que eram poucas, algumas panelas e víveres, tudo isso transportado por carroças. Foram até a Vila Quatro Irmãos e dali foram transportados pelo trenzinho da ICA até Erebangó, onde a maioria ficou acampada, esperando o fim da revolta para voltarem aos seus lares. Alguns, que tinham parentes em Passo Fundo, foram para lá, onde aguardaram que se fizesse a paz para voltarem às suas casas, o que aconteceu após alguns meses. Porém, só alguns poucos voltaram. O restante ficou residindo nas cidades, perto de filhos ou parentes, que os assistiram. Os que voltaram, acamparam em Quatro Irmãos, esperando acalmarem os ânimos. Não foi fácil os colonos convencerem suas mulheres a voltarem para a colônia. Alguns já ficaram no povoado, embora continuassem cultivando suas terras e cuidando do seu gado.

O depoente traça o enredo da Revolução de 1923 em Quatro Irmãos em poucos parágrafos, às vezes minimizando as situações, outras enfatizando-as. Para Samuel Chwartzmann, os acontecimentos dos anos de 1923 e 1924 ficaram resumidos apenas em alguns prejuízos materiais e, segundo ele, o motivo da evasão da Colônia foi o sentimento de medo e insegurança dos imigrantes. Suas conclusões são construídas a partir de sua trajetória familiar; Samuel trabalhou nas lides agrícolas ajudando seu pai, além de outras atividades, como açougueiro e sapateiro. No ano de 1943, iniciou atividades na administração da JCA, até o encerramento das atividades da Companhia no Brasil. Apenas deixou a Colônia em 1961, quando fixou residência e loja comercial em Erechim.

No ano de 1989¹⁴, ocorreu em Erechim uma comemoração

¹⁴ SPRITZER, Raquel T. Erechim organiza comemoração para festejar a imigração judaica. *Resenha Judaica*. Janeiro de 1989. In: Departamento de Documentação e Memória do ICJMC.

pelo septuagésimo aniversário de emancipação do município. Nesta solenidade, “a Câmara prestou [homenagem] à comunidade judaica pelo 40º Aniversário da Independência do Estado de Israel e pelos 80 anos de imigração judaica no Planalto”. Na ocasião, estavam presentes os líderes da comunidade judaica de Erechim; o presidente da Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRS) e o cônsul de Israel no Brasil, respectivamente, os senhores Abraão Izaquiel Charchat, Abraão Faermann Sobrinho e Tzvi Chazan, os quais receberam homenagens pela contribuição que esta etnia deu para o desenvolvimento da sociedade de Erechim.

O discurso proferido no Evento explanou a história de Israel até se tornar o “Estado Judeu”; referiu-se também à trajetória dos judeus que imigraram para o Brasil com o financiamento da JCA e a evasão destes das colônias agrícolas em direção a Erechim. A respeito da Revolução de 1923, destacou:

Nos episódios revolucionários e pós-revolucionários de 23, Quatro Irmãos sofreu muito. Famílias foram dispersas; homens mortos e bens destruídos. Muitos foram morar em outros locais e se dedicaram a outros afazeres. A nossa cidade recebeu muitos deles, os quais engrandeceram nosso comércio, nossa indústria e nossa cultura.

Observa-se que neste período ocorreram, de modo recorrente, referências aos confrontos armados da década de 1920 em Quatro Irmãos. A homenagem à comunidade judaica também fez questão de destacar o sofrimento vivenciado pelos imigrantes na Colônia. Repare-se que na década de 1980 houve a preocupação em preservar o episódio dos períodos turbulentos na memória da comunidade judaica, como elemento participante de sua trajetória no Rio Grande do Sul.

Além dos depoimentos selecionados, colhidos pelo ICJMC em 1987 e 1988, no ano seguinte, 1989, a homenagem em Erechim, noticiada pela *Resenha Judaica*, fixaram na comunidade o sentimento de pertencimento a esta história. Anos após, poucos descendentes de imigrantes se referem a esta Revolução, principalmente aqueles radicados em Porto Alegre. Em 2012, a maioria dos judeus da Capital descende dos pioneiros de Barão Hirsch ou Baronesa Clara, ou mesmo de imigrantes que vieram diretamente para centros urbanos. Por isso, as referências aos episódios de 1923 ficaram restritas aos anos de 1980.

Os eventos revolucionários de 1923 na colônia judaica de Quatro Irmãos se tornaram uma *memória compartilhada* pela comunidade étnica. Segundo Alessandro Portelli¹⁵, “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”. Sendo assim, o termo de memória coletiva não seria adequado ao tema exposto, tendo em vista que apenas alguns imigrantes citaram este episódio, e o compartilharam com os judeus residentes nas colônias agrícolas, não envolvendo a comunidade judaica urbana.

Por mais que alguns judeus não tenham vivenciado os conflitos armados, estes filhos e/ou amigos transmitiram essa memória como se pertencesse a eles mesmos:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada¹⁶.

¹⁵ PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUCSP. São Paulo, 1981, p. 16.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.

A memória se tornou herdada e/ou compartilhada por famílias que dividiram o mesmo navio; que vieram de regiões próximas; se conheceram na colônia; partilhavam o mesmo templo; tornaram-se amigos; conhecidos; falam a mesma língua e mantinham os mesmos hábitos.

Alguns preferem não falar a respeito das vivências em tempos de dificuldade. Nestes casos, a memória traz lembranças que machucam. Então, pouco é dito ou referido ao assunto – indizível. O silêncio não configura esquecimento, uma vez que os depoentes “têm por tarefa apreender os limites flutuantes entre os possíveis do dito e do não-dito”¹⁷, configurando uma árdua empreitada, quando o assunto remete às dores e aos desgostos da vivência individual ou também comunitária.

Sendo assim, as experiências compartilhadas pelos imigrantes judeus radicados nas colônias agrícolas transmitiram aos seus descendentes muitos elementos da vivência individual, que, aos poucos, foram sendo incorporados por mais membros da comunidade.

Por fim, a memória do período revolucionário permanece em membros da comunidade judaica gaúcha. Alguns eventos foram maximizados; outros minimizados, dependendo da circunstância vivida. Aqueles que moraram na colônia tiveram a percepção de que o evento foi o maior já visto; para outros, nem tanto. De qualquer modo, inegavelmente, os imigrantes judeus que viveram em Quatro Irmãos tiveram seu cotidiano marcado pela Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

5, n. 10, 1992, p. 201.

¹⁷ POLLAK, Michael. A gestão do indizível. *WebMosaica*. V. 2. n. 1. (jan-jun) 2010.

Referências

GUTFREIND, Ieda. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul**: da memória para a história. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul**: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. A gestão do indizível. **WebMosaica**. V. 2. n. 1. (jan-jun) 2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUCSP. São Paulo, 1981.

SPRITZER, Raquel T. Erechim organiza comemoração para festejar a imigração judaica. **Resenha Judaica**. Janeiro de 1989. In: Departamento de Documentação e Memória do ICJMC.

Depoimentos

AGRANIONIK, Jacó. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: abril de 1987. Entrevista n. 122.

CHOTGUIS, Jaime. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 15 de novembro de 1988. Entrevista n. 208.

CHOTGUIS, Olga. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 16/09/1988. Entrevista n. 189.

CHWARTZMANN, Samuel. Relato e depoimento concedidos ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 12 de abril de 1988. Entrevista n. 099.

GUDIS, Maurício. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 1987. Entrevista n. 002.

HUBERMANN, Carlos. Depoimento concedido ao Instituto Cultu-

ral Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 7/10/1988. Entrevista n. 054

LAVINSKY, Adálio e Raquel. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 28 de agosto de 1988. Entrevista n. 184

MESTER, Adelina Sirotsky. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: 20 de abril de 1988. Entrevista n. 003.

TAVEJNHANSKI, Luiz. Depoimento concedido ao Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre: abril de 1987. Entrevista n.043



“NÃO HÁ BEM QUE SEMPRE DURE,
NEM MAL QUE SE NÃO ACABE”:
A REVOLUÇÃO DE 1923 NAS CARTAS
ÍNTIMAS DE ANDRÉ PITTHAN

Bruno Mateus Heckler
Djiovan Vinícius Carvalho

Durante muitos séculos, a escrita de cartas desempenhou um papel fundamental na comunicação entre pessoas distantes entre si. As cartas eram muito mais do que um meio de comunicação, elas fortaleciam os laços e os relacionamentos que se estendiam para além da esfera familiar. Aqueles que se dedicavam a escrever cartas, muitas vezes guiados por manuais de etiqueta, registravam em suas correspondências seus desejos, dilemas, preocupações, problemas e sentimentos, nutrindo relações significativas. Em períodos de agitação política, a troca de cartas poderia ter uma importância adicional, pois, além de manter os relacionamentos, eram usadas para transmitir mensagens cifradas e estratégias militares.

Neste ensaio, examinamos parte das correspondências trocadas entre o revolucionário André Carlos Dumoncel Pitthan (1894-1958) e sua noiva, Elvira Silveira Salles (1900-1966), com o objetivo de acompanhar parte da ação dos revolucionários durante o mo-

vimento conhecido como Revolução de 1923, cotejando historiografia, registros da imprensa e as cartas de André Pitthan. Assim, a primeira seção fornecerá uma breve contextualização sobre a Revolução de 1923, incluindo suas causas e principais participantes. Na segunda seção, abordamos a trajetória de André Pitthan e o grupo político ao qual ele estava associado durante o movimento. Finalmente, na terceira seção, fazemos uma análise mais aprofundada das correspondências pessoais de Pitthan em relação aos acontecimentos da revolta.

“Mal haja a revolução!”: contexto da Revolução de 1923

Consagrada pela literatura e historiografia como Revolução de 1923, a guerra-civil ocorrida no Rio Grande do Sul, com desdobramentos ao longo de todo aquele ano, colocou em lados opostos partidários de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) e partidários de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961). A motivação do conflito aberto – assim como ocorria na Revolução Federalista (1893-1895) – possuía relação direta com os destinos políticos do estado e do país, sobretudo no que diz respeito à administração pública e à forma como cada um dos lados buscava implementar a sua ideologia dentro da máquina do estado.

Embora menos violenta que o confronto ocorrido na última década do século XIX – quando se deu a Revolução Federalista (1893-1895) –, a Revolução de 1923 contou com ações bélicas em todo o Rio Grande do Sul e teve desdobramentos em outros entes da Federação. Ao final do conflito, os oposicionistas foram parcialmente exitosos em seus objetivos, pois, a partir das negociações de paz lideradas pelo então ministro Setembrino de Carvalho (1861-

1947) – as quais tiveram como resultado a assinatura do Pacto de Pedras Altas em dezembro de 1923 –, os federalistas conquistaram dois pontos importantes a seu favor, respectivamente, o fim das reeleições de Borges de Medeiros e a escolha do vice-presidente do estado via eleição direta, e não mais como uma atribuição do presidente do estado (FERREIRA FILHO, 1979).

Com o final da Revolução Federalista, o Rio Grande do Sul passou pelo processo de consolidação da ordem republicana positivista. Baseado na Constituição de 1891, de sua autoria, Júlio de Castilhos (1860-1903) buscou implementar a sua versão do positivismo, privilegiando a noção de bem público e a centralização política em seu entorno. Assim, cabia ao estado, na figura do presidente, o papel de garantir direitos, harmonizar os diversos interesses e, por meio da técnica e da ciência, assegurar a ordem, que, segundo a concepção positivista, traria progresso e beneficiaria a todas as classes sociais.

Assim, de acordo com Pereira (2006), os liberais – cuja liderança política naquele momento era exercida por Gaspar Silveira Martins (1835-1901) – opositoristas do castilhismo positivista tinham uma visão diferente de democracia e de bem público, propondo uma estrutura distinta de organização do estado, acreditando no parlamentarismo em face ao presidencialismo como melhor modo de governo. Nesse sentido, o legislativo teria maior autonomia e a democracia, assegurada pelo sistema de peso e contrapesos das diferentes esferas da união, seria consolidada com as discussões políticas em nível institucional, cabendo ao estado garantir as liberdades garantidas pela Constituição. Desse modo, o indivíduo, por meio de seus interesses, garantiria o progresso econômico.

Na sua atuação política, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) controlava e tinha apoio da Brigada Militar, além de interferir diretamente no processo eleitoral, o que impossibilitava que

as oposições tivessem espaço para maiores articulações, cenário que se manteve praticamente inalterado até o início da década de 1920.

A eclosão do conflito entre republicanos e federalistas, em 1923, insere-se no contexto dos questionamentos sobre a legitimidade do processo eleitoral em âmbito nacional e regional. Assim, para compreendermos a questão principal que levou os oposicionistas de Borges de Medeiros a pegar em armas e deflagrar o conflito, é preciso entender a conjuntura do triênio 1921-1923.

Ainda em 1921, foram iniciadas as movimentações políticas para o pleito que seria disputado no ano seguinte. Popularmente conhecida como *política do café com leite*, a alternância de poder na presidência entre candidatos paulistas e mineiros passava a gerar maiores insatisfações entre elites locais, e então foi consolidada a *Reação Republicana*, articulação política formada pelos partidos regionais da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul que apoiava a candidatura de Nilo Peçanha (1867-1924). Para manter a política de continuidade, ou seja, do *café com leite*, foi escolhido o candidato mineiro Arthur Bernardes (1875-1955) – vencedor do pleito –, cujo nome era apoiado pela oposição a Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul (VIZENTINI, 1983).

No mesmo ano, em novembro, ocorreu a eleição para presidente do estado do Rio Grande do Sul. Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governava o estado desde 1913, lançou-se novamente como candidato. Em oposição a ele, Joaquim Francisco de Assis Brasil liderou uma articulação denominada de *Frente Liberal*, em cujo entorno congregavam democratas, dissidentes republicanos e federalistas. No entanto, em que pese os esforços de campanha da ampla articulação liderada por Assis Brasil, Borges de Medeiros elegeu-se novamente, sob acusação de fraudes e utilização da máquina do estado para garantir sua continuidade no poder.

Foi assim que, a partir de 24 de janeiro de 1923, um dia antes da posse de Borges de Medeiros, a oposição decidiu dar início a uma nova estratégia para tirar o PRR do poder e sensibilizar Arthur Bernardes a intervir na política estadual: a via armada.

As movimentações da oposição tiveram início no norte do estado, mais especificamente no 4º distrito de Passo Fundo – Carazinho e Palmeiras das Missões. As forças legalistas tinham o apoio da Brigada Militar, que dispunha de Regimentos de Cavalaria e Batalhão de Infantaria mobilizados para o combate, além de suprimentos e armamento eficiente para combate. Além disso, foram formados Corpos Provisórios, liderados por Firmino de Paula (1844-1930), veterano combatente da Revolução Federalista e posteriormente líder político republicano. Os rebeldes, por sua vez, eram liderados por Arthur Caetano da Silva (1886-1972) e, na região norte do estado, comandados pelo Cel. Salustiano de Pádua (1871-1935), contando com outros nomes importantes, como Menna Barreto (1874-1933) e Leonel Rocha (1866-1947).

Em 1923, Passo Fundo tinha como intendente Nicolau Araújo Vergueiro (1882-1956), nome importante do PRR e que era a liderança política na organização da contenção à cidade. Logo após o início do conflito, Passo Fundo foi sitiada por cerca de 3.000 federalistas. Ainda em 24 de janeiro, revoltosos liderados por Arthur Caetano da Silva tomaram Carazinho, à época 4º distrito de Passo Fundo, e nomearam-no como *Assisópolis*, prosseguindo na sequência para Passo Fundo, onde ocorreram tiroteios e confrontos ao longo dos dias seguintes, que só cessaram com a chegada de contingentes da Brigada Militar a partir do dia 30 de janeiro.

Durante fevereiro, o clima de tensão permaneceu e por conta dele o serviço ferroviário chegou a ser definitivamente interrompido. Além disso, para que os habitantes pudessem sair dos limites

territoriais da cidade, naquele momento, era preciso de um salvo-conduto emitido pelo delegado de polícia.

Ao longo dos meses seguintes, os conflitos tiveram foco primordialmente em outras regiões do estado. Passo Fundo e demais municípios da região norte registraram novamente combates e movimentações mais significativas a partir de junho, julho e agosto, com destaque para a invasão de Carazinho comandada por Menna Barreto, que, junto um agrupamento de aproximadamente 700 homens, realizar a prisão de opositores e promoveu uma ação militar buscando mercadorias e demais suprimentos.

No entanto, devido a própria estratégia adotada pelos revoltosos, organizados em Milícias – que possuíam armamento e contingente limitados, além de condições precárias de manutenção –, a maior parte dos enfrentamentos teve curta duração e ações pontuais, tratando-se, muitas vezes, também, de típicas ações de guerrilha com o objetivo de desestabilizar o governo constituído e, consequentemente, ganhar tempo.

Apenas política institucional e partidária?

Tradicionalmente pensada e analisada com foco no seu conteúdo político e militar, a guerra-civil de 1923 iniciou como resposta a uma nova conjuntura econômica (HERRLEIN JR., 2015). Naquela década, em âmbito nacional, houve maiores questionamentos à ordem republicana e à sua respectiva capacidade de organizar as pautas econômicas decorrentes da industrialização e urbanização, e a isso somaram-se as críticas no que diz respeito ao esgotamento do modelo agroexportador brasileiro.

O Rio Grande do Sul– que tinha na pecuária o seu principal polo econômico, passou, no entanto, por uma crise no setor após

a I Guerra Mundial (1914-1918). Nesse sentido, também existiam divergências significativas entre republicanos e federalistas quanto aos rumos da condução econômica do estado, com os liberais defendendo uma política econômica própria para o setor da pecuária, cujos representantes, a partir de 1922, no bojo das contestações a Borges de Medeiros, apoiaram massivamente a campanha de Assis Brasil. Um dos maiores exemplos nesse sentido pode ser expressado por meio da adesão do General Zeca Netto, que apesar de ter participado da administração pública republicana, aderiu à causa dos revoltosos também por conta da falta de incentivos ao setor agropecuário do qual era representante.

Assim, a oposição a Borges de Medeiros reuniu uma plêiade de indivíduos, fossem eles antigos federalistas, republicanos descontentes com os rumos da política borgista, bandoleiros e veteranos de outros conflitos do RS. Dentre eles, estava nosso personagem, André Pitthan.

“Um autêntico cavalheiro andante”: André Pitthan e suas cartas

André Pitthan nasceu em julho de 1894, na Fazenda do Capão Grande, à margem esquerda da estrada que liga Santa Bárbara a Palmeira das Missões, então 4º distrito de Cruz Alta. Foram seus pais André Carlos Pitthan e Júlia Dumoncel, sendo seus avós paternos Cristiano Pitthan e Juliana Hochmuller; e avós e maternos Victor Dumoncel e Maria Margarida Lyrio, avós do coronel Victor Dumoncel Filho (1882-1972).

Segundo um relato autobiográfico, até o ano de 1916, André Pitthan exerceu apenas atividades ligadas à vida agropastoril, na fazenda da família, momento em que assumiu o cargo de Escrivão Distrital de Santa Bárbara, o qual exerceu até 1922, quando deixou

essa função para tomar parte na Revolução deflagrada em janeiro de 1923 (PITTHAN [1966]). Segundo Barbosa (2015, p. 15), “a campanha política de Assis Brasil à presidência do estado do Rio Grande do Sul se desenvolveu em torno de dois eixos temáticos centrais: impedir o que seria a quinta reeleição de Borges de Medeiros e a reforma na Constituição estadual”. Para cooptar eleitores, a campanha fez uso de “santinhos” e panfletos. Em várias regiões, simpatizantes à eleição de Assis Brasil ao governo do estado passaram a se organizar em torno de comitês pró-Assis Brasil. Segundo Vargas (2015, p. 72), “além de promover e divulgar encontros do povo com o candidato, os Comitês tinham a incumbência de favorecer e intensificar o alistamento eleitoral”. André Pitthan fez parte do Comitê Pró-Assis Brasil em Santa Bárbara do Sul, conforme atestam documentos de seu arquivo pessoal.

Após a eclosão da revolta, André Pitthan assumiu o posto de Capitão, servindo, no início, às ordens do Gal. Felipe Nery Portinho (1865-1947), que operava no norte do estado. Em abril de 1923, foi então designado para assumir o comando de um destacamento que devia exercer o policiamento do Município de Boa Vista do Erechim, ocupado pelos revolucionários. Naquele local, foi nomeado para exercer o cargo de Tesoureiro do governo, sendo, inclusive, registrado pelas lentes de Benjamin Camozato¹ enquanto este gravava um média-metragem cinematográfico, intitulado “A Revolução do Rio Grande do Sul – 1923”².

¹ Segundo Rodrigo Dal Forno (2015, p. 65), “Benjamin Camozato se destacou como um dos principais autores de registros do conflito armado de 1923, sendo responsável pela produção de variados produtos visuais acerca da guerra”. O autor ainda destaca que os registros de Camozato, sobretudo os fotográficos, retratam muitos personagens envolvidos na Revolução, “a maioria vinculada ao comandante Felipe Portinho na região de Passo Fundo e Erechim”.

² Com duração de aproximadamente 35 minutos e dirigido e produzido por Benjamin Camozato, da Companhia Zenith Filmes, o filme-documentário tinha o intuito de registrar de



Tendo o comité PRÓ-ASSIS BRAZIL desta localidade, deliberado levar a effeito no dia 12 de Novembro proximo, neste 4.º distr., no lugar denominado „Capão dos Branquilhos“, na estrada que vae deste povoado aos Dois Irmãos, um MEETING de propaganda da candidatura redemptora, temos o prazer de convidar-vos para assistirdes a esse acto de verdadeiro civismo, solicitando-vos outrosim a gentileza de tornardes este convite extensivo a todos os partidarios ou pessoas sympathicas á referida candidatura.

SANTA BARBARA, 24 de Outubro de 1922

O Comité:	Presidente honorario	Alfredo Sá de Aguiar
	» effectivo	Roberto Sá de Aguiar
	Vice-Presidente	João Luiz Terra
1.º	Secretario	Vivaldino Miranda
2.º	»	Annibal dos Santos
	Thezoureiro	Rosalino Terra
	Adjunto	Gabriel dos Santos
	Orador	Pompilio J. Pitthan
	Vogaes	Cap. Serafim de O. Ribas
	«	André Pitthan
	»	Victor de Quadros Lyrio
	»	Severo Machado
	»	Plinio dos Santos

Convite do Comitê-Prós Assis Brazil de Santa Bárbara, do qual André Pitthan foi um dos signatários. Arquivo pessoal Eduardo Pitthan.



O casal André Pitthan e Elvira Salles, por volta de 1927. Arquivo pessoal Eduardo Pitthan.

Após o período revolucionário e um noivado de nove anos, casou-se em 27 de março de 1928, em Passo Fundo, com Elvira Salles, filha de Pedro Mariano Salles e Clarinda Silveira, havendo desse consórcio cinco filhos, sendo três homens e duas mulheres. Após o casamento, fixou residência em Passo Fundo, ingressando

“maneira imparcial” as tropas militares de ambos os lados em disputa na guerra civil (Dal Forno, 2015, p. 73). O Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) possui uma cópia digital do filme, que está disponível para a pesquisa nos acervos do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS), Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS) e da Cinemateca Brasileira (São Paulo/SP).

no quadro de sócios do Instituto Histórico de Passo Fundo, ainda no ano de sua fundação, em 1954. Faleceu na mesma localidade, em dezembro de 1958.

André Pitthan, assim como muitos de seus contemporâneos, utilizou-se da escrita de cartas para efetuar sua comunicação. As correspondências enviadas e recebidas por ele abrangem um recorte temporal longo e, entre elas, encontram-se cartas remetidas e recebidas por diversos membros das famílias Salles e Pitthan e de seus respectivos círculos sociais.

Interessa-nos, neste estudo, as cartas que abrangem o recorte temporal da Revolução de 1923, notadamente as cartas escritas por André para sua noiva Elvira. O casal efetuou uma profícua troca de correspondências, cobrindo o período de 1919 a 1954. Ao longo de todos esses anos, a quantidade e regularidade das correspondências, no entanto, variou significativamente. Durante a década de 1930, por exemplo, há registros de cartas de André em 1930, 1931 e 1933; na década de 1940, em 1943 e 1946; e na década de 1950, apenas no ano que assinala a última correspondência, qual seja 1954. No período concernente ao nosso recorte temporal – novembro de 1922 a dezembro de 1923 –, André enviou mais de 40 cartas para a sua então noiva, Elvira Salles. Nesse sentido, cabe destacar que a escolha do recorte temporal se justifica em razão de que, em meados de novembro de 1922, ocorrem as eleições para presidente do Rio Grande do Sul e, sob forte acusação de fraude, o pleito foi vencido novamente por Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961). A partir disso, as oposições sul-rio-grandenses se articulam com maior força em nome da contestação dos resultados. Mattos e Grinberg (2004, p. 54), ao tratarem das trocas epistolares, ressaltam que “as datas e locais, portanto, são instrumentos que permitem delimitar o ritmo próprio dessa correspondência, bem como refletir sobre suas

razões”. Nesse caso, a razão era a distância entre os noivos decorrente da Revolução.

As cartas são textos relacionais, sendo que “a prática epistolar estabelece [...] uma espécie de circuito retroalimentado de significação”, isso é, ao escrever a alguém esperamos que sejamos respondidos, o que pode, ou não, acontecer. A velocidade e a frequência da sequência “receber, ler e responder” dão ritmo e, ela própria, é carregada de significados. As cartas enviadas por André à sua noiva são carregadas de passagens que denunciam que o próprio ritmo de troca de correspondências importava para o relacionamento. Contudo, para fins deste ensaio, não enfocaremos esse aspecto das correspondências, para dedicarmos-nos a outro ponto, a propriedade das cartas.

Conforme identificado por Mattos e Grinberg (2004, p. 53), depois de escrita a carta já não é mais de quem escreve (de seu autor, o remetente), mas de quem a recebe (o destinatário), que se torna seu “proprietário”. Essas considerações coadunam-se com as de Lejeune (2008, p. 253), que diz:

Uma vez na caixa [dos Correios], a carta passa a pertencer ao destinatário. Uma vez postada, reavê-la significa roubar. [...] A partir do momento em que é postada, torna-se fisicamente propriedade do destinatário e quando este morre, de seus herdeiros. [...] Mesmo postada, a carta continua sendo, intelectual e moralmente, propriedade do seu autor – e, depois da sua morte, de seus herdeiros; mas o exercício desse direito poderá ser limitado, de fato, se o autor não estiver mais com a carta (salvo no caso de uma cópia ter sido conservada).

Tendo em vista essas considerações, as cartas enviadas por André e recebidas por Elvira passaram a ser dela, que foi a custodiadora

até seu falecimento. Posteriormente, elas foram guardadas pelo filho primogênito do casal, Ruy Pitthan (1929-2010), e, após seu falecimento, pelo filho desse, Eduardo Pitthan, que permitiu a digitalização e a reprodução delas.

Para Cécile Dauphin e Danièle Pouban (2002, p. 82), a conservação de cartas dentro de uma família apresenta uma caracterização identitária para a memória familiar. Nas palavras delas:

As cartas, quanto mais antigas e abundantes, mais terão poder de legitimar o patrimônio transmitido de geração em geração. Ao lado dos ‘lugares de memória’ definidos por P[ierre] Nora (monumentos, bandeira, livros, representações, cantos, museus, instituições, etc.), podemos também inscrever as correspondências familiares: elas são construídas e reconstruídas pelas gerações sucessivas que lhes dão sentido e que não cessam de interpretá-las.

Ante o exposto, fica visível que houve a vontade de conservar e preservar as memórias de André Pitthan, também por meio de suas correspondências pessoais. Assim, o estudo dessa fase temporal da escrita envolve a complexidade das políticas de memória, entre o que guardar, o que descartar, o que lembrar e o que esquecer – ações, muitas vezes, acompanhadas de intencionalidades variadas. A arquivista Catherine Hobbs (2016) considera que, quando os documentos permanecem entre a família (ou são mantidos por um indivíduo próximo à fonte) estabelece-se um “exercício de guarda”, provocando efeitos que devem ser levados em conta em qualquer análise, pois os acervos vão sofrer diversas intervenções por parte de seus guardiões.

Assim, há de se ter em mente que as 40 cartas enviadas por André para a noiva são as cartas que foram preservadas, primeiro pela própria possuidora das missivas e depois por seu filho, Ruy. Desse

modo, de acordo com Gontijo (2004, p. 164), “ler uma carta é entrar em uma história sem conhecer a primeira palavra, sem saber o que aconteceu antes nem o que chegará depois, o que disse antes, nem o que se dirá depois”, ou seja, não saberemos ao certo que esse número corresponde ao real número de cartas trocadas ou se houve outras missivas, telegramas ou bilhetes entre elas, sempre leremos um fragmento de conversa, um recorte dos ditos e não ditos pelos remetentes e destinatários.

Dessa forma, as cartas se configuram como “uma fração combinada de espaço e momento”, em outras palavras, são (assim como qualquer documento) marcadas pelo contexto de sua produção, possibilitando que sejam identificadas marcas próprias do tempo em que foram produzidas, devendo ser abordadas como um objeto construído e inscrito no tempo e espaço social ao qual pertencem (DAUPHIM; POUBLAN, 2002).

A partir de todas essas considerações, passaremos a acompanhar as cartas enviadas por André para Elvira, entre novembro de 1922 e dezembro de 1923, momento em que ocorre a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

*“Lutando nas coxilhas contra o desmando e a opressão”:
correspondência e revolução*

Ao longo de novembro de 1922, nas cartas de André para Elvira, aparecem as primeiras referências a respeito da situação política vivida no Rio Grande do Sul, cujos desdobramentos teriam alcance nacional. Devido às eleições para Presidente do Estado – vencidas por Borges de Medeiros –, Pitthan teceu comentários sobre o pleito, confiante com a possível vitória de Assis Brasil, chamado por ele como “nosso caudilho”. Em carta endereçada à Elvira em 28 de

novembro de 1922, quando estava em Cruz Alta, André informa à noiva sobre os acontecimentos, dizendo que seu candidato foi eleitoralmente bem na região norte do estado – mais especificamente em Palmeira das Missões e Passo Fundo –, complementando a correspondência da seguinte forma:

[...] faltando o resultado de Alegrete e S. Gabriel, onde o Dr. Assis tem uma maioria esmagadora, digas ao sogro que a victoria do nosso caudilho é segura, ou pelo menos que o Dr. Borges não está eleito e isto nos alegra [...] (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Cruz Alta, 28 nov. 1922).

Na carta seguinte, datada do dia 30 de novembro, tem-se uma amostra do clima de disputa e de demais elementos da cultura política sul-rio-grandense daquele momento:

Aqui, reina extraordinária alegria. Appouco estive no comitê e encontrei os companheiros radiantes. A cada nova notícia que chega tanto para um como para outro fazem subir estrondosos foguetes, mas os deles são xôxos, só pra illudirem-se a si próprios. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Cruz Alta, 30 nov. 1922).

A “extraordinária alegria” dos partidários de Assis Brasil mencionada por André, porém, não foi consumada. Com acusações de fraude, a vitória e consequente reeleição de Borges de Medeiros para o seu quinto mandato foi confirmada em meados de janeiro de 1923, sendo a causa para a deflagração do conflito entre assisistas e borgistas. No curso dos acontecimentos, em carta do dia 14 de janeiro, André relata casos de violência e, desse modo, acaba abarcando o clima de animosidades mútuas no estado:

Hontem, soubemos aqui que o sub-intendente de Tapéra foi assaltado em caminho por um grupo, que feriram ou mataram 2 companheiros d'elle, sendo elle também attingido por uma balla (que o attingiu porém de raspão). [...] Foi esse ato do Delegado que motivou a troca de patrulhas, e a patrulha da guarda municipal não pode mais sair na rua sob pena de ser “fuzilada” pela militar, segundo me consta. Ainda bem que tenho a garantia do exército, senão estaríamos à mercê do mais desenfreado banditismo, porque maus sentimentos não faltam nessa gente bandida de raça. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Cruz Alta, 14 jan. 1923).

A belicosidade entre as facções transformou-se em conflito aberto nas vésperas da posse de Borges de Medeiros para aquele que seria o seu último mandato. Iniciada no norte do estado, as operações de 1923 por parte dos revoltosos, segundo podemos perceber pela atribulada rotina de André descrita em carta do dia 22 daquele mês, tiveram seu estabelecimento ainda nos dias anteriores:

Nestes últimos dias tenho andado como louco, d'um lado para outro: fui à Cruz-Alta, a chamado do Dr. Tancredo, como te disse, de lá voltei a Santa Bárbara, no dia seguinte a Neu Wurttemberg [atual Panambi], onde falhei um dia e fui novamente a Cruz-Alta, voltei no dia seguinte (Sábado desembarquei aqui, hontem fui a Carazinho onde cheguei exatamente quando batia meia noite, o relógio da estação, ainda me desicumbi da missão que levaria dois companheiros de Cruz-Alta ao Dr. Arthur [Caetano da Silva], e de lá acabo de desembarcar aqui, tendo deixado o meu cavallo. Pretendia “operar” com os companheiros “nálli” em cujo numero está o “sogro”, que não tive o prazer de ver, mas nos escallaram para outro ponto, noutra missao ainda mais arriscada, o que

nem por isso me arrefecerá a vontade de cumpri-la. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Santa Bárbara, 22 jan. 1923).

Ao longo dos meses posteriores, os confrontos se proliferaram. Em março, por exemplo, de acordo com diversas matérias do jornal *Correio do Povo*, os enfrentamentos foram mais comuns em diversos pontos do estado, e o periódico definiu a situação como “mais complexa”³. Nesse sentido, em 30 de março, quando já operava em Passo do Bormann, atual Chapecó/SC, André escreve uma das suas cartas mais melancólicas, na qual demonstra insatisfação e raiva com a guinada e a dimensão que o conflito tomava naquele momento:

Oh! *Mal haja a revolução!* Como poderíamos já estarmos felizes, se não fôra ella. Mas resignemo-nos, que isto em breve há de terminar se Deus quizzer. Lembra-te que por causa desta maldita “afanação” política quanto eu tenho soffrido. Se não fôra esse governo maldito, as minhas questões não teriam tomado character qui tomaram; por isso as vezes eu dou por bem empregado o nosso sacrificio. É preciso desbravar o caminho para depois andarmos sem tropeços. Pergunta-me se não lembro dos dias felizes que passamos em Fev[eveiro] do anno “próximo” Oh! Se me lembro! (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Passo Boormann, 30 mar. 1923).

Por óbvio, os principais assuntos tratados nas missivas eram relativos ao amor dos noivos e o desejo (ou não) de efetuarem o casamento. André destaca o quão infeliz estava longe da noiva, ressal-

³ BOHUSCH, Renato. Situação da guerra civil fica mais complexa no RS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. N/L, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/h%C3%A1-um-s%C3%A9culo-no-cp/situa%C3%A7%C3%A3o-de-guerra-civil-fica-mais-complexa-no-rs-1.1007868>. Acesso em: 8 dez. 2023

tando que se estivessem casados pior seria, tal como registrado no trecho:

Como correram “celleres” aquelles dias! Como passamos contentes! Mas tudo na vida é transitorio; então passamos tão felizes, agora tristes e saudosos, para o próximo, voltarmos a ser felizes. A vida é toda feita assim de fazer e pezares... *“Não há bem que sempre dure, nem mal que se não acabe”*. Se a revolução continua por muito tempo ainda, o que eu não creio, então tomarei outras medidas, colocar-me-ei aqui neste estado, ou qualquer outra parte, e trataremos de nos casarmos, mas isso feito com toda a pendencia, com toda a segurança, de modo a não comprometter a tua felicidade. Aqui está emigrado com o pae, um rapaz que eu fiz casar pouco antes de deixar o cartório, e o estado. Soffre e se lamenta por ter deixado a mulherzinha, embora saiba que ella está bem como ainda a poucos dias eu lhe remetti um telegramma della sem as melhores noticias, mas nem assim elle não está tranquilo. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Passo Boormann, 30 mar. 1923).

Em 02 de abril, Pitthan dá prosseguimento às informações sobre o curso dos acontecimentos a respeito do conflito, e ainda em Passo Bormann escreve com tons otimistas – em evidente contraste com a melancolia das cartas anteriores – informando sobre a adesão do Gal. Felipe Azambuja (1862 - 1955) e de Francisco Maciel Antunes Júnior (1881- 1966) à causa dos revoltosos.

De lá, tendo tempo, acrescentarei mais algumas linhas. Hontem tivemos noticias excellentes, que o General Fábio Azambuja aderiu à nossa causa e que o Dr. Maciel Júnior, está em Capoeirê, com o Cel. Por-

tinho, tendo lançado outro manifesto em que declara tomar o partido da revolução que ele antes condenara. Pode ser que fosse um “primeiro de Abril” que passaram no [ilegível] vezes, que aqui está emigrado com a família, mas ele disse-me que recebera telegrama de P. Fundo com essa notícia. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Passo Boormann, 02 abr. 1923).

Nesse sentido, cabe destacar que o telegrama ao qual André se refere, remetido por Maciel Júnior, é datado de março daquele ano:

No mês seguinte, em telegrama ao Presidente da República, comunicava sua adesão à coluna revolucionária de Filipe Portinho, caudilho da região serrana do estado. Borges de Medeiros declarou mais tarde a João Luís Alves (ministro da Justiça de 1922 a 1925) que Antunes Maciel, antes de integrar-se à luta, propusera-lhe um acordo em que previa a realização de nova eleição para a vice-presidência do estado, o impedimento de nova reeleição do presidente e a ampliação das atribuições da Assembleia estadual. Borges, contudo, recusara a proposta (MOREIRA, s/d, p. 3).

Por sua vez, o nome de Fábio Patrício Azambuja, citado por André Pitthan, refere-se ao militar que participou da Revolução Federalista ao lado das tropas de Gumerindo Saraiva, mas que, no entanto, devido a ferimentos sofridos durante sua atuação no conflito, foi reformado pelo Exército. Após sua volta à instituição, a partir de 1916, Azambuja galgou postos e, em 1922, tornou-se General. Como comandante da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul, manteve a neutralidade oficial apesar das simpatias aos federalistas e auxiliou, desde o início, o ministro Setembrino de Carvalho nas

negociações de paz, como atesta matéria do *Correio do Povo* de outubro de 1923: “A comitiva do ministro da Guerra é numerosa. Partiram com s. ex. cerca de vinte pessoas, inclusive o deputado Nabuco de Gouvêa, o general Fabio Azambuja e outros”.

Em maio, há apenas uma correspondência de André para Elvira com informações a respeito do conflito. As informações dispersas, no entanto, além de nosso desconhecimento a respeito do nome de “Quindoca”, citado por André, dificultam maiores conjecturas além da informação veiculada na correspondência sobre o sitiamen- to de Rio do Peixe/SC pelas forças revolucionárias. Outro aspecto importante dessa carta são os termos pejorativos empregados por André para referir-se aos oposicionistas, a quem chama de “chiman- gada” e “borjocas”.

Quando vêres o Quindoca agradece-lhe e retribui- lhe as lembranças, diz-lhe que desde que sitiamos a cidade, tenho pensado muito nelle, o que seria feito delle? Se não estaria mettido no burburinho azul da Chimangada? Se entrássemos na cidade, não seria o coitado morto pelos nossos companheiros? Se não estaria soffrendo perseguições dos borjocas? - enfim tanta cousa! (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Rio do Peixe, 16 mai. 1923).

Não há registros de quaisquer correspondências trocadas entre os dois no mês de junho. É em missiva endereçada no dia 23 de ju- lho, a partir de Boa Vista do Erechim, cidade que havia sido tomada pelos revolucionários no início do mês anterior, que várias informa- ções, de diferentes aspectos, sobre a Guerra-Civil são escritas:

Sim, o teu pae e o Evencio já foram para as fôrças, quando regressei do Erechim já tinham ido, ambos vão indo bem, a poucas horas soube delles pelo Pery

e o Dico, que estão aqui de pouso, esperando o Salustiano, que deves chegar esta noite. Elvira, por enquanto não sei o que farei, depende de certas cousas, mas até meados de Setembro, se a Revolução não me deixar eu deixarei della, por agora é só o que tenho resolvido; não desprezarei o teu parecer que é o mesmo que me dá a mamãe. Em Cruz-Alta, contou-me um amigo chegando de lá, sabbado, corria por certo que o meu cunhado havia sido morto no combate de Thezouras, notícias que carece ainda de confirmação e que não creio, pois em casa, segundo carta que recebi, com data de 16, não sabiam; mas se por desgraça for exacta, eu irei substituí-lo, é esse o meu dever, que hei de cumprir, mas ó pae dos ceos, que isso não seja real. Não tocarei nada para os meus, para não alarmá-los, que é com certeza uma infame mentira, como as que os Chimangos sempre pregam, esperarei pois. Do movimento das forças da Sucury, já eu sabia por carta de casa, consta que agora pretende novamente vir para cá...não creio. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Boa Vista do Erechim, 23 jul. 1923).

Novamente, André expressa a sua insatisfação com os rumos do conflito e, de igual modo, deixa em aberto a possibilidade de deixá-lo. Em relação ao “Combate de Thezouras”, André refere-se ao confronto ocorrido na localidade de Tesouras (hoje um dos distritos de Chapada). O cunhado em questão era o marido de sua irmã Dolores, Isidro de Souza. Naquela ocasião, “os maragatos de Leonel Rocha atacaram a cidade de Palmeira. Depois de sete horas de intenso tiroteio, Leonel Rocha retirou-se para Tesouras, então Distrito de Palmeira das Missões” (Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul [org.] 2023, p. 48).



Isidro de Souza, em 1923. Ao dedicar a fotografia ao cunhado André Pitthan, Isidro registra: “A Barricada é a última Tribuna da Liberdade”. E no verso: “Cruzada Redentora de 1923”. Arquivo pessoal de Eduardo Pitthan.



Em agosto, pela primeira vez ao longo das correspondências, de forma mais direta, André Pitthan dá maiores detalhes sobre suas atividades dentro das forças revolucionárias. Na primeira carta, endereçada no dia 05 de agosto de 1923, escrita em Boa Vista do Erechim, além de situar Elvira sobre sua rotina, ele expressa a sua opinião sobre a dicotomia dos afazeres que realizava naquele momento:

Sim, continuo como thesoureiro do municipio, onde tenho tido muito serviço, já arrecadamos vários contos de reis, que tem sido empregados nas necessidades mais urgentes, e remetidos para as nossas forças. Perguntas-me se é melhor do que estar nas forças, sim por um lado é melhor porque a gente pode andar limpo, dorme e come bem, mas por outro lado é pior, é que a gente se aborrece menos, leva-se uma vida mais cheia, mais agitada. [...]. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Boa Vista do Erechim, 05 ago. 1923).

Posteriormente, em carta assinada no dia 10 de agosto de 1923, ele escreve a respeito de algo dado como certo, isso é, a sua nomeação como secretário da divisão comandada pelo General Leonel Maria da Rocha, comandante no norte do estado, que, naquele momento, comandava atividades das forças revolucionárias em Pinheiro Marcado, atualmente Distrito de Carazinho:

O Pompílio vem até o dia 25 deste, e eu irei com elle para as forças do Gal Leonel, onde até estou nomeado como secretário de sua divisão, tanto contam certo que vou, por isso creio que nestes dias a mamãe virá, e se tu quiseses vir debes e aguardares prompta para ella que quando ella vier, não tenho embarços (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Boa Vista do Erechim, 10 ago. 1923).



Pompílio Dumoncel Pitthan, irmão de André, e um grupo de revolucionários, junto com o General Leonel Rocha, em 1923. Arquivo pessoal de Eduardo Pitthan.

No mês de setembro, André planejava ir até Carazinho e, devido ao clima de tensão, não eram possíveis “as visitas pessoais”. Como a carta expressa, no entanto, a partir da classificação de “Zona Neutra”, sabemos que a situação era mais tranquila do que havia sido nos meses anteriores, quando os confrontos atingiram o seu ápice:

Mil venturas chovam sobre o teu lar, enquanto eu passo com saúde, mas remando contra a maré, tudo que invento me sai às avessas... conforme te escrevi ante-hontem, “tenciono” ir amanhã para Carazinho, porém não sei se poderei ir, pois corre com insistência que os Chimangos já estão em viagem para cá, e se assim for não poderei ir, entretanto o meu aviso para isso me espera na estação fica de pé. Acabo de receber carta de um Tenente do Exército, aconselhando-me a não ir a Passo Fundo, pois que a Zona Neutra é só para officios de combate e portanto não confere “participações” pessoais, fora disso, mas a todos es-

ses, se os Chimangos não vierem, eu irei sempre até Carazinho. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Boa Vista do Erechim, 06 set. 1923).

A partir de outubro, as negociações de paz, que já haviam sido ensejadas e propostas em ocasiões anteriores, começam a ganhar força e as informações nesse sentido tornam-se comuns nas cartas de Pitthan e nos meios de comunicação da época. Nesta correspondência, datada de 24 de outubro de 1923, ele escreve sobre a ansiedade em torno dos resultados da visita de Setembrino Carvalho:

Elvira, estou ansioso por saber do resultado da viagem do Ministro, porem tenho pouca esperança que elle consiga a paz do nosso estado. Que bom seria se ainda este mez, estivesse tudo em paz, e podessemos todos voltar aos nossos lares, eu tomaria o trem imediatamente e iria desembarcar ahi só para vêr-te, que dia feliz seria esse! (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Rio do Peixe, 24 out. 1923).

Na carta seguinte, do dia 5 de novembro, André Pitthan mostrava-se confiante com os êxitos da negociação encabeçada pelo ministro da Guerra. Em relação aos últimos distúrbios, refere-se aos acontecimentos que tiveram vez em Porto Alegre:

Eu agora tenho esperança que muito breve, ainda mais com os últimos distúrbios de Porto Alegre, o próprio Ministro foi testemunha do que faz o [Sástrapo do Sul] e é impossível que tudo isso, esses horrores não [convaleçam] os corações dessa Lady do Catette, e não sahia ella pelas ruas para alcançar a indulgência do déspota, que ella por si só não fará nada, tem bom coração, boa vontade talvez, mas não tem ou não entende que tem fôrças para tanto. Seja

como fôr, a paz há de vir e com a nossa victoria. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Rio do Peixe, 05 nov. 1923).

Naquela ocasião, após visita de Setembrino de Carvalho, a multidão reuniu-se no centro da cidade para ouvir o discurso do ministro. Depois de uma confusão, ocorreu um tiroteio generalizado cujo saldo foi de oito mortos e diversos feridos. Segundo noticiou o *Correio do Povo*, assim sucederam-se os acontecimentos:

Poucos instantes depois ouviu-se, em meio da multidão, um tiro. Em seguida, a isso, as praças da escolta presidencial da Brigada Militar que se achava na embocadura da travessa Paysandu, á esquina da rua dos Andradas, fizeram uso de seus revólvers.

A partir das notícias sobre o armistício e uma resolução sobre o final definitivo da Guerra-Civil como uma possibilidade iminente, as últimas cartas de André com referências à situação política e à movimentação das tropas versam sobre a sua volta e sobre o retorno das forças revolucionárias ao Rio Grande do Sul. Assim, além de mencionar essas possibilidades, em carta enviada no dia 7 de novembro, ainda em Rio do Peixe, André mostra-se descontente com possíveis usos de recursos financeiros de modo inadequado por parte daqueles que lutaram ao seu lado e, por outro lado, reflete sobre a sua atuação como tesoureiro:

Conforme minhas previsões, recebi hontem carta do Pompílio chamando [C. Victoria] para voltarmos ao Rio Grande, de modo que sabbado ou terça proximos eu embarcarei para lá. [...] É que eu estava sem dinheiro e só em caso extremo recorri a amigos, como tive de fazer em S. Joaquim, e isto mesmo porque me

offereceram. Por um lado é motivo de infamia, sabendo-se que tive nas mãos os dinheiros do Município de B. Vista do Erechim e podia ter-me arranjado como tantos fizeram, mas eu não quizei, hei de sair desta luta com menos haveres do que quando nella entrei, e nem por isso deixo de ter esperança de ser rico um dia, pois sei ganhar dinheiro, só não sei segurá-lo - e isto basta querer. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Rio do Peixe, 07 nov. 1923.



André Pitthan e um companheiro em Rio do Peixe (atual Piratuba/SC), em 1923. A foto foi remetida por ele à sua noiva Elvira e tinha em seu verso a escrita: “Eis uma vista da nossa grande cidade de Rio do Peixe, em que se vê, assinalado por uma setta, o hotel, onde me encerro com minhas saudades. Andrézinho. 23/11/1923.”

Os planos de voltar para a casa, no entanto, não se concretizaram tão cedo. Ainda que Pitthan, segundo correspondência enviada no dia 21 de novembro, buscasse regressar para o Rio Grande do Sul nos dias seguintes e tomar a frente junto às tropas do Gal. Leonel Rocha, em Pinheiro Marcado, as cartas seguintes – respectivamente dos dias 25 e 30 de novembro e dos dias 03 e 05 de dezembro – ainda são encaminhadas a partir de Rio do Peixe:

Recebi do Pompílio carta e telegramma, chamando-me que elle segue viagem, mas eu não podendo ir agora, respondi-lhe que não me esperasse, que iria reunir-me a elle no nosso Rio Grande, e tenciono, se não me falharem os planos, ir sexta-feira, para falhar uns 3 dias ahi, e ir incorporar-me ao Gal. Leonel Rocha, em P. Marcado, vou com mais um amigo. (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Rio do Peixe, 21 nov. 1923).

Na última correspondência com referências ao conflito no próprio ano de 1923, endereçada no dia 03 de dezembro, André informa Elvira sobre as tentativas de convencimento que partem de seu irmão Jayme. A partir delas, mostra-se irredutível e mobiliza a sua honradez, que pode custar “até a vida” em nome da “luta”:

Só que continuo com as mesmas e inabalaveis intenções, muito embora o Jayme procurasse desviar-me dellas, quando de regresso passou por aqui, pediu-me com “encarecimento” que eu o esperasse aqui, que nestes 15 dias estaria aqui para irmos juntos com a tropa até o Paraná, que me deixasse de revolução, que era melhor irmos negociar; tanto insistiu que até resolvi não acompanhá-lo como era a minha intenção para evitar que elle continuasse a martellar no mesmo assumpto, pois eu estou empenhado na luta e agora por cousa nenhuma eu a abandonarei, que nestas cousas não pode haver meio termo – ou perde-se tudo, até a vida, ou salva-se tudo, até a honra. Que dizes? Não é assim mesmo? (PITTHAN, André. Carta enviada à Elvira Salles. Rio do Peixe, 03 dez. 1923).

Independentemente de qualquer opinião ou honra mencionadas por Pitthan a respeito da causa pela qual tomou parte entre o

final de 1922 e durante todo o ano de 1923, o final do conflito foi decretado oficialmente poucos dias depois dessa correspondência, mais precisamente em 14 de dezembro de 1923, quando as partes conflitantes, sob a mediação do ministro de Guerra Setembrino de Carvalho, reuniram-se no castelo de Pedras Altas e assinaram o pacto que ficou conhecido pelo mesmo nome.

Considerações finais

Nas últimas décadas, a historiografia acabou por “reintroduzir” o indivíduo na história, possibilitando com isso o uso de documentos de cunho pessoal como fontes para a compreensão de fenômenos e processos históricos. No entanto, apesar da ampliação do volume de arquivos e documentos pessoais preservados por instituições de custódia, esses, muitas vezes, acabam por representar apenas parte das elites políticas e econômicas, seja em nível federal, regional ou local. Porém, nem só “líderes” produziram, ao longo da história, registros de suas vidas e vivências. Esse é o caso da documentação produzida por André Pitthan e seus familiares, que, mesmo não estando em uma posição destacada dentro dos conflitos da Guerra Civil de 1923, viu e registrou suas impressões, sobretudo em cartas, que não tinham o fim específico de tratar sobre a contenda, já que o pano de fundo da correspondência é o amor e o noivado. Essa é a riqueza de se trabalhar com cartas, pois mesmo divididas e agrupadas por temáticas, elas relacionam e misturam temas diversos, possibilitando que, literalmente, sejam lidos períodos e contextos em fragmentos textuais do passado.

Nosso intento com o presente texto foi acompanhar parte da ação dos revolucionários durante o movimento conhecido como

Revolução de 1923 a partir das cartas enviadas pelo revolucionário André Pitthan à sua noiva Elvira Salles. Tal cenário mostrou-se desafiador, pois pesquisas realizadas tendo cartas como objeto de investigação revelam-se complexas. Nesse sentido, diversos autores que se aventuraram a tratar com correspondências pessoais como fonte alertam sobre a dificuldade de se trabalhar com cartas, sobretudo porque,

[...] além de serem fontes dispersas e fragmentadas, que precisam ser analisadas em séries, são de difícil leitura, sobretudo quando manuscritas, como é o caso do universo de cartas deste estudo. A correspondência também exige vários cuidados e níveis de análise, que considerem desde sua materialidade — papel, letra, protocolos de leitura da carta —, os códigos que definem o gênero epistolar — saudações, despedidas e assinatura —, até observações sobre suas formas de circulação e guarda, reveladoras da identidade de seu destinatário. Tudo isso para além das questões que remetem à montagem da rede de relações organizacionais e afetivas presente na correspondência.” (GOMES, 2004, p. 53)

Conforme Venâncio (2004, p. 124), “a análise da materialidade das cartas denuncia suas condições de produção e os momentos de sua escrita”, mas essa não seria a única possibilidade, já que é possível que se analise o discurso delas, uma vez que “buscando o que elas dizem explicitamente, pode-se encontrar a construção da imagem de seu autor, bem como da visão autógrafa do destinatário”. Contudo, em virtude da proposta deste ensaio, não abordamos aqui a possível “construção de si” de André Pitthan, o que pode ser analisado por outros pesquisadores, em outras investidas sobre o material.

Ademais, aspectos sobre a Revolução de 1923 ainda podem (e devem) continuar a ser explorados pela historiografia. Nesse senti-

do, conjuntos documentais de participantes, mais ou menos destacados, podem auxiliar no processo de compreensão desse episódio que marcou, significativamente, a história do Rio Grande do Sul.

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. O projeto político oposicionista de Assis Brasil nas campanhas eleitorais de 1922 no Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 9 n. 17 – UFGD – Dourados, jan/jun - 2015.

BOHUSCH, Renato. General Setembrino de Carvalho chega a Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. N/L, 2 nov. 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/h%C3%A1-um-s%C3%A9culo-no-cp/general-setembrino-de-carvalho-chega-a-porto-alegre-1.1412466>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BOHUSCH, Renato. General Setembrino de Carvalho chega no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. N/L, 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/h%C3%A1-um-s%C3%A9culo-no-cp/general-setembrino-de-carvalho-chega-no-rio-grande-do-sul-1.1405456>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BOHUSCH, Renato. Situação da guerra civil fica mais complexa no RS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. N/L, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/h%C3%A1-um-s%C3%A9culo-no-cp/situa%C3%A7%C3%A3o-de-guerra-civil-fica-mais-complexa-no-rs-1.1007868>. Acesso em: 8 dez. 2023.

CORBIN, Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 503-562.

DAL FORNO, Rodrigo. *O álbum dos bandoleiros da Revolução de 1923: uma análise de Política e Imagem no Rio Grande do Sul da década*

da de 1920. 2015. 199 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofias e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no século XIX. In BASTOS, Maria Helena Câmara et al (org.). *Destinos das letras. História, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1979.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Em Família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre e In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HERRLEIN JR., R. O cenário econômico da Revolução de 1923 (Rio Grande do Sul): mudança estrutural, crescimento e crise da pecuária. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6935>. Acesso em: 1 nov. 2023.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 303-341.

MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila. Lapidário de si: Antonio Pereira Rebouças e a escrita de si. In: GOMES, Angela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOREIRA, Regina da Luz. Maciel Antunes. [S. l.], S/D [201]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACIEL,%20Antunes.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

PEREIRA, Ledit de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base dou-*

trinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923. Dissertação (Mestre em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. O partido federalista na campanha assisista de 1922: algumas reflexões. In: *Signos*. Lajeado, RS: Univates, a. 33, n. 1, p. 53-76, 2012.

Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (org.). Centenário da Revolução de 1923. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2023.

VARGAS, Vanderlei Beltrão de. *Uma quadra, uma légua*: Joaquim Francisco de Assis Brasil e seu projeto de desenvolvimento para a atividade agropastoril no Rio Grande do Sul. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna; uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1983.



AS LIGAS DE AUTODEFESA COLONIAIS NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO DE 1923

Paulo Rogério Friedrichs Adam

A autodefesa cria, no mar revolto pelas paixões políticas da revolução, ilhas de paz, em cujas barrancas se desfaz a vontade devastadora do instinto desenfreado. As revoluções, com cujos objetivos o colono pacífico e trabalhador não concorda, devem extravasar em outras paragens, e o torão que ele tomou da selva-geria e transformou em local de cultura, não poderá ser banhado com sangue inocente e nem transformado em locais de infortúnio¹.

Este capítulo tem como objetivo a descrição e análise do fenômeno das *Selbstschützvereine* nos tumultuados anos de 1923, e que se seguiu em 1924 e, ainda que em menor grau, nos anos seguintes, 1925 e 1926, quando parte da população colonial foi levada a organizar-se em iniciativas de autodefesa, a exemplo das colônias velhas no século anterior.

¹ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

A atuação das organizações de autodefesa na região das colônias novas do planalto do Rio Grande do Sul ocorreu por ocasião dos conflitos armados que sacudiram o Rio Grande do Sul por 11 meses em 1923, também denominada de Revolução de 1923²; no levante dos quartéis de Santo Ângelo, Uruguaiana, São Borja e São Luiz Gonzaga, seguido um pouco mais tarde do quartel de Cachoeira, processo que desembocou na formação da Coluna Prestes em fins de 1924 e inícios de 1925; e nos meses seguintes a estes episódios, adentrando em 1926, seguindo até 1927 em alguns casos, por conta do quadro caótico que persistia.

A Serra, também chamada de planalto e espaço das colônias novas, assim como a Campanha, formaram o principal cenário da guerra civil de 1923, enquanto a região colonial antiga, das colônias velhas, escapou praticamente incólume (AMSTAD, 1999, p. 191)³.

² Para os fins específicos deste artigo, não interessa uma discussão acerca da propriedade ou não do uso do conceito de Revolução para tratar os acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul no ano de 1923 e mesmo em 1924. Considerando o conceitual consagrado no campo das ciências humanas e sociais, designar estes eventos e processos como revoluções é inapropriado, para dizer o mínimo. Os termos guerra civil, ou movimento político e armado certamente são mais adequados. Entretanto, reproduz-se ao longo do texto a nomenclatura dada aos episódios por seus contemporâneos, qual seja, Revolução de 1923 e Revolução de 1924, e portanto, também a expressão de revolucionários para designar seus participantes. A razão é simples: sua recorrência nas fontes. E mesmo existindo importantes clivagens políticas e ideológicas que diferenciavam muitos dos ditos revolucionários que atuaram nestes momentos, para a população colonial ora objeto de estudo, e na perspectiva da análise em curso, estas não são fundamentais.

³ Com base nas obras de Prudencio Rocha e Arthur Ferreira Filho, pode-se caracterizar a Revolução de 1923 como um conflito desprovido de batalhas decisivas entre grandes contingentes. Pelo contrário, predominaram o movimento e as ações isoladas. As hostes rebeldes estavam organizadas em colunas ligeiras, quase totalmente montadas, que atuavam independentes umas das outras, realizando junções ocasionais e com fins específicos, para depois retornarem às ações isoladas. Ainda que houvesse vários grupamentos menores, sua organização principal compreendeu quatro colunas maiores, que eram: a do norte, comandada por Leonel Rocha, mais ou menos em torno de Palmeira das Missões; a do leste, comandada por Felipe Portinho, com base em torno de Erechim; a do centro e fronteira, comandada por Honório Lemos, conhecido como Leão de Caverá; e a do sul, comandada por Zeca Netto. O governo do Estado do Rio Grande do Sul estimou em seis mil homens o contingente rebelado e para combatê-lo foram mobilizados cerca de doze mil homens mediante o uso da Briga-

Uma das razões para esta situação de relativa segurança das colônias velhas pode ser a sua proximidade da capital, que facilitava a logística da sua defesa, aliado à sua densidade demográfica, o que demovia a entrada das colunas rebeladas, por demais maltrapilhas para dar conta de uma região mais complexa. Por outro lado, a distância do planalto e da campanha em relação a capital, uma maior fragilidade em termos defensivos, uma certa densidade populacional que poderia se revelar dividida, de modo a fornecer apoios as forças beligerantes, que aliado a abundância de recursos materiais, somava os elementos que tornavam a região um alvo. Assim, a exemplo do vale do Taquari na época da Federalista, ao governo interessava a manutenção de sua segurança enquanto aos rebelados a sua conflagração.

A situação da colônia era agravada com a circulação de grupos armados, desmobilizados ou desertados das facções beligerantes, em meio ou posteriormente a vigência da conflagração bélica, e não raramente desconectados da questão política, que se viam convertidos em bandoleiros⁴, trazendo insegurança principalmente para o interior da região colonial.

da Militar, além da organização de cinco Brigadas Provisórias, distribuídas assim: 1ª Brigada (norte) comandada por Firmino de Paula, 2ª Brigada (fronteira) comandada por Flores da Cunha, 3ª Brigada (sul) comandada por Fidêncio Lemos, 4ª Brigada (nordeste) comandada por Firmino Paim e 5ª Brigada comandada por Claudino Nunes Pereira (ROCHA, 1964, p. 153; FERREIRA FILHO, 1973, p. 32-33; MENSAGEM ... de 1923, p. 07).

⁴ A exemplo do termo revolucionários, o uso da expressão bandoleiros deve-se a sua recorrência nas fontes. Significa, sem maiores aprofundamentos, indivíduo que é parte de um grupo maior, um bando, que se dedica a prática do roubo, assalto e pilhagens. Era assim, e talvez principalmente, que os colonos viam os participantes destas revoluções que infelicitavam a região colonial. Se as tropas legalistas e mesmo as revolucionárias, algumas vezes, recebem o benefício de serem reconhecidas como forças beligerantes de um conflito estabelecido, os grupos mais isolados e restos desbaratados de colunas combatentes são particularmente malvistas, porque sua atuação é desastrosa para a população colonial. Neste sentido, uma eventual diferença entre revolucionários ou bandoleiros nem sempre é perceptível. De modo geral, num uso corriqueiro, as duas designações são quase que sinônimos. O que não quer dizer que comunguemos desta classificação.

Ligas e Sociedades de Selbstschutz na região serrana

O *Serra-Post Kalendar* de 1926 trouxe extensa reportagem sobre o fenômeno da organização de autodefesa dos colonos na região serrana. Refere-se ao fenômeno utilizando as expressões em alemão *Selbstschutz* e *Selbstschutzverein*. Traduzido para o português, significando Associações de Autodefesa⁵, ou ainda Sociedade de Mútua Proteção, como também é referido por Schallenberger (2009, p. 373). Algumas organizações empregaram a expressão *Kolonieschutz*⁶, ou ainda, quando da articulação com outras comunidades, o termo *Bundesschutz*⁷, que significa Liga ou União (TOCHTROP; CARO, [s.n.]). Estas associações eram constituídas por seus membros nas localidades em que residiam, em sua maioria nas linhas ou picadas interioranas e se articulavam numa organização maior, denominada de Liga. Assim, mesmo o texto em língua alemã, na qual foi escrito o artigo, utiliza diversas vezes a expressão Liga ou Ligas. Em português, aparece com frequência Liga de Defesa Colonial (CHRISTENSEN, 2008, p. 81) ou mesmo Liga de Defesa Nacional (NEDEL, 2015, p. 262).

A avaliação do jornal *Serra Post* era de que a autodefesa colonial, ao menos em 1924, contexto resultante de 1923, quando a organização teve seus inícios, estava “firmemente organizada da foz do Ijuhy no [rio] Uruguai até Neu-Württemberg e Palmeira num poder de quase 20.000 homens”, o que contribuía sobremaneira para que os distúrbios revolucionários ficassem mais limitados geograficamente.

⁵ Conforme Tochtrop e Caro, *verein* por ser traduzido por sociedade, associação, clube, grêmio ou união, assim, uma tradução mais próxima e simples para *kolonieverein* pode ser união da colônia ou união colonial. Já a expressão *selbstschutz* significa literalmente defesa própria, o que em português soa melhor como autodefesa, assim, *selbstschutzverein* pode ser tomado como associação de autodefesa (TOCHTROP; CARO, [s.n.]).

⁶ Jornal *Die Serra Post* de 27.03.1923. MADP.

⁷ Jornal *Die Serra Post* de 18.12.1923. MADP.

Este número mencionado, de vinte mil homens, pode ser um tanto exagerado. Tomando os dados citados pelo *Serra Post Kalendar* de 1926, e chutando uma média compatível nos casos em que não há uma informação quanto ao número de homens mobilizados, chega-se a algo em torno de dez mil, talvez onze mil homens. Um número mais realista, mas, ainda assim, considerável para a época.

Além disso, o *Serra-Post Kalendar* de 1926 menciona ao todo 11 grandes organizações de *Selbstschutz*, que ao que tudo indica, são na sua maior parte Ligas, congregando associações ou sociedade de autodefesa que se organizavam nas localidades, majoritariamente na área rural. Uma sistematização destas organizações está no Quadro 2. Na região do planalto são elencados: Ijuí – Serra Cadeado (atual Augusto Pestana), Ijuí – Ramada (parte mais norte de Ijuí), Vila Ijuí, Ijuí – linhas 4-7 (margem direita do Rio Ijuí), Fachinal (também denominado Linhas 24-32, atual Ajuricaba), Burity (interior de Santo Ângelo), Rincão Vermelho (Roque Gonzales), Neu-Württemberg (Panambi), Cerro Pelado (Porto Xavier), Bello Centro (Santa Rosa), Porto Feliz (Mondai/SC), dando ainda detalhes quanto a sua organização e principais eventos que marcaram sua existência. Mas no próprio texto se reconhece que o quadro é incompleto, havendo muitas lacunas⁸. Podem ser acrescentadas ainda as organizações de Serro Azul (Cerro Largo), Pirapó, Xingu, General Osório (Ibirubá) e arredores, Condor, Erechim e Aratiba (ambas tardiamente), e Pejuçara, embora desta última inexistam informações maiores.

⁸ *Serra-Post Kalendar*, 1926. pp. 115-132. MADP. A reportagem parece ser fruto tanto do conhecimento do autor, ou autores, como foi derivado do retorno das diversas sociedades ainda existentes quando da indagação enviada pelo *Serra Post Kalendar*. Algumas lacunas permaneceram precisamente porque muitas sociedades não enviaram informações. Também é observável que a maior parte dos acontecimentos narrados pelo *Serra Post Kalendar* se refere a chamada Revolução de 1924, ou seja, o levante dos quartéis, e alguns acerca de 1923.

Organização	Tipo*	PART.	Liderança	Grupos étnicos
Ijuí – Serra Cadeado	Liga	800	Dirigentes: Guilherme Bohn e Alexandre Cardinal 1 Comandante geral, João Nicolau Heberle e Rodolfo Zolinger, em diferentes momentos, e 14 comandantes de seção	
Ijuí – Ramada***	Liga	350	Pres. August Zenter Comandantes: August Zenter, Jacob Landherr, Alexander Witt, Richard Zimpel, Fritz Dänneke, Heinrich Heinel, Adolf Renz, Umberto Alegretti e Paulino de tal	Diversos grupos étnicos
Vila Ijuí****	Liga		Pres.: Carlos Scharnberg Comandante: Oswaldo (ou Arnaldo) Eichenberg	
Ijuí – linhas 4-7 (margem direita do Rio Ijuí – parte leste)***	Liga	148	Diretoria: Eduardo Irgang, Dem. Hanutschak, Hugo Braucks e Elias Lewitzki Comandantes: Kurt v. Meusel, Heinrich Kropp	Brasileiros, alemães e poloneses
Fachinal (também chamado de linhas 24-32, atual Ajuricaba)***	Liga	404	Diretoria: César Zambonato, Walter Kreher, Antenor Baggio, Jorge Winter Comandantes: Constâncio da Rosa, Antenor Baggio, Pedro Rosa	Maioria italianos, mas também alemães e brasileiros
Burity (Santo Ângelo)	Sociedade		Comandante: Bjarke Johansen e 6 comandantes de linha ou seção	Alemães
Colônia Municipal (Santo Ângelo)	Sociedade			

Organização	Tipo*	PART.	Liderança	Grupos étnicos
Rincão Vermelho (Roque Gonzales)	?	280	Líderes: Albin Borowski, Eugenio Rotta, Menandro Borowski, Franz Schlägel Comandantes: Carl Schmidt, Santo Paveglio, Hermann Günzel, Olegario Vieira, Paul Kohl, Ewald Schmidt, Pacífico Machado e Manuel Chaga.	Alemães, italianos e brasileiros
Pirapó	Sociedade		Líder: Evaldo Sommer	
Neu-Württemberg (Panambi)	Liga	1000	Presidente: Hermann Faulhaber Comandante geral: Prof. Reinhard Benz Comandante de cavalaria: Prof. Walter Groschupf, mais comandantes de seção	Alemães e brasileiros
Cerro Pelado (Porto Xavier)	Liga	314	Líderes: Friedrich Schmidt, João Holsbach, Unno Wendt, Paul Engers, Carlos Ebenau e Carlos Michel Comandantes: João Maliska (e antes fora Carlos Engers)	Alemães, italianos, suecos e poloneses
Bello Centro (Santa Rosa)	?	400	Presidente: Dr. Max Hettwer Comandante: Helmut Matje	Alemães, italianos e brasileiros
Santa Rosa/Buricá	Liga	70	Professor Gustav Quednau (?)	
Guarany Nordeste	Liga		Presidente: Professor Dietrich	
Girua	Liga			
Campinas	Liga		Presidente: Dr. Pederneira	
Colônia Boa Vista (Santo Cristo)	Liga		Presidente: Dr. João Sebastiany (médico)	

Organização	Tipo*	PART.	Liderança	Grupos étnicos
Porto Feliz (Mondai/SC)	Sociedade	90	Comandante: Richard Brüggemann, e mais tarde V. Reuss	
Serro Azul (Cerro Largo), Guaraní e Salvador	Liga	4000 (?!)**	Comandante: José (Juca) Franzen (em Salvador) e Sub-comandante: Miguel Dewes (em Serro Azul)	
Xingu	Liga	46	Provavelmente Luiz Meisinger	
General Osório (Ibirubá)	Liga	700	Presidente: Pedro Kreling, secretário: Arnaldo Emmel, tesoureiro: Helmuth Gabe	Alemães
Condor	Sociedade	98	Comandante geral: Friedolin Shüler, auxiliado por Daniel Baron, Wilhelm Lüdke e outros	Alemães
Visconde do Rio Branco (Pejuçara)	Sociedade	400		Maioria italianos
Erechim (em 1927)	Sociedade		Achylles Calefi	
Aratiba (em 1930)	Sociedade		Augusto Schaedler	

Quadro 1. Selbstschutzverein na região colonial (1923-1924). Fonte: Jornal *Die Serra Post*, 1923-1925, MADP; *Serra-Post Kalendar*, 1926, MADP; Jornal *Notícia Ilustrada*, 1993, MAHP; DEWES, 1966; FENNER, 1997; SCHWEIG, 2007; NEDEL, 2015; WERHMANN, 2004; RABUSKE; RAMBO, 2004; PEREIRA, 2012.

* Conforme apurado nas diversas fontes, algumas das organizações são Ligas, ou seja, congregam numa dada localidade, algumas organizações de base que são as sociedades de autodefesa ou *Selbstschutzverein*, ao passo que em outros lugares as Sociedades permaneceram independentes. É uma classificação arbitrária de acordo com as informações disponíveis, podendo ser falha. Na completa impossibilidade de classificar, foi colocado o ponto de interrogação (?).

** A informação sobre Serro Azul, de Dewes (1966), embora destoe do conjunto, confere com as memórias do Padre Rick. Fica a dúvida quanto a abrangência geográfica desta mobilização e o momento, ou seja, 1923 e 1924, ou apenas 1924, o que talvez seja o mais provável, em que alcançou este expressivo efetivo.

*** Em 1924, as Ligas de Ijuí, com exceção de Cadeado, somariam dois mil homens mobilizados para a defesa da localidade.

O rastro dos *Selbstschutz* não é muito nítido. A principal fonte é a imprensa, notadamente a teuto-brasileira, enquanto uma documentação primária, produzida por estas organizações é praticamente inexistente, com a exceção de Neu-Württemberg (atual Panambi), embora mesmo neste caso não seja abundante. Existem muitas semelhanças na formação e na organização das diversas organizações, assim como há algumas peculiaridades mais locais. Embora atuassem com um acentuado grau de autonomia entre si, visto que não existia uma espécie de comando operacional central e unificado, parece evidente que não estavam isoladas, mantendo contatos entre si.

As circunstâncias e os motivos

Ruy Nedel (1995, p. 15), ao transportar um dos líderes das ligas de autodefesa, Josef Aloys Franzen, também conhecido como Juca Franzen, de Serro Azul, para as páginas de sua obra ficcional, lhe confere a autoria do vaticínio: “Se eles cruzarem o rio farão uma baderna em nossa vila. Violentarão nossas mulheres e filhas, levarão nosso gado e cavalos”. Semelhante temor se reporta em relação a Colônia Burity: “quando chegaram as notícias horríveis de saques e estupros em Victória, uma pequena colônia do outro lado do rio Ijuhy, irrompeu também aqui o *furor teutonicus* e com grande entusiasmo foi criada a autodefesa”⁹. Assim, não por acaso o articulista do *Serra Post Kalendar* avalia que as comunidades de colonos se organizaram no intuito de defenderem-se daquilo que era identificado como os “instintos criminosos destes bandos”, de modo que a região colonial muito teria sofrido se a sua “indiferença lhes [tivesse] permitido dedicar-se à sua volúpia saqueadora”¹⁰.

⁹ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

¹⁰ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

No contexto do Cadeado (na época interior de Ijuí, hoje Augusto Pestana), a memória registrada menciona que “viviam, por isso, os colonos sob o receio constante de ataques às suas propriedades, nas quais eram requisitados animais, não só para tração, como também para corte”¹¹. Leitzke (1993a), cita que “os revolucionários subvencionavam os seus recursos mediante saques e assaltos às sedes das fazendas, aos sítios dos colonos, casas comerciais, aos povoados e até cidades”. Requisitavam, isto é, “tomavam a força animais de montaria, roupas, alimentos, dinheiro, gado bovino para abate, enfim, o que conveniente lhes fosse”. Além disso, “por onde passavam, deixavam visível rastro de destruição. Chegaram até o extremo de cobrar tributo de guerra”. Arthur Ferreira Filho (1973, p. 31) comenta que em termos logísticos, a situação dos grupos rebelados era por demais desfavorável e, portanto, “o arrebanhamento de cavalos e gado de corte era generalizado”¹².

Do lado do governo a expectativa dos colonos não era muito melhor porque também havia a prática das requisições, embora, em alguns casos, com a permuta por um recibo mais oficial e que poderia vir a ser reembolsado. O esforço de guerra exigia uma logística enorme de modo a prover as forças beligerantes de mantimentos de toda ordem, dentre eles animais de montaria e carga. O abastecimento em geral era precário, tanto pelas grandes distâncias, como pela constante mobilidade das unidades de combate, e a carne era praticamente o único item alimentício consumido pelas tropas

¹¹ Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: [s./n.], 1951. p. 39.

¹² O arrebanhamento de gado, bovino e cavalar, se justifica pela necessidade de alimentação e transporte das tropas em movimento, que nestas guerras era muito intenso. Para os táticos gaúchos, como Honório Lemos, o movimento era o princípio da guerra e os cavalos muito mais importantes que os tiros. A medida que as tropas se movimentavam, os combatentes recolhiam todos os cavalos que encontravam, não só para garantirem animais descansados em número para a remonta, como para prejudicar o inimigo, que fazia o mesmo (MACAULAY, 1977, p. 59).

(FERREIRA FILHO, 1973, p. 31)¹³. Ou seja, os recursos da colônia estavam relativamente acessíveis e constituíam-se numa tentação para ambos os lados. Um círculo nefasto se implantava, no qual a conta final das turbulências e estragos de toda ordem era paga, mais uma vez, pelo colono. Bruno Werhmann (2004, p. 324) ilustra a situação ao mencionar a frase do colono Karl Klein: *“der Krieg must den Krieg ernähren”*, ou seja, a própria guerra precisa sustentar a guerra. A reflexão de Ernesto Cassol fornece um pouco de entendimento desta lógica:

Entretanto, o que acontece é que se estabelece uma lógica da destruição. O pessoal então hoje se choca ao ver que os sujeitos chegavam e roubavam alimentos, roubavam roupas, roubavam isso, roubavam aquilo, ou destruíam. Mas eram malvados. Bom, eram malvados em termos, porque, bom, quem chegasse primeiro não poderia deixar alimentos e animais para o inimigo que vinha logo atrás. Então, se o colono tivesse comida, tivesse roupa, animais, armamentos que pudessem potencialmente servir ao inimigo, bom! Era de sua lógica destruir a comida, o animal, utilizar a roupa. Ora, você vai deixar o cavalo bom para ele te alcançar? Não. Então, o colono sofre, mas é uma questão de lógica. Vou deixar um boi, uma galinha pra ele se alimentar e ter mais força para me perseguir? Não. É cruel, é sim, é muito cruel, mas trata-se de uma situação de desespero, digamos assim. Então, o que eu quero te mostrar é que não era porque o sujeito era sádico, e sim porque isso tudo

¹³ A carne era consumida pelas tropas na forma de churrasco, que “levava pouco tempo para ser preparado. Um gaúcho experiente podia matar um novilho com um só golpe de facão entre as jugulares e em alguns minutos carneá-lo e retirar as melhores porções de carne; estas eram enfiadas em espetos de madeira, borrifadas com água salgada e reviradas sobre um braseiro. Pouco depois o churrasco estava pronto e os longos espetos com a carne presa eram retirados do fogo e fincados no chão”. Para fazer a refeição, apenas o uso de uma faca bastava (MACAULAY, 1977, p. 59-60).

faz parte da lógica da Guerra. Então as pessoas não entendiam essa lógica, e não entendendo, ou mesmo entendendo de maneira nenhuma poderia aceitar. Então para a maioria destes colonos eram todos uns bandidos, contra os quais tinham que se precaver. Tinha que enfim fazer de tudo para, pelo menos salvar a vida, salvar a honra, salvar pelo menos os seus valores mais importantes (Citado por BALDIN, 2017, p. 54).

Assim sendo, no contexto da região serrana, parece que o assalto aos bens materiais, principalmente os frutos do trabalho agrícola, construídos a duras penas pelos colonos, e o recrutamento forçado parecem ser razões suficientes para o recurso à autodefesa.

Em alguns lugares foi a tardia e lenta ação do governo em socorrer as comunidades afligidas que se constitui na causa principal para a constituição da organização dos grupos de autodefesa. Como escreve Dewes (1966, p. 67): “Em Serro Azul, acreditava-se a princípio, que o governo Borges de Medeiros haveria de dominar a situação. Mas passaram meses e não vinha socorros militares. Foi então que os cerroazulenses decidiram: ‘haveremos de defender-nos a nós mesmos’”. A situação do rio limítrofe, ponto de passagem dos grupamentos em guerra, tornava a situação ainda mais perigosa. Em outros lugares, o incentivo das autoridades e a confissão de sua incapacidade em proteger a população colonial constitui-se no motivo para a formação da autodefesa, como em Burity: “nossa autoridade municipal, que tinha declarado não possuir poder suficiente para nos proteger, nos incentivou a agir”¹⁴. De modo geral, face as circunstâncias que se apresentaram em 1923 e depois em 1924, não é descabido afirmar que foi de interesse do governo a formação destas

¹⁴ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

organizações, mesmo que sua existência pudesse se tornar problemática, ao passo que o livrava do encargo da proteção das áreas coloniais ao mesmo tempo que colocaria um entrave na movimentação dos rebeldes.

Outro problema vivido pelos habitantes das áreas rurais, principalmente as mais isoladas e afastadas, era o recrutamento forçado. Embora haja um certo consenso de que os legalistas não tenham lançado mão deste recurso em meio às populações coloniais na época da Revolução de 1923¹⁵, senão talvez esporadicamente, replicando uma postura que já fora presente por ocasião da Revolução Federalista, motivada pela necessidade de salvaguardar a infraestrutura econômica da região colonial não tocando em sua mão de obra, parece que as tropas rebeldes o utilizaram em maior escala. O relato do colono Severino Roncatto, da região do Tapir (interior do atual município de Barão de Cotegipe), dentre outros arrolados no trabalho de Bruna Baldin (2017, p. 52), dá conta deste aspecto, bem como do quadro generalizado de saques e medos pelos quais as populações interioranas passavam:

Eles pegavam gente pra levar junto e combater. Eles levavam os homens. Naquela época meus pais contavam que ia dormir e não sabia como seria o dia de amanhã. E se eles chegassem na casa tinha que fugir para se esconder. As famílias se escondiam no mato, todo mundo iam para o mato, para se proteger, porque eles vinham e levavam tudo. Eles matavam gado, pegavam as roupas, comidas.

¹⁵ Isto pode ser mais verdade relativo a população colonial, mas não em relação ao resto do Estado. Embora alguns autores procurem minimizar a prática por parte do governo, outros problematizam ao ponto de afirmar que o recrutamento forçado poderia ser mais difundido, notadamente o trabalho de Peres acerca da região de Santo Ângelo (FERREIRA FILHO, 1973, p. 30; ANTONACCI, 1981, p. 101; FRANCO, 2019, p. 44-45; PERES, 1994, p. 150).

A situação destes recrutas obrigatórios era, a exemplo da Revolução Federalista, complicada, pois que na prática, para o olhar de fora, a distinção com os voluntários não era muito visível, enquanto o contrário acontecia internamente. Quando um grupo de revolucionários assististas circulava na região missioneira, entre Porto Lucena e Passo da Pedra, um jovem, filho do comerciante Pedro Wandscher, seguiu com eles, mas retornou poucos dias depois, um possível indício que sua adesão não fora exatamente voluntária. Pedro Wandscher voltou na companhia de outros dois, também, desertores do bando. Reconhecidos como insurretos, acabaram presos em Campinas, sendo que o jovem Wandscher tentou escapar e acabou “abatido pela guarda”¹⁶.

Por fim, um forte elemento de encorajamento na formação dos grupamentos de autodefesa era a memória dos conflitos anteriores. A “revolução dos anos noventa (do século XIX) havia causado um grande prejuízo às colônias (...) porém o povo colonial abraçou a autodefesa. Com ela acabaram em breve os bandos de ladrões em campos de batalha” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 103). Assim a pronta adesão a esta organização se dava “pois numerosos colonos procedentes das colônias velhas – Teutônia, Sinimbu, Maratá, São Lourenço – ainda guardavam desagradáveis lembranças dos piores sementes na revolução Federalista” (LEITZKE, 1993a). Como a maior parte dos colonizadores do planalto eram oriundos das colônias velhas, e o tempo transcorrido da Revolução Federalista não ultrapassava a uma geração, certamente que vários colonos tinham ainda muito claro os elementos da experiência pregressa, isto quando não haviam participado dela diretamente.

¹⁶ Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.

Selbstschutz nos conflitos de 1923

Alguns dos acontecimentos das organizações de autodefesa coloniais foram descritas nas páginas do *Die Serra Post* e *Serra Post Kalendar*, dentre elas a de Neu-Württemberg. Esta organização conheceu duas¹⁷. Nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 1923, ao irromper as ações bélicas da Revolução de 1923, era possível notar a ação isolada de bandos armados, em sua maioria ligados a Leonel Rocha, que “já praticavam assaltos e saques” nas imediações da então grande região de Palmeira, Passo Fundo e Alto Uruguai. O temor em relação a ação destes grupos levou a formação da organização na localidade, composta naquele momento por pouco mais de 70 homens (LEITZKE, 1993c). Depois de um episódio espinhoso em 14 de maio, ocasião em que a então vila se viu invadida por um grupamento de mais de 100 homens sob o comando de Leonel Rocha, no qual “havia os revolucionários apanhado o *Selbstschutz* num momento de descuido e desaviso”, o susto faria a organização do *Selbstschutz* entrar em nova fase, sendo reforçado pela adesão de um grande contingente, chegando a 893 homens compondo a força ativa, aliado a uma reserva de 110 componentes, estes homens mais idosos, além de grande apoio da Colonizadora, do comércio local e em “íntima colaboração com as autoridades civis e militares” (FAUSEL, 1949, p. 35). Dali para diante, as divisas da colônia, as pontes e as mais de 20 estradas que davam acesso ao interior seriam vigiadas diuturnamente. A organização se dividia em uma parcela de infantaria e outra de cavalaria, sendo esta a maior parte e de grande importância tática, pois que se fazia necessário alcançar as diferentes

¹⁷ Inevitavelmente, Neu-Württemberg (atual Panambi) será inúmeras vezes referido, dado o fato de ser um caso relativamente bem documentado. É uma das poucas organizações sobre a qual há uma documentação primária sobrevivente que está guardada num arquivo, no caso o Museu e Arquivo Histórico de Panambi – MAHP.

partes da colônia em situações de perigo o mais depressa o possível. Além de patrulhas, aconteciam também exercícios de manobras e treinamento de tiro (LEITZKE, 1993d).

Dentre outros episódios que marcaram a existência da organização, pode-se citar aquele em que um destacamento de 15 legalistas, proveniente de Cruz Alta e que teria vindo para requisitar cavalos, foi fustigado pela ação dos colonos da então Linha Magdalena (atual Oceará), sob liderança do colono Paul Bossler, imigrante alemão recém-emigrado e veterano da 1ª Guerra Mundial. No mês de agosto de 1923, a colônia viu-se as voltas mais uma vez com Leonel Rocha, quando o chefe revolucionário propõe à Colônia o pagamento de um tributo de guerra, oferecendo em contrapartida, proteção. Assim sendo, as forças beligerantes sob seu comando se absteriam de penetrar na comunidade a fim de executar as requisições que lhe seriam necessárias e os bens dos seus moradores seriam respeitados. Confiando na organização de autodefesa local, ainda que um tanto débil em armamentos e munições¹⁸, e recebendo alguns reforços da guarnição federal de Cruz Alta, a liderança local se nega a ceder a Leonel Rocha (LEITZKE, 1993f, 1993i, 1993k).

Dali para diante outros episódios, ainda que menores, mantiveram a organização em alerta, dentre eles os incidentes que aconteceram quando da presença de tropas legalistas dos corpos provisórios. Em maio de 1923, estes se envolveram na perseguição a federalistas conhecidos, ou meros simpatizantes, dentre eles Luiz Martin Hack, que foi detido¹⁹. Já o colono, João Pedro Zimmermann, se abrigara

¹⁸ No aspecto dos armamentos e munições, pode haver margem para discussão, pois há quem afirme que em Neu-Württemberg estes eram modernos, de boa qualidade e em quantidade considerável. Entretanto, não foi possível apurar uma documentação mais detalhada que desse conta, tanto de sua debilidade como de sua abundância.

¹⁹ Não era um segredo que Martin Hack, membro da autodefesa local, era assisista e dissidente dos republicanos.

no quartel de Cruz Alta sob o pretexto de falta de garantias²⁰, enquanto que colono Walter Elsenbach, viu-se atacado por dois provisórios, a cavalo.²¹ Ou seja, se a presença dos provisórios significava uma garantia de segurança frente aos maragatos, a comunidade ficou com o problema de quem a protegeria dos provisórios, problema não exclusivo de Neu-Württemberg, e de Santa Rosa partiu queixa publicada no periódico *Serra Post* reclamando dos danos causados pelo estacionamento desta força de combate²².

Grosso modo, o *Selbstschutz* de Neu-Württemberg funcionara de janeiro a 27 de dezembro de 1923, quando uma reunião da diretoria e chefes de pelotões, na casa de Karl Blum, decidiu dar por encerrado o serviço de vigilância, além de marcar uma comemoração para o primeiro dia do ano vindouro, a Festa da Paz²³. O período mais tenso foram os meses de agosto, setembro e outubro, tanto pelo assédio de grupos de salteadores, como pela passagem de grupos legalistas em busca de requisições, mas principalmente pela constante ameaça da Coluna de Leonel Rocha, que foi, no final das contas, o maior motivo de apreensões (LEITZKE, 1993k).

No noroeste do Rio Grande do Sul, a Colônia Xingu foi arrasada e boa parte da população buscou refúgio em Palmeira das Missões, apesar da existência que organização de autodefesa cuja formação parecia auspiciosa a princípio²⁴. Já as colônias de General Osório (Ibirubá) e 15 de Novembro se viram em situação semelhante à de

²⁰ Carta de Firmino de Paula para Menoly Gomes de Amorim de 19.06.1923. Pasta Menoly Gomes de Amorim. MAHP.

²¹ Jornal *Die Serra Post* de 27.07.1923. MADP.

²² Jornal *Die Serra Post* de 28.03.1923. MADP.

²³ Jornal *Die Serra Post* de 11.01.1924. MADP.

²⁴ Jornal *Die Serra Post* de 01.02.1924. MADP.; Jornal *Die Serra Post* de 21.08.1923. MADP.

Neu-Württemberg com a entrada intempestiva de tropas legalistas e as requisições²⁵. E consta que quando um grupo legalista tentou adentrar na localidade para coletar requisições, o ataque redundou na morte de dois componentes de sua tropa, forçando os invasores se retiraram da localidade sem alcançar os objetivos que eventualmente possuíam, perdendo no caminho armas, munições e chapéus. Dado a organização da autodefesa local, parece que semelhante fato não mais se repetiu, com exceção de grupos de salteadores que voltaram a assediar a comunidade, igualmente repelidos pela ação organizada dos colonos (ROCHA, 1964, p. 153; SCHWEIG, 2007, p. 53-54).

Em Ijuí, ainda no ano de 1923, duas grandes sociedades de autodefesa se fizeram ativas: a de Cadeado e a da Ramada, “portanto nos dois extremos opostos do município. As partes centrais se sentiram seguras no ano de 1923, por isso não ficaram em prontidão de defesa”. Ainda em 1923, o assalto de um bando armado que praticou um saque a uma parte da colônia do Cadeado constitui-se no fato motivador para a criação da organização de autodefesa da localidade, cuja existência ao que parece, tornou-se o motivo principal de não haver grandes tentativas de importunar a população colonial daquela área. No período de paz após a revolução de 1923 foram confeccionados os estatutos, levados posteriormente ao conhecimento das autoridades²⁶.

Um temor, embora distante, foi a movimentação da coluna de Honório Lemos, que adentrava pelas Missões. Aparentemente numerosa, e em alguns momentos bem armada e municuada, causou certa preocupação nas áreas do interior de que pudesse se aproximar

²⁵ Jornal *Die Serra Post*, de 21.08.1923. MAHP.

²⁶ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 116. MADP. Na ocasião, na última semana de agosto de 1923, foram assaltadas a casa comercial de A. Beschorner e diversos colonos, que perderam seus melhores cavalos e arreios (Jornal *Die Serra Post*, de 31.08.1924. MAHP).

de Ijuí, principalmente quando esta força atacou, em outubro de 1923, São Francisco de Assis e São Luiz Gonzaga. A chegada de destacamentos da Brigada do Norte, comandada por Firmino de Paula, serviu para dissipar os maiores medos²⁷.

Mesmo assim, Ijuí não escapou de ser atingida por algumas das moléstias trazidas pela Revolução de 1923, principalmente o saque de alguns colonos e comerciantes em áreas do interior, por parte dos revolucionários²⁸, conforme atesta a correspondência do Cel. Dico, Intendente de Ijuí, reportando o problema: “Bandoleiros abandonam Inhacorá levando grande arrebanhada 40 reses” da Fazenda Chiapetta²⁹. Particularmente, a requisição de cavalos era um problema³⁰ exacerbado pelo fato de que tanto as forças oficiais como os revoltados desenvolverem a prática. Em 29 de maio de 1923 o mandatário ijuiense escreveu ao Coronel Valzumiro Dutra solicitando a devolução de animais levados de alguns colonos pelo capitão Araújo, dentre eles “um tordilho pertencente a uma viúva paupérrima”³¹.

É certo que no município de Cruz Alta se exigia dos colonos a entrega de cavalos, o que causava grande apreensão no meio colonial, pois que estes não os tinham sobrando. Bem argumentava o articulista do *Serra Post*, “o colono precisa dos cavalos para puxar a carroça ou o arado, e tirar-lhe agora, antes da época de plantio o seu gado, significa tirar-lhe a próxima colheita”. Como lamentava o articulista, “os colonos de General Osório não podem fazer nada, a não ser exigir [das autoridades] o preenchimento de recibos adequados à for-

²⁷ Jornal *Die Serra Post* de 19.10.1923. MADP.

²⁸ Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.; Relatório da Intendência Municipal de Ijuí de 1923. MADP.

²⁹ Cadernos do Centenário. Jornal da Manhã de 25.08.1990. MADP.

³⁰ *Serra Post Kalendar* de 1926. pp. 115-138. MADP.

³¹ Telegrama de 29.05.1923. Correspondências recebidas e expedidas da Intendência de Ijuí. MADP.

ma estabelecida e fazer levantamento sobre os objetos requisitados e mandar assinar por testemunhas existentes, para poder fazer valer seus direitos sobre indenizações”³².

Há relatos indicando uma intensa movimentação de rebeldes participantes da Revolução de 1923 na região missioneira. Mas tratava-se principalmente de grupos ou bandos isolados, não tão numerosos, como o de Pedro Arão, ou Joca Raymundo (BINDÉ, 2006, p. 261-262). Não há registros da formação de uma Coluna Revolucionária de peso que mantivesse sua base de operações na região, a exemplo da Coluna de Leonel Rocha em torno de Palmeira das Missões. Assim, estes pequenos grupos, também chamados de piquetes revolucionários, atuavam com grande independência, não se subordinando a nenhuma liderança maior, enquanto que armas e munições eram facilmente trazidos da Argentina (BRAATZ, 1997, p. 27). Por outro lado, era comum os grupos oriundos da região de Palmeira, como os “300 bandoleiros comandados por Cardoso e outros”, adentrassem no então grande município de Santo Ângelo para protagonizarem ações bélicas³³. De mesmo modo, pelo outro lado, grupos ligados a Coluna de Honório Lemos, o Leão de Caverá, partindo da campanha, também penetravam na região missioneira³⁴, como no episódio da invasão daquela coluna em São Francisco de Assis e São Luiz Gonzaga.

Assim, “aconselhados pelos acontecimentos de outras colônias”, os moradores de Serro Azul (atual Cerro Largo) decidiram constituir o seu *Selbstschutz* em setembro de 1923. Na primeira reunião, em 13 de setembro na localidade de São Salvador, compareceram cerca de 500 pessoas. Foram escolhidos os representantes para

³² Jornal *Die Serra Post* de 21.08.1923. MADP.

³³ Jornal A Federação de 10.08.1923. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

³⁴ Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP.

uma diretoria que em duas sessões seguintes alinhavaram os detalhes do funcionamento da Autodefesa. Os estatutos elaborados pela organização, a exemplo de outros lugares, foram apresentados às autoridades, no caso as sediadas em São Luiz Gonzaga, e aprovadas por elas³⁵. Em torno de Santa Rosa, sob coordenação das autoridades, o subintendente e o chefe da colonização, este último João Dahne, organizou-se uma autodefesa formada pelos colonos, algo em torno de 200 homens, embora com poucas armas. Um clima amistoso se seguiu nestes momentos iniciais, os convocados estavam alegres e havia churrasco todos os dias, enquanto guardas mantinham-se posicionados nos acessos e um controle com o uso de salvo condutos se implementou³⁶.

Por volta de 13 de outubro, Honório Lemos atacou São Luiz Gonzaga, tomando-a por algum tempo, sendo que as autoridades locais abandonaram o município. O médico de Serro Azul, Dr. Assis Brasil, que se dirigiu para lá a fim de atender os feridos, retornou com a notícia de que o líder maragato não pretendia adentrar na região colonial. Mesmo assim a Autodefesa de Serro Azul, em 15 de outubro, estava em armas e as passagens de acesso devidamente fechadas³⁷. Mas também abundam notícias sobre saques a casas comerciais nas linhas interioranas da grande região do rio Buricá³⁸. Quando um grupo de revolucionários movimentou-se na área da

³⁵ Jornal *Die Serra Post* de 05.10.1923. MADP.

³⁶ Jornal *Die Serra Post* de 13.02.1923. MADP.

³⁷ Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP. Alguns dias antes, a coluna de Honório Lemos, com 500 homens, atacou e tomou a então vila de São Francisco de Assis após um combate de mais de duas horas, no qual os defensores perderam 52 homens, dentre eles o Intendente Carlos Gomes, o Delegado de Polícia e dois subintendentes. Com a vitória, os assisistas capturaram grande quantidade de armas, munições, 70 cavalos e arreios, mantimentos e forragem que estava armazenada no prédio da Intendência (Jornal *Die Serra Post* de 05.10.1923. MADP.)

³⁸ Jornal *Die Serra Post* de 31.07.1923. MADP.

Colônia Guarany, e “na passagem levaram em toda a parte cavalos e arreios e também algum gado para carnear”, praticando recrutamento, forçado ou voluntário. E como uma parte deste bando estava particularmente mal-armado, esfarrapado e sem cavalos, pode ser enfrentado e vencido por colonos organizados de improviso e armados de paus, foices e gadanhas³⁹.

O esforço dos colonos e a importância da região, por mais distante que fosse, não passou despercebida às autoridades e o escrito de Ruy Nedel (2015) menciona a distribuição de armas, pelo governo, naquele ano para grupos que constituíam a Liga de Defesa Nacional. João Dahne, Diretor da Colônia Santa Rosa, em correspondência datada de 26 de maio de 1924, ao presidente da Liga de Serro Azul, transmite as felicitações e o agradecimento enviado pelo General Andrade Neves pelas valiosas operações da Liga em defesa da legalidade, o que a par da data da missiva, depreende-se que ocorreram em 1923. Dahne escreve ainda que “podem as Ligas continuar a contar com todo o apoio do governo” (DEWES, 1966, p. 69).

As memórias do padre Rick, que atuou na região, também dão conta da organização da autodefesa em Serro Azul por esta época (RABUSKE; RAMBO, 2004). Por tudo isto, não é descabido concluir que muitas das organizações citadas pelo *Serra Post Kalendar* de 1926, a maioria provavelmente, tenham se originado ainda em 1923, e se viram coagidas a atuar novamente em 1924.

O fim oficial das hostilidades de maior envergadura entre as facções políticas não significava que a população colonial, principalmente a que habitava as regiões mais limítrofes, poderia respirar em paz. Mesmo depois de 1925, alguns pequenos levantes revolucionários ainda causavam apreensão na população⁴⁰. Na verdade, o

³⁹ Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP.

⁴⁰ Em setembro de 1925 Honório Lemos tentou convulsionar a região da campanha, em

período pós revolucionário infelicitou diversas regiões tanto quanto o revolucionário propriamente dito. Isto porque, de um lado, o desengajamento de um certo número de combatentes os punha circulando em busca de sobrevivência. Como dizia o articulista, “quem tem uma arma do tempo da revolução, poderá praticar a profissão da bandidagem sem impedimento e será difícil capturá-lo e puni-lo”⁴¹. A questão central era a debilidade do aparato de segurança do Estado, com pouco efetivo para manter uma presença nos locais mais ermos e desolados, e assim dar conta da segurança das comunidades coloniais. Esta situação não deixava alternativa senão estas mesmas, defenderem-se da melhor forma possível.

E, por outro lado, estava aberta uma caixa que não era tão simples fechar. Ou seja, as contendas políticas haviam dado vazão para a problemática social que afligia as populações de caboclos das regiões norte e noroeste do Rio Grande do Sul, replicando uma situação vivida pelos serranos cerca de trinta anos antes. Não por acaso, o articulista, cômico da questão social de fundo ou não, mas externando um receio que acometia muitas das comunidades coloniais, comentava: “um pequeno grupo de caboclos armados é suficiente para saquear uma colônia grande, se esta não estiver preparada”⁴².

Mesmo colônias com melhor localização como Ijuí, Neu-Württemberg e General Osório viam com certa preocupação a continuidade de problemas com grupos que circulavam praticando ‘requisições’ ou saqueando, pura e simplesmente, de modo que um

setembro de 1926 os irmãos e tenentes Alcides e Nelson Etchegoyen rebelaram-se em Santa Maria e forçados a retirarem-se para a campanha, travaram renhido combate em Seival, naquele mesmo ano o caudilho José Antônio Neto invadiu o estado proveniente do Uruguai, enquanto na região do planalto Leonel Rocha se movia sendo boa parte de suas tropas destróçadas em Bom Jesus (FERREIRA FILHO, 1960, p. 169).

⁴¹ Jornal *Die Serra Post* de 14.01.1927. MADP.

⁴² Jornal *Die Serra Post* de 21.01.1927. MADP.

articulista recomendava a manutenção dos serviços de vigilância, com a fundação de sociedades de autodefesa onde fosse necessário ou sua reativação, quando estivessem inertes. Neste cenário um pouco diferente daquele propriamente dito revolucionário, como não se fazia necessário uma mobilização total da colônia, algo bastante difícil ou mesmo indesejável, para o governo, talvez, a recomendação era que a autodefesa fosse composta de homens selecionados, ainda que em pequeno número. Como também não se fazia necessário a manutenção de um serviço de guarda permanente, no tempo livre deveriam ser praticados exercícios disciplinares com ou sem armamento, que fortalecendo o brio e a sensação de segurança, serviriam como um elemento de dissuasão da aproximação de eventuais grupos mal-intencionados. No entender do articulista, os colonos deveriam deixar claro que não se deixariam “dominar e explorar como covardes e servis”⁴³. Foi o que fez a organização de Neu-Württemberg, ao praticar em 18 de janeiro de 1925 as suas manobras no intuito de manter uma certa mobilização. Conseguiu arregimentar àquela altura cerca de 1300 membros⁴⁴.

Composição, liderança e articulação

A base da organização dos *Selbstschutz* se dava nas linhas ou comunidades, em sua maioria na área rural, no interior, embora existissem alguns grupos mais citadinos. Estas associações se articulavam numa associação de âmbito maior, uma Liga ou *Bundeschütz*, geralmente correspondendo ao território da Colônia, ou ao menos de uma parte dela. No caso de Neu-Württemberg, uma colônia particular, foi pos-

⁴³ Jornal *Die Serra Post* de 14.01.1927. MADP.

⁴⁴ Jornal *Die Serra Post* de 20.01.1925. MADP.

sível apurar a existência de sete organizações de base espalhadas pelo interior, a qual se soma ainda a da vila Elsenau, sede da colônia. No município de Ijuí, oriundo da colonização oficial, existiam quatro grandes Ligas, correspondendo, grosso modo, aos principais lados da área geográfica do município: a de Serra do Cadeado, de Ramada, a Seção Fachinal, e a das Linhas 4-7, além da autodefesa da Vila Ijuhy, que parece ter exercido, além da função defensiva, um papel de coordenação entre as Ligas do interior. Cada uma destas Ligas agrupava um bom número de sociedades de base. As localidades de Sete de Setembro, Federação, Quinze de Novembro e outras linhas organizaram, novamente, em 1924, a Liga Defensora Colonial de Guarany Nordeste, enquanto que comunidades em torno da colônia Boa Vista, como a de Santo Cristo, organizaram a Liga Defensora Colonial da Colônia Boa Vista⁴⁵. Estas Ligas atuavam em articulação ou “combinação entre si”⁴⁶, negociando a delimitação das áreas de vigilância, procedimentos relacionados a movimentação de pessoas nos momentos de alerta, como o uso de passaporte ou salvo-conduto, o pertencimento dos associados e o socorro mútuo em caso de necessidade. De certa forma, este formato de organização parece também se fazer presente na região missioneira, onde uma grande Liga se organizava em torno de Serro Azul, outra em torno de Guarany e outra em torno de Santa Rosa (RABUSKE; RAMBO, 2004), fundada já em 1923 com o nome de União Colonial Santa Rosa - Buricá⁴⁷.

A composição majoritária, para não dizer absoluta, era de colonos, ou seja, desta população migrante que se fixou na região, principalmente na função de agricultores. Mas também pessoas estabele-

⁴⁵ Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

⁴⁶ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 116-121. MADP.

⁴⁷ Jornal de *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP.

cidas em outras funções, nas vilas e picadas, como a de professor, ou comerciante, se agregavam ao esforço, inclusive com proeminência em muitos casos. Como menciona a crônica acerca de Burity: “quase sem exceção se dirigiam todos os habitantes masculinos acima de 16 anos para as entradas e saídas da colônia”⁴⁸.

A nomenclatura em língua alemã que designa a organização evidencia um empreendimento teuto brasileiro, demonstrado ainda por muitos de seus documentos, como as anotações de Reinhard Benz, Comandante do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, escritos em língua alemã⁴⁹. Ainda assim, outros grupos étnicos estiveram integrados a tarefa da autodefesa, inclusive de ‘brasileiros’, como eram denominados os habitantes mais nativos ou os de origem lusa. O *Selbstschutz* de Ijuí-Ramada contava com “350 sócios sem diferença de nacionalidade”⁵⁰, e alardeava o fato de que “nenhum dos habitantes negou-se a participar”⁵¹. Entretanto, um habitante do lugar arriscou-se a mostrar que não era bem assim ao escrever no *Serra Post* que havia uma visível dificuldade em convencer os colonos a envolverem-se na proteção de bens que não fossem os seus e estabelecia certa relação desta circunstância com convívio de diversas nacionalidades na localidade⁵². Mas mesmo colônias formadas por grupos étnicos não teutos experimentaram este tipo de organização. É o caso de Sarandi, formada principalmente por colonos de origem italiana (VENCATTO, 1994, p. 83-94).

A organização do *Selbstschutz*, de modo geral, embora possa

⁴⁸ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

⁴⁹ Anotações de Reinhard Benz. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

⁵⁰ Interpreta-se aqui a frase no sentido de que os ‘350 colonos reunidos sem diferença de nacionalidade’ quer dizer que eles não faziam distinção entre si por conta da nacionalidade, ou melhor dizendo, das origens étnicas.

⁵¹ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 119. MADP.

⁵² Jornal *Die Serra Post* de 21.09.1923. MADP.

haver exceções, se dava em dois âmbitos: “a Diretoria e o Comandante”⁵³. Ou seja, de um lado, uma liderança mais política ou de suporte, função exercida por uma diretoria ou comissão, tendo um presidente e outro cargos eleitos, a quem cabia a parte organizacional, ou seja, a logística. Era uma “função delicada e sensível”, a qual cabia prover a organização de insumos básicos como “pólvora, chumbo e balas de revólver”, dentre outros, exercida, por exemplo, em Neu-Württemberg por Hermann Faulhaber, Diretor da Colônia (LEITZKE, 1993d), e em Ijuí (na Vila) pelo comerciante Guilherme Scharnberg. Em General Osório (Ibirubá) a autodefesa era presidida por Pedro Kreling, tendo ainda Arnaldo Emmel como secretário e Helmuth Gabe como tesoureiro⁵⁴. Mas poderia acontecer que as funções de presidente e comandante estivessem reunidas em um só líder, como foi o caso de August Zenter, do *Selbstschutz* de Ramada, que as desempenhou em 1924⁵⁵.

De outro lado, havia um comando tático ou operacional propriamente dito, geralmente exercido por um Comandante Geral. Este, “quando se trata da execução das medidas de defesa, dispõe de poder de comando absoluto e pode forçar a obediência”⁵⁶. O Comandante também, quase sempre, era eleito, e coadjuvado em suas funções por Subcomandantes de seção ou linha. No caso de Neu-Württemberg, havia o Comandante Geral, que era o professor Reinhard Benz, um Subcomandante de Cavalaria, função exercida pelo professor Walter Grosschupf, além dos responsáveis ou comandantes de cada localidade, os ‘*vertrauensmann*’: os homens ou militantes de confiança que comandavam os pelotões (LEITZKE, 1993d).

⁵³ Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

⁵⁴ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

⁵⁵ Jornal *Die Serra Post*, de 19.02.1924. MAHP.

⁵⁶ Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

Estes se reuniam na Assembleia dos ‘*Vertrauensmann*’, fazendo o papel de órgão deliberativo e ao mesmo tempo difusor das ordens de comando⁵⁷, nomenclatura que replica-se na organização de General Osório (Ibirubá). Mas não era inusitado a existência de uma espécie de Estado-Maior ou núcleo duro do *Selbstschutz* a ser chamado em momentos de grande gravidade ou urgência, que no caso de Neu-Württemberg era composto pelo professor Benz, o comandante, Hermann Faulhaber, Diretor da Colonizadora e presidente da organização, Menoly Gomes de Amorim, subintendente e subdelegado na localidade, além de principal contato com as autoridades de Cruz Alta, e o comerciante Adolfo Franke⁵⁸. Em Serro Azul, cuja organização juntava duas comunidades, o Comando-Geral estava com Juca Franzen, de Salvador, e o segundo em comando era Miguel Dewes, de Serro Azul (NEDEL, 2015, p. 262). Já os colonos de Ijuí ao organizarem suas guardas, diurnas e noturnas, confiam o seu comando a um responsável denominado de Cabo da Guarda⁵⁹.

Havia a preocupação com o que se poderia chamar de qualidade da liderança. Conforme o articulista do *Serra Post* “o comando da autodefesa [deverá ser] entregue a pessoas inteligentes, ponderadas e justas, para que não aconteça nenhuma transgressão da finalidade e que não seja usado o poder para atividades ilícitas”⁶⁰. A eventualidade de uma ocorrência deste tipo representaria um perigo muito grande para a organização, pois não só a enfraqueceria “de dentro para fora”, mas também “atrairia uma ação contrária das autoridades, logo que esta estivesse novamente em condições de agir”. Dentro

⁵⁷ Resolução do *Selbstschutz* da Colônia Neu-Württemberg. 06.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

⁵⁸ Instruções para as guardas do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. 16.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

⁵⁹ *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP.

⁶⁰ Jornal *Die Serra Post*, de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

desta lógica, um indício leva a crer que os dirigentes, aparentemente, não recebiam remunerações ou alguma forma de reembolso previamente estipulado por seu envolvimento na organização, denotando o caráter mais comunitário da organização⁶¹.

Entretanto, é perceptível que a liderança do *Selbstschutz* foi exercida por pessoas, talvez nem todas, mas muitas com certeza, com um lugar social estabelecido, ou seja, já desempenhavam um papel de liderança no meio colonial, quer em alguma entidade ou organização existente, ou com atuação no comércio, enfim, um lugar que conferia uma certa proeminência. Caso notório é o de Faulhaber, diretor da Colônia de Neu-Württemberg, mas não único. Ricardo Brüggemann, agrimensor e responsável pela Colônia de Porto Feliz também era o líder do *Selbstschutz* local, e o mesmo papel se viu desempenhando Luiz Meisinger, representante da Colonizadora Meyer, em Xingu⁶². Em Serro Azul, Miguel Dewes e Juca Franzen são um caso parecido, ambos ocuparam papel importante na colonização da região sob o manto da *Bauernverein* que a implementou, tendo Franzen se tornado comerciante destacado na região (DEWES, 1969; NEDEL, 2015). Em Buriti a liderança da autodefesa estava com Bjarke Johansen, irmão do fundador da Colônia, Frode Johansen, situação muito parecida ocorrendo em Pirapó (antiga Colônia Sommer), onde Evaldo Sommer, filho do fundador da Colônia, Henrique Sommer, alça-se ou é alçado a liderança da autodefesa local (RESGATANDO ... PIRAPÓ, 2003, p. 317). Em Sarandi, a liderança mais importante parece ter sido o padre local, Eugênio Medicheschi, que veio acompanhando a leva de migrantes

⁶¹ Carta de Reinhard Benz para o *Selbstschutz* de Neu-Württemberg de 05.02.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

⁶² Correspondência de Hermann Faulhaber para Luiz Meisinger de 01.12.1923. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

desde Monte Vêneto, mas era coadjuvado por outras lideranças, sendo alguns sócios da Cia Colonizadora (VENCATTO, 1994, p. 83-94). Ou seja, nas Colônias particulares, de certa forma aqueles que se incumbiram da tarefa da colonização se viam no papel de também organizar a defesa do empreendimento criado.

Nas colônias oficiais parece ter convergido o apoio governamental ao lado das necessidades e interesses locais na autodefesa, quer dos agricultores ou dos comerciantes. Em Ijuí, na Vila (sede) o processo teve atuação dos principais comerciantes naquele momento, como Guilherme Scharnberg, que se tornou presidente da Liga local, coadjuvado por Albert Genz como Vice, Dr. Robert Löw, dono do *Serra Post*, como secretário, além de João Alberto Kopf, como segundo secretário, Alfredo Glitz e Bernardo Gressler como tesoureiros. O comandante era Arnaldo (ou Oswaldo) Eichenberg, sendo seus ajudantes Max Franke e Jacob Vontobel⁶³. Desta nominata, quase todos são comerciantes⁶⁴. E todos exerciam, ou já haviam exercido, algum papel de liderança em alguma sociedade ou comunidade religiosa, notadamente a evangélica, em algum momento.

Não se pode desprezar o papel exercido pelas sociedades de tiro e cavalaria. Como se pôde vislumbrar no primeiro capítulo, elas existiam com alguma profusão na região serrana. Além de entidades recreativas, cumpriram um papel de adestramento no manuseio de armamentos básicos disponíveis na região e na difusão de alguns rudimentos táticos. No caso de Ijuí, foi possível observar que muitas das lideranças da *Deutscher Schützenverein Tell*, da Linha 8 Leste, ocuparam posições de liderança nos grupos de *Selbstschutz*

⁶³ Jornal *Die Serra Post* de 11.11.1924. MADP.

⁶⁴ Fica a ressalva quanto a Arnaldo Eichenberg, cuja ocupação não foi possível precisar. Dos demais, todos se dedicam ao comércio, mesmo o Dr. Löw, dono do *Serra Post*, que também possuía livreria e tipografia.

da área⁶⁵, assim como seus membros se distribuem por eles. Não deve ter sido muito diferente com as outras. Logo após o assalto de Leonel Rocha a Neu-Württemberg, um articulista conclamava aos membros dos clubes de atiradores, cavalaria e lanceiros da localidade para que assumissem seu papel na autodefesa: “avante, homens jovens dos clubes de lanceiros e das sociedades de cavalaria, venham a frente, mostrem que tem sangue alemão em suas veias para a defesa da honra e do direito”⁶⁶. De fato, dos membros destas organizações, é possível encontrar vários distribuídos pelas posições defensivas traçadas por Reinhard Bez em seus dispositivos táticos para a defesa da Colônia⁶⁷.

Mas as relações entre pessoas e associações se estendem um pouco mais. Guilherme Scharnberg, presidente da organização da vila Ijuí foi um dos mais longevos líderes da *Bauernverein* local. Jacob Vontobel e Alberto Genz, atuaram na formação da *Gemeinnützige Landwirtschaftliche Verein* (Sociedade Geral de Agricultura) e da Sociedade de Cantores, que viriam a formar a futura Sociedade Ginástica e Canto, assim como estiveram irmanados, na companhia de outras lideranças, como Luiz Eickoff, no esforço de construção do primeiro hospital. Robert Löw nem precisaria ser mencionado: aparece atuando em quase todas as organizações importantes, na comunidade evangélico-luterana, na formação da Sociedade Escolar, sem esquecer que foi ele quem redigiu os estatutos da sociedade beneficente que criou o hospital, e depois na Liga das Sociedades Escolares Alemãs-Evangélicas da Serra, ou *Verband der Deutsch-Evangelschen Schulen auf der Serra*. Interessante observar que alguns dos

⁶⁵ É o caso de Eduardo Irgang, Theodoro Lindner, Kurt Von Meusel e João Endl (Jornal *Die Serra Post* de várias edições entre 1912 e 1924. MADP).

⁶⁶ Jornal *Die Serra Post* de 25.05.1923. MADP.

⁶⁷ Anotações de Reinhard Benz. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

participantes desta última organização aparecem em organizações de autodefesa, como, além de Löw, Faulhaber (em Neu-Württemberg), Gustav Quednau, até 1920 professor subvencionado em Ijuí, e Karl Meinke⁶⁸.

Se o *Selbstschutz* de Serra Cadeado era composto unicamente por colonos, sem qualquer preparo militar, mas dispostos a oferecer resistência ao inimigo⁶⁹, Neu-Württemberg, repetidamente referenciado por conta de ser um caso relativamente bem documentado, acaba por evidenciar uma outra situação: o papel dos professores e dos ex-combatentes da 1ª guerra mundial, estes últimos com um bom preparo para as lidas bélicas. Um correspondente de Nöu-Württemberg informava que o esquema defensivo da localidade contava com comandantes de piquetes de cavalaria por picada, sendo que “estes comandantes participaram em sua maioria de guerras na Europa”⁷⁰.

Os professores, por sua vez, se fazem notar em vários grupos de autodefesa. Em Ijuí, exerciam esta função o comandante do *Selbstschutz* de Ijuí – Linhas 4-7, Kurt v. Meusel, o comandante das Linhas 1-4 Norte Maximiliano Kittlans (ou Kitlaus), o membro da Diretoria do *Selbstschutz* de Ijuí-Fachinal, Jorge Winter⁷¹, o membro da diretoria da Linha 7 Leste Boreslav Novaczek e o membro Karl Meinke da Linha 6 Leste, assim como o presidente da Linha 1, João Specialski⁷². O professor Dietrich, por sua vez, presidia a Liga Defensora Colonial de Guarany Nordeste⁷³. Na região de Santa Rosa - Buricá, é reputada grande influência ao professor Quednau,

⁶⁸ Jornal *Die Serra Post* de várias edições entre 1912 e 1924. MADP.

⁶⁹ Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: [s.n.], 1951. p. 39.

⁷⁰ Jornal *Die Serra Post* de 09.11.1923. MADP.

⁷¹ Relatórios da Intendência Municipal de Ijuí de 1923 e 1924. MADP.

⁷² Jornal *Die Serra Post* de 18.11.1924, 01.02.1924 e 05.12.1924. MADP).

⁷³ Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

que atuara na década anterior em Ijuhy, ao ponto de ter causado certa celeuma com as autoridades relativo ao problema da circulação de tropas oficiais e a neutralidade da organização local⁷⁴. Outro ex-combatente proeminente era Robert Löw, alistado no exército austro-húngaro por ocasião da 1ª Guerra. Não era professor, mas formado em Direito, atuava como jornalista e na organização da vila Ijuhy Löw ocupava o cargo de secretário.

Além disso, uma observação mais atenta evidencia, em alguns casos, uma intersecção destas duas categorias, do professor e do militar. O principal exemplo desta intersecção é o de Reinhard Benz, comandante do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg entre 1923 e 1925. Benz emigrara recentemente da então colônia alemã do Sudoeste Africano (atual Namíbia), onde fizera parte de grupamentos de autodefesa na época da 1ª Guerra Mundial, quando a colônia fora apossada pelos Bôers e ingleses. Exercia em Neu-Württemberg a função de professor na antiga *Deutsche Schule* (LEITZKE, 1993n).

Também eram professores, no caso de Neu-Württemberg, o comandante de cavalaria Walter Groschupf e o comandante do destacamento da comunidade Leipzig, Johannes Wanzenleben. Este último era veterano da 1ª Guerra Mundial (BEUTER, 2013, p. 265), como também Paul Bossler, que liderara os colonos da antiga Linha Magdalena (atual Ocearú)⁷⁵. Por fim, quando Reinhard Benz decide

⁷⁴ Jornal *Die Serra Post* de 23.01.1925. MADP.

⁷⁵ Entre 1921 e 1926, Neu-Württemberg experimentou um fluxo migratório relacionado ao contexto pós Primeira Guerra Mundial, marcado pela crise que se seguiu ao conflito bélico, quando recebeu um contingente de migrantes provenientes diretamente da Alemanha. Foram em torno de 173 famílias com 650 pessoas, das quais três quartos eram oriundas de Württemberg. Compunha-se de pessoas de ofícios diversos, de modo que nem todos foram para a atividade agrícola, significando para a pequena colônia um incremento da gama de atividades econômicas que viriam a se desenvolver futuramente. Deste grupo, muitos eram também veteranos da grande guerra (NEUMANN, 2016; FAUSEL, 1949). Imagina-se que outras localidades tenham recebido migrantes neste período com perfil parecido. No caso específico de Neu-Württemberg, muitos voltaram para a Alemanha.

voltar para Alemanha em 1925, foi eleito para substituí-lo o também professor Ludwig (Luiz) Kling (LEITZKE, 1993n)⁷⁶.

Aconteceram contatos e trocas de informações na organização da autodefesa, em que pese o fato de não terem sido apuradas notícias de um comando ou uma coordenação maior em termos macrorregionais que lhes desse uma uniformidade. Uma das poucas referências é um pequeno apontamento nas memórias do padre Rick sobre uma “federação das associações de autodefesa que se espalhavam por todo o estado” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 48), que causava certas preocupações ao governo por eventualmente vir a ser cooptada pelos revolucionários. Entretanto, a observação, embora pareça referir-se a Serro Azul, é extremamente vaga, sem precisar com maiores detalhes a época, o lugar e o alcance espacial. A memória de Rick pode estar remetendo a possibilidade de uma federação de sociedades que se tentou depois de encerrado o período principal dos conflitos, na forma de uma *Rechtsverein*, ou ainda *Rechtschütz Vereiningen* (organização de garantia legal ou proteção jurídica) que agruparia as sociedades de autodefesa numa espécie de federação de sociedades de ajuda jurídica. Reuniões aconteceram em Ijuhy e em Serro Azul indicando esta articulação, que tomou corpo em 1924, mas não parece ter frutificado para além disso⁷⁷.

As organizações de autodefesa, principalmente as mais próximas, intercambiavam modelos de organização, como os estatutos, formas de atuação e até algumas nomenclaturas migravam de uma para outra. Assim, em fins de novembro de 1924, uma comissão dos *Selbstschutz* de Santa Rosa - Buricá e outra de Visconde do Rio Branco (atual Pejuçara) apareceram em Neu-Württemberg a fim de

⁷⁶ Ludwig Kling, e a esposa Martha, chegaram em Neu-Württemberg em 1920, vindos da Alemanha. Quanto a sua ocupação, é possível encontrá-lo trabalhando como professor da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg, atuando em várias localidades do interior.

⁷⁷ Jornal *Die Serra Post* de 29.02.1924, 25.03.1924 e 28.03.1924. MADP.

estudar o funcionamento da organização local⁷⁸. As autodefesas de XV de Novembro, Selbach, Barra do Colorado e Rincão Sefrin tributam influência a General Osório (Ibirubá)⁷⁹, que por sua vez parece inspirar-se bastante em Neu-Württemberg, todos parte do grande município de Cruz Alta. As Ligas de Guarany Nordeste e Boa Vista (atual Santo Cristo) compartilham o mesmo estatuto, mas mantêm sua própria administração, enquanto se comprometem a prestar socorro uma a outra, decisão sacramentada em reunião conjunta ocorrida em Santo Cristo no dia 25 de novembro de 1924⁸⁰. Em Ijuí, uma reunião em 09 de novembro de 1924 reuniu todas as organizações de autodefesa do município, em que se decidiu, além da formação da organização da Vila, que regras rígidas de movimentação de pessoas seriam elaboradas e publicadas no intuito de consolidar a defesa das divisas do município⁸¹.

E cisões ou dissidências também eram possíveis, como a que se verifica na formação da autodefesa de Santa Rosa - Buricá. Conforme foi noticiado, aquela organização só reconhecia como válidas as decisões que emanassem de sua diretoria local, já que os colonos da área do Buricá não podiam se considerar solidários com a organização de Santo Cristo (antiga Colônia Boa Vista). A reportagem não adentra em outros detalhes, apenas informando que o motivo constaria no conteúdo das discussões da assembleia de 10 de junho de 1923⁸².

É provável que um aprendizado tenha se dado com a veiculação de experiências de autodefesa no contexto da Revolução Federalista

⁷⁸ Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

⁷⁹ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

⁸⁰ Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP.

⁸¹ Jornal *Die Serra Post* de 11.11.1924. MADP.

⁸² Jornal *Die Serra Post* de 13.07.1923. MADP. Embora maiores investigações são necessárias, poder-se-ia especular se a questão religiosa seria a causa desta dissensão, pois a colônia de Boa Vista resulta de uma ocupação católica mais uniforme, enquanto a região do Buricá experimentou uma presença significativa de colonos evangélicos luteranos.

nas colônias velhas, pois que na região do planalto fixaram-se muitos migrantes originários de lá. Na verdade, a maior parte dos imigrantes chegados nas colônias novas eram originários da antiga região colonial. Em Neu-Württemberg se estabeleceram levadas consideráveis de colonos provenientes de Teutônia, que fora devastada na época da Revolução Federalista. Embora as fontes manuseadas no decorrer da pesquisa não sejam concretas, mas indiciais, em apontar nexos entre os membros das experiências progressas ocorridas na década de 1890 nas colônias velhas com as que desenvolviam nos anos de 23 e 24 nas colônias novas, não parece descabido pensar que muitos das lideranças ou participantes dos *Selbstschutz* fossem filhos ou parentes daqueles que se empenharam de igual forma trinta anos antes. Tal ideia permite ao personagem Juca Franzen, ao ganhar vida na obra ficcional *Remansos e corredeiras da vida*, de Ruy Nedel, lembrar-se do avô que fora capitão do Guarda Nacional, em São Leopoldo, ‘mantendo a ordem nas vilas e picadas’, participando das guerras desde a Cisplatina, e evocá-la em busca de iluminação no momento decisivo que vivia (NEDEL, 1995, p. 21). O comandante da organização de Ijuí (Vila) era Oswaldo (ou Arnaldo) Eichenberg, e especula-se qual era o seu grau de parentesco com Jorge Henrique Eichenberg, que fazia “parte de uma unidade de vigilância”, ou seja, autodefesa em Santa Cruz do Sul por ocasião da Revolução Federalista (KRAUSE, 2002, p. 115). Henrique Sommer, organizador da Colônia Pirapó, era um alemão duplamente emigrado: viera de Tecklenburg (Westfália) e se estabelecera em Teutônia, donde emigrara após a devastadora passagem da Revolução Federalista (WITT, 1996, p. 88). Veio a falecer em 1923 e seu filho, Evaldo Sommer, incumbiu-se da liderança da Autodefesa de Pirapó⁸³.

⁸³ Henrique Sommer faleceu em 24 de junho de 1923. Foi levado à sepultura com o acompanhamento de toda a colônia de Pirapó, com ofício fúnebre celebrado pelo pastor Westphal

Além disso, em Ijuí estavam radicados além do já mencionado Robert Löw, Alfredo Steglich e João Eickoff, enquanto que Theodor Firmbach se fixara em Cruz Alta, nomes com alguma fama no meio colonial. Destes, Firmbach, médico prático que perambulava por diversas localidades do Rio Grande do Sul, reunia a experiência de ter propugnado a organização do Partido do Centro e do *Koloniepartei*, e depois participado das *Kolonieverein* de Santa Cruz, quando atuou na vigilância ao lado de Jorge Henrique Eichenberg, que lograram êxito no estabelecimento da neutralidade daquela localidade na época da Revolução Federalista. Em 1895, a mando do Intendente de Lajeado, Júlio May, acudira os feridos da batalha de Santa Clara, ocorrida em 28 de maio, na qual os colonos puseram em debandada um considerável contingente de invasores. Testemunha quase ocular, tendo chegado poucas horas depois do evento, reuniu importantes informações e escreveu o livro, publicado logo depois em 1896, *Die Deutsch-brasilianische Pikade Santa Clara im Revolutionsjahre 1895*, em que faz a defesa da iniciativa dos colonos. A partir de 1915, Firmbach é médico dos ferroviários em Cruz Alta, município do qual Ijuí fizera parte até 1912 e com o qual era limítrofe e conectado pela via-férrea (FLORES, 1995). Sabe-se que em 1923 mantinha-se trabalhando como médico prático na região do planalto, ainda radicado em Cruz Alta ao que parece, atuando na cura de doentes da vesícula biliar⁸⁴.

João Eickoff, também médico prático, além de agricultor, musicista e homem chegado as letras, fixara-se em Ijuí logo no início

de Serro Azul. A Sociedade de Canto de Pirapó emoldurou a cerimonia com hinos emotivos e também a recém-fundada Sociedade de Tiro não se furtou em prestar ao Sr. Sommer a sua póstuma homenagem (Jornal *Die Serra Post* de 31.07.1923. MADP).

⁸⁴ Em 1923, Firmbach faz publicar um anúncio em que divulga seus serviços médicos, principalmente no trato da vesícula biliar, o que se propunha a fazer “sem dor, sem remédios e sem cirurgia” (Jornal *Die Serra Post* de 27.07.1923. MADP).

da colonização, em 1896, fugindo dos problemas advindos de seu envolvimento no fraturado cenário político que dividia o estado e repercutiu na colônia alemã. Envolvido com dissidências republicanas, notadamente a cassalista, e com os maragatos, a quem atendeu como médico e seguiu junto em algumas colunas, foi preso e quase executado pelos legalistas. Buscou em Ijuí, junto com o irmão Luiz, a reconstrução de sua vida após o período conflituoso, e ali compraram boa quantidade de terras na região da Linha 8 Leste. Ainda atuando como médico, granjeou grande simpatia e reconhecimento popular por seu trabalho altruísta, principalmente por ocasião da peste espanhola de 1917, sendo que a população lhe erigiu um monumento (EICKOFF, 1994). Em 1924, Luiz Eickoff, que já ocupara cargos em algumas sociedades da localidade, atuou como presidente do *Selbstschutz* da Linha 8 Leste⁸⁵. Ambos os irmãos faleceram em Ijuí, Luiz em 1927 e João alguns anos depois, em 1936 (EICKOFF, 1994).

O mais intelectualizado destes colonos renomados era Robert Löw, tanto por sua elevada escolarização como pela produção de um material reflexivo que ganhou publicidade por meio dos seus veículos de imprensa. Esta figura nasceu em 1872 na cidade de Praga, então parte da Áustria, e formou-se em Direito pela Imperial Universidade Alemã de Praga. Deixou a Europa em 1900 e migrou para o Brasil. Perambulando pelo Rio Grande do Sul, esteve em diversos lugares, como Pirapó, e exerceu diversas ocupações, quase sempre no jornalismo, ainda que estivesse habilitado ao exercício da advocacia. Por dois anos dirigiu em Porto Alegre o '*Koseritz Deutsche Zeitung*', jornal outrora fundado por Carlos Von Koseritz. Em 1911 Löw fundou seu próprio jornal, sediado em Cruz Alta, o *Die Serra Post*, voltado para a população migrante de fala alemã, transferindo-o em

⁸⁵ Jornal *Die Serra Post* de 18.11.1924. MADP.

1912 para Ijuhy, onde o instalou junto a Praça da República, com uma livraria e uma tipografia anexas. Em 1914 Robert Löw viajou para a Europa com o intuito de comprar equipamentos gráficos. Mas por conta da Primeira Guerra Mundial, lá permaneceu 5 anos, sendo convocado para o exército austro-húngaro. No período da ausência de Robert Löw, o jornal permaneceu com a esposa, Júlia Löw e o gerente, que movidos pelas restrições linguísticas durante o conflito, decidiram publicá-lo em português, com o nome de Correio Serrano. De volta ao Brasil, Robert Löw manteve os dois jornais, sendo o alemão como suplemento do Correio Serrano. Antes de radicar-se em Ijuhy, Löw estivera envolvido no desenvolvimento da *Bauernverein*, na qual palestrara em alguns dos seus congressos, em geral versando sobre o desenvolvimento agrário e agrícola (RAMBO, 1988, p. 118-150)⁸⁶. Em Ijuhy, Robert Löw continuou sendo ativo no associativismo, atuando na formação e desenvolvimento de muitas organizações locais e em 1923 compõe a diretoria da Autodefesa da Vila. Portanto, não é nada estranho constatar que havia algum tipo de articulação que passava, no caso de Ijuhy, pelo *Serra Post*. Pelo menos em 11 de janeiro de 1924 o jornal publicava a solicitação dos *Selbstschutz* de Ramada e Linha 16 no intuito de que o jornal se empenhasse em juntar e disponibilizar endereços das outras organizações, informações que serviriam “para tratar de uma eventual união das organizações de autodefesa”⁸⁷. Assim sendo, além do seu proprietário integrar a diretoria da autodefesa da Vila, a redação do veículo de imprensa funcionava para dar fluxo na troca de materiais

⁸⁶ Na segunda assembleia geral da *Bauernverein*, em São José do Hortêncio em 1902, Robert Löw fez uma palestra sobre a legislação de terras, estabelecendo na exposição a distinção entre lei e direito, concluindo ao final que muitas das leis vigentes eram ilegítimas; em 1903, na Assembleia de Lajeado falara sobre a produção e aproveitamento racional do leite e da manteiga; em 1907 sua palestra versou sobre os métodos de incrementos da agricultura e meios de amenizar os efeitos da seca.

⁸⁷ Jornal *Die Serra Post* de 11.01.1924. MADP.

e informações entre as organizações do município e, talvez, com as de fora dele.

Alfredo Steglich não era um jovem imigrante neófito e despossuído quando chegou em Ijuhy em 1912, vindo de São Sebastião do Caí, para assumir a gerência de uma recém-instalada fábrica de banha⁸⁸. Pelo contrário, constituíra-se num homem maduro com uma considerável história atrás de si. Antes, na época da Revolução Federalista, ele atuava como professor e escrivão distrital na então colônia de Nova Petrópolis, parte de São Sebastião do Caí e tornou-se líder da iniciativa local de resistência a movimentação de grupos armados, principalmente de rebeldes. Como Comandante da Sociedade de Atiradores de Nova Petrópolis (SCHNEIDER, 2004, p. 147), coube-lhe a função da instrução dos rudimentos táticos e do comando em operações de autodefesa implementados pelos colonos (CONTRIBUIÇÃO... NOVA PETRÓPOLIS, 1988, p. 240-241).

Em Ijuhy, Alfredo Steglich insere-se rapidamente na sociedade de imigrantes ali instalada, bem como na cena política local. Por um lado, desenvolve uma sólida atuação em algumas associações locais, exercendo a liderança de muitas delas, e logo assume também um cargo na Liga de Sociedades Alemãs e torna-se o primeiro presidente da Sociedade Beneficente criada pela Liga para a construção de um hospital. Foi ainda coletor federal por muitos anos. Munido de vasta experiência, bons conhecimentos e desprovido de maiores receios, empreende em várias áreas, dentre elas a colonização⁸⁹. No ano da guerra civil que opôs assisistas e borgistas, ocupa mais uma vez o car-

⁸⁸ Jornal *Die Serra Post* de 01.03.1912. MADP.

⁸⁹ Steglich comprou uma área de campo no lado sudoeste de Ijuí, na região também conhecida como Rincão dos Aires e a dividiu em lotes coloniais para vender aos colonos. Constitui-se atualmente no município de Coronel Barros.

go de Vice-Intendente e circula pelas áreas do município, comparecendo, ao longo de 1923 e 1924, em reuniões de várias organizações de autodefesa⁹⁰. Ou seja, em havendo um apoio da administração pública a iniciativa dos colonos, não é descabido pensar que ela tenha passado por Alfredo Steglich que tinha os pés fincados em duas bases: na sociedade colonial e na política partidária oficial.

Não é exagerado pensar que outras figuras assim pululavam pela região do planalto, trazendo experiências várias e contribuindo para a formação de uma massa crítica no cenário das colônias novas. Se no caso de Firmbach as ligações com as circunstâncias em análise são, de fato, ainda conjecturais, no caso de Alfredo Steglich, assim como de Robert Löw e dos irmãos Eickoff, apresentam-se relações mais concretas conectando-os com a formação de um movimento de autodefesa com desdobramentos futuros na participação dos colonos teutos no cenário sociopolítico do Rio Grande do Sul.

A despeito da vastidão territorial da região colonial do planalto, o mundo das colônias novas não era tão grande assim, correspondendo muito pouco a uma eventual imagem de um universo vasto de pessoas afastadas e que se desconheciam. Muito pelo contrário: um conjunto de relações aproximava pessoas, famílias e instituições, contribuindo para a circulação de ideias e atuando para trazer algu-

⁹⁰ Jornal *Die Serra Post* de 26.06.1912, 11.04.1913 e 19.02.1924. MADP. Em fins de 1927, Emil Schenk, professor itinerante do Ministério da Agricultura e propagandista da apicultura, por isso também chamado de 'pai das abelhas', faz um roteiro pela região serrana, passando por Neu-Württemberg e Ijuí. E uma das palestras foi para uma concorrida plateia na Linha 30, onde se destacou em sua fala a divulgação da formação da União Colonial. Na ocasião, foi particularmente louvada a presença do recém-eleito e já empossado intendente de Ijuí, Alfredo Steglich, como mostra de um grande entrosamento entre os colonos e a liderança política (Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1927. MADP.). Não se sabe se guarda alguma relação este fato com o resto dos acontecimentos, mas em 1928 a carreira de Steglich se encerrou abruptamente quando, conforme as suas palavras, falsos amigos instigaram os colonos, dos quais captara certa quantidade de capital, contra ele, e o mandatário evadiu-se da cidade deixando bens, o cargo público e uma grande dívida (Jornal Diário de Notícias. Edição de [?] de janeiro de 1928. Recorte. Pasta Steglich. MADP.).

ma unidade ao que poderia parecer errático ou por acaso. Uma rede de correspondência, que certamente era entremeada de contatos pessoais, ligava as diversas localidades e punha em movimento informações e materiais, como livros e outros impressos, que partiam e chegavam ao *Serra Post*. A amizade pessoal ligava Hermann Faulhaber, do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg e os Löw (NEUMANN, 2016, p. 182). Robert Löw, particularmente, detinha contatos por todo o Estado, estivera por Serro Azul e Pirapó, trabalhara em Porto Alegre no *Kozeritz Zeitung* e depois se estabelecera em Ijuí, após curta passagem por Cruz Alta. Do mesmo modo Faulhaber não era nenhum desconhecido no meio teuto-brasileiro, ainda mais em Ijuí, onde como pastor atendera a comunidade evangélico luterana em 1903, quando esta estava desassistida de atendimento religioso (FISCHER, 1980, p. 14).

Outra organização ainda punha em contato aquilo que se parece com uma certa elite intelectual: os professores e lideranças de uma rede escolar alemã e protestante. Fundada numa assembleia ocorrida em 16 e 17 de novembro de 1912, a Liga das Sociedades Escolares Alemãs-Evangélicas da Serra, ou *Verband der Deutsch-Evangelischen Schulen auf der Serra* reunia professores e lideranças como, de novo, Robert Löw, Hermann Faulhaber, Gustav Quednau, dentre outros. De outro lado, Meisinger e Brüggemann, envolvidos na autodefesa de Xingu e Porto Feliz, eram agrimensores e empregados nos empreendimentos gerenciados por Faulhaber. Quando o *Volksverein* decide empreender tratativas para obter terras para um novo projeto de colonização, em que os padres Lassberg e o leigo Juca Franzen estavam envolvidos, as negociações avançam com Faulhaber, na ocasião também gerente da empresa de colonização Chapecó-Pepery, que possuía uma enorme gleba de terras na região do oeste catarinense.

Ou seja, um conjunto de relações articulavam associações,

pessoas e famílias⁹¹. Tarso Dallabrida (2003, p. 54-55) conclui sua monografia refletindo sobre o que tornou possível o *Selbstschutz*, ou seja, a existência de uma infraestrutura física, em termos de comunicações, transportes e armamentos, e uma infraestrutura social, na forma de organizações, como escolas, igrejas e associações, que se constituíram numa base social para o esforço da autodefesa.

Armamento e mobilização tática

A disponibilidade de armas, um aspecto crucial no intento da autodefesa, entre os diversos grupos de autodefesa não é exatamente parelha. Havia grupos melhormente armados e outros nem tanto. Paul Ramming, lembra: “A primeira vez na vida fiz guarda de defesa à noite.(...) Fizemos plantão (...) com nossas armas de caça, é claro!” (JANSSEN, 2006, p. 32). Via de regra, predominaram as armas mais domésticas, de caça, armas brancas em geral e algumas, de qualidade superior, distribuídas em alguns lugares pelo governo.

Frente a eventual falta de armamento, o regulamento criado pelo *Selbstschutz* do Cadeado, interior do então município de Ijuhy (hoje Augusto Pestana), instruía que aqueles que tivessem armas em desuso deveriam facultá-las aos que estivessem desarmados, ao passo que “quem não tiver, é obrigado a arranjar-se”⁹². Mas, mesmo assim, parece que os membros do *Selbstschutz* de Serra Cadeado estavam

⁹¹ Ocorria que um grupo de cantores estava no final de semana em Neu-Württemberg para um evento cultural. Segunda feira pela manhã já se preparavam para o retorno quando foram surpreendidos pelos invasores. Todos os participantes do evento foram revistados pelos maragatos, em busca de artigos que pudessem ‘requisitar’, situação em que Vontobel se viu subtraído de seu revólver. Devido ao acontecimento, “somente na terça-feira de manhã puderam nossos cantores empreender a viagem de retorno com sentimentos muito alterados, quando chegaram a Ijuhy ao meio dia, [onde] já eram esperados com grande preocupação” (Jornal *Die Serra Post* de 18.05.1912. MADP).

⁹² Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana, 1951. p. 39.

bem armados. De modo geral, as armas não eram de todo escassas e outras Ligas igualmente reportaram estarem bem armadas, que havia armas particulares em quantidade, e por isso, alguns ariscavam-se a dizer que “a colônia estava armada até os dentes”⁹³. Este fato não é estranho, pois que no interior da região colonial uma arma de caça não era uma raridade e o seu manejo não escapava as lidas normais do colono. Sem exagero, numa região em que cobras, gambás e onças eram também vizinhos inoportunos e nem sempre amigáveis, as armas constituíam-se em artigos de primeira necessidade. Além disso, uma certa proliferação de sociedades de tiro, e até algumas de cavalaria, fazia com que a destreza no manuseio de armas, mesmo montados, não se constituísse em uma habilidade escassa.

Os armamentos de que dispunham os colonos eram leves, compostos de espingardas de caça, revólveres e armas brancas como facões, foices e adagas. A *Selbstschutzverein* de Rincão Vermelho reportou que dispunha, dentre armas de caça e Winchesters, mais de 200. Na Secção Fachinal (parte norte de Ijuí), havia cerca de 350 armas, principalmente armas de chumbo e revólveres, além disso a Liga comprou dois mosquetões suíços, da marca Stutzen, e 3 fuzis foram recebidos da Intendência. Já a autodefesa das linhas 4 a 7 leste (Ijuí leste), com mais de 140 membros, teve que se virar com cerca de 60 a 80 armas, dentre armas de caça e algumas Winchesters, de propriedade dos membros. O *Selbstschutz* de Porto Feliz (Mondaí) também precisou se arranjar com mais homens que armas, ou seja, havia 90 membros capazes de manejar ao todo 40 armas, dentre elas 10 carabinas de bala e o resto eram espingardas de 3 canos e espingardas de chumbo⁹⁴. Ao noticiar a organização do *Kolonieschutz* de Xingu, o corresponde do *Serra Post* na localidade escreve que “em

⁹³ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115-116. MADP.

⁹⁴ *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP, p. 115-131.

poucos dias conseguimos reunir munição e armas e 46 verdadeiros guerreiros estavam prontos com Comblains, Winchesters, Drilingers e outras armas que se carregam por trás. Além disso, a maioria ainda possuía revólveres e pistolas”⁹⁵. Mas a dificuldade de obter armas também aparece e um colono da Linha 30 escreve ao *Serra Post* comentando as reuniões das sociedades de autodefesa: “na maioria das vezes ficaram no resultado de que se deveria comprar armas, para o que ninguém tem dinheiro”⁹⁶. Por isso, havia também quem estivesse muito mal-armado, como nas picadas da Colônia Guarany: frente a circulação do bando de um tal Machado, que se punha a praticar assaltos, “se armaram os colonos, os quais não possuíam armas de fogo, com machados, foices e gadanhas, atacaram os assaltantes e fizeram 14 presos (...) que foram enxotados, depois de lhes tirar tudo, pelo [rio] Ijuhy para o campo”⁹⁷.

Em Sarandi, uma incipiente área de colonização com colonos principalmente de origem italiana, em face das incursões de bandos maragatos, os colonos se organizaram sob a liderança do Padre Eugênio Medicheschi. Angariaram armas, embora poucas e ruins, principalmente revólveres, espingardas, algumas Winchesters e alguns mosquetões ou fuzis e puseram-se a construir três grandes trincheiras, como forma de proteger as principais entradas da vila. Face a penúria armamentística, o Padre sugeriu a confecção de canhões utilizando os canos de um locomóvel que movia a serraria de Vitorio Sassi, sendo que a empreitada foi destinada aos irmãos Favretto, que “possuíam bem montada ferraria”. Construído o primeiro exemplar, mediante o trabalho destes ferreiros locais, o mesmo foi carregado com meio quilo de pólvora, pregos, parafusos, pedaços de ferro, pe-

⁹⁵ Jornal *Die Serra Post* de 27.03.1923. MADP.

⁹⁶ Jornal *Die Serra Post* de 21.09.1923. MADP.

⁹⁷ Jornal *Die Serra Post* de 13.11.1923. MADP.

dras e amarrado a uma árvore para o primeiro disparo e a despeito do fato de que o responsável pelo teste do primeiro protótipo possa ter falecido na empreitada, mais cinco peças foram encomendadas. Conta-se que os chefes de bandos Simeão Machado e Antônio Gaudêncio tomaram conhecimento dos preparativos e estavam temerosos com o desenlace de um eventual confronto, visto que os colonos teriam espalhado o boato de que possuíam um poder de fogo devastador, munidos de uma arma capaz de “varrer e destruir, com um só tiro, vários homens e cavalos” (VENCATTO, 1994, p. 90-91). Talvez isso tenha levado os maragatos do lugar a pensar em outra forma de lidar com os resolutos colonos.

Além dos canhões de Sarandi, a montagem de artefatos explosivos, como as granadas rústicas fabricadas em Neu-Württemberg, não era incomum⁹⁸. Com estes apetrechos de fabricação local imaginava-se repelir com devida energia o ataque dos bandidos que vinham pilhar a colônia, uma vez que os ferimentos provocados por granadas de mão e estilhaços de ferro geralmente eram mortais⁹⁹. Por fim, há alusões a proliferação de boatos de que o chumbo e as balas com que eram carregadas as armas dos colonos estavam envenenadas com alguma substância fatal. No entanto, parece ter sido apenas boato, mas que passou a integrar o anedotário acerca do movimento de autodefesa (BEUTER, 2013, p. 263).

Quando da distribuição de armas entre algumas Ligas de Autodefesa por parte do governo, o armamento destas ficou mais qua-

⁹⁸ As granadas rústicas de Neu-Württemberg consistiam numa peça cilíndrica de ferro fundido que se encaixava no orifício no centro da roda, na qual deve entrar a ponta do eixo da carroça, também chamada na época de buzina de carroça ou carreta. Esta peça era fechada por meio de solda numa das extremidades e recheada com pólvora, pregos, estilhaços de ferro ou chumbo. A detonação se dava com um estopim posto na outra extremidade que era acesso com fogo. O arremesso deste artefato era atribuído aos ex-combatentes da 1ª Guerra Mundial, experientes no seu uso (LEITZKE, 1993d).

⁹⁹ Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

lificado, com a incorporação dos chamados ‘mosquetões’ ou fuzis de repetição, geralmente Mausers, comumente de uso militar. Estas armas melhoravam muito o alcance e a precisão dos tiros. Entretanto, é difícil precisar o quanto a distribuição de armas pelo governo foi disseminada, ou seja, as quantidades, os tipos e os grupos que eventualmente receberam e quando, assim como não é possível apurar se estas armas foram posteriormente recolhidas. É certo que nem todos os grupos de *Selbstschutz* receberam armas. É possível comprovar a distribuição de armas pelo governo nos casos de Ijuí e da grande região de Santo Ângelo - Santa Rosa - Serro Azul. Rui Nedel (2015, p. 262) por exemplo, afirma que as armas distribuídas na região de Cerro Largo por volta de 1923 ainda estavam nas mãos dos colonos quando irrompeu o movimento Prestes. Na localidade de 14 de julho (Santa Rosa), havia 100 armas do governo em mãos do grupo de autodefesa local, assim como 30 fuzis Manlichern foram disponibilizados ao grupo de Cerro Pelado (Porto Xavier), e outro expediente foi a facilitação da compra de armas por parte dos colonos na Argentina, sem custos alfandegários, de modo a permitir o seu armamento, como ocorreu em Cerro Pelado (Porto Xavier)¹⁰⁰. Por fim, a correspondência do então diretor da Colônia Santa Rosa, João Dahne, para a liderança da Liga, atesta a distribuição de armas entre os colonos:

Presidentes Ligas Serro Azul – Guarani. Acabo receber telegrama do Dr Borges de Medeiros dizendo ter providenciado remessa mais armamentos para as Ligas e pedindo-me felicitá-los atitudes dignas que tendes mantido defesa legalidade. Saudações. (Ass.) João Dahne¹⁰¹.

¹⁰⁰ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 124. MADP.

¹⁰¹ Correspondências Enviadas. Diretor Colônia Santa Rosa. Museu Municipal de Santa Rosa.

Neste mesmo sentido, a informação veiculada pelo *Serra Post* dá conta que os colonos de Guarany e Santa Rosa teriam sido, com a intermediação de Dahne, “abastecidos abundantemente com armas”, além do investimento de 200 contos feito pelos colonos de Serro Azul na aquisição de armamento¹⁰².

Quanto a Ijuí, ainda em 1923 o Comando das forças legalistas em Porto Alegre disponibilizou cerca de 300 fuzis, entregues a Liga de Autodefesa da Vila, que os repartiu com as demais Ligas do município¹⁰³. Quando comparece a uma reunião dos colonos do *Selbstschutz* de Ramada, o Intendente Cel. Antônio Soares de Barros “prometeu pôr a disposição mais armas e munição”¹⁰⁴. Já no Relatório de 1924, ao comentar os embates com a Coluna Prestes ocorridos no território do município, o Intendente relata que a muito empenho foi possível obter mais “200 armas para serem distribuídas entre as Ligas do município”¹⁰⁵. Ou seja, estas fontes, se corretas, indicam que houve a distribuição, por parte do governo, de cerca de 500 fuzis para os colonos, entre 1923 e 1924. Em paralelo, ocorreu a iniciativa das Ligas locais, a exemplo de Serro Azul, em comprar, por conta própria, armas em Porto Alegre e outras cidades, que seriam repassadas a preço de custo aos associados, com o compromisso de que estes não as vendessem enquanto persistisse a insegurança. Estas armas teriam chegado em quantidade considerável em dezembro de 1924¹⁰⁶.

Como era uma organização essencialmente defensiva, a mobi-

¹⁰² Jornal *Die Serra Post* de 30.12.1924. MADP.

¹⁰³ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 120. MADP.

¹⁰⁴ Jornal *Die Serra Post* de 19.02.1924. MADP.

¹⁰⁵ Relatório da Intendência de Ijuí de 1924. MADP.

¹⁰⁶ Jornal *Die Serra Post* de 16.12.1924. MADP. O texto não informa números nem tipo, o que torna difícil precisar o que seria esta quantidade considerável. De outro lado, não se descarta que as armas mencionadas pelo Cel. Dico incluíam as adquiridas pelas Ligas de Autodefesa do município.

lização tática dos *Selbstschutz* se voltava para a vigília dos acessos das localidades, a construção de trincheiras nos lugares estratégicos, o desenvolvimento de sistemas de alarme e a consecução de uma resposta rápida a qualquer violação de território. Determinados pontos eram vigiados dia e noite e em caso de necessidade o alerta era dado por meio do disparo de uma sequência previamente combinada de tiros de espingarda, ou mediante o uso de foguetes ou ainda o envio de estafetas, mensageiros rápidos que portavam a mensagem de alarme. Em reunião das principais organizações de autodefesa de Ijuí, ocorrida na localidade de Ramada em 28 de março de 1924, se anunciava a compra de foguetes, com os “quais a população será convocada para a defesa em caso de ameaças de perigo”¹⁰⁷. Na Colônia Buriti, a *dampfmaschine* (máquina a vapor) da serraria de Walter Sachs permanecia funcionando dia e noite para que o apito pudesse ser acionado a qualquer momento para dar o alarme. O sino da igreja também poderia ser utilizado e algumas organizações dispunham de telefone em alguns pontos estratégicos. Nas localidades próximas de rios, as barcas e outras embarcações eram desamarradas e escondidas¹⁰⁸. Já na região de Serro Azul, “durante semanas inteiras milhares de colonos estiveram de prontidão e centenas deles se achavam entrincheirados” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 104). Também em Sarandi, enquanto corriam as notícias, os heroicos defensores mantinham-se posicionados nas trincheiras. Consta que todos rezavam, alguns por religiosidade, outros por medo, ou mesmo pedindo paz (VENCATTO, 1994, p. 90).

Além disso, como em Neu-Württemberg, transportes rápidos foram providenciados, de modo a chegar com o melhor contingente possível ao local ameaçado, e foi comum o uso de carros e caminhões,

¹⁰⁷ Jornal *Die Serra Post* de 01.04.1924. MADP.

¹⁰⁸ *Serra Post Kalender* de 1926, p. 121. MADP.

bem como se justificava a organização de um grande grupamento de cavalaria¹⁰⁹. Assim, a “corporação principal da Vila Elsenau, em caso de alarme, em caso de necessidade [estaria] capacitada, mediante transporte por caminhões ou a cavalo, concentrar mais de 40 milítantes em qualquer ponto ameaçado, mesmo do interior”¹¹⁰. Na região de Serra Cadeado, distrito de Ijuí (hoje Augusto Pestana), cerca de 800 homens mantinham a vigilância, divididos em 12 postos de guarda, dia e noite, nos diferentes pontos de acesso, somando-se mais uma no centro do povoado, além de que nos “pontos de perigo foram escavadas trincheiras e colocadas cercas de arame farpado”¹¹¹.

Outro procedimento adotado por vários grupos de autodefesa dos colonos foi o controle da movimentação das pessoas por meio da emissão e verificação de passes, como em Burity, onde “só podiam passar pessoas com os passes emitidos ou reconhecidos pela autodefesa”, e em Bello Centro (Santa Rosa), onde pessoas oriundas “de Guarani e do [rio] Uruguai” só podiam passar, portanto, um passe ou salvo-conduto. Este documento também era empregado para restringir a movimentação dentro da própria colônia. Em geral, na circulação dentro da área geográfica do município, como no caso de Ijuí, os documentos de salvo-conduto eram emitidos pelos próprios *Selbstschutz*, enquanto para uso na circulação intermunicipal o documento era fornecido pelas autoridades oficiais¹¹².

Como forma de responder mais rapidamente as ameaças, os colonos do *Selbstschutz* das Linhas 4-7 de Ijuí acamparam permanentemente, em grupos de 6 a 12 homens, nos galpões junto a pro-

¹⁰⁹ Jornal A Notícia Ilustrada, de 04.06.1993. MAHP e *Serra Post Kalendar* de 1926. MADP.

¹¹⁰ Jornal *Die Serra Post* de 13.02.1923. MADP.

¹¹¹ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 121. MADP.

¹¹² Jornal *Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

priedade da família Moraczinski, onde também funcionava um dos postos de guarda, chamado de Guarda do Campo, fortificado por meio de trincheiras. A guarda principal desta organização de auto-defesa ficava na Esquina para a Linha 19, na propriedade de Eduardo Irgang, que em momentos de maior tensão era reforçada para 24 homens, de modo a responder com maior eficácia ao alarme e socorrer aos locais ameaçados. Havia ainda uma guarda na esquina para Rio Branco (Pejuçara) e outra guarda na ponte para Ijuhy, totalizando 4 postos de guarda. Na guarda principal, assim como na guarda da ponte, a Liga das Linhas 4-7 dispunha de um telefone¹¹³.

Em Condor, Werhmann registra que os membros escalados para se manterem de prontidão dormiam vestidos e mantinham o cavalo encilhado para o caso de necessidade. A guarda dos pontos estratégicos também se dava em escala, de modo que a maior parte dos homens em idade adulta passava pela tarefa (WERHMANN, 2004, p. 325). Por sua vez, o *Selbstschutz* de Porto Feliz (atual Mondai, em Santa Catarina) manteve três postos de vigilância: no porto, na estrada para o rio Uruguai, distante uma hora do povoado e na estrada de Lajú, que durante o dia tinha guarda simples e a noite guarda dupla.

Não é difícil perceber que o grau de preparo e organização das autodefesas era variado. Algumas estavam mais organizadas e outras não tanto. Esta organização dependia das condições das localidades. As memórias de Paul Ramminger apontam para o caráter improvisado da autodefesa de Porto Feliz, uma colônia muito pequena, onde os poucos colonos armados de alguns trabucos assistiram, sem o poder de esboçar uma reação, a passagem da numerosa e bem armada tropa de um exército regular, como foi a Coluna Prestes

¹¹³ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 120 e 129. MADP.

(JANSSEN, 2006, p. 32). Evidentemente, a autodefesa local “não tinha recebido nenhuma instrução tática ou estratégica das forças legais, nem havia recebido auxílio ou recomendações de como deveria se portar” (KOELLN, 1980, p. 41).

Com exceção das movimentações dos *Selbstschutz* de Cerro Pelado para ajudar a localidade vizinha de Pirapó, não há notícias de alguma ação destas organizações que pudesse ter um caráter mais ostensivo. Suas táticas foram principalmente em torno da defesa. Um dos esquemas defensivos de Neu-Württemberg foi sistematizado pelo seu comandante Reinhard Benz em um documento escrito à mão e a lápis, numa folha pautada, conforme a imagem abaixo. Não há uma data no documento, o que torna difícil precisar a circunstância exata deste dispositivo. É bastante provável que seja da primeira fase da organização, quando reunia cerca de 80 abnegados voluntários, antes de ser surpreendida pela invasão de Leonel Rocha, em 14 de maio de 1923. Neste esquema¹¹⁴, Benz distribui os homens do *Selbstschutz* em quatro postos: Posto 1 – Ponte Grande do Fiúza/Estrada para Belizário com 10 homens; Posto 2 – Ponte pequena do Fiúza/campo dos Forbrig com 7 homens; Posto 3 – Passo do Fiúza/propriedade família Radmann com 5 homens; Posto 4 - (Linha?) Germano/rumo ao campo com 4 homens. Havia ainda uma reserva de 4 homens que poderiam ser deslocados para os postos 3 ou 4 em caso de necessidade.

Outros três esquemas foram datilografados. Estes já se referem a fase mais nevrálgica, quando a organização atingiu mais de 800 membros e assim os dispositivos de Reinhard Benz envolviam um contingente bem maior. Destes, dois documentos, que a verdade são duas apresentações do mesmo dispositivo, o *Vorteilung der Alarm-*

¹¹⁴ Dispositivo de defesa de Benz. Documentos do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

plätze der Stadtplatzabteilung des Selbstschutzes der Kolonie Neu-Württemberg, de 2 de dezembro de 1924 e o *Alarm-Enteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung der Kolonie Neu-Württemberg*, datado de 18 de novembro de 1924, apresentam uma imagem bem nítida do esquema defensivo montado em Neu-Württemberg¹¹⁵.

Por fim, o terceiro documento datilografado e intitulado *Berittene Abteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung Neu-Württemberg 1924-25*, descrimina a composição do grupamento de cavalaria sob o comando de Walter Gröschupf. O colono Huckenfuss era o substituto no comando da tropa que se compunha de mais 33 homens. O documento ainda detalha a distribuição dos cavalos, sendo que muitos eram intercambiados entre os membros – os que não possuíam um cavalo, montavam alguns dos animais cedidos por outros colonos¹¹⁶.

Se em muitos locais as condições da autodefesa beiravam o improviso, Neu-Württemberg, por vários aspectos, como mostram os dispositivos defensivos, ganhava ares de sofisticação. É muito claro que as condições permitiram uma organização mais consistente, o que foi acompanhado de uma preocupação de dar um preparo para as lidas bélicas, por menor que fosse.

¹¹⁵ O *Vorteilung der Alarmplätze der Stadtplatzabteilung des Selbstschutzes der Kolonie Neu-Württemberg* contém, de forma mais objetiva, a organização da defesa em 9 Postos, nominando sua localização e o efetivo designado para cada um deles. Já o *Alarm-Enteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung der Kolonie Neu-Württemberg*, datado de 18 de novembro de 1924 traz a mesma organização do documento anterior, mas com maiores detalhes. São também 9 Postos, distribuídos nos mesmos locais, com o efetivo listado bem como as lideranças, ou comando, para usar um termo mais apropriado para a situação (*Vorteilung der Alarmplätze der Stadtplatzabteilung des Selbstschutzes der Kolonie Neu-Württemberg*, de 02.12.1924 e *Alarm-Enteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung der Kolonie Neu-Württemberg* de 18.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP). Por conta de outras fontes, imagina-se que além deste esquema, existiam os piquetes por linhas que se distribuíam pelo interior.

¹¹⁶ *Berittene Abteilung des Selbstschutzes der Stadtplatzabteilung Neu-Württemberg 1924-25*. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

Por fim, mais dois aspectos fizeram parte da existência do esforço da autodefesa de Neu-Württemberg: o serviço de socorro médico e enfermagem, e a indenização aos incapacitados ou descendentes dos que eventualmente fossem mortos. Uma indenização adequada seria conseguida por meio de uma coleta voluntária na colônia¹¹⁷. A organização do Cadeado adotou semelhante prática, pois que o seu estatuto mencionava explicitamente uma espécie de benefício, oriundo de uma caixa de coletas, em apoio aos feridos, de acordo com a gravidade, e às famílias dos que eventualmente viessem a morrer em serviço¹¹⁸. Isto permite crer que medidas ao menos parecidas tenham feito parte das outras organizações de *Selbstschutz*.

Regramento, neutralidade, relação com o governo e poder de fato nas colônias

A despeito das diferenças salientes nas formas e níveis de organização dos colonos, de modo geral havia um razoável grau de institucionalização das sociedades de autodefesa. Praticamente todas elas elaboraram um estatuto¹¹⁹. Destes, é possível acessar na íntegra o Estatuto da Sociedade de Defesa da Colônia Cadeado, publicado pelo *Die Serra Post*, em língua alemã, em junho de 1924¹²⁰. Trata-se de um documento bastante simples, organizado em quatro capítulos, estando divididos em cinco incisos os três primeiros e em sete o últi-

¹¹⁷ Anotações de Reinhard Benz. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

¹¹⁸ Jornal *Die Serra Post* de 06.06.1924. MADP.

¹¹⁹ Ressalve-se o caso de Sarandi, que realmente não integra este contexto de *Selbstschutz-verein* que emergiram na maior parte das comunidades teuto-brasileiras da região serrana. Embora não tenham sido encontrados maiores pistas do caso de Sarandi, imagina-se que ali não tenha havido o grau de institucionalização que marcou este tipo de organização.

¹²⁰ Jornal *Die Serra Post* de 06.06.1924. MADP.

mo, e que disciplina os principais aspectos da existência da entidade criada pelos colonos.

Para garantir a defesa da Colônia, o regramento de Neu-Württemberg por sua vez, aprovado em 20 de setembro de 1923, instituía, ou mantinha, os dois procedimentos básicos da organização de autodefesa: a vigilância, a ser exercida por grupos de colonos até ordem em contrário, e o alarme. Dado o alarme, as linhas coloniais, ao receberem o aviso, se obrigavam o envio de um pelotão bem armado ao local ameaçado, sendo que o grupo ficaria sob as ordens do chefe do local ameaçado (LEITZKE, 1993k).

Se as normas de Burity permitiam a aproximação dos combatentes para comprar víveres e outras mercadorias, a dinheiro, sob a condição de virem desarmados, o regramento de Neu-Württemberg, de modo muito semelhante a outras sociedades, proibia o trânsito de colunas armadas pelo território da Colônia, independente do partido a que pertencessem (LEITZKE, 1993k).

Em Serro Azul, quando uma tropa revolucionária pediu passagem, a mesma teria sido concedida sob a condição de que os combatentes passariam desarmados, sob os olhos dos colonos, enquanto que as armas seriam transportadas em carroças (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 48). Em outra ocasião, mesmo que tenham se disposto a pagar pelos produtos alimentícios que precisavam, foram enxotados e forçados a irem embora¹²¹. Já as normas aprovadas pela Liga do Cadeado estabeleciam que se alguma força armada quisesse cruzar a colônia, deveria comunicar a intenção com 4 horas de antecedência e a passagem não poderia durar mais que 12 horas¹²².

A decisão de restringir da movimentação de tropas, independentemente da cor partidária, encontrou problemas na região de

¹²¹ Jornal *Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

¹²² Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana, 1951. p. 39.

Buricá (então parte da Colônia Santa Rosa), levando a presença do Diretor da Colônia Santa Rosa, João Dahne, e do Intendente de Santo Ângelo, Dr. Kruehl, no sentido de impor outra formulação ao regramento da autodefesa local de modo a permitir a circulação de tropas governamentais¹²³. Por outro lado, a reflexão publicada no *Serra Post* permite observar que um meio termo mais pragmático também era difundido e até regulamentado pelas organizações de autodefesa, ou seja, nas regras de comportamento estava previsto que frente a aproximação de “tropas organizadas militarmente, das quais [era sabido] não vinham para saquear, mas por motivos estratégicos, se negociará com o comandante, para que sejam asseguradas todas as garantias de vida e propriedade dos cidadãos”¹²⁴.

Ao escrever sobre a experiência de Neu-Württemberg, Leitzke (1993c) constata que o *Selbstschutz* era uma organização de fato, mas não de direito e, portanto, desprovida de reconhecimento jurídico. Tratava-se de uma associação de cidadãos da localidade com o intuito de defender na sua área geográfica a vida das pessoas e seus bens. Conforme outro articulista do *Serra Post*, a situação gerada pelos conflitos da região, à medida que as guerras intestinas provocavam um vazio de poder, em que a “autoridade não consegue se impor” ou “está posta fora de funcionamento”, quer pelo “número reduzido de seus órgãos” ou pela “supremacia dos inimigos da ordem”, originou-se uma “situação como nos tempos pré-históricos: homens se agrupam com homens e surgem ligações fortes entre vizinhos para proteção mútua e defesa coletiva contra o delito”¹²⁵. Como consequência, a entidade advinda desta situação acabava por assumir as funções que a autoridade policial deveria desempenhar. A avaliação

¹²³ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

¹²⁴ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

¹²⁵ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

do *Serra Post Kalendar* de 1926 afirma que estas organizações, mesmo não sendo juridicamente reconhecidas, acabaram concorrendo para a “manutenção da ordem e o domínio da legalidade”¹²⁶.

Obviamente que a questão política era uma realidade que se impunha e as organizações de autodefesa procuram evidenciar de alguma forma que se pretendiam neutras e sem conexões políticas, no sentido de que não apoiava um dos lados envolvidos na luta, por mais complicado que isto isto. Quando da formação do *Kolonieschütz* da Colônia Xingu, se deu a emissão de uma proclamação contendo os fins da organização, que foi enviada pelo correspondente local do *Die Serra Post* para ser publicado pelo jornal. Em poucas linhas, contém a ideia central que parece ter orientado a formação de todos os grupos de autodefesa da região serrana:

Os colonos de Xingu não querem saber de política. Eles não querem ser atrapalhados em seu trabalho pacífico. Para garantir isto eles se uniram e armaram. As estradas continuam livres para todos. Forças que porventura passarem não podem armar acampamentos dentro de Xingu. Qualquer desvio da estrada será entendido como agressão inimiga. Somos fortes o suficiente e decididos a enfrentar esta agressão com armas na mão¹²⁷.

O *Selbstschutz* de Colônia Municipal (Santo Ângelo) se pronunciou dizendo: “A Liga de Defesa não tem caráter político, o seu fim é só a manutenção da paz e ordem”¹²⁸. Da mesma forma, os colonos de *Palmeirabezirk* (distrito de Palmeira, hoje Condor), tornaram-se signatários de um termo de compromisso bastante parecido

¹²⁶ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

¹²⁷ Jornal *Die Serra Post* de 27.03.1923. MADP.

¹²⁸ Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

que afirma: “Não nos envolvemos em política. Não estamos filiados em nenhum partido político. Nossa organização tem a finalidade exclusiva da autodefesa” (LEITZKE, 1993j). A manifestação da Liga do 2º Distrito de Ijuí (Cadeado) não era diferente¹²⁹ assim como a de Neu-Württemberg (LEITZKE, 1993k).

Obviamente que a relação com o governo, ou o seu beneplácito, mesmo que tácito, era um dos aspectos cruciais, e ao mesmo tempo delicado, da existência dos *Selbstschutzvereine*. As circunstâncias da guerra em 1923 e o contexto de 1924 fizeram com que o governo “promovesse mais ou menos as sociedades de autodefesa e [colaborasse] com elas, de acordo com as circunstâncias locais”¹³⁰. Uma vez encerrado o conflito de 23, parece ter existido uma certa pressão do governo para pôr fim as *Selbstschutzvereine*, mas por sorte, dois meses depois irrompeu o movimento Prestes em Santo Ângelo, modificando o quadro.

Felipe, um colono teuto-brasileiro estabelecido no interior da região de Serro Azul (atual Cerro Largo), personagem na obra ficcional de Ruy Nedel, tece uma reflexão mais ácida sobre a organização dos seus contrerrâneos face a movimentação da Coluna Prestes, mas que não é inapropriada para todo aquele conturbado contexto de 1923 a 1925:

Também tinha certeza que a preocupação do governo não eram os colonos. Usava-os como instrumentos para a manutenção do poder. O governo não dispunha de militares em número suficiente para distribuí-los pelos confins brasileiros. Nada melhor, mais eficiente e barato do que armar os colonos para defendê-lo. Ademais, o exército estava dividido.

¹²⁹ Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana, 1951. p. 39.

¹³⁰ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 115. MADP.

Enviar soldados até ali seria demorado, de elevado custo financeiro e possivelmente acabariam por engrossar o contingente revolucionário. Nada melhor do armar estes defensores do governo, votados em lealdade cega de gratidão pelo único direito a eles reservado: o de trabalhar, embora em migrações contínuas, à procura de novas terras; eles defendiam a terra, sem o menor sentimento de pátria (NEDEL, 1995, p. 19).

No curso da reflexão de Felipe, depreende-se que para o governo a organização dos colonos foi uma solução ainda que necessária, prática e até cômoda. Prática e cômoda porque as comunidades se mobilizavam por conta própria, sem maiores esforços governamentais. Uma intervenção governamental só se faria necessária para suprir a falta de armas dos colonos, mas esta era relativamente fácil, sendo mais complicado o seu recolhimento. A organização dos colonos era também necessária por conta, a exemplo do tempo da Revolução Federalista, da grande importância econômica que as regiões de colonização adquiriram no contexto do Rio Grande do Sul, realidade visível desde década de 1890 e que passados trinta anos saltava aos olhos, de modo que se impunha a sua salvaguarda. O pronunciamento do deputado estadual Arno Philipp, em 19 de dezembro de 1923, ao argumentar em favor dos imigrantes alemães e seus descendentes, reconhece esta importância: “tire s. ex. os maciços blocos de colônias italianas e alemãs, e diga se a vida econômica do nosso estado haveria resistido como resistiu com tanta solidez estrutural aos embates, por exemplo, do levante que acaba de ter seu termo” (Citado por GERTZ, 2002, p. 55).

Assim, não foi por acaso que “veio a fazer-se um acordo nas esferas do Governo, segundo o qual a colônia fosse vista como zona neutra, enquanto esta prometia cuidar ela mesma de sua defesa con-

tra os revolucionários” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 103-104). Entretanto, a situação acabava sendo uma faca de dois gumes, pois como as tropas legais mantinham “todos os pontos e linhas de comunicação mais importantes firmemente em suas mãos, [ficava] para os bandos um único alvo”: as colônias¹³¹. Assim sendo, para os colonos talvez não houvesse alternativa, posto que tinham tudo a perder com o caos imposto pelo conflito e muito a defender após anos de labuta na região colonial. A organização de uma defesa própria também minorava um pouco os eventuais incômodos com a presença de tropas legalistas, geralmente os temíveis provisórios, que tendiam a cometer algumas arruaças extrapolando suas funções e exacerbando o clima com os colonos, como ilustra o episódio em torno de Martin Hack. Membro do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, mas também assisista, esteve em maus lençóis quando os legalistas estavam acampados na localidade: foi preso e viu-se dormindo no acampamento destes, onde sua família lhe levou comida¹³².

Neste emaranhado, ainda que contasse com o beneplácito do governo, a formação da autodefesa não foi isenta de desconfianças e mal-entendidos na relação com as autoridades, tendo na questão da neutralidade um ponto crítico. Uma das situações foi a já mencionada intervenção do prefeito de Santo Ângelo, Kruehl, acompanhado por João Dahne, Diretor da Colônia Santa Rosa, junto as autodefesas do Buricá, no sentido de que estas aceitassem o trânsito de tropas oficiais, o que a princípio haviam negado. Dahne “explicou que o governo não podia reconhecer uma autodefesa que negava passagem de suas tropas e exigiu o registro desta determinação nos estatutos”¹³³. Concretamente, o ato significou a formação de uma

¹³¹ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

¹³² Jornal *A Notícia Ilustrada* de 25.06.1993. MAHP.

¹³³ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

nova organização “que desta maneira de criação ficava sob o controle da Autoridade local”. Esta situação de atrito entre as autoridades e as organizações de autodefesa continuou e desdobrou-se na prisão e julgamento do professor Gustav Quednau, uma suposta liderança que teria levado a questão da neutralidade a um extremo delicado, visto que lhe foi imputada a responsabilidade sobre uma decisão da autodefesa do Buricá de receber as tropas legalistas com fogo¹³⁴. De qualquer forma, o caso é classificado pelo *Serra Post Kalendar* como “uma má interpretação do relacionamento da Autodefesa com as Autoridades”.

Na arena política do Rio Grande do Sul, fracionada entre lenços brancos e vermelhos, a situação das sociedades de autodefesa era bastante melindrosa e uma eventual simpatia das colônias com os vermelhos ou assisistas era uma realidade que certamente preocupava o governo de longa data. Esta situação explica os cuidados de muitas sociedades de autodefesa em manter o contato com os poderes constituídos, explicando os detalhes da sua constituição, seus estatutos e, provavelmente, dando conta da nominata de suas lideranças. Em vários casos foram providenciadas as “garantias de que não ocorreriam dificuldades com as autoridades”, dentre elas evitar uma situação de desconforto com a ascensão de “notórios ‘adversários’ para cargos de diretoria ou comando”, o que na avaliação do articulista do *Serra Post Kalendar* acabava por se constituir em algo desnecessário por conta do custo político que trazia embutido, ao alimentar “a desconfiança das autoridades”¹³⁵.

Assim sendo, uma proximidade com as autoridades constituídas não era de todo inusitada. Talvez fosse mesmo uma necessidade,

¹³⁴ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP. Jornal *Die Serra Post* de 23.01.1925. MADP.

¹³⁵ *Serra Post Kalendar* de 1926, p. 131. MADP.

a exemplo de algumas experiências de autodefesa bem-sucedidas ao tempo da Revolução Federalista. O *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, por exemplo, manteve bastante estreita sua relação com Menoly Gomes de Amorim, que exercia o cargo de Subintendente na localidade e ligava-se a política de Cruz Alta, como forma de manter o acesso ao governo e evitar mal-entendidos. Não por acaso, em momento oportuno, o *Selbstschutz* emite a opinião de que “uma troca do atual Subintendente não é desejo da população rural e certamente o governo Municipal de Cruz Alta virá ao encontro”¹³⁶. Esta proximidade com os poderes públicos também é sugerida pela notícia veiculada pelo jornal A Federação, órgão de imprensa francamente ligado ao governo estadual, quando informa que “acham-se nesta capital, e nos deram o prazer de suas visitas, os **nossos correlegionários** [grifo nosso] José A. Franzen, presidente da Liga de Defesa Colonial de Serro Azul, Júlio Schwemberg Sobrinho, Vice-Intendente de São Luiz, e major Antônio Theodoro Cardozo, subdelegado em Serro Azul”¹³⁷.

Por certo o êxito na existência destas sociedades estava em colocar-se eficientemente em meio a este jogo de poder. Como relembra o Pastor Junge (1986, p. 181), de prodigiosa memória, sobre a formação do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg: “Porém, o professor Ludwig Kling conseguiu colocar debaixo de um chapéu os políticos, borgistas e assisistas, os religiosos, as comunidades, os cidadãos e os camponeses para fundar a associação de autodefesa”¹³⁸. No fim

¹³⁶ Jornal *Die Serra Post* de 19.02.1924. MADP.

¹³⁷ Jornal A Federação, de 04.02.1925. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹³⁸ Parece ser um equívoco a menção, por parte de Junge, de Ludwig Kling como articulador na formação da autodefesa, visto que todas as demais fontes indicam a sua atuação num momento um pouco mais adiante, quando da transformação desta na União Colonial, que ocorreu por volta de 1927. De outro lado, esta referência poderia ser tomada como um indicador da atuação de Kling no interior da Autodefesa, visto que na época ele já era professor em Neu-Württemberg, mas não foram encontrados outros documentos que corroborem

das contas, é possível concluir que a existência dos *Selbstschutz* se deu em um paradoxo inescapável: ao passo que a neutralidade era apregoada em seus regimentos, sua formação de fato aconteceu em estreita colaboração com o governo.

Em meio ao conflito bélico que assolava o Rio Grande do Sul, as organizações de autodefesa dos colonos acabaram por se constituir em um poder de fato em muitas localidades, a medida que defesa contra ameaça externa e manutenção de uma certa ordem interna caminharam juntos. Em Ijuí, a veiculação de informes sobre a atuação da autodefesa no *Serra Post* deixava claro que esta tinha ‘certos poderes’ e quando um desavisado detonou um revólver nas imediações da guarda, este foi recolhido ao presídio, pois que a organização se via investida de um evidente poder de polícia para fazê-lo¹³⁹. Em Neu-Württemberg, o *Selbstschutz*, em combinação com a autoridade local, passou a controlar “as detonações desnecessárias de armas de fogo, o disparo de foguetes e a venda cachaça, como a realização de festividades maiores”¹⁴⁰. Neste sentido, em 1924 as resoluções expostas nos locais públicos da colônia alertavam para a proibição do porte de armas de fogo e armas brancas grandes nos recintos durante festividades bem como a detonação de armas de fogo “no lado externo das edificações” e que sua desobediência acarretaria o “confisco das respectivas armas”¹⁴¹. Além disso, se impunham as proibições de produzir barulho que perturbasse o sossego e de andar a galope nas estradas, à noite, além de que a velocidade de automóveis ou caminhões ficava limitada a 15 quilômetros por hora. Transgressores

esta conclusão. Mesmo assim, é correta a percepção de Junge que a liderança da autodefesa, quem quer que fosse, teria atuado em meio a trama política num movimento de pôr os diversos grupos ‘sob um mesmo chapéu’.

¹³⁹ Jornal *Die Serra Post* de 01.12.1924. MADP.

¹⁴⁰ Resolução do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, 06.11.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

¹⁴¹ Jornal *Die Serra Post* de 11.03.1924. MADP.

seriam punidos pela autoridade com auxílio da autodefesa¹⁴². Assim, “para manter a ordem interna a Autodefesa mantém uma observação rigorosa” sobre a população provavelmente, no intuito de “servir ao bem do povo e ao bem do Estado”¹⁴³.

Já em 1923, a organização de Neu-Württemberg proibira em todos os armazéns e hotéis a venda de cachaça, de qualquer tipo, nos dias de ameaças, sendo que esta proibição se aplicava a locais de aglomeração de muitas pessoas. Esta determinação se estendeu também aos dias da visita do bispo diocesano de Cruz Alta, que seria em 22 e 23 de setembro. As festividades, bailes, ou melhor dizendo, “festas com danças” deveriam “enquanto a colônia estiver sob o possível sacrifício de vidas humanas, incumbidas na proteção de suas propriedades e bens, estar proibidos”. O controle sobre este aspecto deveria ser realizado “por pessoas de confiança dos respectivos distritos”¹⁴⁴, ou seja, a liderança do *Selbstschutz* nas localidades. Quando dado o alarme de uma possível aproximação de grupos beligerantes, Reinhard Benz, Comandante do *Selbstschutz* instruiu para que não permanecessem pessoas nos bares, sendo que a ordem de proibição de venda de bebidas alcoólicas seria dada pela autoridade local¹⁴⁵.

Considerações finais: o significado e o legado da autodefesa colonial

Os empreendimentos humanos não são infalíveis e muito menos desfrutam de um julgamento incontroverso, tanto positivo como negativo. Por isso, não é de causar espanto que as *Selbstschutzvereine*

¹⁴² Jornal *Die Serra Post* de 23.12.1924. MADP.

¹⁴³ Jornal *Die Serra Post* de 28.09.1923. MADP.

¹⁴⁴ Resolução do *Selbstschutz* de Neu-Württemberg, 20.09.1923. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

¹⁴⁵ Anotações de Reinhard Benz, 18.01.1924. Pasta *Selbstschutz*. MAHP.

não gozassem de unânime apreciação por parte de todos os colonos, ou que alguém as avaliasse de forma mais ou menos condescendente. Assim, um colono bem-humorado da Linha 19 (Ijuí) descreve a sua maneira no *Serra Post* esta importante articulação dos colonos:

No sábado passado vivíamos na esperança agradável de ter a visita de tropas revolucionárias. Estes senhores preferiram ficar somente nas divisas do município. Mesmo assim vivenciaram os medrosos uns daqueles dias críticos, os quais os menos tímidos já viviam há meses de maneira mais fria. Entre os mencionados surgem situações que aumentam o número das tropas ao absurdo e também surgem boatos que geralmente não tem nada, ou muito pouco, a ver com a realidade. Em muitos lugares se fundaram as famosas Sociedades de Autodefesa. As mais das vezes as resoluções ficaram no resultado de que se deveria comprar armas, para o que ninguém tem dinheiro. Em outros lugares apareceu a opinião de que, em vez de sessões enervantes com pequenas observações pró e contra, [dever-se-ia] combinar silenciosamente [ou com discrição] um sinal, pelo qual todos os moradores do distrito deveriam aparecer para matar simplesmente a pau todos os assaltantes. A maioria, porém, acha que se não puderem proteger os próprios bens, não precisariam proteger os dos outros, o que não é difícil de se admirar devido à multiplicidade das nacionalidades. Certamente ficará deste jeito¹⁴⁶.

A divertida ironia serve para constatar que as autodefesas tinham seus problemas: a apreensão com a entrada de grupos perpetrando estragos e infortúnios que bem podia contribuir em boatos que exageravam números; a dificuldade em conseguir armas, pois que nem todos possuíam dinheiro para comprá-las; as reuniões com

¹⁴⁶ Jornal *Die Serra Post*, de 21.09.1923. MAHP.

muita conversa ao passo que ação efetiva era de fato complicada; o enfrentamento do perigo por parte dos colonos, com famílias para cuidar, contra bandoleiros que pouco tinham a perder; a dificuldade de envolver os colonos na defesa dos bens e vidas dos outros, aspecto que talvez fosse exacerbado por um contexto multiétnico, uma realidade presente em alguns lugares como na região da Ramada. Apesar de tudo isso, contrariando o vaticínio do autor anônimo, as *Selbstschutzvereine* se tornaram uma realidade e cumpriram um papel. É a análise deste papel e suas decorrências que se procederá nas próximas páginas.

Em que pese uma memória bastante laudatória, presente em alguns relatos e narrativas acerca dos *Selbstschutz*, do ponto de vista militar, considerando o envolvimento efetivo em algum combate no conflito bélico instaurado no Rio Grande do Sul em 1923, a importância dos grupos de autodefesa foi diminuta, para não dizer quase nula. O que não constitui em demérito, pois que a organização tinha fins essencialmente defensivos e nenhuma condição de envolver-se em movimentos ofensivos. A despeito das dúvidas que possam persistir quanto ao combate de Ijuí entre as forças legalistas e os destacamentos da Coluna Prestes, em fins de 1924 e inícios de 1925, não há registros de que tenha participado de algum embate bélico de proporções.

Entretanto, parece certo afirmar que cumpriu sua função pelo simples fato de existir. E isto por três razões. A primeira delas relaciona-se as próprias comunidades, que ficaram, a maior parte delas, um pouco mais seguras naquele contexto conturbado. Como jocosamente refletia um articulista, o que demovia os bandos de salteadores de uma visita às colônias era a certeza de que teriam “mais cabeças sangrentas do que churrasco”¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

A segunda razão é que o fato de existir uma organização armada, ainda que com armamentos leves, senão domésticos, e muitas vezes de improviso, mas reunindo contingentes não desprezíveis, limitou a movimentação das colunas rebeladas, bem como restringiu o seu acesso aos recursos da rica região colonial. Como menciona o *Die Serra Post*, estava organizada num bom espectro geográfico, cobrindo da foz do Ijuí no rio Uruguai até a região central do planalto e podia reunir algo em torno de 10 mil, número mais realista, até 20 mil homens, um número um tanto superestimado¹⁴⁸. Ao que parece, as colunas assistidas estavam muito mal armadas e o único agrupamento estruturado militarmente foi a Coluna Prestes, pelo menos seu corpo principal, mas os grupos desgarrados e maltrapilhos, em ambos os casos, é que constituíam o maior infortúnio das pequenas e esparramadas comunidades da região serrana. Neste quadro específico, a organização de autodefesa melhor cumpria seu papel. Mais uma vez, a reflexão do Pe. Rick dá amparo: “quanta fosse a miséria que a esforçada autodefesa afastou de Serro Azul, somente consegue adivinhar quem conhecia a situação daquele tempo” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 104-105). Em Neu-Württemberg se festejava a segurança conquistada após o infortúnio causado pela passagem de Leonel Rocha, enquanto informações que seriam oriundas de “fonte segura e confiável” indicavam que “os colonos de Águas do Mel e Vila Palmeira [provavelmente Xingú] foram tão saqueados que os homens têm que se vestir de blusas femininas e as crianças andam seminuas pelas redondezas”¹⁴⁹.

Por fim, no terceiro aspecto, os *Selbstschutzvereine* oportunizaram as tropas legalistas, principalmente no caso da Revolução de 1923, uma maior liberdade de movimento ao dispensá-las da neces-

¹⁴⁸ Jornal *Die Serra Post* de 28.11.1924. MADP.

¹⁴⁹ Jornal *Die Serra Post* de 28.09.1923. MADP.

sidade de uma presença fixa nas áreas coloniais, tornando possível uma resposta mais rápida frente as ações de guerrilha protagonizadas pelos insurgentes. Assim faz sentido o teor da confiança do Presidente do Estado, Borges de Medeiros ao Padre Lenz, reconhecendo “que outro poderia ter sido o curso da revolução, não fosse a ação da Liga” (DEWES, 1966, p. 69)¹⁵⁰. Faz coro com a avaliação posterior de Nedel, para quem graças a disposição dos colonos em defender o governo, a “Revolução de 1923 não encontrou eco nem se alastrou para a margem direita do rio Ijuí”, do mesmo modo que a “Coluna Prestes encontrou colonos armados e dispostos a rechacá-la” (NEDEL, 2015, p. 280-281).

Todavia, do ponto de vista da colônia, pode-se afirmar que a formação do *Selbstschutz* também foi uma oportunidade. Ou seja, é perceptível que o significado do *Selbstschutz* foi também político e simbólico, ligando-se ao processo de afirmação das comunidades de imigrantes, da consolidação de sua identidade e sua inserção política. Neste sentido, Schallenberger (2009, p. 374) considera que a luta em torno da “defesa da família, da propriedade e do patrimônio comunitário aguçou o sentido de pertencimento e despertou a consciência coletiva em grau mais elevado entre os teuto-brasileiros”.

Os esforços da autodefesa exerceram um papel importante na rearticulação da atividade associativa entre as comunidades teuto-

¹⁵⁰ Ainda que em conversas informais ou declarações publicadas mas não descobertas por esta pesquisa Borges de Medeiros possa ter reconhecido a importância da organização dos colonos, as Mensagens do Presidente do Estado para a Assembleia dos Representantes de 1923, 1924 e 1925 silenciam sobre esta questão, ainda que constem relatos mais ou menos densos acerca das conturbações políticas e militares que marcaram aqueles momentos (MENSAGEM ... de 1923, 1924 e 1925). Algumas autoridades menores, como o Intendente de Ijuí, Cel. Dico, ao contrário, destacaram a importância da organização dos colonos no Relatório da Intendência, assim como em situações públicas manifestaram o agradecimento da Intendência Municipal em relação ao empenho dos colonos em defesa da ordem pública (Relatório da Intendência Municipal de Ijuí de 1923 e 1924. MADP; Jornal *Die Serra Post*, de 1923, 1924 e 1925. MADP.).

-brasileiras no Rio Grande do Sul. Isto porque, encerrados os conflitos, estavam as comunidades mais coesas e organizadas, com lideranças formadas e consolidadas, uma certa estrutura na forma das sociedades de autodefesa, muitas delas, senão a maioria decidindo manter sua existência, e uma rede de contatos que se estendia por toda a região serrana. Ou seja, um capital político e cultural. Portanto, perfeitamente plausível a ideia de que os *Selbstschutz* teriam continuidade e seguiriam desempenhando um papel relevante na vida social e política das comunidades coloniais. Esta se encontra claramente delineada na avaliação desta organização feita por parte de um colono, correspondente local do *Serra Post*, que reportara a comemoração ocorrida em Neu-Württemberg por ocasião da passagem do ano de 1923 para 1924, quando findou a Revolução. Na detalhada reportagem ele afirma: “Todo esse bom desempenho é prova que a linha de atuação do *Selbstschutz* foi a mais certa e que também deve ser seguido no futuro”¹⁵¹.

Referências

Álbum Comemorativo ao Cinquentenário de Dr. Pestana. Ijuí: Gráfica Michaelsen & Cia Ltda, 1951.

AMSTAD, Teodoro. **Memórias autobiográficas**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 2002.

_____. (Org). **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924**. Traduzido por Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

¹⁵¹ Jornal *Die Serra Post*, de 11.01.1924. MADP.

BALDIN, Bruna. **Tapir**: Uma região cercada de mistérios e apreciada sob distintos ângulos pela bibliografia, pelos jornais e pela memória. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Erechim: UFFS, 2017.

BEUTER, Ivo. **De Elsenau a Panambi**. Panambi: Edição do autor, 2013.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. **Santa Rosa**: Histórias e memórias (1876-2004). Santa Rosa: 17ª Fenasoja/LM Propaganda, 2008.

DALLABRIDA, Tarso. **Selbstschutz**: o exército de autodefesa de Panambi. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Palmas: Faculdades Integradas de Palmas, 2003.

DEWES, Miguel José. **A história de Cerro Largo**. Porto Alegre: Editora da Alvorada, 1966.

EICKHOFF, João. **O doutor maragato**. Tradução, apresentação e notas: Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

FAUSEL, Erich. **Cinquentenário de Panambi** (1899-1949). [s.l.]: [s.ed.], 1949.

FENNER, Darci. **Xingu 100 anos**. Constantina: Artes Gráficas Constantina, 1997.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Revolução de 1923**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.

FIRMBACH, Theodor. **Santa Clara**: O Combate Federalista. Tradução, introdução e notas: Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1995.

FRANCO, Sérgio da Costa. **O sentido histórico da revolução de 1893**. In: DAL FORNO, Rodrigo; LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Clássicos da história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República*. Porto Alegre: Edipucrs, 2019. pp. 17-48.

GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro**. Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

JANSSEN, Maria Gertrudes (Org). **Desbravando caminhos**: histórias contadas pelos pioneiros. Mondaí: Edição do Autor, 2006.

JUNGE, Jürgen G. **A formação das Comunidades Evangélicas no Vale do Ijuí Grande**. In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo: Rotermond/Editora Sinodal, 1986. pp. 175-183.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz: die geschichte einer siedlung am Rio Uruguai**. Porto Alegre: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1979.

_____. **Porto Feliz: A história de uma colonização às margens do Rio Uruguai**. Mondaí: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980.

LEITZKE, Eugen. **Cooperativismo em Neu-Württemberg**. Panambi: texto datilografado, (s./n.). MAHP.

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 14 de maio de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (a)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (3)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 28 de maio de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (b)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (4)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 04 de junho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (c)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (5)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 18 de junho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (d)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (6)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 25 de junho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (e)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (7)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 02 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (f)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (8)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 09 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (g)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (9)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 16 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (h)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (10)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 23 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (i)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (11)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 30 de julho de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (j)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (12)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 06 de agosto de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (k)

_____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (13)**. In: Jornal A Notícia

- Ilustrada de 13 de agosto de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (l)
- _____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (15)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 15 de setembro de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (m)
- _____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (Conclusão)**: A missão cumprida. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 29 de setembro de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (n)
- _____. **O ‘Selbstschutz’ de 1923 (Linha de Tempo)**. In: Jornal A Notícia Ilustrada de 01 de outubro de 1993. Recorte. Pasta Leitzke. MAHP. (o)
- MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- MENSAGEM ENVIADA A ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO RIO GRANDE DO SUL PELO PRESIDENTE DO ESTADO ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS**. Porto Alegre: 1923.
- NEDEL, Ruy. **Remansos e corredeiras da vida**. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 1995.
- _____. **O imigrante**: Memoriando a história do Sul – Avaliação Crítica (Tomo III). Santo Angelo: Furi; Florianópolis: Ledix, 2015.
- NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura**: O projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.
- PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & Correntes**: História do Cooperativismo e do Crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930). Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.
- PERES, Sebastião. **Coronéis e colonos**: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 1994.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. **Contribuição para a história de Nova Petrópolis**: Depoimentos. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPÓ. **Resgatando a História**

de Pirapó. Textos e revisão: Soeli Sebastiany Kochnan e outros. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia Ltda., 2003.

RABUSKE, Pe. Arthur. **Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Comissão Executiva dos Festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã, 1974. pp. 31-54.

RAMBO, Arthur Blásio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil.** São Leopoldo: Eduni-Sul, 1988.

ROCHA, Prudêncio. **A história de Cruz Alta.** Cruz Alta: Tipografia Liderança A. Dal Forno, 1964.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário:** imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil. Cascavel: Uduioeste, 2009.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. ***Viribus Unitis:*** A constante busca da aproximação do social e do econômico. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHWEIG, Rudi. **Resgate histórico** – Centenário da Comunidade Evangélica de Ibirubá/RS (1906-2006). Ibirubá: Comissão do Centenário da Comunidade Evangélica de Ibirubá/RS, 2007.

TOCHTROP, Leonardo; CARO, Herbert. **Dicionário:** alemão - português e português - alemão. Rio de Janeiro: Editora Globo, [s.n.].

VENCATTO, Almedoro. **Sarandi:** um recanto histórico do Rio Grande do Sul. Sarandi: Gráfica Editora A Região Ltda, 1994.

WEHRMANN, Bruno Guido. **Condor:** Comunidade, história e cultura. Condor: [s.n.], 2004.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização:** a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996.



SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Alex Antônio Vanin

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo, com período sanduíche na Università degli Studi di Verona, na Itália. Mestre (2020) e Licenciado (2018) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro efetivo e Diretor de Pesquisa do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), Editor-chefe da Acervus Editora, membro da Academia Passo-Fundense de Letras (APLetras) e membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Tem interesse em áreas como: História Indígena e do Indigenismo; História Regional; História Política. E-mail: alexvanin@hotmail.com.

Bruno Mateus Heckler

Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), momento em que atuou como bolsista PIVIC-UPF no projeto “O bipartidarismo em Passo Fundo/RS: a atuação do MDB e da ARENA na cidade durante os anos da ditadura civil-militar (1964-1979)”, orientado pelo professor Alessandro Batistella. Foi estagiário do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), onde atuou na

organização, digitalização, catalogação e transcrição do Arquivo da Família Pitthan. É membro colaborador do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Tem interesse nas seguintes temáticas: História e Imprensa; História Política; Partidos Políticos e Trajetórias. E-mail: brunomateus7579@gmail.com.

Djiovan Vinícius Carvalho

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre (2020) e Licenciado (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, ocupando o cargo de Presidente. É membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Membro fundador e atual presidente da Associação de Amigos do Arquivo Histórico Regional (AMHR). Membro da Academia Passo-Fundense de Letras, ocupando a cadeira número 35. Atualmente é colaborador da Acervus Editora; é pesquisador da Arkhé Assessoria e Consultoria Histórica. Membro fundador da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC). E-mail: djiovanc@gmail.com.

Diéle de Souza Schneider

Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Licenciada em História pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Atuou como bolsista em pesquisas relacionadas a imigração em geral e para o Rio Grande do Sul, com ênfase na imigração judaica, no Departamento de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, em Porto Alegre/RS. Trabalhou como professora de His-

tória e Filosofia nas redes de ensino público e privado, em nível de ensino fundamental e médio (2011 - 2019). Exerceu cargo de Vice-diretora na Escola Estadual de Ensino Médio Senador Salgado Filho, Alvorada/RS (2019-2020). Atualmente, trabalha como Assessora no Gabinete da Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO/SEDUC). E-mail: dieleschneider@hotmail.com.

Fabiana Beltrami da Silva

Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Atua como professora nos Cursos de Publicidade e Propaganda, Artes Visuais, Bacharelado e Licenciatura, e Jornalismo, na Universidade de Passo Fundo. Coordena o Programa de Extensão Território da Cultura, Arte e Comunicação da UPF. Atua na Comissão Étnico-racial da Universidade de Passo Fundo. Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHFP). Coordena o Grupo da Foto. Tem interesse nas seguintes temáticas: História e Imprensa, História e Memória Oral nas relações étnico-raciais; História da Fotografia e Audiovisual. E-mail: fabibeltrami@gmail.com.

Paula Vanessa Paz Ribeiro

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No doutorado, pesquisou a composição da bancada gaúcha na Primeira República e o comportamento dos seus parlamentares no contexto anterior e posterior à sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, em 1922. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Sua dissertação está vinculada à perspectiva historiográfica da história intelectual, onde analisou e comparou o conteúdo e a forma da retórica do discurso político-partidário dos jornais A Federação e o Correio do Sul no processo

eleitoral do Rio Grande do Sul em 1922. Licenciada em História pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Realiza pesquisas no âmbito da História Política, História Intelectual, História do Brasil Republicano e História das Mulheres, com artigos e outras publicações nas seguintes temáticas: processos eleitorais, partidos políticos e sobre o funcionamento da política nacional durante a República brasileira. Tem experiência no ensino de História na educação básica e no ensino superior. Atua como Professora dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na Prefeitura Municipal de Alegrete e como Professora Formadora (Bolsista CAPES) do Curso de Licenciatura em História em EaD da UNIPAMPA/UAB. E-mail: paulavpaz@gmail.com.

Pablo Rodrigues Dobke

Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutorado interrompido em História, também pela mesma Universidade com período de estágio doutoral na Universidad de Salamanca/Espanha (PDSE-CAPES). Atualmente é Assistente Cultural junto à Assessoria de Cultura e Turismo da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Tem experiência na área de História Política e História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Pesquisa Histórica; Territorialidade; Fronteira; Relações Sociais de Poder; Representações e Práticas Sociais, Sociedades Tradicionais e Patrimônio Cultural. Tendo também por interesse as seguintes áreas: História dos Movimentos Sociais; História e Teoria Anarquista; História do Vestuário e da Indumentária; Cultura Material e Imaterial; História da Arte; História da Comunicação; História da Arquitetura e História da Cultura Celto/Germânica. E-mail: pablo_dobke@yahoo.com.br.

Paulo Rogério Friedrichs Adam

Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Especialista em Gestão e Organização da Escola pela Unopar. Graduado em História - Licenciatura Plena pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Panambi. Tem experiência no ensino de História e no assessoramento pedagógico na educação profissional e tecnológica. Desenvolve pesquisas com ênfase em História social e rural em temas de imigração, colonização e formação do espaço social e histórico regional da antiga região serrana do Rio Grande do Sul. E-mail: paulo.adam@iffarroupilha.edu.br.

Jefferson Teles Martins

Doutor em História na área de estudos das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015), com estágio de doutoramento na Freie Universität Berlin (FUB). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Integra o Laboratório de História Comparada do Cone Sul. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Áreas de interesse: História das elites, História dos intelectuais e historiografia rio-grandense. E-mail: jeffteles@gmail.com.



Em 1923, uma revolta promovida pelos seguidores do candidato derrotado ao cargo de governador do estado Joaquim Francisco de Assis Brasil, fez eclodir uma Guerra Civil entre os oposicionistas e os apoiadores do líder republicano Antonio Augusto Borges de Medeiros. Conhecida como Revolução de 1923, a referida guerra marcou a história do Rio Grande do Sul, definindo os rumos políticos das décadas subsequentes. Desta forma, a coletânea *A Guerra Civil de 1923: política, memórias e agentes em perspectiva* teve como meta reunir trabalhos de diferentes pesquisadores que, nos últimos anos, lançaram novos olhares sobre a temática, processos e agentes envolvidos na contenda.



9 786581 266820 >